

INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS - IGAM

**INSTITUTO BIOATLÂNTICA, ENTIDADE EQUIPARADA ÀS FUNÇÕES DE AGÊNCIA DE ÁGUA DA BACIA
HIDROGRÁFICA DO RIO PIRANGA**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017

01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2017

CONTRATO DE GESTÃO 001/IGAM/2017

FEVEREIRO DE 2018

INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS - IGAM

**INSTITUTO BIOATLÂNTICA, ENTIDADE EQUIPARADA DE FUNÇÕES DE AGÊNCIA DE ÁGUA
DA BACIA HIDROGRÁFICA DO PIRANGA**

**RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO
Nº 001/IGAM/2017 DO EXERCÍCIO DE 2017
UGRH01 - PIRANGA**

Relatório de Gestão do exercício de 2017 apresentado aos Órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada atendendo exigência contida na Letra N, Inciso I, da Cláusula Terceira do Contrato de Gestão 001/2017, celebrado entre o IGAM e o IBiO.

Governador Valadares - MG, Fevereiro de 2018.

SUMÁRIO

SUMÁRIO	2
LISTA DE FIGURAS	4
LISTA DE TABELAS	5
LISTA DE SIGLAS	7
1. CONTEXTUALIZAÇÃO	9
1.1. A BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOCE	10
1.2. A BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PIRANGA	13
1.3. PLANO INTEGRADO DE RECURSOS HÍDRICOS – PIRH DOCE	15
1.4. PLANO DE AÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS DA UNIDADE DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - PARH	17
1.5. CONTRATOS DE GESTÃO	18
1.6. PLANO DE APLICAÇÃO PLURIANUAL – PAP DOCE	23
2. DADOS GERAIS DE IDENTIFICAÇÃO	32
2.1. IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL	32
2.2. IDENTIFICAÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO	32
2.3. DESCRIÇÃO DOS OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS PACTUADOS NO CONTRATO DE GESTÃO	33
2.4. GLOSSÁRIOS SOBRE OS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	34
2.5. COMPROMETIMENTO DE METAS	38
3. INDICADOR 1 - DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES	44
3.1. META 1A - CONTEÚDO DISPONIBILIZADO E ATUALIZADO NA PÁGINA ELETRÔNICA DO CBH-PIRANGA.	44
4. INDICADOR 2 – PLANEJAMENTO E GESTÃO	47
4.1. META 2A – ELABORAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE APLICAÇÃO	47
4.2. META 2B – ACOMPANHAMENTO DO PLANO PLURIANUAL DE APLICAÇÃO	47
4.3. META 2C – IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE RECURSOS HÍDRICOS	48
4.4. META 2D – CONCLUSÃO DOS COMPROMISSOS REMANESCENTES – CONTRATO DE GESTÃO IGAM/IBIO Nº 001/2011	48
5. INDICADOR 3 – APLICAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS RECURSOS ORIUNDOS DA COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS	51
5.1. META 3A – ÍNDICE DE DESEMBOLSO ANUAL (%)	51
5.2. META 3B – ÍNDICE DE DESEMBOLSO ACUMULADO	52
6. INDICADOR 4 – GERENCIAMENTO INTERNO	53
6.1. META 4A – ATENDIMENTO AO USUÁRIO EM COBRANÇA	53
6.2. META 4B – ATUALIZAÇÃO DO CNARH	61
7. INDICADOR 5 – RECONHECIMENTO SOCIAL	66
7.1. META 5A – RECONHECIMENTO SOCIAL	66
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	71

ANEXOS..... 82

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Organograma Geral do IBiO.....	10
Figura 2 – Localização da Bacia Hidrográfica do Rio Doce	11
Figura 3 – Bacia Hidrográfica do Rio Doce	12
Figura 4 – Bacia Hidrográfica do Rio Piranga	14
Figura 5 – Mensagem de divulgação do atendimento aos usuários da cobrança no site do CBH-Doce.	54
Figura 6 - Mensagem de divulgação do atendimento aos usuários da cobrança no site do IBiO.....	54
Figura 7 - Mensagem de divulgação do atendimento aos usuários da cobrança no site do CBH-Piranga.	55
Figura 8 - Arte divulgada no e-mail marketing.....	67
Figura 9 - Arte divulgada nos grupos de WhatsApp.....	67

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Características gerais da bacia do rio Doce	13
Tabela 2 – Deliberações aprovando a cobrança pelo uso dos recursos hídricos	19
Tabela 3 - Deliberações aprovando a indicação do IBiO para funções de Agência de Água.....	20
Tabela 4 - Deliberações aprovando a prorrogação da indicação do IBiO para funções de Agência de Água	22
Tabela 5– Deliberações aprovando o Orçamento IBiO (Recurso Estadual) para 2017	22
Tabela 6 - Deliberações que aprovaram o Plano de Aplicação Plurianual – PAP.....	23
Tabela 7 - Deliberações que aprovaram readequação do Plano de Aplicação Plurianual - PAP.....	24
Tabela 8 - Deliberações que aprovaram o Plano de Aplicação Plurianual – PAP.....	26
Tabela 9 - PAP da Bacia do Rio Doce com recursos arrecadados e repassados pelo IGAM.....	26
Tabela 10 - Deliberações que aprovaram a realocação do Plano de Aplicação Plurianual – PAP	29
Tabela 11 - PAP da Bacia do Rio Doce com recursos arrecadados e repassados pela ANA.....	30
Tabela 12 - Programa de Trabalho com indicadores e critérios de avaliação.....	33
Tabela 13 - Descrição dos Critérios de Avaliação Indicador 1.....	34
Tabela 14 – Descrição dos Critérios de Avaliação Indicador 2	35
Tabela 15 - Descrição dos Critérios de Avaliação Indicador 3.....	36
Tabela 16 – Descrição dos Critérios de Avaliação Indicador 4	37
Tabela 17 – Descrição dos Critérios de Avaliação Indicador 5	37
Tabela 18 – Pesos e metas do Indicador 1.....	38
Tabela 19 – Pesos e Metas do Indicador 2.....	39
Tabela 20 - Pesos e Metas do Indicador 3	40
Tabela 21 - Pesos e Metas do Indicador 4	41
Tabela 22 - Pesos e Metas do Indicador 5	42
Tabela 23 – Planilha de Avaliação	43
Tabela 24 – Índice de Desembolso para o exercício de 2017	51
Tabela 25 – Índice de Desempenho para o exercício de 2017.....	51

Tabela 26 – Índice de Desembolso Acumulado	52
Tabela 27 – Índice de Desembolso Acumulado	52
Tabela 28 – Outorgas para a Bacia do Rio Piranga em 2017 inseridas no CNARH.....	62
Tabela 29 – Outorgas para a Bacia do Rio Piranga em 2017 que não puderam ser inseridas no CNARH	64
Tabela 30 - Resultado do Questionário de Avaliação – CBH-Piranga.....	68
Tabela 31 - Resumo dos programas e recursos previstos no PAP-Doce 2016-2020.....	71
Tabela 32 – Tabela Resumo do PAP 2016-2020. Previsto versus Realizado 2017	75
Tabela 33 - Investimento para elaboração de projetos (municípios interessados)Edital de Chamamento Público nº 01/2017.....	78
Tabela 34 - Recurso PAP 2016-2020 para Rio Vivo, investimento 1ª Etapa e estimativa de recursos para execução da 2ª Etapa	79
Tabela 35 - Estimativa de recursos disponíveis para a execução da 2ª Etapa do Rio Vivo (três cenários de execução).	80

LISTA DE SIGLAS

AGERH	Agência Estadual de Recursos Hídricos
ANA	Agência Nacional de Águas
APP	Área de Preservação Permanente
CBH	Comitê de Bacia Hidrográfica
CEP	Código de Endereçamento Postal
CERH	Conselho Estadual de Recursos Hídricos
CIF	Câmara Técnica de Gestão dos Rejeitos do Comitê Interfederativo
CNARH	Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CNRH	Conselho Nacional de Recursos Hídricos
CTGEC	Câmara Técnica de Gestão de Eventos Críticos
D.O.E.M.G	Diário Oficial do Estado de Minas Gerais
D.O.U	Diário Oficial da União
DO1	Bacia Hidrográfica do Rio Piranga
DO2	Bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba
DO3	Bacia Hidrográfica do Rio Santo Antônio
DO4	Bacia Hidrográfica do Rio Suaçuí
DO5	Bacia Hidrográfica do Rio Caratinga
DO6	Bacia Hidrográfica do Rio Manhuaçu
ED	Entidade Delegatária
EFVM	Estrada Ferroviária Vitória a Minas
ES	Espírito Santo
GAT	Grupo de Acompanhamento Técnico
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ID	Índice de Desembolso Anual
IDA	Índice de Desembolso Acumulado
IEMA	Instituto Estadual de Meio Ambiente do Espírito Santo
IGAM	Instituto de Gestão das Águas
MG	Minas Gerais
PAP	Plano de Aplicação Plurianual
PAQE	Parque Estadual do Rio Doce
PARH	Plano de Ação de Recursos Hídricos
PIRH	Plano Integrado de Recursos Hídricos
PMSB	Plano Municipal de Saneamento Básico
PPU	Preço Público Unitário
SAA	Sistemas de abastecimento de água
SEMAD	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
SIG	Sistema de Informações Geográficas
SINGREH	Sistema Integrado para Gestão de Recursos Hídricos
TCU	Tribunal de Contas da União
UGRH	Unidade de Gestão de Recursos Hídricos
UF	Unidade Federativa
VD	Valor desembolsado
VDa	Valor desembolsado acumulado
VR	Valor repassado
VRa	Valor repassado acumulado



1. CONTEXTUALIZAÇÃO

O Instituto BioAtlântica (IBIO), Entidade Equiparada às Funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, de acordo com os termos descritos no Contrato de Gestão nº 001/IGAM/2017 apresenta o Relatório de Gestão relativo ao ano de 2017 referente ao CBH-Piranga.

O Instituto BioAtlântica é uma associação civil sem fins lucrativos, classificada como pessoa jurídica de direito privado, composto por pessoas jurídicas e físicas. O Instituto tem como finalidade promover a conservação ambiental e a gestão sustentável de recursos territoriais como forma de gerar desenvolvimento econômico, equidade social e bem-estar humano. Para cumprir este propósito, o Instituto BioAtlântica aplicará os recursos recebidos, inclusive recursos físicos, humanos e financeiros, em projetos, programas ou planos de ações definidos pelo doador, inclusive em apoio a outras organizações sem fins lucrativos ou órgãos do setor público que atuem em áreas afins, promovendo especialmente as seguintes atividades:

- a) Contribuir para a conservação e recuperação ambiental.
- b) Contribuir para o desenvolvimento equilibrado dos aspectos ambiental, social, cultural e econômico de territórios.
- c) Promover pesquisas sobre recuperação e conservação ambiental, gestão integrada de territórios e geração e gestão de ativos territoriais.
- d) Estimular o estabelecimento de redes de instituições de pesquisa e aplicação nas áreas citadas no inciso c).
- e) Promover a disseminação de conhecimento técnico-científico sobre as áreas citadas no inciso c).
- f) Promover articulação entre diferentes setores da sociedade no sentido de atender aos incisos acima.
- g) Exercer, através do Comitê Gestor de Águas, as atribuições a serem previamente determinadas pelos, e acordadas com os, Órgãos Gestores para a bacia hidrográfica do rio Doce.

O Instituto BioAtlântica trabalha para melhorar a qualidade ambiental e promover a gestão integrada de recursos territoriais como forma de gerar desenvolvimento econômico, equidade social e bem-estar humano. Enxergamos no futuro territórios organizados, onde os recursos naturais sejam utilizados de forma racional e sensata por uma sociedade com pleno conhecimento de sua participação na sustentabilidade desse sistema. Fundado em 19 de fevereiro de 2002, é composto por:

Assembleia Geral - Órgão soberano do IBIO, podendo ser ordinária ou extraordinária.

Conselho Fiscal - Órgão fiscalizador e auxiliar da Assembleia Geral, do Conselho Consultivo e da Diretoria Executiva do IBIO.

Conselho Consultivo – Órgão formado principalmente por representantes das empresas doadoras de recursos que forem admitidas como Associadas ou de Associados Fundadores ou outros, a critério

dos Associados Fundadores, que tem por objetivo servir de instrumento de controle externo de suas atividades.

Diretor Presidente – Cria e implementa o macroplanejamento do IBiO, observando as recomendações feitas pelo Conselho Consultivo, pelo Conselho Fiscal e pela Assembleia Geral.

Diretoria Executiva - Órgão executor das ações do IBiO.

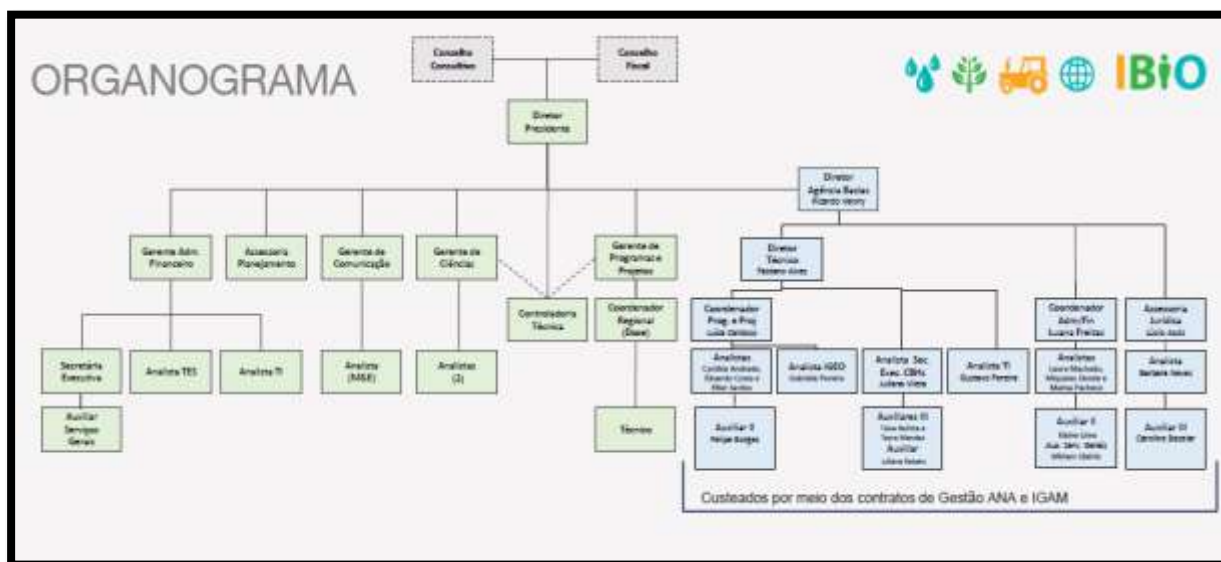


Figura 1 - Organograma Geral do IBiO¹.

1.1. A Bacia Hidrográfica do Rio Doce

A bacia do rio Doce situa-se na região Sudeste, entre os paralelos 17°45' e 21°15' S e os meridianos 39°30' e 43°45' W, integrando a região hidrográfica do Atlântico Sudeste. Esta bacia, com uma área de drenagem de aproximadamente 86.854 km², dos quais 86% pertencem ao Estado de Minas Gerais e o restante ao Espírito Santo, abrange um total de 228 municípios. As nascentes do rio Doce situam-se no Estado de Minas Gerais, nas serras da Mantiqueira e do Espinhaço, sendo que suas águas percorrem cerca de 850 km, até atingir o oceano Atlântico, junto ao povoado de Regência, no Estado do Espírito Santo (Figura 2 e Figura 3). Existem dois rios de dominialidade federal na bacia do rio Doce: o rio Doce e o rio José Pedro, afluente do rio Manhuaçu.

A bacia limita-se ao sul com a bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, a sudoeste com a bacia do rio Grande, a oeste com a bacia do rio São Francisco, ao norte e noroeste com a bacia do rio Jequitinhonha, e bacias do litoral sul do Espírito Santo e a nordeste com as bacias do litoral norte do

¹ A equipe apresentada no quadro de funcionários do IBiO contempla funcionários contratados para atender a ambos os Contratos de Gestão celebrados com a ANA e com o IGAM



Figura 3 – Bacia Hidrográfica do Rio Doce

Na região encontra-se instalado o maior complexo siderúrgico da América Latina, com destaque para a Companhia Siderúrgica Belgo Mineira, a ACESITA e a USIMINAS. Ao lado da siderurgia estão associadas empresas de mineração, com destaque para a Vale e empresas reflorestadoras, que cultivam o eucalipto para fornecer matéria-prima para as indústrias de celulose. Todo esse complexo industrial é responsável por grande parte das exportações brasileiras de minério de ferro, aço e celulose, sendo, portanto, de grande importância para a região onde estão instaladas.

Apesar de ser notável a geração de capital na bacia em função da existência desse complexo siderúrgico, também se verifica a desigualdade no interior da bacia. O maior desenvolvimento das atividades econômicas aconteceu somente em algumas de suas áreas, como o Vale do Aço e na região de influência dos municípios de Governador Valadares, Caratinga, Colatina e Linhares. Os indicadores sociais e econômicos de uma parte significativa dos municípios da bacia mostram que quase uma centena deles são classificados como municípios pobres.

As principais rodovias que dão acesso e passam pela bacia do rio Doce são: a BR 381 que segue na direção sudoeste – nordeste passando por Belo Horizonte e depois importantes cidades da bacia como Ipatinga e Governador Valadares; a BR 116, importante rodovia brasileira que cruza a região do Médio Doce na direção de sul para norte, passando por Caratinga e Governador Valadares; a BR 262 que segue na direção leste – oeste atravessa Belo Horizonte, passa entre João Monlevade e Rio Piracicaba, cruza com a BR 116 nas proximidades de Manhuaçu e depois entra no Espírito Santo, já fora da bacia do Rio Doce; a BR 101, que serve a parte capixaba da bacia, atravessa a região do Baixo Doce de sul para norte passando por Linhares.

Além das rodovias, existe a Estrada Ferroviária Vitória a Minas (EFVM) que liga Belo Horizonte a Vitória, numa extensão de 898 km passando pelo Vale do Aço, sendo incorporada pela Vale em 1940.

Esta ferrovia faz o transporte de passageiros e mercadorias (minério de ferro, carvão mineral, calcário, ferro, aço, produtos agrícolas, etc.). É considerada a ferrovia mais rentável do País e uma das poucas ferrovias que ainda faz o transporte de passageiros.

A bacia tem uma população superior a 3,5 milhões de habitantes. O Vale do Aço tem o maior adensamento populacional da bacia e constata-se a existência de um fluxo migratório que se direciona, sobretudo, para as maiores cidades, como Ipatinga e Governador Valadares. Em decorrência, há uma tendência de diminuição populacional nos municípios com população de até 20.000 habitantes, que representam mais de 85% dos municípios da bacia do rio Doce.

A população urbana representa mais de 70% da população total. Entretanto, os mesmos dados mostram que mais de 100 municípios possuem população rural maior que a urbana, evidenciando que a população rural ainda é significativa, absorvidos pela exploração agropecuária. No Médio Doce, essas atividades constituem o principal gerador de renda, emprego e ocupação de mão-de-obra em municípios de menor porte, principalmente onde a população rural predomina. A Tabela 1 sumariza as características gerais da bacia do rio Doce.

Tabela 1 – Características gerais da bacia do rio Doce

Características Gerais da Bacia do Rio Doce	
Área da bacia	86.854 km ²
Extensão do curso principal	Aprox. 879 km
Nº de municípios	228
População na bacia	3.430.673
Principais atividades econômicas	Mineração; Siderurgia; Silvicultura e Agropecuária
Principais problemas relacionados à gestão dos recursos hídricos	Contaminação por esgotos domésticos; erosão e assoreamento

1.2. A Bacia Hidrográfica do Rio Piranga

A UGRHO1 - Piranga insere-se totalmente no Estado de Minas Gerais. Possui uma área de 17.571,37 km², constituindo-se na segunda maior unidade da bacia do rio Doce, em termos de área, conforme Figura 4. Estende-se desde as nascentes do rio Piranga até as proximidades do Parque Estadual do Rio Doce (PAQE). É composta pelas bacias hidrográficas do rio Piranga propriamente dita, que ocupa uma área de 6.606 km², pela bacia hidrográfica do rio do Carmo, com área de 2.278 km², pela bacia do rio Casca, com área de 2.510 km² e pela bacia hidrográfica do rio Matipó, com 2.550 km². As áreas destas bacias hidrográficas são ainda acrescidas das áreas de drenagem de outros córregos de contribuição hídrica menos representativa, que drenam diretamente para o rio Doce, por ambas as margens, chamada área incremental Piranga, a qual ocupa 3.626 km².

A UGRHO1 - Piranga envolve, total ou parcialmente, 77 municípios mineiros, sendo a maior unidade da bacia do rio Doce em número de municípios. Reúne cerca de 700 mil pessoas, donde 64% reside em áreas urbanas. Com relação à sede municipal, 8 tem suas sedes fora da bacia do rio Doce, 7 municípios possuem suas sedes em outras unidades da bacia do Doce, resultando num total de 62 municípios que efetivamente são contemplados em termos de investimentos na região, quando considerados investimentos que tem por base a sede municipal. Em relação aos limites, 54 municípios possuem suas áreas totalmente inseridas na UPGRH DO1. Cabe salientar que a grande maioria dos municípios da bacia situa-se na faixa de população de menos de 10 mil habitantes (87 %).

1.3. Plano Integrado de Recursos Hídricos – PIRH Doce

O Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Doce – PIRH Doce representa o desejo manifesto de todos os envolvidos no processo participativo, que foi empreendido de junho de 2008 ao final do ano de 2009, no sentido de consolidar o planejamento de ações voltadas ao enfrentamento dos principais problemas relacionados com os recursos hídricos na bacia do Rio Doce.

O PIRH Doce, nessa primeira versão, constitui o resultado do esforço de representantes dos dez (10) comitês atuantes na bacia hidrográfica do Rio Doce, bem como dos órgãos gestores de recursos hídricos, representados pela Agência Nacional de Águas – ANA, Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM, e Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – IEMA, do Espírito Santo, reunidos em um Grupo de Acompanhamento Técnico – GAT. Adiante, a relação dos comitês envolvidos na elaboração do PIRH Doce:

- CBH Doce;
- CBH do Rio Piranga;
- CBH do Rio Piracicaba;
- CBH do Rio Santo Antônio;
- CBH do Rio Suaçuí;
- CBH do Rio Caratinga;
- CBH Águas do Rio Manhuaçu;
- CBH do Rio Guandu;
- CBH do Rio Santa Maria²;
- CBH do Rio São José³.

A diretriz máxima que norteou o referido trabalho foi a constante na Lei nº 9.433/97, que instituiu a Política Nacional dos Recursos Hídricos, no tocante à participação pública e espírito democrático, e

² Em 2016 foi criado um novo comitê na unidade de análise Santa Maria do Doce, que agora possui também o Comitê das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Santa Joana.

³ A partir de 2016, a unidade de análise São José passou a abranger dois CBHs: o Comitê de Bacia Hidrográfica Pontões e Lagoas do Rio Doce e o Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Barra Seca e Foz do Rio Doce.

também a intensa e importante atuação dos comitês de bacias dos estados do Espírito Santo e Minas Gerais, além do próprio CBH Doce.

O PIRH Doce foi desenvolvido com o objetivo geral de produzir um instrumento capaz de orientar o CBH-Doce, os CBH's de bacias afluentes, os órgãos gestores dos recursos hídricos da bacia e demais componentes do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos com responsabilidade sobre a bacia do rio Doce, com vistas à gestão efetiva dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos da bacia, de modo a garantir o seu uso múltiplo, racional e sustentável em benefício das gerações presentes e futuras.

O Plano consubstancia ações integradas que visam instrumentalizar os CBH's de bacias afluentes e o CBH-Doce para o cumprimento de sua missão de articular os diversos atores sociais para garantir a oferta de água, em quantidade e qualidade, visando o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida na bacia hidrográfica do rio Doce. O PIRH Doce e os Planos de Ações de Recursos Hídricos das Bacias Afluentes – PARHs – tiveram ainda os seguintes objetivos específicos:

- Estruturar a base de dados da Bacia do Rio Doce relativa às características e à situação dos recursos hídricos e demais feições com implicações sobre as mesmas, com vistas a subsidiar a elaboração e implementação, após a elaboração do PIRH Doce, de um Sistema Integrado de Informações capaz de apoiar a gestão dos recursos hídricos da bacia.
- Definir as medidas necessárias para proteger, recuperar e promover a qualidade dos recursos hídricos com vistas à saúde humana, à vida aquática e à qualidade ambiental.
- Estabelecer metas de melhoria da qualidade das águas, de aumento da capacidade de produção de água e de uma justa distribuição da água disponível na bacia, acordadas por todos os atores da bacia.
- Fomentar o uso múltiplo, racional e sustentável dos recursos hídricos da bacia mediante avaliação e controle das disponibilidades e determinação das condições em que tem lugar o uso da água na bacia, em benefício das gerações presentes e futuras, levando em conta planos setoriais, regionais e locais em andamento ou com implantação prevista na Bacia.
- Integrar os planos, programas, projetos e demais estudos setoriais que envolvam a utilização dos recursos hídricos da bacia, incorporando-os ao PIRH e aos PARHs, dentro de suas possibilidades.
- Articular as ações municipais envolvendo o uso do solo com as diretrizes e intervenções relacionadas ao uso dos recursos hídricos.
- Conceber ações destinadas a atenuar as consequências de eventos hidrológicos extremos.
- Oferecer diretrizes para a implementação dos demais instrumentos de gestão dos recursos hídricos previstos em lei e contribuir para o fortalecimento do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos pela articulação e participação de todas as demais instâncias da bacia ligadas à gestão dos recursos hídricos.
- Manter e ampliar a participação dos segmentos da sociedade no processo de construção e implementação do PIRH-Doce, bem como nos programas e projetos dele derivados.

- Desenhar um arranjo institucional sustentável para a gestão dos recursos hídricos da bacia.
- Promover iniciativas destinadas ao desenvolvimento tecnológico e à capacitação de recursos humanos, à comunicação social e à educação ambiental em recursos hídricos na bacia.
- Com vistas ao atingimento dos objetivos anteriores, apontar respostas técnicas, institucionais e legais para os principais problemas diagnosticados/prognosticados na bacia e determinar um conjunto de intervenções estruturais e não estruturais, montadas na forma de programas e projetos, que possam ser realizadas dentro dos horizontes de planejamento adotados, identificando, para cada programa, os recursos necessários para sua realização, as fontes de onde os mesmos deverão proceder e o seu desenvolvimento no tempo.

A consultora desenvolveu seus trabalhos com acompanhamento permanente do GAT, através de reuniões mensais de trabalho, acrescidas de 30 (trinta) reuniões públicas realizadas em diferentes localidades da bacia, quando se apresentaram os resultados das distintas etapas em que o trabalho se desenvolveu, quais sejam: Diagnóstico, Prognóstico, e Programas do Plano Integrado.

Nas duas primeiras etapas foram elaborados o Diagnóstico da Bacia e o Prognóstico dos Recursos Hídricos no Horizonte do Plano, onde se avaliaram, respectivamente, a condição atual da qualidade da água e das disponibilidades hídricas, e a projeção destas condições, conforme distintos cenários, até o ano de 2030. A etapa final constituiu-se na definição das metas sugeridas para a bacia, e na descrição dos programas, projetos e ações preconizadas, incluindo seus objetivos, justificativas, procedimentos, atores envolvidos e diversos outros elementos que os caracterizam, seguida da análise das condições e perspectivas de atendimentos das metas, a partir da efetiva implantação dos programas, incluindo a viabilidade financeira do Plano.

Nesta última etapa também foram desenvolvidos, entre outros, estudos relacionados a um arranjo institucional viável para a gestão dos recursos hídricos da bacia, bem como diretrizes para a aplicação dos instrumentos de gestão definidos na Lei nº 9.433/97, com destaque para o Enquadramento sugerido no âmbito do Plano, como meta de qualidade a ser alcançada. O trabalho também contemplou o desenvolvimento de um Sistema de Informações Geográficas, denominado SIG-Plano, repositório de toda a informação coletada durante as distintas etapas de elaboração do Plano, bem como suporte de toda a representação cartográfica contida neste estudo.

1.4. Plano de Ação de Recursos Hídricos da Unidade de Planejamento e Gestão - PARH

O PARH é parte integrante do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – PIRH Doce, e considera os mesmos objetivos, metas básicas, horizonte de planejamento e a realidade desejada para a bacia do rio Doce. Para cada UGRH da bacia hidrográfica do rio Doce foi gerado um PARH específico caracterizando as peculiaridades de cada região da bacia do Rio Doce, assim como os programas prioritários de acordo com a realidade de cada Unidade de Gestão. Cada PARH é, desta maneira, um desdobramento do Plano Integrado de Recursos Hídricos, de acordo com

as especificidades de cada unidade de planejamento. Os conteúdos e informações aqui apresentados são, portanto, transpostos do Relatório Final do PIRH Doce, devendo o mesmo ser adotado como referência nas questões relativas aos procedimentos metodológicos utilizados e fontes de consulta específicas.

A estrutura dos PARHs segue, em linhas gerais, a mesma estrutura adotada no desenvolvimento do PIRH Doce, contemplando um diagnóstico situacional da unidade, com ênfase nas questões relativas aos recursos hídricos, e a descrição dos programas previstos para enfrentar as principais questões que comprometem a qualidade e disponibilidade da água e, por conseguinte, da qualidade de vida em cada UGRH. Neste documento estão apresentados:

- *Diagnóstico Sumário da UGRH*, contemplando as principais informações que caracterizam a Unidade de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos frente à bacia do Doce como um todo, com ênfase nas questões que demandam maior esforço de gestão. Este capítulo também apresenta um prognóstico tendencial, buscando caracterizar a situação dos recursos hídricos da UGRH no ano de 2030.
- *O Comitê de Bacia da UGRH*, descrevendo a atual estrutura, órgão normativo e deliberativo que tem por finalidade promover o gerenciamento de recursos hídricos na região, envolvendo, em um âmbito maior, a promoção do debate sobre as questões hídricas e o arbitramento dos conflitos relacionados com o uso da água e que, em última instância; irão aprovar e acompanhar a execução do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Doce, e o respectivo Plano de Ação.
- *Os Objetivos e Metas* projetados para a bacia, expressando a realidade possível para o horizonte do Plano, através de metas de planejamento e ações físicas, quantificadas e com prazos estipulados para a sua consecução.
- *Intervenções Recomendadas e Investimentos Previstos*, descrevendo o escopo geral das ações previstas e elencando as ações específicas para a bacia, incluindo, quando pertinente, as indicações de criticidade dos problemas identificados.
- *Conclusões e Diretrizes Gerais para a Implementação do PARH*, onde são discutidas e expostas as motivações e indicações das ações propostas, definindo-se as prioridades e os efeitos esperados para a bacia.

1.5. Contratos de Gestão

O processo de cobrança pelo uso dos recursos hídricos na bacia do Rio Doce se iniciou em 2011 quando o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Doce e dos Comitês dos rios afluentes, no uso de suas atribuições definidas por lei e demais normas complementares, e considerando os compromissos firmados no âmbito do Pacto para a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, celebrado em 24 de março de 2010 entre os dez Comitês de Bacia Hidrográfica com atuação na Bacia Hidrográfica do Rio Doce, a ANA, IGAM, IEMA e Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, estabelecem os mecanismos e sugere os valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos de

domínio da União na Bacia Hidrográfica do rio Doce. As decisões estão registradas nas respectivas Deliberações, conforme Tabela 2.

Tabela 2 – Deliberações aprovando a cobrança pelo uso dos recursos hídricos

Comitê de Bacia Hidrográfica	Deliberação
CBH Doce	Deliberação CBH Doce nº 26, de 31 de março de 2011
CBH Piranga	Deliberação CBH Piranga nº 04, de 12 de abril de 2011
CBH Piracicaba	Deliberação CBH Piracicaba nº 15, de 14 de abril de 2011
CBH Santo Antônio	Deliberação CBH Sto. Antônio nº 08, de 13 de maio de 2011
CBH Suaçuí	Deliberação CBH Suaçuí nº 28, de 26 de abril de 2011
CBH Caratinga	Deliberação CBH Caratinga nº 09, de 13 de abril de 2011
CBH Manhuaçu	Deliberação CBH Manhuaçu nº 01, de 03 de agosto de 2011

Posteriormente, o CBH Doce e os Comitês mineiros aprovam o Edital Conjunto nº 01/2011 para seleção de Entidade Delegatária ou Equiparada para desempenhar funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

O CBH-Doce indicaria ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH a entidade que fosse selecionada com base nos procedimentos estabelecidos neste Edital, para receber a delegação de competência para o exercício de funções de agência de água da bacia hidrográfica do rio Doce nos termos do art. 51 da Lei 9.433/97.

Os Comitês estaduais de Minas Gerais atuantes na área de abrangência da bacia hidrográfica do rio Doce (CBH Piranga, CBH Piracicaba, CBH Santo Antônio, CBH Caratinga, CBH Águas do Rio Manhuaçu e CBH Suaçuí Grande) deveriam considerar, na indicação ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais – CERH/MG, a ENTIDADE selecionada com base nos procedimentos deste Edital, para que seja procedido o ato de equiparação à função de agência de água da bacia hidrográfica do rio Doce, em conformidade com o previsto no art. 37 da Lei 13.199/1999 (MG).

Os Comitês estaduais do Espírito Santo atuantes na área de abrangência da bacia hidrográfica do rio Doce (CBH Rio Guandu, CBH Rio São José, CBH Rio Santa Maria do Rio Doce) deveriam considerar, na indicação ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Espírito Santo – CERH/ES, a ENTIDADE selecionada com base nos procedimentos deste Edital – e após sua qualificação no Programa de Organizações Sociais do Estado do Espírito Santo, conforme Lei Complementar nº 489/2009 (ES) – para receber a delegação de competência para o exercício de funções de Agência de Água da bacia hidrográfica do rio Doce, em conformidade com o previsto nos artigos 45 e 46, parágrafo único, da Lei 5.818/1998 (ES).

Ainda em 2011 os Comitês Mineiros e o CBH Doce aprovam a indicação, ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH e Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais – CERH/MG, do Instituto BioAtlântica – IBiO para desempenhar, por prazo determinado no contrato de gestão, funções de Agência de Água na bacia hidrográfica do rio Doce como entidade delegatária/equiparada dessas funções, conforme Deliberações da Tabela 3. Na mesma data, foi aprovada a minuta dos

Contratos de Gestão, a serem celebrados entre o IBiO e ANA, e entre IBiO e IGAM para desempenhar funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

Tabela 3 - Deliberações aprovando a indicação do IBiO para funções de Agência de Água

Comitê de Bacia Hidrográfica	Deliberação
CBH Doce	Deliberação CBH Doce nº 30, de 24 de agosto de 2011
CBH Piranga	Deliberação CBH Piranga nº 06, de 25 de agosto de 2011
CBH Piracicaba	Deliberação CBH Piracicaba nº 17, de 23 de agosto de 2011
CBH Santo Antônio	Deliberação CBH Sto. Antônio nº 11, 02 de setembro de 2011
CBH Suaçuí	Deliberação CBH Suaçuí nº 30, de 30 de agosto de 2011
CBH Caratinga	Deliberação CBH Caratinga nº 10, de 31 de agosto de 2011
CBH Manhuaçu	Deliberação CBH Manhuaçu nº 02, 01 de setembro de 2011

Após aprovação dos Comitês, o tema foi discutido e a delegação/equiparação do Instituto BioAtlântica (IBiO) foi aprovada pelo CNRH - Conselho Nacional de Recursos Hídricos, por meio da Resolução CNRH nº 130, de 20 de setembro de 2011 e pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais na Deliberação CERH/MG nº 295, de 16 de dezembro de 2011.

O **Contrato de Gestão nº 072/ANA/2011** foi celebrado em 26 de outubro de 2011 entre a Agência Nacional de Águas - ANA e o Instituto BioAtlântica (IBiO), Entidade Delegatária, com a anuência do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, para o exercício de funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, publicado no D.O.U em 04 de novembro de 2011.

- O **Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 072/ANA/2011**, celebrado entre a Agência Nacional de Águas – ANA e o Instituto BioAtlântica, com anuência do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Doce – CBH Doce, para o exercício de funções de Agência de Água foi celebrado em 22 de junho de 2015 e teve por objeto promover alteração do CNPJ do Instituto BioAtlântica, que passou de “05.112.703/0001-25”, para “05.112.703/0002-06”, em razão de abertura de filial; bem como indicar o crédito orçamentário e a nota de empenho para custear as despesas no exercício de 2015.
- O **Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 072/ANA/2011**, foi celebrado em 28 de dezembro de 2015 e teve por objeto promover alteração nas Cláusulas Terceira – Das Obrigações e Competências; Quarta – Dos Recursos Orçamentário e Financeiro; Quinta – Dos Recursos Humanos; Décima – Da Vigência; e no Programa de Trabalho.
- O **Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 072/ANA/2011**, foi celebrado em 30 de junho de 2017 e teve por objeto promover alterações nas Cláusulas quarta, nona e décima e no Programa de Trabalho. Tendo vigência a partir de sua assinatura até 31 de dezembro de 2020, podendo ser prorrogado pelo período de delegação aprovado pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

O **Contrato de Gestão nº 001/2011** entre Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM e o Instituto BioAtlântica (IBiO), Entidade Equiparada, com a anuência dos Comitês da Bacia Hidrográfica do Rio Piranga – DO1, do Rio Piracicaba – DO2, do Rio Santo Antônio – DO3, do Rio Suaçuí – DO4, do Rio Caratinga – DO5, e águas do Rio Manhuaçu – DO6, para o exercício de funções de Agência de Água, foi celebrado em 21 de dezembro de 2011 e publicado no D.O.E.M.G em 10 de janeiro de 2012.

- O Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 001/2011 que entre si celebraram o Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM e o Instituto BioAtlântica, com anuência dos Comitês de Bacia Hidrográfica do Rio Piranga – DO1, do Rio Piracicaba – DO2, do Rio Santo Antônio – DO3, do Rio Suaçuí – DO4, do Rio Caratinga – DO5 e Águas do Rio Manhuaçu – DO6, foi celebrado em 07 de agosto de 2012, e teve como objeto a inclusão do Plano de Aplicação Plurianual para o período de 2012 a 2015 e a adoção de novo Programa de Trabalho, bem como alteração da Cláusula Quarta – Dos Recursos Orçamentários e Financeiros.
- O Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 001/2011 teve como objeto a alteração do Plano de Aplicação Plurianual para o período de 2012 a 2015, conforme deliberações nº 10/2014 do CBH-Piranga, nº 27/2014 do CBH-Piracicaba, nº 20/2014 do CBH-Santo Antônio, nº 45/2014 do CBH-Suaçuí, nº 03/2014 do CBH-Caratinga e nº 30/2014 do CBH-Manhuaçu.
- O Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 001/2011 foi celebrado em 30 de dezembro de 2015, e teve como objeto a prorrogação do contrato por um período de 120 (cento e vinte) dias, contados de 01 de janeiro de 2016.
- O Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 001/2011 foi celebrado em 29 de abril de 2016, e teve como objeto a prorrogação do contrato até 31 de dezembro de 2016.

Em 2015, o CBH-Doce através da Deliberação nº 46 de 25 de junho de 2015 propõe a prorrogação do Instituto BioAtlântica para desempenhar as funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce. E em 23 de setembro de 2015 através da Resolução nº 168 o Conselho Nacional de Recursos Hídricos aprova e prorroga até 31 de dezembro de 2020, a delegação de competência ao Instituto BioAtlântica para desempenhar as funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, observadas as disposições da Lei nº 10.881, de 2004.

Em 2016, como pode ser visto na Tabela 4, os Comitês Mineiros aprovam a indicação ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais – CERH/MG, do Instituto BioAtlântica para exercer até 31 de dezembro de 2020, às funções de entidade equiparada à agência de bacia. E através da Deliberação nº 399 de 23 de novembro de 2016 o Conselho Estadual de Recursos Hídricos aprova a equiparação do Instituto BioAtlântica à Agência de Bacia Hidrográfica no âmbito das Bacias Hidrográficas dos rios Piranga, Piracicaba, Santo Antônio, Caratinga, Suaçuí e Manhuaçu.

Tabela 4 - Deliberações aprovando a prorrogação da indicação do IBIO para funções de Agência de Água

Comitê de Bacia Hidrográfica	Deliberação
CBH Doce	Deliberação CBH Doce nº 46, de 25 de junho de 2015
CBH Piranga	Deliberação CBH Piranga nº 14, de 20 de setembro de 2016
CBH Piracicaba	Deliberação CBH Piracicaba nº 32, de 21 de setembro de 2016
CBH Santo Antônio	Deliberação CBH Sto. Antônio nº 25, 27 de setembro de 2016
CBH Suaçuí	Deliberação CBH Suaçuí nº 50, de 29 de setembro de 2016
CBH Caratinga	Deliberação CBH Caratinga nº 03, de 22 de setembro de 2016
CBH Manhuaçu	Deliberação CBH Manhuaçu nº 35, 28 de setembro de 2016

Em 11 de janeiro 2017, foi assinado o **Contrato de Gestão nº 001/IGAM/2017** entre Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM e o Instituto BioAtlântica - IBIO, Entidade Equiparada, com a anuência dos Comitês da Bacia Hidrográfica do Rio Piranga – DO1, do Rio Piracicaba – DO2, do Rio Santo Antônio – DO3, do Rio Suaçuí – DO4, do Rio Caratinga – DO5, e águas do Rio Manhuaçu – DO6, para o exercício de funções de Agência de Água.

- O **Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 001/IGAM/2017** que entre si celebraram o Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM e o Instituto BioAtlântica, com anuência dos Comitês de Bacia Hidrográfica do Rio Piranga – DO1, do Rio Piracicaba – DO2, do Rio Santo Antônio – DO3, do Rio Suaçuí – DO4, do Rio Caratinga – DO5 e Águas do Rio Manhuaçu – DO6, foi celebrado em 26 de julho de 2017, e teve como objeto a inclusão do Plano plurianual de aplicação dos recursos financeiros arrecadados com a cobrança pelos uso de recursos hídricos, plano referente ao período de 2016 a 2020, e a integração ao contrato de gestão do Orçamento IBIO relativo ao ano de 2017 (Tabela 5), ambos, aprovados por cada um dos comitês dos rios afluentes mineiros do Rio Doce mediante Deliberações específicas.

Tabela 5– Deliberações aprovando o Orçamento IBIO (Recurso Estadual) para 2017

Comitê de Bacia Hidrográfica	Deliberação
CBH Piranga	Deliberação CBH Piranga nº 18, de 21 de fevereiro de 2017
CBH Piracicaba	Deliberação CBH Piracicaba nº 38, de 08 de fevereiro de 2017
CBH Santo Antônio	Deliberação CBH Sto. Antônio nº 29, 22 de fevereiro de 2017
CBH Suaçuí	Deliberação CBH Suaçuí nº 56, de 10 de fevereiro de 2017
CBH Caratinga	Deliberação CBH Caratinga nº 02, de 03 de fevereiro de 2017
CBH Manhuaçu	Deliberação CBH Manhuaçu nº 38, 13 de março de 2017

1.6. Plano de Aplicação Plurianual – PAP Doce

O Plano de Aplicação Plurianual, é um instrumento básico e harmonizado de orientação dos estudos, planos, projetos e ações a serem executados com recursos da cobrança pelo uso da água em toda a bacia hidrográfica do rio Doce.

- **PAP 2012/2015**

Para o período de 2012 a 2015 o Plano de Aplicação Plurianual teve como objetivo a implementação das metas estabelecidas nos Contratos de Gestão e no Pacto das Águas e os programas e ações do PIRH/PARHs Doce considerados prioritários no período de 2012 a 2015. Além de proporcionar o aumento da disponibilidade de água; de reduzir os níveis de poluição hídrica na bacia e apoiar a adoção de medidas de proteção e preservação de nascentes e de práticas de conservação de água e solo e fomentar ações de prevenção e defesa a acidentes e eventos hidrológicos críticos.

Para fins de aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da água, no período entre 2012 e 2015, foram priorizados programas do PIRH/PARHs Doce de hierarquia 1, 2 e 3, tendo em vista a relevância e a urgência na sua implementação. O PAP foi inicialmente aprovado pelo CBH Doce e pelos Comitês Estaduais de Minas Gerais em 2012, definidos valores a serem investidos em cada um dos programas do PIRH/PARH, conforme Deliberações da Tabela 6.

Tabela 6 - Deliberações que aprovaram o Plano de Aplicação Plurianual – PAP

Comitê de Bacia Hidrográfica	Deliberação
CBH Doce	Deliberação CBH Doce nº 32, de 26 de abril de 2012
CBH Piranga	Deliberação CBH Piranga nº 02, de 12 de abril de 2012
CBH Piracicaba	Deliberação CBH Piracicaba nº 22, de 11 de abril de 2012
CBH Santo Antônio	Deliberação CBH Sto. Antônio nº 14, de 13 de abril de 2012
CBH Suaçuí	Deliberação CBH Suaçuí nº 34, de 19 de abril de 2012
CBH Caratinga	Deliberação CBH Caratinga nº 12, de 17 de abril de 2012
CBH Manhuaçu	Deliberação CBH Manhuaçu nº 02, de 18 de abril de 2012

Porém, considerando a necessidade de adequar os desembolsos na bacia às estimativas mais recentes de arrecadação oriunda da cobrança pelo uso de recursos hídricos; considerando a necessidade de concentrar a aplicação dos recursos em um menor número de programas e ações; e considerando os resultados das discussões ocorridas no âmbito dos comitês da bacia durante os meses de abril a junho de 2014, os Comitês estaduais e federal decidem por readequar alguns itens do documento, assim como os valores alocados para cada programa a cada ano restante dos Contratos de Gestão celebrados entre o IBiO, a ANA e o IGAM. Na Tabela 7 abaixo estão descritas as Deliberações que aprovaram as readequações do PAP.

Tabela 7 - Deliberações que aprovaram readequação do Plano de Aplicação Plurianual - PAP

Comitê de Bacia Hidrográfica	Deliberação
CBH Doce	Deliberação CBH Doce nº 42, de 14 de agosto de 2014
CBH Piranga	Deliberação CBH Piranga nº 10, de 03 de junho de 2014
CBH Piracicaba	Deliberação CBH Piracicaba nº 27, de 04 de junho de 2014
CBH Santo Antônio	Deliberação CBH Sto. Antônio nº 20, de 22 de maio de 2014
CBH Suaçuí	Deliberação CBH Suaçuí nº 45, de 21 de maio de 2014
CBH Caratinga	Deliberação CBH Caratinga nº 03, de 11 de junho de 2014
CBH Manhuaçu	Deliberação CBH Manhuaçu nº 30, de 10 de junho de 2014

• **PAP 2016/2020**

Para o exercício 2016/2020 o Plano de Aplicação Plurianual a ser executado com recursos da cobrança pelo uso da água e de outras fontes em toda a bacia hidrográfica do rio Doce⁶, se pauta pelas seguintes premissas:

- Os estudos, planos, projetos e ações a serem executados devem estar em conformidade com os programas, estabelecidos no Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – PIRH, nos Planos de Ações de Recursos Hídricos das Bacias Afluentes – PARHs, e com as metas definidas nos Contratos de Gestão firmados entre o IBiO com a Agência Nacional de Águas – ANA e com o Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM;
- As diretrizes devem ser harmonizadas para toda a bacia hidrográfica do rio Doce, de forma a otimizar a aplicação dos recursos da cobrança;
- Com vistas a qualificar e alavancar investimentos para toda a bacia hidrográfica do rio Doce, os recursos devem apoiar, preferencialmente, a elaboração de estudos e projetos, bem como ações de proteção, preservação, conservação e recuperação de mananciais, além de ações de capacitação, treinamento, mobilização social e educação ambiental com foco em recursos hídricos;
- As áreas com maior vulnerabilidade, definidas conforme critérios previstos no Art.14, devem ser priorizadas para implementação dos programas hidro ambientais⁷ previstos neste PAP. O mapa de vulnerabilidade da bacia hidrográfica do rio Doce e estudos complementares a

⁶ Para fins dessa Deliberação, a área da bacia hidrográfica do rio Doce contempla a região hidrográfica do rio Barra Seca, no Espírito Santo, em conformidade com o Decreto de 25 de janeiro de 2002, alterado pelo Decreto de 1º de setembro de 2010.

⁷ Para efeitos deste PAP Doce, os programas hidroambientais a serem efetivados nas áreas consideradas de vulnerabilidade da bacia compreendem: Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos (P12), Programa de Incremento de Disponibilidade Hídrica (P21), Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura (P22), Programa Produtor de Água (P24) e Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52) e Programa de Saneamento Rural (P42).

serem realizados pelo IBiO, com base no melhor conhecimento técnico disponível sobre o território, terão como objetivo facilitar a tomada de decisão por parte dos comitês de bacia.

São objetivos do Plano de Aplicação Plurianual, implementar as metas estabelecidas nos Contratos de Gestão e os programas e ações do PIRH/PARHs Doce considerados prioritários no período de 2016 a 2020; aumentar a disponibilidade de água e reduzir os níveis de poluição hídrica na bacia; apoiar a adoção de medidas de proteção e preservação de Áreas de Preservação Permanente (APPs) e nascentes e de práticas de conservação de água e solo; fomentar ações de prevenção e defesa a acidentes e eventos hidrológicos críticos. São considerados prioritários, para fins de execução no período de 2016 a 2020, os seguintes programas constantes do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – PIRH e Planos de Ações de Recursos Hídricos das Bacias Afluentes – PARHs Doce:

- Qualidade da Água/Enquadramento:
 - P11 – Programa de Saneamento da Bacia.
 - P12 – Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos.
- Disponibilidade de Águas/Balanco Hídrico:
 - P21 – Programa de Incremento de Disponibilidade Hídrica.
 - P22 – Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura.
 - P24 – Programa Produtor de Água.
- Susceptibilidade a Enchentes:
 - P31 – Programa de Convivência com as Cheias.
- Universalização do Saneamento:
 - P41 – Programa de Universalização Saneamento.
 - P42 – Programa de Expansão do Saneamento Rural.
- Incremento de Áreas Legalmente Protegidas:
 - P52 – Programa de Recomposição de APPs e Nascentes.
- Implementação dos Instrumentos de Gestão dos Recursos Hídricos:
 - P61 – Programa de Monitoramento e Acompanhamento da Implementação da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos.
- Implementação das Ações do PIRH Doce:
 - P71 – Programa de Comunicação Social.
 - P72 – Programa de Educação Ambiental.
 - P73 – Programa de Treinamento e Capacitação.

Para fins de aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da água, no período entre 2016 e 2020, foram priorizados programas do PIRH/PARHs Doce de hierarquia 1, 2 e 3, tendo em vista a relevância e a urgência na sua implementação, bem como por meio da pactuação com os Comitês de Bacia Hidrográficas com atuação na Bacia do Rio Doce. A Tabela 8 apresenta as Deliberações que aprovaram o Plano de Aplicação Plurianual 2016/2020.

Tabela 8 - Deliberações que aprovaram o Plano de Aplicação Plurianual – PAP

Comitê de Bacia Hidrográfica	Deliberação
CBH Doce	Deliberação CBH Doce nº 48, de 01 de dezembro de 2015
CBH Piranga	Deliberação CBH Piranga nº 11, de 20 de outubro de 2015
CBH Piracicaba	Deliberação CBH Piracicaba nº 29, de 21 de outubro de 2015
CBH Santo Antônio	Deliberação CBH Sto. Antônio nº 21, de 22 de outubro de 2015
CBH Suaçuí	Deliberação CBH Suaçuí nº 47, de 29 de outubro de 2015
CBH Caratinga	Deliberação CBH Caratinga nº 02, de 28 de outubro de 2015
CBH Manhuaçu	Deliberação CBH Manhuaçu nº 31, de 27 de outubro de 2015

Na Tabela 9 são apresentados os valores alocados, referentes aos recursos arrecadados e repassados pelo IGAM.

Tabela 9 - PAP da Bacia do Rio Doce com recursos arrecadados e repassados pelo IGAM

METAS, PROGRAMAS E AÇÕES PRIORIZADOS	VALORES (Mil R\$)					
	2016	2017	2018	2019	2020	TOTAL
UGRH1 Piranga						
PROGRAMAS DE SANEAMENTO	2.900	1.900	500	1.900	500	7.700
P11 - Programa de Saneamento da Bacia	600	700	-	700	-	2.000
P41 - Programa de Universalização do Saneamento:	2.300	700	-	700	-	3.700
Apoio na elaboração de PMSB.	1.100		-	-	-	1.100
Elaboração de projetos para otimização de SAA.	1.200	700	-	700	-	2.600
P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural	-	500	500	500	500	2.000
PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS	500	1.750	1.250	1.750	1.250	6.500
P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos	-	500	-	500	-	1.000
P24 - Programa Produtor de Água	-	250	250	250	250	1.000
P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes	500	1.000	1.000	1.000	1.000	4.500
PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS	600	100	100	100	100	1.000
P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia	500	-	-	-	-	500
P61.2 – Subprograma de fortalecimento dos comitês	100	100	100	100	100	500

SUBTOTAL 1	4.000	3.750	1.850	3.750	1.850	15.200
UGRH2 Piracicaba						
PROGRAMAS DE SANEAMENTO	1.800	3.000	3.000	3.000	1.000	11.800
P11 - Programa de Saneamento da Bacia	500	1.000	1.000	1.000	-	3.500
P41 - Programa de Universalização do Saneamento:	1.300	1.000	1.000	1.000	-	4.300
Apoio na elaboração de PMSB.	400	-	-	-	-	400
Elaboração de projetos para otimização de SAA.	900	1.000	1.000	1.000	-	3.900
P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural	-	1.000	1.000	1.000	1.000	4.000
PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS	4.500	9.000	9.500	8.500	10.200	41.700
P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos	-	2.000	2.000	2.000	3.700	9.700
P24 - Programa Produtor de Água	500	500	1.000	-	-	2.000
P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes	4.000	6.500	6.500	6.500	6.500	30.000
PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS	100	600	100	100	100	1.000
P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia	-	500	-	-	-	500
P61.2 – Subprograma de fortalecimento dos comitês	100	100	100	100	100	500
SUBTOTAL 2	6.400	12.600	12.600	11.600	11.300	54.500
UGRH3 Santo Antônio						
PROGRAMAS DE SANEAMENTO	2.210	1.310	1.310	1.310	1.310	7.450
P41 - Programa de Universalização do Saneamento:	1.250	350	350	350	350	2.650
Apoio na elaboração de PMSB.	900	-	-	-	-	900
Elaboração de projetos para otimização de SAA.	350	350	350	350	350	1.750
P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural	960	960	960	960	960	4.800
PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS	960	960	960	960	960	4.800
P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes	960	960	960	960	960	4.800
PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS	600	100	100	100	100	1.000

Relatório de Gestão do Exercício de 2017 – Contrato de Gestão 001/IGAM/2017

P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia	500	-	-	-	-	500
P61.2 – Subprograma de fortalecimento dos comitês	100	100	100	100	100	500
SUBTOTAL 3	3.770	2.370	2.370	2.370	2.370	13.250
UGRH4 Suaçuí						
PROGRAMAS DE SANEAMENTO	800	-	-	-	-	800
P41 - Programa de Universalização do Saneamento:	500	-	-	-	-	500
Apoio na elaboração de PMSB.	500	-	-	-	-	500
P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural	300	-	-	-	-	300
PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS	1.000	1.000	-	-	-	2.000
P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos	500	500	-	-	-	1.000
P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes	500	500	-	-	-	1.000
PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS	250	100	100	100	100	650
P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia	150	-	-	-	-	150
P61.2 – Subprograma de fortalecimento dos comitês	100	100	100	100	100	500
SUBTOTAL 4	2.050	1.100	100	100	100	3.450
UGRH5 Caratinga						
PROGRAMAS DE SANEAMENTO	1.350	150	650	150	650	2.950
P11 - Programa de Saneamento da Bacia	250	-	250	-	250	750
P41 - Programa de Universalização do Saneamento:	950	-	250	-	250	1.450
Apoio na elaboração de PMSB.	700	-	-	-	-	700
Elaboração de projetos para otimização de SAA.	250	-	250	-	250	750
P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural	150	150	150	150	150	750
PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS	500	500	500	500	500	2.500
P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos	250	250	250	250	250	1.250
P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes	250	250	250	250	250	1.250

PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS	400	100	100	100	100	800
P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia	300	-	-	-	-	300
P61.2 – Subprograma de fortalecimento dos comitês	100	100	100	100	100	500
SUBTOTAL 5	2.250	750	1.250	750	1.250	6.250
UGRH6 Manhuaçu						
PROGRAMAS DE SANEAMENTO	1.000	-	-	-	-	1.000
P41 - Programa de Universalização do Saneamento:	1.000	-	-	-	-	1.000
Apoio na elaboração de PMSB.	200	-	-	-	-	200
Elaboração de projetos para otimização de SAA.	800	-	-	-	-	800
PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS	300	740	740	740	740	3.260
P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos	300	450	450	450	450	2.100
P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes	-	290	290	290	290	1.160
PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS	220	100	100	100	100	620
P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia	120	-	-	-	-	120
P61.2 – Subprograma de fortalecimento dos comitês	100	100	100	100	100	500
SUBTOTAL 6	1.520	840	840	840	840	4.880
TOTAL MG	19.990	21.410	19.010	19.410	17.710	97.530

Na Tabela 10 abaixo estão descritas as Deliberações que aprovaram as readequações do PAP 2016/2020.

Tabela 10 - Deliberações que aprovaram a realocação do Plano de Aplicação Plurianual – PAP

Comitê de Bacia Hidrográfica	Deliberação
CBH Doce	Deliberação CBH Doce nº 51, de 16 de junho de 2016
CBH Doce	Deliberação CBH Doce nº 52, de 14 de outubro de 2016
CBH Doce	Deliberação CBH Doce nº 53, de 28 de outubro de 2016
CBH Doce	Deliberação CBH Doce nº 54, de 28 de outubro de 2016
CBH Doce	Deliberação CBH Doce nº 56, de 21 de novembro de 2016

Na Tabela 11 estão demonstrados os valores alocados, referentes aos recursos arrecadados e repassados pela ANA, após readequações no PAP.

Tabela 11 - PAP da Bacia do Rio Doce com recursos arrecadados e repassados pela ANA

METAS, PROGRAMAS E AÇÕES PRIORIZADOS	ESPACIALIZAÇÃO	VALORES (Mil R\$)						
		2016	2017	2018	2019	2020	TOTAL	
PROGRAMAS DE SANEAMENTO		6.794	4.652	3.000	3.000	2.612	20.058	
P11 - Programa de Saneamento da Bacia:		1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	5.000	
Elaborar projetos para sistemas de coleta e tratamento de esgotos domésticos (SES).	Toda a bacia							
P41 - Programa de Universalização do Saneamento:		4.794	2.652	1.000	1.000	1.000	10.446	
Apoio na elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB).	Toda a bacia	3.270	1.017	0	0	0	4.287	
Elaboração de projetos para otimização de sistemas de abastecimento de água (SAA).		1.524	1.635	1.000	1.000	1.000	6.159	
P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural	Para cada uma das 9 UGRHs	1.000	1.000	1.000	1.000	612	4.612	
PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS		6.650	8.050	8.050	7.671	5.488	35.909	
P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos	Para cada uma das 9 UGRHs	1.945	2.345	2.345	2.053	1.487	10.175	
P21 - Programa de Incremento de Disponibilidade Hídrica	Para as UGRHs 7 a 9	-	1.000	1.000	1.000	-	3.000	
P22 - Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura	Para as UGRHs 1, 4 a 9	900	900	900	819	819	4.337	
P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes	Para cada uma das 9 UGRHs	3.805	3.805	3.805	3.799	3.183	18.398	
PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS		4.015	5.535	5.600	3.600	2.600	21.350	
Atualização do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – PIRH e Planos de Ações de Recursos Hídricos das Bacias Afluentes – PARHs			2.000	2.000			4.000	
P31 - Programa de Convivência com as Cheias		1.000	1.000	1.000	1.000		4.000	
Levantamento de seções topobatimétricas nas calhas dos principais rios da bacia para o modelo hidráulico de propagação de vazões.	Toda a bacia	1.000	-				1.000	
Desenvolvimento de modelo hidrológico, incluindo calibração, simulação e análises/ Desenvolvimento do modelo hidráulico, incluindo calibração, simulação e definição dos perfis da linha d'água e das manchas de inundação/ Conjunto de Intervenções não estruturais de convivência com as cheias.				1.000	1.000	1.000		3.000
Desenvolvimento da interface gráfica para operacionalização do modelo no sistema de alerta/ Desenvolvimento do Sistema de Previsão e do Sistema de Intervenções Estruturais.								

P61 - Programa de Monitoramento e Acompanhamento da Implementação da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos		1.655	1.135	1.200	1.200	1.200	6.390
Promover fortalecimento dos comitês segundo o modelo de arranjo institucional elaborado para a bacia (P61.2) (Comitê de Integração/ Planejamento anual das atividades dos comitês/ Encontro anual da bacia).	11 Comitês	1.305	1.135	1.200	1.200	1.200	6.040
Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia (P61.1)	Para Calha e as UGRHs 7 a 9	350					350
P71 - Programa de Comunicação Social							
Produção e divulgação de peças de comunicação (tais como, folders impressos e eletrônicos, notícias, audiovisuais), incluindo materiais específicos para divulgação dos programas do PAP considerando o público alvo de cada um.	Toda a bacia	500	500	500	500	500	2.500
Registro e organização audiovisual dos eventos e do processo de implementação do PIRH/PARHs.							
Sistema de avaliação sistemática do PIRH por meio de formulário de avaliação a ser preenchido por participantes dos eventos.							
P72 - Programa de Educação Ambiental							
Identificação e cadastramento das ações de educação ambiental existentes na bacia com avaliação das oportunidades de inserção dos temas de interesse do PIRH/PARHs.	Toda a bacia	460	500	500	500	500	2.460
Realização de parcerias com órgãos de governo estaduais e municipais responsáveis pela política de educação ambiental na bacia e com instituições não governamentais atuantes nesta área.							
Elaboração de estratégias e materiais em linguagem regional adequada.							
P73 - Programa de Treinamento e Capacitação							
Elaborar manuais de procedimentos e normas para a gestão de recursos hídricos, incluindo a legislação vigente.	Toda a bacia	400	400	400	400	400	2.000
Estabelecer convênios e parcerias com instituições especializadas em atividades de ensino e capacitação.							
Realizar oficinas de treinamento e capacitação com profissionais e técnicos voltados para as atividades de gestão de recursos hídricos.							
TOTAL		17.459	18.237	16.650	14.271	10.700	77.317

2. DADOS GERAIS DE IDENTIFICAÇÃO

2.1. Identificação Institucional

Nome da Instituição: Instituto BioAtlântica, Entidade Equiparada às Funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica dos Rios Afluentes Mineiros do Rio Doce.

CNPJ: 05.112.703/0001-25 (IBIO Institucional); 05.112.703/0002-06 (IBIO - Filial)

Natureza Jurídica: Instituto BioAtlântica, Entidade Equiparada de funções de agência de água, associação civil, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, fundado em 19 de fevereiro de 2002, com duração por tempo indeterminado, regendo-se pelas Legislações Federais, Estaduais e demais deliberações dos comitês de bacia hidrográfica para os quais atua como Entidade Delegatária ou Equiparada.

Vinculação: Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM

- Contrato de Gestão N° 001/2017, publicado no DOE-MG em 11/01/2017;
- 1º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 001/2017, assinado em 26 de julho de 2017;

Endereço: Rua Afonso Pena, 2.590, Centro, Governador Valadares – MG, CEP 35010-000.

Norma de Criação e Finalidade: Estatuto Social - Data: 22/06/2007; Estatuto Social – Alterado em 14/10/2011

Endereço da Página Institucional na Internet: <http://www.ibioagbdoce.org.br/>

E-mail: ibioagbdoce@ibio.org.br

2.2. Identificação do Contrato de Gestão

Instrumento Legal: Contrato de Gestão 001/IGAM/2017, celebrado entre o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) e o Instituto BioAtlântica com a anuência dos Comitês de Bacia Hidrográfica do Rio Piranga – UGRH01, do Rio Piracicaba – UGRH02, do Rio Santo Antônio UGRH03, do Rio Suaçuí – UGRH04, do Rio Caratinga UGRH05 e Águas do Rio Manhuaçu – UGRH06.

Dotação Orçamentária: 2241.18.544.120.4505.0001.33.50.41.01.0.61.1

Fundamentação Legal:

Lei Estadual nº 13.199, de 29 de janeiro de 1999;

Decreto Estadual nº 41.578, de 08 de março de 2001;

Decreto Estadual nº 44.046, de 13 de junho de 2005;

Deliberação Normativa CERH-MG nº 23, de 15 de setembro de 2008.

2.3. Descrição dos Objetivos e Metas Institucionais Pactuados no Contrato de Gestão

O Programa de Trabalho compreende um conjunto de metas a serem alcançadas, cujos resultados são mensurados por meio de indicadores de desempenho.

Na Tabela 12 é apresentado o Programa de Trabalho do Contrato de Gestão com a Entidade Delegatária para o exercício das funções de Agência de Água na Bacia Hidrográfica do Rio Doce, com seus indicadores e respectivos critérios de avaliação.

Tabela 12 - Programa de Trabalho com indicadores e critérios de avaliação

Metas Gerais / Indicadores		Metas Específicas / Critérios de Avaliação
1	DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES	1A. Conteúdo disponibilizado e atualizado na página eletrônica dos Comitês Afluentes do Rio Doce e da entidade equiparada à agência de bacia.
2	PLANEJAMENTO E GESTÃO	2A. Elaboração do Plano Plurianual de Aplicação.
		2B. Acompanhamento do Plano Plurianual de Aplicação.
		2C. Implementação do Plano Diretor de Recursos Hídricos.
		2D. Conclusão dos compromissos remanescentes – Contrato de Gestão IGAM / IBIO Nº 001/2011.
3	UTILIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS RECURSOS DA COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS	3A. Índice de desembolso sobre o valor anual repassado pelo IGAM (%).
		3B. Índice de desembolso acumulado repassado pelo IGAM (%).
4	GERENCIAMENTO INTERNO	4A. Atendimento ao Usuário em Cobrança.
		4B. Complementação e atualização do Cadastro de Usuários.
5	RECONHECIMENTO SOCIAL	5A. Avaliação pelos membros do Comitê.
		5B. Avaliação, pelos usuários de água, da cobrança pelo uso de recursos hídricos.

2.4. Glossários sobre os Critérios de Avaliação

Nas tabelas abaixo são apresentadas as descrições dos critérios de avaliação de cada indicador.

Tabela 13 - Descrição dos Critérios de Avaliação Indicador 1

Meta Geral / Indicador 1 - Disponibilização de Informações	
Detalhamento do conteúdo a ser disponibilizado no site, inclusive links para outras páginas:	
Comitês	Decretos de criação, Regimento interno e suas alterações, composição, Deliberações, Moções e Atas das reuniões.
Entidade Equiparada	Informações institucionais atualizadas: Deliberação CERH de Equiparação, estatuto e alterações, associados.
Relação de Usuários em Cobrança	Relação dos usuários da respectiva Bacia Hidrográfica em cobrança pelo IGAM, no exercício corrente, contendo nome, município, UF, e valor cobrado.
Cobrança e Arrecadação	Valores transferidos para a entidade equiparada, despesas efetuadas e os rendimentos financeiros, atualizados trimestralmente.
Centro de Documentação	Estudos, projetos, relatórios e demais documentos técnicos produzidos sobre a Bacia.
Investimentos na bacia	Investimentos aprovados e contratados anualmente com recursos da Cobrança na respectiva Bacia Hidrográfica.
Legislação de Recursos Hídricos	Legislação federal e do Estado, incluindo: Constituição, Leis, Decretos, Portarias, Resoluções do IGAM, Deliberações do Conselho.
Contrato de Gestão	Contratos e seus aditivos, Relatórios de Gestão, Relatórios de Avaliação e Relatórios Financeiros e Contratos firmados.

Tabela 14 – Descrição dos Critérios de Avaliação Indicador 2

Meta Geral / Indicador 2 - Planejamento e Gestão	
Metas Específicas / Critérios de avaliação	Detalhamento
2A. Elaboração do Plano Plurianual de Aplicação	Plano Plurianual de Aplicação aprovado pelos respectivos Comitês de Bacia hidrográfica, contendo, necessariamente, a descrição detalhada dos seus programas e itens, evidenciando a origem dos seus respectivos recursos, e consistência ao Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce e o Plano de Trabalho dos respectivos Comitês.
2B. Acompanhamento do Plano Plurianual de Aplicação	<p>1. Relatório anual de acompanhamento das ações executadas com os recursos da cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia, descrevendo por ação, quando couber:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Identificação do componente/subcomponente em que a ação se enquadra; ✓ Objeto e valor da ação; ✓ Modalidade de aplicação: direta, indireta (contrato de repasse) e financiamento; ✓ Código da ação no Plano Plurianual de Aplicação; ✓ Prazos médios de execução: andamento dos cronogramas físicos-financeiros; e, ✓ Identificação dos principais atrasos e justificativas.
2C. Implementação do Plano Diretor de Recursos Hídricos	<p>Relatório de avaliação da execução das ações previstas no Plano Diretor de Recursos Hídricos, com recursos da cobrança pelos usos de Recursos Hídricos e outras fontes, contendo as principais ações e programas.</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ As providências adotadas pela Entidade Equiparada para a execução das ações previstas no Plano Diretor (inclusive articulação com outros entes do SINGERH); ✓ Recomendação de ações com vista a aceleração da implementação do Plano Diretor de Recursos Hídricos.
2D. Conclusão dos Compromissos Remanescentes - Contrato de Gestão IGAM/IBIO nº 001/2011	<p>Concluir os compromissos assumidos remanescentes do Contrato de Gestão IGAM/IBIO nº 001/2011:</p> <p><u>Contrato IBIO nº 02/2015:</u> Empresa: Fundação Educacional de Caratinga - FUNEC Objeto: Prestação de serviços de Elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) dos Municípios de: Lote 1: Açucena, Braúnas, Dolores de Guanhões, Ferros, Itambé do Mato Dentro, Mesquita e São Sebastião do Rio Preto. Lote 2: Carmésia, Conceição do Mato Dentro, Dom Joaquim, Morro do Pilar, Santo Antônio do Rio Abaixo, Senhora do Porto e Serro. Alocação: CBH Santo Antônio</p> <p><u>Contrato IBIO nº 14/2015:</u> Empresa: Fundação Educacional de Caratinga - FUNEC</p>

	<p>Objeto: Prestação de serviços de consultoria especializada para a elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico dos Municípios do Lote 01: Água Boa, Cantagalo, Coluna, Franciscópolis, Frei Lagonegro, Malacacheta, Materlândia, Paulistas, Peçanha, Rio Vermelho, São João Evangelista, São Pedro do Suaçuí, São Sebastião do Maranhão e Serra Azul de Minas, e Lote 02: Campanário, Coroaci, Cuparaque, Divino das Laranjeiras, Divinolândia de Minas, Frei Inocêncio, Galileia, Goiabeiras, Gonzaga, Itambacuri, Jampruca, Marilac, Mathias Lobato, Nacip Raydan, Periquito, Santa Efigênia de Minas, São Geraldo da Piedade, São Geraldo do Baixio, São José da Safira, Sardoá, Virginópolis e Virgolândia, pertencentes à Unidade de Gestão de Recursos Hídricos (UGRH 4) do Suaçuí.</p> <p>Alocação: CBH Suaçuí</p>
--	---

Tabela 15 - Descrição dos Critérios de Avaliação Indicador 3

Meta Geral / Indicador 3 - Aplicação e Acompanhamento dos Recursos Oriundos da Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos	
Metas Específicas / Critérios de avaliação	Detalhamento
3A. ÍNDICE DE DESEMBOLSO ANUAL (%)	<p>Proporção (%) entre o valor desembolsado anual neste Contrato (desde o primeiro mês do repasse até o mês de apuração), e o valor anual repassado pelo IGAM, incluindo os rendimentos financeiros.</p> <p><u>Fórmula de cálculo</u> $ID (%) = (VD / VR) * 100$ Sendo: ID = Índice de Desembolso Anual até o limite de 100%; VD = valor desembolsado, em reais por ano; VR = valor repassado, em reais por ano.</p>
3B. ÍNDICE DE DESEMBOLSO ACUMULADO (%)	<p>Proporção (%) entre o valor desembolsado acumulado neste Contrato (desde o primeiro repasse até o mês de apuração), e o valor acumulado repassado pelo IGAM.</p> <p><u>Fórmula de cálculo</u> $IDA (%) = (VDa / VRa) * 100$ Sendo: IDA = Índice de Desembolso Acumulado; VDa = valor desembolsado acumulado, em reais; VRa = valor repassado acumulado, em reais.</p>

Tabela 16 – Descrição dos Critérios de Avaliação Indicador 4

Meta Geral / Indicador 4 - Gerenciamento Interno	
Metas Específicas / Critérios de avaliação	Detalhamento
4A. ATENDIMENTO AO USUÁRIO EM COBRANÇA	Fornecimento do serviço de atendimentos aos usuários em cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica, com conhecimento técnico suficiente para sanar eventuais dúvidas e orientar os usuários no acesso e preenchimento do CNARH, no período de segunda à sexta-feira das 08h00 às 18h00 (exceto feriados).
4B. ATUALIZAÇÃO DO CNARH	Inserção, atualização e complementação dos dados dos usuários de recursos hídricos outorgados no CNARH, conforme normas e procedimentos estabelecidos pelo IGAM.

Tabela 17 – Descrição dos Critérios de Avaliação Indicador 5

Meta Geral / Indicador 5 - Reconhecimento Social	
Metas Específicas / Critérios de avaliação	Detalhamento
5A. RECONHECIMENTO SOCIAL	Aplicação de pesquisa anual sobre o desempenho da Entidade Delegatária no exercício de suas atribuições, aplicada junto aos CBHs, conforme metodologia a ser definida pela IGAM em conjunto com ANA, IEMA tendo foco no: Cumprimento do contrato de gestão; Ações tomadas com vistas à implementação do PARH (com Subsídio do “Relatório de avaliação da execução das ações previstas no PARH”); e, atuação como Secretaria executiva do CBH.
5B. AVALIAÇÃO DA COBRANÇA PELO USUÁRIO	Nota de desempenho do Comitê junto ao CERH-MG.

2.5. Comprometimento de Metas

INDICADOR 1 - DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Na Tabela 18 são apresentados os pesos relativos, as metas e as fórmulas para o cálculo das notas do Indicador 1.

Tabela 18 – Pesos e metas do Indicador 1

Meta Geral / Indicador 1 - Disponibilização de Informações			
AVALIAÇÃO	1A - CONTEÚDO DISPONIBILIZADO E ATUALIZADO		NOTA FINAL (NF)
	Peso		
	1		
2017	Meta	8	
	Resultado		
	Nota (NP)		
2018	Meta	8	
	Resultado		
	Nota (NP)		
2019	Meta	8	
	Resultado		
	Nota (NP)		
2020	Meta	8	
	Resultado		
	Nota (NP)		
FÓRMULAS DE CÁLCULO DAS NOTAS			
NP = 10 * resultado / meta; 0 ≤ NP ≤ 10			
NF = $\sum (NP * PESO) / \sum (PESOS)$			
PROCEDIMENTOS DE APURAÇÃO DE RESULTADO			
1A. Conteúdo disponibilizado e atualizado	1	Comitê	
	2	Entidade Equiparada	
	3	Cadastro de Usuários	
	4	Cobrança e Arrecadação	
	5	Estudos e Projetos	
	6	Investimentos na Bacia	
	7	Legislação de Recursos Hídricos	
	8	Contrato de Gestão	
O Resultado será verificado pelo número de itens disponíveis e atualizados trimestralmente, tendo como referência a lista acima, nos sites eletrônicos dos CBH's Piranga, Piracicaba, Santo Antônio, Suaçuí, Caratinga e Manhuaçu, conforme detalhado. Este indicador deverá ser executado durante a vigência do contrato.			

INDICADOR 2- PLANEJAMENTO E GESTÃO

Na Tabela 19 são apresentados, os pesos relativos, as metas e as fórmulas para o cálculo das notas do Indicador 2.

Tabela 19 – Pesos e Metas do Indicador 2

Meta Geral / Indicador 2 - Planejamento e Gestão						
AValiação		2A. Elaboração do Plano Plurianual de Aplicação	2B. Acompanhamento do Plano Plurianual de Aplicação	2C. Implementação do Plano Diretor	2D. Conclusão dos Compromissos Remanescentes - Contrato de Gestão IGAM/IBIO nº 001/2011	NOTA FINAL (NF)
		Peso	Peso	Peso	Peso	
		4	2,5	2,5	1	
2017	Meta	1	1	1	1	
	Resultado					
	Nota (NP)					
2018	Meta	-	1	1	-	
	Resultado					
	Nota (NP)					
2019	Meta	-	1	1	-	
	Resultado					
	Nota (NP)					
2020	Meta	-	1	1	-	
	Resultado					
	Nota (NP)					
- A meta 2A será executada a partir do início da vigência do Contrato de Gestão e será executada em 2017, nos demais anos seu peso será redistribuído por igual entre as demais metas.						
- A meta 2B será executada a partir do início da vigência do aditivo contratual que formalizar a integração do Plano Plurianual de Aplicação mediante Deliberação dos Comitês dos rios Afluentes Mineiros do rio Doce, e deverá continuar a ser executada até o final da vigência deste Contrato de Gestão.						
- A meta 2C será executada a partir da data em que o Plano Plurianual for aprovado mediante Deliberação dos Comitês, e deverá continuar a ser executada até o final da vigência deste Contrato de Gestão.						
- A meta 2D será executada em 2017, para os demais anos seu peso será redistribuído por igual entre as demais metas.						
FÓRMULAS DE CÁLCULO DAS NOTAS						
- Para o indicador 2B, será atribuído 1 (um) ponto para elaboração do relatório anual de acompanhamento, desde que atendidos os requisitos mínimos estabelecidos no detalhamento do indicador.						
- Para o indicador 2C, será atribuído 1 (um) ponto para elaboração do relatório de avaliação da execução das ações previstas no Plano Diretor de Recursos Hídricos, desde que atendidos os requisitos mínimos estabelecidos no detalhamento do indicador descrito no detalhamento dos critérios de avaliação.						
- Para o indicador 2D, será atribuído 1 (um) ponto para a conclusão dos compromissos assumidos remanescentes do Contrato de Gestão IGAM/IBIO nº 001/2011.						
$NP = 10 * \text{resultado} / \text{meta}; 0 \leq NP \leq 10$						
$NF = \sum (NP * PESO) / \sum (PESOS)$						

INDICADOR 3 - COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS

Na Tabela 20 são apresentados os pesos relativos, as metas e as fórmulas para o cálculo das notas do Indicador 3.

Tabela 20 - Pesos e Metas do Indicador 3

Meta Geral / Indicador 3 - Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos					
AValiação		3A. ÍNDICE DE DESEMBOLSO ANUAL (%)	3B. ÍNDICE DE DESEMBOLSO ACUMULADO (%)	NOTA FINAL (NF)	
		Peso	Peso		
		5	5		
2017	Meta	50	25		
	Resultado				
	Nota (NP)				
2018	Meta	65	30		
	Resultado				
	Nota (NP)				
2019	Meta	70	40		
	Resultado				
	Nota (NP)				
2020	Meta	80	55		
	Resultado				
	Nota (NP)				
FÓRMULAS DE CÁLCULO DAS NOTAS					
NP = 10 * resultado / meta; 0 ≤ NP ≤ 10					
NF = $\sum (NP * PESO) / \sum (PESOS)$					
- No primeiro ano do Contrato o indicador 3B (índice de desembolso acumulado) não será avaliado e o peso será somado ao indicador 3A (índice de desembolso anual).					
- O indicador 3C será avaliado, em 2017, o desenvolvimento do Portal, para os demais anos será avaliado a disponibilização das informações conforme detalhamento do indicador. Este indicador deverá ser executado durante a vigência do contrato.					

INDICADOR 4 – OPERACIONALIZAÇÃO DA COBRANÇA

Na Tabela 21 são apresentados os pesos relativos, as metas e as fórmulas para o cálculo das notas do Indicador 4.

Tabela 21 - Pesos e Metas do Indicador 4

Meta Geral / Indicador 4 - Gerenciamento Interno				
AVALIAÇÃO		4A. ATENDIMENTO AO USUÁRIO EM COBRANÇA	4B. ATUALIZAÇÃO DO CNARH	NOTA FINAL (NF)
		Peso	Peso	
		4	6	
2017	Meta	12	100	
	Resultado			
	Nota (NP)			
2018	Meta	12	100	
	Resultado			
	Nota (NP)			
2019	Meta	12	100	
	Resultado			
	Nota (NP)			
2020	Meta	12	100	
	Resultado			
	Nota (NP)			
FÓRMULAS DE CÁLCULO DAS NOTAS				
NP = 10 * resultado / meta; 0 ≤ NP ≤ 10				
NF = $\sum (NP * PESO) / \sum (PESOS)$				
PROCEDIMENTOS DE APURAÇÃO DE RESULTADO				
4A. ATENDIMENTO AO USUÁRIO EM COBRANÇA	Para o indicador 4A será atribuído 1 ponto para cada mês de funcionamento da Central de Atendimento ao Usuário. A Central de Atendimento ao Usuário deverá funcionar durante toda a vigência do Contrato.			
4B. ATUALIZAÇÃO DO CNARH	Para o indicador 4B, o resultado será calculado da seguinte forma: [(número outorgas de uso consultivo concedidas + número de outorgas de uso consultivo retificadas) inseridas no CNARH pela Entidade Equiparada / (número de portarias de outorgas de uso consultivo concedidas + número de portarias de uso consultivo retificado na bacia)] x (%). As portarias de outorgas a serem consideradas serão aquelas publicadas no site do IGAM do dia 1 de outubro do exercício anterior até o dia 30 de setembro do exercício corrente. o indicador deverá ser executado durante toda a vigência do Contrato.			

INDICADOR 5 – RECONHECIMENTO SOCIAL

Na Tabela 22 são apresentados os pesos relativos, as metas e as fórmulas para o cálculo das notas do Indicador 5.

Tabela 22 - Pesos e Metas do Indicador 5

Meta Geral / Indicador 5 - Reconhecimento Social				
AVALIAÇÃO		5A. RECONHECIMENTO SOCIAL	5B. AVALIAÇÃO DA COBRANÇA PELO USUÁRIO	NOTA FINAL (NF)
		Peso	Peso	
		5	5	
2017	Meta	10	-	
	Resultado			
	Nota (NP)			
2018	Meta	10	-	
	Resultado			
	Nota (NP)			
2019	Meta	10	-	
	Resultado			
	Nota (NP)			
2020	Meta	10	1	
	Resultado			
	Nota (NP)			
FÓRMULAS DE CÁLCULO DAS NOTAS				
NP = 10 * resultado / meta; 0 ≤ NP ≤ 10				
NF = $\sum (NP * PESO) / \sum (PESOS)$				
PROCEDIMENTOS DE APURAÇÃO DE RESULTADO				
5A. RECONHECIMENTO SOCIAL	O Resultado do indicador se dará pela avaliação da Entidade Equiparada pelos conselheiros dos CBH's, anualmente. Como Resultado será considerado a média das pontuações obtidas nos questionários aplicados pelo IGAM aos conselheiros dos CBH's. o indicador será apurado anualmente.			
5B. AVALIAÇÃO DA COBRANÇA PELO USUÁRIO	Aplicação de pesquisa sobre o atendimento dos objetivos da cobrança pelo uso de recursos hídricos, a ser feita junto aos usuários em cobrança, e apresentação de relatório de avaliação dos resultados. O indicador será executado e apurado no último ano do Contrato.			

Na Tabela 23 apresentamos a Planilha de Avaliação dos indicadores descritos acima.

Tabela 23 – Planilha de Avaliação

Planilha de Avaliação					
Metas Gerais / Indicadores		PESO	Nota Final (NF)	Nota Geral (NG)	Conceito Geral
1	Disponibilização de Informações	1		0,00	
2	Planejamento e Gestão	2			
3	Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos	4			
4	Gerenciamento Interno	2			
5	Reconhecimento Social	1			

Fórmula de Cálculo e Conceitos			
Nota Geral = $(\sum \text{Nota Final} * \text{Peso Indicador} / \sum \text{Peso Indicador})$			
CONCEITOS			
Ótimo	$NG \geq 9$	Bom	$7 \leq NG < 9$
Regular	$5 \leq NG < 7$	Insuficiente	$NG < 5$

3.

3. INDICADOR 1 - DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES.

3.1. Meta 1A - Conteúdo Disponibilizado e Atualizado na Página Eletrônica do CBH-Piranga.

O site do CBH-Piranga permanece no ar no mesmo endereço informado no Relatório de Gestão referente ao exercício de 2016, no link <http://www.cbhpiranga.org.br>. Seguem abaixo informações sobre a publicação dos conteúdos disponibilizados nas páginas eletrônicas do Comitê.

ITEM 1 - CBHs: decreto de criação, regimento interno e alterações, composição, deliberações, moções, atas das reuniões.

Resultado: Disponibilizadas as informações atualizadas do Comitê, conforme descrição e links indicados abaixo.

- O Decreto de criação:
Link: <http://www.cbhpiranga.org.br/categoria/institucional/decreto-criacao>
- Regimento Interno e as alterações:
Link: <http://www.cbhpiranga.org.br/categoria/institucional/regimentos-internos>
- Composição
Link: <http://www.cbhpiranga.org.br/membros>
- Deliberações
Link: <http://www.cbhpiranga.org.br/institucional/deliberacoes/deliberacoes-2>
- Moções⁸
Link: <http://www.cbhpiranga.org.br/categoria/institucional/deliberacoes>
- Atas das reuniões
Link: <http://www.cbhpiranga.org.br/institucional/atas-reunioes/atas-de-reunioes-1>

ITEM 2 - Entidade Equiparada: Deliberação CERH de Equiparação, estatuto e alterações, associados.

Resultado: Disponibilizadas as informações atualizadas da Entidade Equiparada, conforme links abaixo:

- Deliberação CERH de Equiparação
Link: <http://www.cbhpiranga.org.br/deliberacao-do-cerh-de-equiparacao-2>
- O Estatuto do Instituto BioAtlântica (IBIO) e suas alterações:
Link: <http://www.cbhpiranga.org.br/estatuto>

⁸ O CBH-Piranga não possui moções até a presente data

- Os Associados do Instituto BioAtlântica (IBiO):

Link: <http://www.cbhpiranga.org.br/associados-2>

ITEM 3 - Relação de Usuários em Cobrança: relação dos usuários da respectiva Bacia Hidrográfica em cobrança pelo IGAM, no exercício corrente, contendo: nome, município, UF e valor cobrado.

Resultado: Disponibilizadas as informações atualizadas sobre usuários em cobrança.

- Cadastro de Usuários em cobrança pela ANA e IGAM:

Link: <http://www.cbhpiranga.org.br/cadastro-de-usuarios>

ITEM 4 – Cobrança e Arrecadação: valores transferidos para a entidade equiparada, despesas efetuadas e os rendimentos financeiros, atualizados trimestralmente.

Resultado: Disponibilizadas as informações atualizadas sobre a Cobrança e a Arrecadação.

- Cobrança e Arrecadação pela ANA e IGAM

Link: <http://www.cbhpiranga.org.br/agencia-de-aguas/cobranca-e-arrecadacao/>

ITEM 5 – Centro de Documentação: estudos, projetos, relatórios e demais documentos técnicos produzidos sobre a Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

Resultado: Disponibilizado no site do Comitê uma aba denominada “Centro de Documentação”, contendo documentos técnicos sobre a Bacia.

- Documentos sobre a Bacia

Link: <http://www.cbhpiranga.org.br/categoria/documentos-sobre-a-bacia>

- Documentos sobre Recursos Hídricos

Link: <http://www.cbhpiranga.org.br/categoria/documentos-sobre-recursos-hidricos>

- Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Doce

Link: <http://www.cbhpiranga.org.br/centro-documentacao/plano-diretor-da-bacia-do-doce-pirh>

- Plano de Ações de Recursos Hídricos – UGRH Piranga

Link: http://www.cbhdoce.org.br/wp-content/uploads/2014/10/PARH_Piranga.pdf

- Outros Documentos

Link: <http://www.cbhpiranga.org.br/categoria/outros-documentos>

ITEM 6 – Investimentos na Bacia: Investimentos aprovados e contratados anualmente com recursos da cobrança na respectiva Bacia Hidrográfica

Resultado: Todos os dados estão disponíveis no Portal de Acompanhamento das Ações dos Comitês da Bacia do Rio Doce. Este site foi criado com o objetivo de divulgar, de forma clara e objetiva, informações sobre ações realizadas pelos Comitês de Bacia Hidrográfica com atuação na Bacia do Rio Doce, propiciando o acompanhamento por parte da sociedade.

No site do CBH-Piranga há um item, no *menu* lateral direito, denominado “Portal de Acompanhamento de Ações”, que redireciona para o portal, cujos dados também podem ser acessados, diretamente, pelo seguinte link: <http://cbhdoce.org.br/portal/>

Além disso, são publicados no site os **Relatórios Anuais de Acompanhamento das Ações Executadas com os Recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Doce – CBH Piranga**, que podem ser acessados no seguinte link: <http://www.cbhpiranga.org.br/agencia/plano-de-aplicacao-plurianual/relatorios-de-acompanhamento-das-atividades-executadas>

ITEM 7 - Legislação de Recursos Hídricos: legislação federal e do Estado, incluindo: constituição, leis, decretos, portarias, Resoluções do IGAM, deliberações do Conselho.

Resultado: Disponibilizadas as informações atualizadas sobre a Legislação de Recursos Hídricos.

- A Legislação Federal
Link: <http://www.cbhpiranga.org.br/categoria/legislacao-federal>
- A Legislação de Minas Gerais
Link: <http://www.cbhpiranga.org.br/categoria/legislacao-do-estado-de-minas-gerais>
- A Legislação do Espírito Santo
Link: <http://www.cbhpiranga.org.br/categoria/legislacao-do-estado-do-espírito-santo>

ITEM 8 - Contrato de Gestão: Contrato e seus aditivos, Relatórios de Gestão, Relatórios de Avaliação e prestações de contas apresentadas.

Resultado: Disponibilizadas as informações atualizadas sobre o Contrato de Gestão.

- Contratos de Gestão
Link: <http://www.cbhpiranga.org.br/agencia/contrato-de-gestao/contratos>
- Relatórios de Gestão
Link: <http://www.cbhpiranga.org.br/agencia/contrato-de-gestao/relatorio-de-gestao>
- Relatórios de Avaliação
Link: <http://www.cbhpiranga.org.br/agencia/contrato-de-gestao/relatorio-de-avaliacao>
- Prestações de Contas
Link: <http://www.cbhpiranga.org.br/agencia/contrato-de-gestao/prestacao-de-contas-2>

4. INDICADOR 2 – PLANEJAMENTO E GESTÃO

4.1. Meta 2A – Elaboração do Plano Plurianual de Aplicação

Plano Plurianual de Aplicação aprovado pelos respectivos Comitês de Bacia Hidrográfica do Rio Doce, contendo, necessariamente, a descrição detalhada dos seus programas e itens, evidenciando a origem dos seus respectivos recursos, e consistência ao Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce e Plano de Trabalho dos respectivos Comitês.

Conforme 1º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 001/IGAM/2017 em sua Cláusula Primeira – do Plano Plurianual de Aplicação, fica integrado ao Contrato de Gestão nº 001/2017 firmado entre o IGAM e o IBiO o plano plurianual de aplicação dos recursos financeiros arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos, plano referente ao período de 2016 a 2020, aprovado por cada um dos comitês dos rios afluentes mineiros do Rio Doce mediante Deliberações específicas.

Desta forma, pelo volume de informações e para melhor estruturar o relatório em questão, decidimos apresentá-lo como anexos:

Anexo I – Deliberação Normativa CBH-PIRANGA nº 11, de 20 de outubro de 2015.

Anexo II – Deliberação *AD REFERENDUM* CBH-DOCE nº 48, de 01 de dezembro de 2015 (PAP 2016/2020).

Anexo III – Plano de Trabalho CBH-PIRANGA.

Resultado: Relatório devidamente gerado com especificações definidas no Contrato de Gestão.

4.2. Meta 2B – Acompanhamento do Plano Plurianual de Aplicação

Neste relatório são apresentadas as ações executadas pelo Instituto BioAtlântica na modalidade de execução indireta em que houve contratação de pessoas físicas ou jurídicas para realização das ações com recursos dos 92,5% da cobrança pelo uso de recursos hídricos.

Pelo volume de informações e para melhor estruturar o relatório em questão, decidimos apresentá-lo como um documento em anexo disponibilizado no **Anexo IV**.

Resultado: Relatório devidamente gerado com especificações definidas no Contrato de Gestão.

4.3. Meta 2C – Implementação do Plano Diretor de Recursos Hídricos

Neste relatório serão apresentadas as providências adotadas pelo IBiO que envolvem sua estrutura administrativa, corpo técnico e mobilização utilizando 7,5% dos recursos federais e estaduais oriundos da cobrança pelo uso de recursos hídricos. A utilização dos recursos estaduais se deve pelo fato de possuímos corpo técnico único para execução dos programas previstos no Plano de Aplicação Plurianual e parte deste corpo técnico foi contratado com os recursos federais e parte com recursos estaduais.

As providências adotadas pelo Instituto BioAtlântica que serão descritas a seguir estão separadas por Programa e Subprograma do PARH. As recomendações de ações com vista na aceleração da implementação do Plano Diretor serão apresentadas para todos os programas e subprogramas em um único tópico.

Consideramos ser a melhor forma de apresentar as recomendações uma vez que a maioria delas visam acelerar a implementação do PARH como um todo e não um programa ou subprograma específico. Pelo volume de informações e para melhor estruturar o relatório em questão, decidimos apresentá-lo como um documento em anexo disponibilizado no **Anexo V**.

Resultado: Relatório devidamente gerado com especificações definidas no Contrato de Gestão.

4.4. Meta 2D – Conclusão dos Compromissos Remanescentes – Contrato de Gestão IGAM/IBiO nº 001/2011

Concluir os compromissos assumidos remanescentes do Contrato de Gestão IGAM/IBiO nº 001/2011:

- **Contrato IBiO nº 02/2015**

Contrato 02/2015	Programa	P41 /	Recursos	ANA / IGAM
Alocação	CBH Sto Antônio / /			
Objeto	Prestação de serviços de Elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSBs) dos Municípios de: Lote 1: Açucena, Braúnas, Dolores de Guanhães, Ferros, Itambé do Mato Dentro, Mesquita e São Sebastião do Rio Preto. Lote 2: Carmésia, Conceição do Mato Dentro, Dom Joaquim, Morro do Pilar, Santo Antônio do Rio Abaixo, Senhora do Porto e Serro.			
Valor	R\$ 1.615.544,23	Contratado	Fundação Educacional de Caratinga - FUNEC	
Pago	R\$ 1.615.544,23	Data	25/03/2015	Prazo 27/02/2017
Saldo	R\$ 0,00	Gestor	Cynthia	Aditivos 2

Conforme previsto na CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PRAZOS E PRORROGAÇÃO do Contrato nº 02/2015, o prazo de duração era de 12 (doze) meses, com vigência a partir da data de sua assinatura e publicação no endereço eletrônico do IBiO e emissão da Ordem de Serviço. Conforme o Parágrafo

Primeiro da mesma Cláusula, os produtos devem ser entregues pela contratada dentro da vigência do contrato, salvo a ocorrência de casos fortuitos e de força maior, ou de suspensões temporárias durante a sua execução e, ainda, em razão do atraso justificado na validação dos produtos por parte dos Municípios constantes dos Lotes 01 e 02, e/ou do IBiO, sem qualquer reajustamento ou correção dos valores.

Logo no início dos trabalhos de elaboração dos PMSB e devido à complexidade dos serviços ora contratados foi verificada a necessidade de acompanhamento técnico especializado dos produtos. Os vencedores da licitação para contratação de profissionais autônomos para prestação de serviços de assessoria técnica especializada presencial para análise e validação dos PMSB foram a consultora Vera Christina Vaz Lanza, para o Lote 01, e o consultor Marle José Ferrari Junior, para o Lote 02, que iniciaram suas atividades aproximadamente 6 (seis) meses após a empresa.

Conforme informado na solicitação para a primeira prorrogação de prazo da empresa, ocorreram atrasos na realização dos seminários (2º e 4º) devido à falta de participação da população, bem como a solicitação de troca de datas para a realização de novos eventos feita pelo poder público. Outro fator de atraso foi a ocorrência de enchentes nos municípios de Ferros, Açucena e Carmésia, impossibilitando o andamento das atividades neste período. Houve também dificuldades na obtenção de informações necessárias junto aos municípios e COPASA - Companhia de Saneamento de Minas Gerais.

Posteriormente, foi solicitada a elaboração do 2º Termo Aditivo, devido a atrasos por parte dos consultores no retorno com os pareceres parciais e conclusivos do Produto 5, o que conseqüentemente, gerou atrasos na entrega dos produtos seguintes, conforme informado pela empresa. O período eleitoral também ocasionou atrasos, pois a empresa teve dificuldades na marcação das reuniões para os Produtos 6 e 7, com sua devida capacitação, junto aos municípios. No ano de 2016 os PMSB dos municípios pertencentes a este contrato foram corrigidos, aprovados e finalizados, com todos os produtos entregues. Como os Produtos 8 do Lote 02 chegaram ao IBiO no dia 08 de dezembro de 2016 não foi possível incluí-los nos pagamentos do mês, ficando para o próximo ano. No mês de janeiro de 2017 os Produtos 8 do Lote 02 foram devidamente pagos, sendo o contrato encerrado no dia 03 de janeiro deste mesmo ano.

- **Contrato IBiO nº 14/2015**

Contrato 14/2015		Programa	P41 /	Recursos	ANA / IGAM
Alocação		CBH Suaçuí / /			
Objeto					
Contratação de serviços de consultoria especializada para a elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico dos municípios do Lote 01: Água Boa, Cantagalo, Coluna, Franciscópolis, Frei Lagonegro, Malacacheta, Materlândia, Paulistas, Peçanha, Rio Vermelho, São João Evangelista, São Pedro do Suaçuí, São Sebastião do Maranhão e Serra Azul de Minas e Lote 02: Campanário, Coroaci, Cuparaque, Divino das Laranjeiras, Divinolândia de Minas, Frei Inocência, Galiléia, Goiabeira, Gonzaga, Itambacuri, Jampruca, Marilac, Mathias Lobato, Nacip Raydan, Periquito, Santa Efigênia de Minas, São Geraldo da Piedade, São Geraldo do Baixio, São José da Safira, Sardoá, Virgínia e Virgolândia, pertencentes à Unidade de Gestão de Recursos Hídricos (UGRH 4) do Suaçuí					
Valor	R\$ 3.780.697,43	Contratado	Fundação Educacional de Caratinga - FUNEC		
Pago	R\$ 3.780.697,43	Data	29/05/2015	Prazo	30/12/2016
Saldo	R\$ 0,00	Gestor	Cynthia	Aditivos	1

Conforme previsto na CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PRAZOS E PRORROGAÇÃO do Contrato nº 14/2015, o prazo de duração era de 12 (doze) meses, com vigência a partir da data de sua assinatura e publicação no endereço eletrônico do IBiO e emissão da Ordem de Serviço. Conforme ainda a mesma cláusula, os produtos devem ser entregues pela contratada dentro da vigência do contrato, salvo a ocorrência de casos fortuitos e de força maior, ou de suspensões temporárias durante a sua execução e, ainda, em razão do atraso justificado na validação dos produtos por parte dos Municípios constantes dos Lotes 01 e 02, e/ou do IBiO, sem qualquer reajustamento ou correção dos valores.

Logo no início dos trabalhos de elaboração dos PMSB e devido à complexidade dos serviços ora contratados foi verificada a necessidade de acompanhamento técnico especializado dos produtos. Os vencedores da licitação para contratação de profissionais autônomos para prestação de serviços de assessoria técnica especializada presencial para análise e validação dos PMSB foram a consultora Vera Christina Vaz e o consultor Marle José Ferrari Junior, que iniciaram suas atividades aproximadamente 4 (quatro) meses após a empresa.

Conforme informado na solicitação para a primeira prorrogação de prazo da empresa, ocorreram atrasos na realização dos seminários (2º e 4º) devido à falta de participação da população, bem como a solicitação de troca de datas para a realização de novos eventos feita pelo poder público. Houve também dificuldades na obtenção de informações necessárias por parte dos municípios, bem como pela COPASA - Companhia de Saneamento de Minas Gerais.

No ano de 2016 os PMSB dos municípios pertencentes a este contrato foram corrigidos e finalizados, com todos os produtos entregues. Como a maior parte dos Produtos 8 chegaram ao IBiO no dia 13 de dezembro de 2016 não foi possível incluí-los nos pagamentos do mês, ficando para o ano de 2017. No mês de janeiro de 2017 os Produtos 8 foram devidamente pagos, sendo o contrato encerrado no dia 03 de janeiro deste mesmo ano.

5. INDICADOR 3 – APLICAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS RECURSOS ORIUNDOS DA COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS

5.1. Meta 3A – Índice de Desembolso Anual (%)

Tabela 24 – Índice de Desembolso para o exercício de 2017

Repasse, Rendimentos de Aplicação Financeira e Desembolso - CBH PIRANGA							
* INDICADOR COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS	(3A) Índice de Desembolso Anual	Período	Repasse	Rendimento	Repasse + Rendimento	Desembolso	Índice de Desembolso Anual
		2017	613.483,36	226.233,90	839.717,26	427.595,53	50,92%
		2018					
		2019					
		2020					
		Total	613.483,36	226.233,90	839.717,26	427.595,53	

Tabela 25 – Índice de Desempenho para o exercício de 2017

Quadro de Desempenho da Agência em Relação a Meta Contratual (%)			
PERÍODO	Meta do Contrato	Índice de Desembolso Anual	Desempenho Anual
2017	50,00%	50,92%	101,84%
2018	65,00%		
2019	70,00%		
2020	80,00%		

Resultado: Conforme dados apresentados nas Tabela 24 e Tabela 25 acima, o Instituto BioAtlântica para o exercício de 2017, teve como índice de desembolso anual 50,92% e desempenho anual de 101,84% em relação à meta contratual.

5.2. Meta 3B – Índice de Desembolso Acumulado

Tabela 26 – Índice de Desembolso Acumulado

Repases, Rendimentos de Aplicação Financeira e Desembolso - CBH PIRANGA							
* INDICADOR COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS	(3B) Índice de Desembolso Acumulado	Período	Repasse	Rendimento	Repasse + Rendimento	Desembolso	Índice de Desembolso Anual
		2017	613.483,36	226.233,90	839.717,26	427.595,53	50,92%
		2018					
		2019					
		2020					
		Total	613.483,36	226.233,90	839.717,26	427.595,53	

Tabela 27 – Índice de Desembolso Acumulado

Quadro de Desempenho da Agência em Relação a Meta Contratual (%)			
PERÍODO	Meta do Contrato	Índice de Desembolso Acumulado	Desempenho Acumulado
2017	25,00%	50,92%	
2018	30,00%		
2019	40,00%		
2020	55,00%		

Resultado: Para o primeiro ano do Contrato o indicador 3B (Índice de desembolso acumulado) não será avaliado e o peso será somado ao indicador 3A (Índice de desembolso anual).

6. INDICADOR 4 – GERENCIAMENTO INTERNO

6.1. Meta 4A – Atendimento ao Usuário em Cobrança

O Instituto BioAtlântica desde o início da campanha de re/ratificação do cadastro de usuários de recursos hídricos está realizando atendimento ao usuário em cobrança, conforme previsto no Indicador 4A do Contrato de Gestão nº 001/IGAM/2011, visando sanar dúvidas e orientar os usuários no acesso e preenchimento do CNARH.

Inicialmente, em janeiro de 2012, o atendimento aos usuários era feito pelos telefones (33) 3276-5477 e (33) 3276-6526 e pelo e-mail cbhriodoce@veloxmail.com.br. Todos os usuários que nos procuraram para sanar suas dúvidas foram atendidos. O IBiO também encaminhou um funcionário para participar do curso CNARH-DIGICOB oferecido pela Agência Nacional de Águas (ANA) às Agências de Bacia habilitando este profissional para atender a todas as dúvidas dos usuários, assim como replicar o conhecimento aos colaboradores do IBiO.

Desde o início de 2013 o atendimento está sendo feito através do telefone 0800 033 1783 criado especificamente para este fim e pelo e-mail ibioagbdoce@ibio.org.br. O atendimento também pode ser feito na sede do Instituto BioAtlântica, localizada na Rua Afonso Pena, 2590, Centro – Governador Valadares – MG. O atendimento por telefone e presencial poderá ser feito das 8h às 12h e das 14h às 18h.

Estas informações sobre o atendimento (visando sanar dúvidas e orientar os usuários) estão divulgadas nos sites:

- Comitês;
- Instituto BioAtlântica;
- Até ano de 2017, no site do Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos – CNARH (<http://cnarh.ana.gov.br>).

Em 11 de janeiro 2017, foi assinado o **Contrato de Gestão nº 001/IGAM/2017** mantendo no Programa de trabalho o indicador 4A. Atendimento ao usuário em cobrança, desta forma o IBiO continua cumprindo a meta deste indicador.

No final do 2º Semestre 2017 os Órgão Gestores introduziram mudanças na plataforma de cadastro de usuários de recursos hídricos. A ANA (Agência Nacional de Águas) migrou do sistema CNARH para o Sistema Federal de Regulação de Usos – REGLA, isso para usuários de dominialidade federal. O IGAM (Instituto Mineiro de Gestão das Águas) deixou de usar o sistema proposto pela ANA (Antes CNARH e hoje REGLA) para utilizar uma plataforma própria, o InfoHidro.

Desde a migração para as novas plataformas o IBiO está aguardando treinamento/capacitação para se adaptar aos novo sistemas. Para que os usuários continuem a receber todo o suporte e informações necessárias, os funcionários do IBiO têm estado em contato com o IGAM e ANA para que todas as mudanças/adaptações/informações sejam atendidas com agilidade.

Nos sites dos Comitês há destaque na página principal dos sites conforme ilustrado nas Figura 5 (CBH-Doce), Figura 6 (IBiO) e Figura 7 (CBH-Piranga). Em seguida, são apresentados os relatos dos atendimentos realizados pelo Instituto BioAtlântica em 2017.

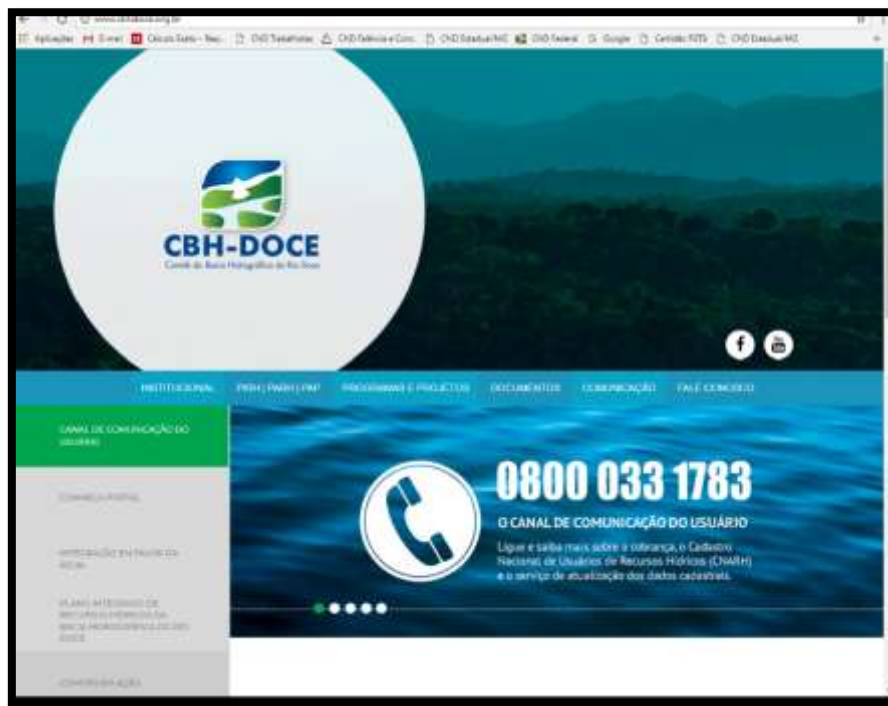


Figura 5 – Mensagem de divulgação do atendimento aos usuários da cobrança no site do CBH-Doce.



Figura 6 - Mensagem de divulgação do atendimento aos usuários da cobrança no site do IBiO



Figura 7 - Mensagem de divulgação do atendimento aos usuários da cobrança no site do CBH-Piranga.

Atendimento 1:
Data da ligação: 08/02/2017
Nome do Atendente: Gustavo da Costa Pereira
Identificação da pessoa/instituição que ligou: Sr. Marcos Birchler
Telefone/endereço eletrônico: (27) 99740-9440
Assunto tratado: O Senhor Marcos estava com dúvidas sobre como recuperar senha de acesso ao sistema CNARH.
Encaminhamentos: Foi orientado a entrar em contato com a central de atendimento da ANA pelo número de telefone Central de Atendimento: 0800 725 2255.

Atendimento 2:
Data da ligação: 20/02/2017
Nome do Atendente: Gustavo da Costa Pereira
Identificação da pessoa/instituição que ligou: Bruno Moisés Alves Ribeiro
Telefone/endereço eletrônico: (31) 98736-6772 / brunoribeiro@emflortec.com.br
Assunto tratado: O senhor Bruno questionou se o usuário insignificante deveria ter o seu ponto de captação outorgado junto ao Estado.
Encaminhamentos: Foi orientado que, para toda e qualquer quantidade de recursos hídricos utilizados, o usuário deverá regularizar o ponto de captação junto a SUPRAM da sua região.

Atendimento 3:
Data da ligação: 20/02/2017
Nome do Atendente: Gustavo da Costa Pereira
Identificação da pessoa/instituição que ligou: Bruna Silva Baeta
Telefone/endereço eletrônico: 33 3315 8000
Assunto tratado: A senhora Bruna recebeu um boleto de cobrança e questionou a possibilidade de parcelamento.
Encaminhamentos: Foi orientada a entrar em contato, pelo telefone (31) 3915 1298, com o setor de cobrança.

Atendimento 4:
Data da ligação: 09/03/2017
Nome do Atendente: Gustavo da Costa Pereira
Identificação da pessoa/instituição que ligou: Fabricia
Telefone/endereço eletrônico: 27 99956-5700 fabricia.jesus@tropbrasil.com
Assunto tratado: Página de cadastro com erro ao incluir componente/finalidade
Encaminhamentos: Foi realizado, junto ao usuário, um passo a passo das ações realizadas no sistema e detectou-se falha na operação do usuário. A mesma foi orientada e conseqüentemente conseguiu realizar o cadastro.

Atendimento 5:
Data da ligação/e-mail: 08/03/2017
Nome do Atendente: Gustavo da Costa Pereira
Identificação da pessoa/instituição que ligou: Micheline C. Fialho Rodrigues/Consórcio UHE Baguari
Telefone/endereço eletrônico: (33) 3271-3017 – 99625215/micheline@uhebaguari.com.br
Assunto tratado: Solicitação de lista de detentores de outorgas, na calha do rio Doce no perímetro da UHE Baguari até o final do perímetro urbano do município de Governador Valadares, para realização de testes de Vazão da UHE Baguari e levantamento de estudos topobatimétricos.
Encaminhamentos: O e-mail foi respondido, no dia 09/03/2017, contendo um arquivo com todos os usuários cadastrados no CNARH pertencente a região solicitada.

Atendimento 6:
Data da ligação: 10/03/2017
Nome do Atendente: Gustavo da Costa Pereira
Identificação da pessoa/instituição que ligou: Jessica/Elementus
Telefone/endereço eletrônico: 27 2142-8322 tecnico@elementus-sa.com.br
Assunto tratado: O usuário estava com dúvidas na alteração do cadastro.
Encaminhamentos: Foi devidamente orientada.

Atendimento 7:
Data da ligação: 29/03/2017
Nome do Atendente: Gustavo da Costa Pereira
Identificação da pessoa/instituição que ligou: Glaison/Pref. Municipal de Pancas/ES
Telefone/endereço eletrônico: 27 3726-1221
Assunto tratado: Como adquirir outorga para permissão de captação em poço artesiano.
Encaminhamentos: O Sr. Glaison foi orientado, primeiramente, a fazer o cadastro no CNARH e, em seguida, procurar a AGERH responsável pela bacia onde se encontra a captação.

Atendimento 8:
Data da ligação: 30/03/2017
Nome do Atendente: Gustavo da Costa Pereira.
Identificação da pessoa/instituição que ligou: Wilson/Inst. Federal Triângulo Mineiro.
Telefone/endereço eletrônico: 34 3233-8823 / wilson@iftm.edu.br
Assunto tratado: Dificuldade em fazer o cadastro no CNARH
Encaminhamentos: Foi feito, por telefone, um acompanhamento e detectou que o usuário não estava associando o ponto de captação ao uso. As dificuldades foram esclarecidas e o Sr. Wilson conseguiu finalizar o cadastro.

Atendimento 9:
Data da ligação: 04/04/2017
Nome do Atendente: Gustavo da Costa Pereira
Identificação da pessoa/instituição que ligou: Taísa / Rede HG
Telefone/endereço eletrônico: 33 2102-2102
Assunto tratado: Guia (DAE) para pagamento referente ao uso de recursos hídricos.
Encaminhamentos: Foi orientada a entrar em contato com a Gerência de Cobrança pelo uso de Recursos Hídricos (GECOB) pelo telefone (031) 3915-1287 ou pelo e-mail: cobranca.agua@meioambiente.mg.gov.br .

Atendimento 10:
Data da ligação: 10/04/2017
Nome do Atendente: Gustavo da Costa Pereira
Identificação da pessoa/instituição que ligou: Alex / UNIVALE
Telefone/endereço eletrônico: 33 3279-5553 / alex.gomes@univale.br
Assunto tratado: Guia (DAE) para pagamento referente ao uso de recursos hídricos.
Encaminhamentos: Foi orientado a entrar em contato com a Gerência de Cobrança pelo uso de Recursos Hídricos (GECOB) pelo telefone (031) 3915-1287 ou pelo e-mail: cobranca.agua@meioambiente.mg.gov.br.

Atendimento 11:
Data da ligação: 19/04/2017
Nome do Atendente: Gustavo da Costa Pereira
Identificação da pessoa/instituição que ligou: Bianca
Telefone/endereço eletrônico: 66 3531-6867
Assunto tratado: O usuário solicitou uma relação da lista de cadastros associados ao seu usuário no sistema CNARH.
Encaminhamentos: Foi orientada a entrar em contato com a central de atendimento da ANA pelo número de telefone Central de Atendimento: 0800 725 2255, pois o acesso do funcionário do IBiO cadastrado no CNARH não tem permissão para visualização de dados associados ao estado do Mato Grosso.

Atendimento 12:
Data da ligação: 17/05/2017
Nome do Atendente: Gustavo da Costa Pereira
Identificação da pessoa/instituição que ligou: Tiago/UFOP
Telefone/endereço eletrônico: 31 99502-4141
Assunto tratado: Dúvida sobre taxa cobrada pelo uso dos recursos hídricos na bacia hidrográfica do Rio Doce.
Encaminhamentos: Foi orientado a entrar em contato com a Gerência de Cobrança pelo uso de Recursos Hídricos (GECOB) pelo telefone (031) 3915-1287 ou pelo e-mail: cobranca.agua@meioambiente.mg.gov.br.

Atendimento 13:
Data da ligação: 24/05/2017
Nome do Atendente: Gustavo da Costa Pereira
Identificação da pessoa/instituição que ligou: Marilu/Fibraplac
Telefone/endereço eletrônico: 51 3076-8743
Assunto tratado: O usuário enfrenta problemas técnicos para preencher coordenadas do ponto de captação ao preencher o CNRH
Encaminhamentos: Foi orientada entrar em contato com o suporte técnico de atendimento ao cadastro (CNARH) pelo telefone de número 0800 725 2255, de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h ou enviar e-mail para cnarh@ana.gov.br

Atendimento 14:
Data da ligação: 30/05/17
Nome do Atendente: Gustavo da Costa Pereira
Identificação da pessoa/instituição que ligou: Marcos / RCM
Telefone/endereço eletrônico: 31 98678-7970 / gaiasa@yahoo.com.br
Assunto tratado: O usuário vinculado ao cadastro CNAHR de nº 31.0.0094791/19 perdeu a senha de acesso ao sistema.
Encaminhamentos: Foi orientado entrar em contato com o suporte técnico de atendimento ao cadastro (CNARH) pelo telefone de número 0800 725 2255, de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h ou enviar e-mail para cnarh@ana.gov.br

Atendimento 15:
Data da ligação: 06/06/2017
Nome do Atendente: Gustavo da Costa Pereira
Identificação da pessoa/instituição que ligou: Audevar
Telefone/endereço eletrônico: 27 99837-1870
Assunto tratado: Dúvida sobre o uso não consuntivo
Encaminhamentos: Foi orientado da seguinte forma. “Referem-se aos usos que retornam à fonte, praticamente a totalidade da água utilizada. Exs: recreação, piscicultura, hidroeletricidade, etc.”

Atendimento 16:
Data da ligação: 08/06/2017
Nome do Atendente:
Identificação da pessoa/instituição que ligou: Elaine/Renato Bueno de Paula
Telefone/endereço eletrônico: 38 3677-5975
Assunto tratado: Pedido de Outorga (Dominialidade Federal)
Encaminhamentos: Foi orientada a acessar o link http://www2.ana.gov.br/Paginas/servicos/outorgaefiscalizacao/PedidoOutorga.aspx e seguir o passo-a-passo.

Atendimento 17:
Data da ligação: 14/07/2017
Nome do Atendente: Gustavo
Identificação da pessoa/instituição que ligou: Flávia/Incafe
Telefone/endereço eletrônico: 27 3371 1601
Assunto tratado: O usuário enfrenta problemas técnicos para preencher coordenadas do ponto de captação ao preencher o CNRH
Encaminhamentos: Foi orientada entrar em contato com o suporte técnico de atendimento ao cadastro (CNRH) pelo telefone de número 0800 725 2255, de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h ou enviar e-mail para cnarh@ana.gov.br

Atendimento 18:
Data da ligação: 17/07/2017
Nome do Atendente: Gustavo
Identificação da pessoa/instituição que ligou: Cecília Moreira de Barros
Telefone/endereço eletrônico: cmoreiradebarros@gmail.com
Assunto tratado: Solicitação de usuários cadastrados na ottobacia Caratinga.
Encaminhamentos: Foi exportado, a partir do sistema CNARH, a lista de usuários(xls) e respectiva localização geográfica. Feito isso, os documentos foram enviados para o e-mail do solicitante.

Resultado: O IBIO tem tomado todas as providências necessárias para capacitar sua equipe, oferecendo assim, meios para que os usuários possam entrar em contato com maior facilidade. Tem realizado a divulgação dos atendimentos nos sites de todos os Comitês da Bacia com o intuito de informar ao maior número de usuários possíveis sobre os serviços de atendimentos oferecidos, assim como atendeu a todos os usuários que entrou em contato pelos telefones informados ou pessoalmente.

6.2. Meta 4B – Atualização do CNARH

No ano de 2017 foram publicadas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD um total de 237 portarias de outorgas concernente a Bacia Hidrográfica do Rio Doce, sendo que desse total, até a data de 30/09/2017, período em que o CNARH estava operante, um total de 169 portarias de outorgas foram publicadas.

Entre 30/09/2017 e 31/12/2017 o IBIO ficou impossibilitado de persistir as informações no sistema CNARH. Os sistemas (www.semad.mg.gov.br e www.siam.mg.gov.br) nos quais se obtém as informações necessárias para o preenchimento do cadastro de usuário não têm dados suficientes para realização do mesmo, conseqüentemente, obrigando-nos a entrar em contato com o usuário, seja por telefone ou e-mail, que em sua maioria, são tentativas mal sucedidas. Nesse caso, de dados insuficientes, é prática do IBIO, antes de declarar o caso não solucionável, fazer um trabalho investigativo (ligar para possíveis concorrentes, sindicatos, compradores, etc) até que esgote todas as alternativas possíveis.

Na Tabela 28 abaixo estão listadas todas as outorgas emitidas pelo IGAM para o ano de 2017 na Bacia Hidrográfica do Rio Piranga e inseridas no CNARH. Na Tabela 29 estão a listagem das outorgas, que por algum motivo detalhado na própria tabela, não puderam ser inseridas no CNARH. Especificamente no caso de outorgas de grande poder, nos foram repassadas orientações por parte do IGAM para que não fizéssemos a inserção de tais outorgas no CNARH.

Tabela 28 – Outorgas para a Bacia do Rio Piranga em 2017 inseridas no CNARH.

DO1 – CBH PIRANGA			
PORTARIA	PUBLIC.	CPF/CNPJ	EMPREENHIMENTO
00474/2017	03/02/2017	09.201.539/0001-83	Alfa Hotel Viçosa Ltda - EPP
00476/2017	03/02/2017	597.114.426-04	José Cláudio Maciel de Oliveira
00477/2017	03/02/2017	04.351.909/0001-45	Chequer Empreendimentos Ltda
00478/2017	03/02/2017	00.681.184/0001-00	Gardingo Trade Importação e Exportação Ltda
00480/2017	03/02/2017	20.092.137/0001-20	Hospital Veterinário Gardingo Ltda
00481/2017	03/02/2017	20.092.137/0001-20	Hospital Veterinário Gardingo Ltda
00485/2017	03/02/2017	176.882.056-20	Geraldo Magela Alves da Silva
00487/2017	03/02/2017	048.217.346-72	Alaor Lanna Moreira
00488/2017	03/02/2017	671.220.436-49	Maria de Lourdes de Souza e Silva
00489/2017	03/02/2017	229.514.076-53	Tarcísio Araújo de Miranda
00490/2017	03/02/2017	202.461.966-53	João Batista Gardingo
00491/2017	03/02/2017	506.411.826-00	José Miguel de Oliveira Fernandes
00495/2017	03/02/2017	427.063.786-20	Antônio Martins de Almeida Pinto Moreira
00584/2017	14/02/2017	021.574.206-06	José Ricardo Brandão Martins
00585/2017	14/02/2017	021.574.206-06	José Ricardo Brandão Martins
00586/2017	14/02/2017	021.574.206-06	José Ricardo Brandão Martins
00588/2017	14/02/2017	064.455.516-53	Pélmio Simões de Carvalho
00591/2017	14/02/2017	046.201.376-69	Clauviano Cupertino
00592/2017	14/02/2017	845.994.486-72	Márcio José Pereira
00596/2017	14/02/2017	377.505.346-87	Geraldo Custódio Martins
00597/2017	14/02/2017	12.353.899/0001-05	Oliveira & Marques Extração e Comércio de Areia Ltda - ME
00603/2017	14/02/2017	021.576.406-49	Manoel Lizardo Gomes
00979/2017	24/03/2017	253.078.786-72	José Braga Martins
00981/2017	24/03/2017	377.535.686-04	Geraldo Magela Martins de Souza
00982/2017	24/03/2017	377.535.686-04	Geraldo Magela Martins de Souza
00986/2017	24/03/2017	02.965.240/0001-56	Flávio do Carmo Heleno - ME
00987/2017	24/03/2017	17.632.274/0001-04	Fazenda Brasília Agropecuária Ltda
00988/2017	24/03/2017	23.229.909/0001-11	Virgílio Damasio Gomes Guimarães - ME
00990/2017	24/03/2017	068.757.936-87	Hélio Nogueira da Gama

Relatório de Gestão do Exercício de 2017 – Contrato de Gestão 001/IGAM/2017

00991/2017	24/03/2017	112.535.096-20	Vicente Lopes de Almeida
01063/2017	30/03/2017	112.782.936-04	José Vital Ferreira
01285/2017	19/04/2017	25.947.276/0001-02	Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Viçosa - SAAE
01286/2017	19/04/2017	25.947.276/0001-02	Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Viçosa - SAAE
01372/2017	26/04/2017	01.620.744/0001-71	Prefeitura Municipal de Vermelho Novo
01374/2017	26/04/2017	033.956.996-41	Ricardo Garcia Dornelas
01375/2017	26/04/2017	077.788.766-55	Gabriel de Assis Cupertino
01378/2017	26/04/2017	033.956.996-41	Ricardo Garcia Dornelas
01573/2017	18/05/2017	077.674.826-26	Rafaela Araújo de Castro Cordeiro
1999	09/06/2017	10.918.788/0001-73	Pedreira e Cordeiro Construtora e Hotelaria
478	09/06/2017	20.516.886/0001-38	Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Abre Campo
01834/2017	12/06/2017	03.278.247/0001-62	Laticínios Monte Celeste Ltda - EPP
01835/2017	12/06/2017	066.247.276-40	Júlio César Pinheiro Quintão
01897/2017	13/06/2017	20.634.414/0001-80	Valdeci Consolação da Silva - ME
01899/2017	13/06/2017	003.075.486-00	José Sérvulo de Carvalho
02002/2017	26/06/2017	17.632.274/0001-04	Fazenda Brasília Agropecuária Ltda
02003/2017	26/06/2017	10.417.141/0001-68	Chequer & Cia Construtora Ltda
02006/2017	26/06/2017	11.282.353/0001-48	Matadouro III Irmãos Ltda - ME
1392	11/07/2017	369.764.666-49	Cláudio Martins Marques
02297/2017	18/07/2017	02.844.893/0001-87	Lucimar Silvério de Freitas Chaves - EPP
02298/2017	18/07/2017	006.097.238-63	Vagner Luiz Ribeiro Brandão
02299/2017	18/07/2017	008.555.376-04	Luiz Augusto Vieira Martins
02300/2017	18/07/2017	24.179.426/0001-12	Prefeitura Municipal de Lamim
02728/2017	22/08/2017	423.553.546-34	Adelson Gomes da Silva
02729/2017	22/08/2017	423.553.546-34	Adelson Gomes da Silva
02732/2017	22/08/2017	246.416.346-53	Jair Medeiros de Souza
02735/2017	22/08/2017	199.969.346-91	José Maria Gomes
02737/2017	22/08/2017	555.370.656-49	Bárbara Lopes Silva Pinto
02739/2017	22/08/2017	266.166.707-59	Fernando César Soares
02740/2017	22/08/2017	266.166.707-59	Fernando César Soares
02741/2017	22/08/2017	266.166.707-59	Fernando César Soares

Tabela 29 – Outorgas para a Bacia do Rio Piranga em 2017 que não puderam ser inseridas no CNARH

PORTARIA	PUBLIC.	CNPJ	EMPREENHIMENTO	OBSERVAÇÃO
00494/2017	03/02/2017	26.009.704/0001-19	Jacar Pneus Ltda	Sem Permissão p/Alteração
00593/2017	14/02/2017	03.311.043/0001-86	Over Comunicação e Publicidade Ltda - ME	Infor. Insufic. p/ Cadastro
00599/2017	14/02/2017	19.250.811/0001-79	Geraldo Majela de Souza - ME	Infor. Insufic. p/ Cadastro
00600/2017	14/02/2017	07.429.952/0001-74	Marlene Maria Braga de Barros - ME	Infor. Insufic. p/ Cadastro
659/2013	08/03/2017	97.542.603/0001-57	Bom Jesus Energia S/A	Infor. Insufic. p/ Cadastro
00978/2017	24/03/2017	17.766.825/0004-67	MBC Materiais Básicos para Construção Ltda	Infor. Insufic. p/ Cadastro
00980/2017	24/03/2017	20.193.176/0001-14	SRV Empreendimentos Imobiliários Ltda	Infor. Insufic. p/ Cadastro
01060/2017	30/03/2017	11.627.383/0001-49	Empreendimento Procópio e Almeida Ltda - ME	Infor. Insufic. p/ Cadastro
01068/2017	30/03/2017	20.126.439/0001-72	Prefeitura Municipal de Dionísio	Sem Permissão p/Alteração
01280/2017	19/04/2017	12.353.899/0002-96	Oliveira & Marques Extração e Comércio de Areia Ltda - ME	Infor. Insufic. p/ Cadastro
01281/2017	19/04/2017	02.589.399/0001-13	Mineração Fonseca e Filhos Ltda - ME	Infor. Insufic. p/ Cadastro
01287/2017	19/04/2017	03.836.054/0001-80	Consórcio Candonga	Sem Permissão p/Alteração
01376/2017	26/04/2017	076.248.596-53	João Braga do Couto	Sem Permissão p/Alteração
01377/2017	26/04/2017	08.300.570/0001-09	Nelson Lucarelli Filho - ME	Infor. Insufic. p/ Cadastro
01574/2017	18/05/2017	21.474.998/0001-36	Vandeir Custódio Alexandre - ME	Infor. Insufic. p/ Cadastro
01830/2017	12/06/2017	03.311.043/0001-86	Over Comunicação e Publicidade Ltda - ME	Infor. Insufic. p/ Cadastro
02731/2017	22/08/2017	17.875.050/0001-15	Martins Agrícola Ltda	Infor. Insufic. p/ Cadastro
02744/2017	22/08/2017	04.699.679/0001-00	Auto Posto Pontenovense Ltda	Infor. Insufic. p/ Cadastro
03040/2017	12/09/2017	053.188.026-56	Alexandre Chequer de Carvalho	Infor. Insufic. p/ Cadastro
03041/2017	12/09/2017	02.589.399/0001-13	Mineração Fonseca e Filhos Ltda	Infor. Insufic. p/ Cadastro
03184/2017	21/09/2017	16.718.231/0001-75	Companhia Fabril Mascarenhas S/A	Infor. Insufic. p/ Cadastro

Relatório de Gestão do Exercício de 2017 – Contrato de Gestão 001/IGAM/2017

03350/2017	06/10/2017	23.796.998/0001-88	Companhia Agrícola Pontenovense	Sist. Inoperante
03352/2017	06/10/2017	10.250.334/0001-77	JB Incorporações Ltda	Sist. Inoperante
03353/2017	06/10/2017	266.166.707-59	Fernando César Soares	Sist. Inoperante
03354/2017	06/10/2017	213.642.448-37	Patrícia Morari Mendes	Sist. Inoperante
03445/2017	16/10/2017	18.837.013/0001-85	Santana Country Clube	Sist. Inoperante
03448/2017	16/10/2017	01.924.210/0001-39	Nápoles Auto Posto Ltda	Sist. Inoperante
03449/2017	16/10/2017	109.445.086-34	Jader Silvio de Araújo	Sist. Inoperante
03450/2017	16/10/2017	246.815.178-01	Gilson de Assis Mendes	Sist. Inoperante
03455/2017	16/10/2017	02.625.899/0001-63	Indústria de Papéis e Embalagens Ponte Nova Ltda	Sist. Inoperante
03462/2017	16/10/2017	04.220.839/0001-96	Eduardo Raymundo de Oliveira e Cia Ltda	Sist. Inoperante
03508/2017	19/10/2017	243.752.096-15	Antônio Matias Hipolito	Sist. Inoperante
03549/2017	23/10/2017	17.281.106/0001-03	Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA-MG	Sist. Inoperante
03550/2017	23/10/2017	17.281.106/0001-03	Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA-MG	Sist. Inoperante
03553/2017	23/10/2017	01.616.836/0001-88	Prefeitura Municipal de Oratórios	Sist. Inoperante
03560/2017	23/10/2017	127.328.696-00	Gilberto Pereira Giardini	Sist. Inoperante
1457/2007	23/10/2017	08.902.291/0001-15	CSN Mineração S.A.	Sist. Inoperante
03881/2017	04/12/2017	024.873.706-61	Alexsandro José Soares da Silva	Sist. Inoperante
03883/2017	04/12/2017	053.188.026-56	Alexandre Chequer de Carvalho	Sist. Inoperante
03885/2017	04/12/2017	422.396.566-20	Paulo Roberto Campos	Sist. Inoperante
2910/2017	04/12/2017	33.592.510/0413-49	Vale S/A	Sist. Inoperante
04007/2017	12/12/2017	17.281.106/0001-03	Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA-MG	Sist. Inoperante

7. INDICADOR 5 – RECONHECIMENTO SOCIAL

7.1. Meta 5A – Reconhecimento Social

Aplicação de pesquisa anual sobre o desempenho da Entidade Delegatária/Equiparada no exercício de suas atribuições, aplicada junto ao Comitê Piranga, conforme metodologia a ser definida pelo IGAM em conjunto com a ANA e IEMA, tendo por foco:

- Cumprimento do Contrato de Gestão;
- Ações tomadas com vistas à implementação do PIRH-Doce e PARHs (com subsidio do “Relatório de Avaliação da execução das ações previstas no PIRH-Doce e PARHs”); e,
- Atuação como secretaria-executiva do Comitê.

No dia 17 de outubro de 2017, o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) encaminhou e-mail referente ao Indicador 5A do Contrato de Gestão IGAM/IBiO nº 001/2017, que prevê a “Avaliação pelos membros do Comitê sobre a atuação da Entidade Equiparada”. Na ocasião, o IGAM, que é responsável pela aplicação do questionário, disponibilizado de forma online, solicitou apoio ao IBiO para divulgação do mesmo junto aos conselheiros dos comitês, visando o cumprimento da meta contratual, conforme e-mail (**Anexo VI**).

A partir de então, o IBiO iniciou o processo de divulgação junto aos conselheiros. A equipe de comunicação da entidade equiparada providenciou a publicação do questionário no site, visando facilitar o acesso ao formulário, sendo possível acessá-lo no seguinte link: <http://www.cbhpiranga.org.br/geral/questionario-de-avaliacao-igam-cbh-piranga>

Também foi encaminhado e-mail marketing, conforme demonstrado na Figura 8. A mensagem foi enviada, inicialmente, no dia 17 de outubro, sendo reenviada nos dias 16 de novembro, 05 e 12 de dezembro. Neste intervalo também foi feito contato telefônico com todos os conselheiros – titulares e suplentes – solicitando o preenchimento do questionário. Além disso, foi feita divulgação nos grupos de WhatsApp. A Figura 8 e Figura 9 ilustram as mensagens recebidas pelos conselheiros no e-mail e WhatsApp.



Figura 8 - Arte divulgada no e-mail marketing



Figura 9 - Arte divulgada nos grupos de WhatsApp

Resultado: Os resultados, repassados ao IBiO pelo IGAM, estão apresentados na tabela abaixo:

Tabela 30 - Resultado do Questionário de Avaliação – CBH-Piranga

Questionário - Avaliação do Instituto BioAtlântica pelo CBH-Piranga	
Meta: 10	Nota do Indicador 5A: 7,67
Participante	Nota
Participante 1	7,71
Participante 2	8,88
Participante 3	8,76
Participante 4	10,00
Participante 5	5,75
Participante 6	6,82
Participante 7	5,41
Participante 8	8,59
Participante 9	6,56
Participante 10	9,35
Participante 11	5,50
Participante 12	5,81
Participante 13	7,65
Participante 14	6,82
Participante 15	9,76
Participante 16	6,24
Participante 17	9,12
Participante 18	8,41
Participante 19	6,47
Participante 20	7,41
Participante 21	10,00
Média	7,67

Apresentamos abaixo, as questões aplicadas no Questionário de Avaliação:

Questionário para fim de Avaliação da IBiO pelo CBH do Rio Piranga – Resumo

1 - Identificação do Avaliador

Sua participação no Comitê ocorre como Membro:
Você conhece o Contrato de Gestão Celebrado entre o IGAM e a IBiO?
Você conhece claramente as competências da IBiO?
Você tem informações das demandas que o Comitê repassou à IBiO?

2. Questões Objetivas Relativas à IBiO em Tópicos.

2.1 Comunicação Social e Mobilização

- 2.1.1. Você já acessou o site da IBiO alguma vez?
- 2.1.1.1. No site da IBiO as informações são atualizadas e disponibilizadas com frequência e clareza satisfatória? (Responda se você assinalou SIM para a pergunta 2.1.1.)
- 2.1.1.2. Os documentos da IBiO que são de uso e interesse do Comitê são disponibilizados no site? (Responda se você assinalou SIM para a pergunta 2.1.1.)
- 2.1.2. A IBiO responde aos contatos do Comitê de maneira ágil, eficiente e clara?
- 2.1.3. O trabalho de Mobilização Social para as reuniões (Plenárias, Câmaras Técnicas, Grupos de Trabalho, etc.) tem ocorridos de forma satisfatória?
- 2.1.4. A IBiO tem estabelecido um canal favorável de comunicação entre ele e os comitês?

2.2 Amparos Administrativos

- 2.2.1. As solicitações administrativas do Comitê são atendidas de forma satisfatória pela IBiO?
- 2.2.2. As Convocações e as documentações referentes às reuniões são encaminhadas com a antecedência satisfatória, conforme os prazos regimentais?
- 2.2.3. Os documentos (Atas, Resoluções, Moções, Termos de Referência, Parecer, Ofício e Carta ou outros correlatos) são bem elaborados e de fácil compreensão?

2.3 Amparos Técnicos

- 2.3.1. A IBiO demonstra capacidade técnica para resolver os problemas técnicos demandados pelo Comitê e de propor alternativas?
- 2.3.2. A equipe da IBiO demonstra confiança e habilidade para resolver os problemas de origem técnica e orientar tecnicamente os membros do Comitê?

2.4 Proatividade

2.4.1. Existe postura proativa da IBIO para apresentar propostas ao Comitê e se antecipar aos problemas em potencial?

2.4.2. A IBIO toma as medidas necessárias para a execução das ações previstas no Plano de Recursos Hídricos da Bacia?

2.4.3. A IBIO dispõe de iniciativas para realizar eventos como Seminários, Oficinas, Workshops com vistas a divulgar à sociedade da Bacia sobre a Cobrança pelo Uso da Água?

2.5 Recursos Financeiros

2.5.1. Você tem conhecimento de como os recursos arrecadados com a cobrança são administrados?

2.5.1.1. Os recursos da cobrança são administrados com transparência? (Responder se você assinalou "sim" para a pergunta 2.5.1)

2.5.2. Os recursos da cobrança são investidos na Bacia com eficiência pela IBIO?

2.6 Institucional

2.6.1. A estrutura organizacional da IBIO favorece o atendimento adequado às demandas do Comitê?

2.6.2. A IBIO busca parcerias com outras entidades e instituições a fim de promover Governabilidade?

3. Questão Dissertativa Relativa à IBIO.

Questão dissertativa relativa à IBIO, com a intenção de identificar as expectativas dos membros do Comitê em relação à IBIO, de modo a permitir explicitar críticas e sugestões para o aprimoramento das atividades realizadas sobre os tópicos.

3.1. Como a IBIO poderia melhorar sua atuação junto ao Comitê da Bacia?

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final do ano de 2015, ocorreu um amplo processo de discussão nos comitês da bacia do rio Doce para aprovação do Plano de Aplicação Plurianual (PAP-Doce) para o período 2016-2020. Durante esse processo, foi priorizado pelos CBHs o investimento em:

- Programas Hidroambientais, com ênfase nos programas:
 - P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos;
 - P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes;
- Programas de saneamento, com ênfase no programa:
 - P42 – Programa de Expansão do Saneamento Rural.

Apesar de priorizar os programas hidroambientais P12 e P52 e Saneamento Rural P42, que juntos possuem cerca de 60% dos recursos totais alocados até 2020, os CBHs também aportaram significativa quantidade de recursos para a elaboração de projetos de esgotamento sanitário e de otimização de sistemas de abastecimento de água, previstos nos Programas P11 e P41 (20% dos recursos totais).

Tabela 31 - Resumo dos programas e recursos previstos no PAP-Doce 2016-2020

METAS, PROGRAMAS E AÇÕES PRIORIZADOS	VALORES (Mil R\$)						%
	2016	2017	2018	2019	2020	TOTAL	
PROGRAMAS DE SANEAMENTO	16.854	11.012	8.460	9.360	6.072	51.758	30%
P11 - Programa de Saneamento da Bacia:	2.350	2.700	2.250	2.700	1.250	11.250	6%
P41 - Programa de Universalização do Saneamento:	12.094	4.702	2.600	3.050	1.600	24.046	14%
P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural	2.410	3.610	3.610	3.610	3.222	16.462	9%
PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS	14.410	22.000	21.000	20.121	19.138	96.669	55%
P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos	2.995	6.045	5.045	5.253	5.887	25.225	14%
P21 - Programa de Incremento de Disponibilidade Hídrica	-	1.000	1.000	1.000	-	3.000	2%
P22 - Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura	900	900	900	819	819	4.337	2%
P24 - Programa Produtor de Água	500	750	1.250	250	250	3.000	2%
P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes	10.015	13.305	12.805	12.799	12.183	61.108	35%
PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS	6.185	6.635	6.200	4.200	3.200	26.420	15%
Atualização do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – PIRH e Planos de Ações de Recursos Hídricos das Bacias Afluentes – PARHs	-	2.000	2.000	-	-	4.000	2%

Relatório de Gestão do Exercício de 2017 – Contrato de Gestão 001/IGAM/2017

P31 - Programa de Convivência com as Cheias	1.000	1.000	1.000	1.000	-	4.000	2%
P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia	1.920	500	-	-	-	2.420	1%
P61.2 – Subprograma de fortalecimento dos comitês	1.905	1.735	1.800	1.800	1.800	9.040	5%
P71 - Programa de Comunicação Social	500	500	500	500	500	2.500	1%
P72 - Programa de Educação Ambiental	460	500	500	500	500	2.460	1%
P73 - Programa de Treinamento e Capacitação	400	400	400	400	400	2.000	1%
TOTAL	37.449	39.647	35.660	33.681	28.411	174.847	100%

Por meio do PAP 2016-2020, foi definido que os programas P12 e P42 seriam preferencialmente implementados em conjunto com o Programa de P52 e nas mesmas áreas selecionadas para esse programa. Portanto, todo o planejamento foi feito para que, em conjunto, esses programas fossem implementados, inclusive contando com as duas fontes de recursos, União e Minas Gerais.

A estratégia proposta pelo IBiO para a implementação dos três programas de forma conjunta foi a de se dividir as ações em duas etapas: contratação de diagnósticos e projetos em imóveis rurais e, posteriormente, contratação da execução. O processo de implementação dos programas de forma conjunta recebeu o nome de “Rio Vivo” e foi iniciado nas UGRHs Piranga, Piracicaba, Santo Antônio e Suaçuí.

Durante o ano de 2017 foram realizados os Atos Convocatórios para a contratação de empresas para a elaboração de diagnósticos e projetos em imóveis rurais. Além disso, tendo em vista o grande escopo do trabalho, o enorme quantitativo de produtos a serem analisados e a extensão territorial em que o trabalho está sendo executado, foi necessária a contratação de empresas fiscalizadoras. Essas empresas são responsáveis por acompanhar as ações em campo, além de analisar e validar os produtos entregues.

Nesse sentido, para a elaboração de diagnósticos e projetos e para a fiscalização desses serviços foram realizados 6 Atos Convocatórios no ano de 2017, os quais resultaram em 8 contratos. Esses contratos representam um investimento total de R\$ 9.604.169,87. Desse total, R\$ 2.023.621,98 foi realizado no ano de 2017 e o restante está previsto para ser pago no ano de 2018.

O Programa P52, da forma como previsto no PAP 2012-2015, encontra-se em andamento nos CBHs capixabas e no CBH-Caratinga. No CBH-Santo Antônio as ações foram concluídas em outubro de 2017. Nessas áreas, o Programa foi implementado de forma isolada, separadamente do “Rio Vivo”.

No que se refere aos Programas P11 e P41, sua priorização e o aporte significativo de recursos nos mesmos são coerentes, considerando que no PAP 2012-2015 foi priorizado o Programa de Universalização do Saneamento (P41) com a elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) para todos os municípios da bacia do rio Doce que não possuíam o plano ou recursos para a sua elaboração.

No ano de 2017 ainda estavam em andamento contratações referentes aos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) de 09 municípios da bacia. A elaboração do PMSB é primordial para o planejamento do saneamento dos municípios e pré-requisito para obtenção de recursos para o saneamento.

Nesse contexto, em 2017, foram realizadas as definições da estratégia de implementação dos programas P11 e P41 junto aos Comitês e a publicação do Edital de Chamamento Público para seleção e hierarquização dos municípios. Conforme relatado nos itens 2 e 4 do Anexo V deste Relatório, a etapa de definições junto ao CBH-Doce se estendeu por um tempo consideravelmente maior do que o previsto. Isso ocasionou atrasos na publicação do Edital de Chamamento, o que, conseqüentemente, tornou inviável iniciar o processo licitatório para contratação da elaboração dos projetos ainda em 2017.

Para os demais programas hidroambientais, P21 (Incremento da Disponibilidade Hídrica), P22 (Incentivo ao Uso Racional da Água na Agricultura) e P24 (Produtor de Água), foram previstas ações pontuais em algumas UGRHs.

Para o programa P21, apenas as UGRHs do ES foram contempladas, conforme demandas apresentadas no PIRH/PARH. No entanto, durante o ano de 2017, os CBHs atuantes nas UGRHs da porção capixaba solicitaram a realocação dos recursos previstos para o P21. A intenção desses CBHs é direcionar esses recursos para a implementação do Rio Vivo (P12, P42 e P52). Esse processo de alteração ainda não foi concluído, estando pendente de aprovação do CBH-Doce.

Em se tratando do Programa P22, em 2017 foram encerrados dois contratos que contemplaram a instalação dos equipamentos “irrigâmetros” em 6 UGRHs e treinamento dos produtores irrigantes. No momento, estão sendo realizadas as discussões junto aos Comitês de bacia sobre o formato de implementação desse programa para os próximos anos.

No que se refere aos Programas Transversais, temos previstas as seguintes ações/programas:

- Atualização do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – PIRH e Planos de Ações de Recursos Hídricos das Bacias Afluentes – PARHs
- P31 - Programa de Convivência com as Cheias
- P61 - Programa de Monitoramento e Acompanhamento da Implementação da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos - Subprograma P61.2
- P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia (P61.1)
- P71 - Programa de Comunicação Social
- P72 - Programa de Educação Ambiental
- P73 - Programa de Treinamento e Capacitação

A Atualização do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia do Doce - PIRH Doce e dos Planos de Ações de Recursos Hídricos das bacias afluentes – PARHs teve seu processo de discussão junto ao CBH-Doce iniciado no ano de 2017. No CBH-Doce foi definida a instância de acompanhamento da elaboração dos Planos. Optou-se pela CTI – Câmara Técnica de Integração, por essa ser composta por conselheiros de todos os Comitês afluentes, o que torna o processo ainda mais participativo.

Também foram iniciados alinhamentos junto aos técnicos da ANA, IGAM e AGERH, que apoiarão o processo de contratação e, posteriormente, de aprovação dos referidos planos. Atualmente, está sendo construída a proposta de elaboração dos Planos, a qual será levada à apreciação do CBH-Doce no primeiro semestre de 2018.

Para o Programa P31, estava prevista a contratação de serviços de topobatimetria para a bacia do Doce. No entanto, essa contratação foi incluída pela ANA entre os estudos a serem custeados por meio de recursos adicionais repassados ao IBiO pela ANA, em virtude da gravidade e da abrangência do evento ocorrido na bacia do rio Doce, a partir do rompimento da barragem de rejeitos da mineradora Samarco em Mariana-MG. Em 2017 foi realizada a contratação da empresa e o trabalho encontra-se em andamento.

Para o Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia (P61.1), apesar de haver recursos alocados nesse programa para o ano de 2017, o mesmo ainda não chegou a ser implementado. Foram iniciadas algumas discussões e alinhamentos necessários. Na porção capixaba da bacia, a AGERH já iniciou as ações para cadastramento e atualização do cadastro. Foram realizadas reuniões junto a esse órgão para verificar os moldes em que está sendo realizado o cadastro, na tentativa de executá-lo de forma semelhante na porção mineira. No entanto, ainda não foi definida nem aprovada a estratégia. Por tratar-se de uma ação bastante urgente na bacia, o cadastramento foi priorizado entre as contratações a serem realizadas no ano de 2018.

O Subprograma de fortalecimento dos comitês (P61.2) segue com suas ações contínuas, objetivando com que os comitês consigam cumprir com suas atribuições. Esse programa viabiliza a atuação dos comitês, inclusive quanto aos demais programas do PAP, pois propicia aos membros meios de participação nas reuniões e eventos necessários aos mesmos. Todo o recurso desembolsado em 2017 foi fruto das demandas geradas pelos Comitês, que estão relacionadas a viagens, promoção de eventos, realização de Reuniões Ordinárias e Câmaras Técnicas, entre outras atividades ligadas à gestão de recursos hídricos, no intuito de ampliar a visibilidade e alcance dos CBHs.

Com relação ao Programa P71 (Programa de Comunicação Social), a maior parte do recurso alocado foi utilizada para o pagamento da empresa contratada pelo IBiO para assessoria e consultoria de comunicação e para as viagens de seus funcionários no que se refere às coberturas das reuniões dos comitês e eventos realizados pelos comitês.

No que se refere ao Programa P72 (Programa de Educação Ambiental), no ano de 2017 foi realizado Seminário no CBH-Piracicaba, em que foram contratados moderador, relatoria, lanche e equipamentos de som.

Não houve avanços com os Seminários em outras UGRHs, devido à falta de definição do CBH-Doce sobre a estratégia de atuação com o Programa. Vale ressaltar que os CBH-Piranga, CBH-Piracicaba, CBH-Santo Antônio e CBH-Suaçuí aprovaram que as contratações referentes às ações de educação ambiental devem ser realizadas de forma integrada aos Programas P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos, P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes e P42 -

Programa de Expansão do Saneamento Rural (P42). Dessa forma, as ações estão incluídas no escopo do “Rio Vivo”.

O Programa P73 (Programa de Capacitação e Treinamento) está previsto para ser implementado nos próximos anos, no âmbito do “Rio Vivo”. Está prevista a realização de capacitação e treinamento voltados aos objetos dos programas incluídos nessa iniciativa, como, por exemplo, cursos de manutenção de fossas sépticas para os proprietários rurais participantes. Juntos, os Programas Transversais possuem 15 % dos recursos previstos para o período de 2016 a 2020.

Apresentamos a seguir, na Tabela 32 resumo do PAP 2016-2020, fazendo uma comparação entre o previsto e o realizado para o exercício de 2017:

Tabela 32 – Tabela Resumo do PAP 2016-2020. Previsto versus Realizado 2017

RESUMO - RECURSOS DA UNIÃO E DE MG POR METAS, PROGRAMAS E AÇÕES PRIORITÁRIOS						
METAS, PROGRAMAS E AÇÕES PRIORIZADOS	VALORES PREVISTOS		VALORES DESEMBOLSADOS		SALDO	
	(Mil R\$)		(Mil R\$)		(Mil R\$)	
	2017					
	ANA	IGAM	ANA	IGAM	ANA	IGAM
PROGRAMAS DE SANEAMENTO	4.652	6.360	1.799	530	2.853	5.830
P11 - Programa de Saneamento da Bacia:	1.000	1.700	-	-	1.000	1.700
P41 - Programa de Universalização do Saneamento:	2.652	2.050	1.677	398	975	1.652
P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural	1.000	2.610	122	132	878	2.478
PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS	8.050	13.950	1.655	927	6.395	13.023
P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos	2.345	3.700	276	231	2.069	3.469
P21 - Programa de Incremento de Disponibilidade Hídrica	1.000	-	-	-	1.000	-
P22 - Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura	900	-	226	-	674	-
P24 - Programa Produtor de Água	-	750	-	-	-	750
P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes	3.805	9.500	1.154	696	2.651	8.804
PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS	5.535	1.100	1.283	206	4.252	894
Atualização do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – PIRH e Planos de Ações de Recursos Hídricos das Bacias Afluentes – PARHs	2.000	-	-	-	2.000	-
P31 - Programa de Convivência com as Cheias	1.000	-	-	-	1.000	-
P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia	-	500	-	-	-	500

P61.2 – Subprograma de fortalecimento dos comitês	1.135	600	842	206	293	394
P71 - Programa de Comunicação Social	500	-	434	-	66	-
P72 - Programa de Educação Ambiental	500	-	7	-	493	-
P73 - Programa de Treinamento e Capacitação	400	-	-	-	400	-
TOTAL	18.237	21.410	4.737	1.662	13.500	19.748
TOTAL ANA/IGAM	39.647		6.400		33.247	

Dificuldades e entraves ocorridos em 2017

O IBIO enfrentou, no ano de 2017, algumas dificuldades no que se refere ao Contrato de Gestão IGAM nº 001/2017. O não repasse dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da água no Estado de Minas Gerais comprometeu uma série de atividades da Entidade, como a participação em reuniões junto aos Comitês de bacia para discussão da implementação de alguns programas e projetos previstos no PAP.

Todos os entraves e dificuldades geradas pela situação do Contrato de Gestão IGAM, aliados à estrutura limitada de pessoal da Entidade Delegatária, são fatores que justificam a não implementação da totalidade dos programas definidos pelos CBHs no PAP 2016-2020 e que possuíam recursos alocados para o ano de 2017.

Além disso, vários outros fatores também dificultam e/ou atrasam a implementação dos Programas. Uma dessas questões está relacionada a indefinições e morosidade nas decisões de alguns Comitês acerca da implementação de programas, a exemplo do que ocorreu no P11 e P41, referente à contratação de projetos de água e esgoto. Na primeira reunião anual do CBH-Doce, foi apresentada pelo IBIO a estratégia de condução dos Programas, conforme relatado nos itens 2 e 3 do Anexo V deste Relatório, foram realizadas 4 reuniões do Comitê que terminaram sem um encaminhamento definitivo a respeito do assunto.

Ressalta-se que a estratégia apresentada pelo IBIO estava integralmente pautada nas definições estabelecidas no Plano de Aplicação Plurianual (PAP 2016-2020), ou seja, a estratégia já havia sido aprovada pelo CBH-Doce quando da elaboração do PAP, no entanto, ainda assim, foi objeto de muita discussão e apresentação de estratégias inconsistentes levantadas por alguns conselheiros, o que acabou tumultuando o processo, e gerando atraso de aproximadamente 6 meses para a publicação do edital do P11 e P41. As exaustivas discussões desse tema culminaram em atrasos nas etapas seguintes, não tendo sido possível realizar o processo licitatório no ano de 2017.

Paralelamente ao desenvolvimento dos programas previstos no PAP, os Comitês de bacia apresentam outras demandas esporádicas relacionadas a esses programas. Nesse sentido, o tempo despendido pela equipe no planejamento e organização de eventos acaba por comprometer a implementação de ações e aplicação dos recursos previstos no PAP. Tais eventos, como Seminários de Saneamento Básico e de Educação Ambiental, demandam um trabalho considerável para seu

planejamento e organização, que inclui elaboração da programação e dinâmica do evento, contato com palestrantes e moderadores, mobilização dos convidados, agendamento de local, dentre outras atividades.

Por fim, ressalta-se que o tempo médio necessário à conclusão dos processos licitatórios no ano de 2017 foi maior do que o usual, o que acabou atrasando a execução de alguns programas. Isso ocorreu em função de diversas empresas terem apresentado propostas de preço abaixo do limite de exequibilidade previsto nos Atos Convocatórios. Acredita-se que esse fato, que foi recorrente nos certames realizados em 2017, esteja relacionado à atual crise econômica vivida no país. No intuito de garantir a prestação do serviço, as empresas têm participado dos Atos prevendo, muitas vezes, uma margem de lucro mínima. As propostas abaixo do limite demandam a suspensão da sessão pública para análise das comprovações apresentadas pelas concorrentes, no que se refere à demonstração de cada preço, custo e insumo que compõe o valor da proposta ofertada. Além do trabalho da Comissão Gestora de Licitação de Contratos (CGLC), a análise demanda apoio da equipe técnica e do setor contábil. Esse aumento de tempo nos processos acarretou atrasos na celebração de alguns contratos, o que, conseqüentemente, comprometeu o quantitativo de pagamentos realizados no ano.

Nesse contexto dos Atos Convocatórios realizados no ano de 2017, vários serviços foram, então, contratados por valores consideravelmente menores do que aqueles valores inicialmente orçados, que compõem o valor global máximo dos Atos Convocatórios. Dessa forma, verifica-se a utilização dos recursos da cobrança pelo uso da água de forma eficiente, o que é extremamente positivo. A economia no investimento dos recursos possibilita a ampliação das ações a serem implementadas para a recuperação da bacia.

Planejamento de ações e de desembolso para os próximos anos

Conforme descrito acima, são diversos os fatores que dificultam o trabalho da entidade e geram atrasos na implementação dos programas previstos no PAP. No entanto, cabe ressaltar que todo o trabalho de planejamento realizado nos anos de 2016 e 2017 será refletido em diversas contratações e desembolso expressivo nos próximos exercícios.

Passaremos a demonstrar, a seguir, a estimativa de recursos comprometidos, necessários para executar de forma satisfatória os Programas do Plano Integrado de Recursos Hídricos (PIRH), priorizados no PAP 2016-2020.

É importante frisar que os recursos previstos com a cobrança pelo uso de recursos hídricos para os exercícios de 2018 a 2020, considerando também os recursos em conta, não serão suficientes para custear todas as ações planejadas, no horizonte do PAP 2016/2020, sendo necessário que essas ações perpassem para um novo período/PAP.

Como a atuação dos CBHs e do IBiO no período de 2016-2020 está focada nos Programas de Saneamento (P11 e P41) e na iniciativa chamada de Rio Vivo (P12, P42 e P52) e que, para esses programas, foram alocados 80% dos recursos previstos no PAP 2016-2020, demonstraremos abaixo os recursos comprometidos para estes programas.

✓ Valores comprometidos para os Programas de Saneamento (P11 e P41)

Conforme já descrito nos itens 2 e 3 do Anexo V deste Relatório, manifestaram interesse no Edital de Chamamento Público nº 01/2017, um total de 140 municípios, sendo 127 em MG e 13 no ES. Para os Programas de Saneamento (P11 e P41) estão previstos no PAP um montante de R\$ 27,3 milhões (já retirados os valores para conclusão dos PMSBs). Para o atendimento a todos os municípios que manifestaram interesse, com ao menos um projeto de água ou esgoto, seriam necessários o montante de R\$ 38,3 milhões.

Portanto, os recursos da cobrança atualmente previstos para os Programas P11 e P41, considerando também os recursos em conta para estes programas, já estão, em sua totalidade, comprometidos para o atendimento ao Edital de chamamento Público nº 01/2017.

Para o atendimento a todos os municípios que manifestaram interesse, seriam necessários recursos adicionais aos atualmente previstos com a cobrança, da ordem de R\$ 11 milhões, como demonstrado na Tabela 33.

Tabela 33 - Investimento para elaboração de projetos (municípios interessados) Edital de Chamamento Público nº 01/2017

UGRH	Recurso alocado PAP 2016-2020 - Programas P11 e P41	Número de municípios < 30 mil habitantes	Investimento necessário	Número de municípios > 30 mil habitantes	Investimento necessário	TOTAL
UGRH 1 - Piranga	4.600.000	39	9.750.000,00	3	1.500.000,00	11.250.000,00
UGRH 2 - Piracicaba	7.490.000	9	2.250.000,00	5	2.500.000,00	4.750.000,00
UGRH 3 - Santo Antônio	1.750.000	18	4.500.000,00	0	-	4.500.000,00
UGRH 4 - Suaçuí	0	23	5.750.000,00	1	500.000,00	6.250.000,00
UGRH 5 - Caratinga	1.500.000	17	4.250.000,00	1	500.000,00	4.750.000,00
UGRH 6 - Manhuaçu	800.000	13	3.250.000,00	1	500.000,00	3.750.000,00
UGRH 7, 8 e 9 - Doce ES	0	8	2.000.000,00	2	1.000.000,00	3.000.000,00
TOTAL MG	16.140.000	127	31.750.000,00	13	6.500.000,00	38.250.000,00
Recurso destinado à toda bacia	11.159.000					
RECURSO TOTAL	27.299.000					

✓ Valores comprometidos para os Programas Hidroambientais (P12 e P52) e Programa de Saneamento Rural (P42) – Rio Vivo

Para os Programas Hidroambientais (P12 e P52) e Programa de Saneamento Rural (P42) – Rio Vivo, estão previstos no PAP um montante de R\$ 102,8 milhões, conforme apresentado na Tabela 34.

Tabela 34 - Recurso PAP 2016-2020 para Rio Vivo, investimento 1ª Etapa e estimativa de recursos para execução da 2ª Etapa

UGRH	Recurso alocado PAP 2016-2020 (P12, P42 e P52)	Número de imóveis rurais	Investimento contratado/comprometido 1ª Etapa - Diagnósticos e Projetos	Investimento contratado/comprometido Fiscalização 1ª Etapa	Investimento total 1ª Etapa	Investimento total 1ª Etapa (%)	Estimativa recurso disponível para a execução (2ª etapa)
UGRH1 Piranga	R\$ 10.713.000	1560	R\$ 2.032.028	R\$ 285.987,00	R\$ 2.318.015	22	R\$ 8.394.985,08
UGRH2 Piracicaba	R\$ 45.512.000	3000	R\$ 3.981.363	R\$ 338.011,20	R\$ 4.319.375	9	R\$ 41.192.625,33
UGRH3 Santo Antônio	R\$ 12.809.000	1300	R\$ 1.881.332	R\$ 262.798,80	R\$ 2.144.131	17	R\$ 10.664.868,93
UGRH4 Suaçuí	R\$ 9.675.000	540	R\$ 770.408,73	R\$ 324.000,00	R\$ 1.094.409	11	R\$ 8.580.591,27
UGRH5 Caratinga	R\$ 6.561.000	600	R\$ 1.640.250	R\$ 360.000,00	R\$ 2.000.250	30	R\$ 4.560.750,00
UGRH6 Manhuaçu	R\$ 7.203.000	600	R\$ 1.800.750	R\$ 360.000,00	R\$ 2.160.750	30	R\$ 5.042.250,00
UGRH7, 8 e 9 - Guandu, Santa Maria do Doce e São José	R\$ 10.323.000	1500	R\$ 2.580.750	R\$ 465.000,00	R\$ 3.045.750	30	R\$ 7.277.250,00
	R\$ 102.796.000	9100	R\$ 14.686.882	R\$ 2.395.797	R\$ 17.082.679	17	R\$ 85.713.320,61

* Em azul os valores efetivamente contratados. Em vermelho os valores comprometidos, conforme estimativa realizada baseando-se no quantitativo de imóveis e em serviços semelhantes já contratados.

• **1ª Etapa - Planejamento:**

Para a primeira etapa do Rio Vivo, cujo objetivo principal é a mobilização dos produtores rurais, elaboração de diagnósticos e projetos de adequação ambiental da propriedade rural, já estão contratadas empresas para as bacias dos rios Piranga, Piracicaba, Santo Antônio e Suaçuí. Para as bacias do rio Caratinga e afluentes do rio Doce Capixaba, estamos em fase de discussão interna nos CBHs, sendo que o Rio Vivo já foi aprovado em todos os CBHs, estando o detalhamento das ações em discussão nas câmaras técnicas, com previsão de licitação para o primeiro semestre de 2018. Com relação ao CBH-Manhuaçu, estamos em tratativas com o comitê para aprovação da proposta.

Nesta primeira etapa, considerando os contratos já firmados (Piranga, Piracicaba, Santo Antônio e Suaçuí), o quantitativo de imóveis rurais a serem contemplados nas demais bacias, e a contratação de empresa fiscalizadora dos serviços, temos comprometidos um montante de R\$ 17,1 milhões para conclusão desta etapa, sendo R\$ 9,6 milhões já contratados (valores em azul no quadro acima).

• **2ª Etapa – Execução:**

O objetivo da segunda etapa é a contratação de empresas para executar os projetos oriundos da primeira etapa, prevendo a contratação de serviços de cercamento e plantio em nascentes (P52), construção de barraginhas e caixas secas (P42) e a construção de unidades de tratamento de água e esgoto de baixo custo de instalação e manutenção, dentre outros.

Considerando o montante previsto no PAP 2016-2020, para o Rio Vivo (R\$ 102,8 milhões), e descontando os recursos necessários para a primeira etapa (R\$ 17,1 milhões), temos o montante de R\$ 85,7 milhões para executar a segunda etapa. A Tabela 35 apresenta estimativa de recursos disponíveis para a execução da 2ª Etapa do Rio Vivo e investimento necessário considerando três cenários de execução, de acordo com os recursos disponíveis:

Tabela 35 - Estimativa de recursos disponíveis para a execução da 2ª Etapa do Rio Vivo (três cenários de execução).

UGRH	Estimativa recurso disponível para a execução (2ª etapa)	Investimento previsto - 2ª Etapa - Execução 100% dos Projetos	Investimento previsto - 2ª Etapa - Execução 70% dos Projetos	Investimento previsto - 2ª Etapa - Execução 50% dos Projetos
UGRH1 Piranga	R\$ 8.394.985,08	R\$ 35.770.800,00	R\$ 25.039.560,00	R\$ 17.885.400,00
UGRH2 Piracicaba	R\$ 41.192.625,33	R\$ 68.790.000,00	R\$ 48.153.000,00	R\$ 34.395.000,00
UGRH3 Santo Antônio	R\$ 10.664.868,93	R\$ 29.809.000,00	R\$ 20.866.300,00	R\$ 14.904.500,00
UGRH4 Suaçuí	R\$ 8.580.591,27	R\$ 12.382.200,00	R\$ 8.667.540,00	R\$ 6.191.100,00
UGRH5 Caratinga	R\$ 4.560.750,00	R\$ 13.758.000,00	R\$ 9.630.600,00	R\$ 6.879.000,00
UGRH6 Manhuaçu	R\$ 5.042.250,00	R\$ 13.758.000,00	R\$ 9.630.600,00	R\$ 6.879.000,00
UGRH7, 8 e 9 - Guandu, Santa Maria do Doce e São José	R\$ 7.277.250,00	R\$ 34.395.000,00	R\$ 24.076.500,00	R\$ 17.197.500,00
	R\$ 85.713.320,61	R\$ 208.663.000,00	R\$ 146.064.100,00	R\$ 104.331.500,00

* Para o levantamento dos recursos comprometidos com a 2ª Etapa, consideramos os seguintes valores para cálculo dos projetos por imóvel rural: Custo estimado por imóvel rural: 3 barraginhas (R\$ 1.800), 1 fossa séptica (R\$ 2.200), e 2 nascentes. Para o cálculo das nascentes consideramos o seguinte percentual sobre o total estimado: 15% das nascentes com plantio total + cercamento (R\$ 14.700/ha) / 35% das nascentes com enriquecimento + cercamento (R\$ 10.600/ha) / 50% das nascentes só cercamento (R\$7.100).

Como podemos observar, os recursos da cobrança atualmente previstos para o Rio Vivo (Programas P12, P42 e P52), considerando também os recursos em conta para estes programas, já estão, em sua totalidade, comprometidos para a execução dos projetos de adequação ambiental.

Para o atendimento com a execução de 100% dos projetos seria necessário o montante de R\$ 208,7 milhões, sendo necessário o aporte adicional aos recursos atualmente previstos com a cobrança, da ordem de R\$ 123 milhões. Com os recursos da cobrança atualmente previstos, seria possível, no máximo, a execução de 50 % dos projetos de adequação ambiental.

Portanto, o IBiO e os CBHs, durante os exercícios de 2016 e 2017, trabalharam para garantir um planejamento de ações estruturadas que garantirão, incluídas as questões relativas aos instrumentos de gestão, um desembolso considerável, com eficiência e qualidade, não só pensando em um único exercício, mas a curto e médio prazos.

Diante do exposto e apesar de todas as dificuldades enfrentadas, fruto de um processo inovador no país, que é a cobrança pelo uso da água, nota-se um ambiente muito favorável, no qual todas as partes envolvidas reconhecem a necessidade de melhoria contínua e constante amadurecimento. As reuniões de alinhamento ocorridas entre as Entidades Delegatárias e Órgãos Gestores no ano de

2017 foram de fundamental importância e representam marcos de evolução nesse sentido. A sensibilização das partes para a necessidade de alinhamentos, consensos de entendimentos, bem como resolução de questões pontuais é fundamental para o processo de evolução da gestão de bacias hidrográficas e da cobrança pelo uso de recursos hídricos.

Governador Valadares, 28 de fevereiro de 2018.



Ricardo Alcântara Valory
Diretor Geral
INSTITUTO BIOATLÂNTICA (IBIO)

ANEXOS

ANEXO I

Deliberação Normativa nº 11/2015 – PAP 2016-2020 (UGRH01 – Piranga)

(Volume à parte)

ANEXO II

Plano Plurianual de Aplicação

PAP 2016-2020

(Volume à parte)

ANEXO III

Plano de Trabalho – UGRH01 – Piranga Exercício 2017

(Volume à parte)

ANEXO IV

Relatório Anual de Acompanhamento das Ações Executadas (UGRH01 – Piranga)

(Volume à parte)

ANEXO V

Relatório de Avaliação da Execução das Ações Previstas no PIRH e PARH (UGRH01 – Piranga)

(Volume à parte)

ANEXO VI

**E-mail IGAM solicitando apoio na divulgação
do questionário de Avaliação**

(Volume à parte)



DELIBERAÇÃO NORMATIVA CBH PIRANGA Nº 11, DE 20 DE OUTUBRO DE 2015

Institui o Plano de Aplicação Plurianual da bacia hidrográfica do rio Piranga e ratifica o Plano de Aplicação Plurianual da bacia hidrográfica do rio Doce, para o período de 2016 a 2020.

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piranga - CBH Piranga, criado pelo Decreto nº 43.101, de 20 de dezembro de 2002, no uso de suas atribuições, definidas por lei e demais normas complementares, e considerando o disposto na Lei nº 13.199, de 29 de janeiro de 1999, e na Deliberação Normativa CBH Piranga nº 02, de 13 de maio de 2010, que estabelece o seu Regimento Interno,

Considerando o Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – PIRH Doce e o Plano de Ação de Recursos Hídricos da Unidade de Planejamento e Gestão DO1–PARH Piranga, aprovados em 2010, com horizonte de planejamento até 2030;

Considerando a indicação do Instituto BioAtlântica – IBIO-AGB Doce como entidade delegatária e equiparada às funções de Agência de Água na bacia hidrográfica do rio Doce e também na bacia hidrográfica do rio Piranga;

Considerando os indicadores estabelecidos nos respectivos Programas de Trabalho dos Contratos de Gestão firmados entre o IBIO-AGB Doce com a Agência Nacional de Águas – ANA e com o Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM;

Considerando a estimativa de arrecadação oriunda da cobrança pelo uso de recursos hídricos na bacia do rio Doce para o período 2016-2020, em rios de domínio da União e do Estado de Minas Gerais;

Considerando, para fins da aplicação dos recursos da cobrança, que a bacia hidrográfica do rio Doce compõe-se de um total de 228 municípios, sendo 200 em Minas Gerais e 28 no Espírito Santo;

Considerando, para fins da aplicação dos recursos da cobrança, que a bacia hidrográfica do rio Doce abrange um total de 211 sedes municipais, sendo 191 em Minas Gerais e 20 no Espírito Santo;

Considerando, para fins da aplicação dos recursos da cobrança, que a bacia hidrográfica do rio Doce contempla nove unidades estaduais de gestão de recursos hídricos (UGRH), sendo seis em Minas Gerais correspondentes às UGRH1 Piranga; UGRH2 Piracicaba; UGRH3 Santo Antônio; UGRH4 Suaçuí; UGRH5 Caratinga e UGRH6 Manhuaçu; e três no Espírito Santo, correspondentes às UGRH7 Guandu; UGRH8 Santa Maria do Doce e UGRH9 São José;



Considerando as discussões ocorridas na reunião da Câmara Técnica de Planejamento e Projetos – CTPP CBH Piranga, realizada no dia 23 de setembro de 2015 em Ponte Nova/MG;

Considerando os debates ocorridos e a aprovação da plenária durante a 2ª Reunião Extraordinária do CBH Piranga, realizada no dia 20 de outubro de 2015 em Ponte Nova/MG;

DELIBERA:

Art. 1º Fica instituído o Plano de Aplicação Plurianual da bacia hidrográfica do rio Piranga para o período de 2016 a 2020 – PAP Piranga 2016-2020, conforme Anexo I.

Art. 2º Fica ratificado o Plano de Aplicação Plurianual da bacia hidrográfica do rio Doce para o período de 2016 a 2020 – PAP Doce 2016-2020, conforme Anexo I.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua aprovação, devendo ser encaminhada ao IBIO-AGB Doce para as providências cabíveis.

Ponte Nova/MG, 20 de outubro de 2015.

CARLOS EDUARDO SILVA
PRESIDENTE DO CBH-PIRANGA



DELIBERAÇÃO AD REFERENDUM Nº 48 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015

Institui o Plano de Aplicação Plurianual da Bacia Hidrográfica do Rio Doce¹ para o período de 2016 à 2020.

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, criado pelo Decreto de 25 de janeiro de 2002, do Presidente da República, no uso de suas atribuições, e

CONSIDERANDO que compete ao Presidente do CBH-Doce decidir *ad referendum* os casos de urgência ou inadiáveis, submetendo sua decisão à apreciação do Plenário, na reunião seguinte, nos termos do inciso VII do art. 11 do Regimento Interno do comitê;

CONSIDERANDO a prorrogação da delegação do Instituto BioAtlântica – IBIO AGB-Doce, como entidade delegatária para exercer funções de Agência de Água na bacia hidrográfica do rio Doce,

CONSIDERANDO os indicadores estabelecidos nos Programas de Trabalho dos Contratos de Gestão firmados entre o IBIO AGB-Doce com a Agência Nacional de Águas – ANA e com o Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM,

CONSIDERANDO o Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – PIRH e Planos de Ações de Recursos Hídricos das Bacias Afluentes – PARHs, aprovados em 2010, com horizonte de planejamento até 2030,

CONSIDERANDO a arrecadação oriunda da cobrança pelo uso de recursos hídricos,

CONSIDERANDO, para fins da aplicação dos recursos da cobrança, que a bacia hidrográfica do rio Doce compõe-se de um total de 228 municípios², sendo 200 em Minas Gerais e 28 no Espírito Santo,

CONSIDERANDO, para fins da aplicação dos recursos da cobrança, que a bacia hidrográfica do rio Doce constitui-se de um total de 211 sedes municipais, sendo 191 em Minas Gerais e 20 no Espírito Santo,

CONSIDERANDO, para fins da aplicação dos recursos da cobrança, que a bacia hidrográfica do rio Doce contempla nove unidades estaduais de gestão de recursos hídricos (UGRHs), sendo

¹ Para fins dessa Deliberação, a área da bacia hidrográfica do rio Doce contempla a região hidrográfica do rio Barra Seca, no Espírito Santo, em conformidade com o Decreto de 25 de janeiro de 2002, alterado pelo Decreto de 1º de setembro de 2010.

² Segundo dados espaciais do PIRH Doce adaptados pela Gerência de Informações Geográficas (Gegeo) da ANA a partir dos limites municipais do último Censo 2010 do IBGE, sendo excluídos os municípios com valores percentuais de áreas inferiores a 2%.



seis em Minas Gerais correspondentes respectivamente às UGRH1 Piranga; UGRH2 Piracicaba; UGRH3 Santo Antônio; UGRH4 Suaçuí; UGRH5 Caratinga e UGRH6 Manhuaçu; e três no Espírito Santo correspondentes respectivamente às UGRH7 Guandu; UGRH8 Santa Maria do Doce e UGRH9 São José,

CONSIDERANDO, para fins da aplicação dos recursos da cobrança, que na bacia hidrográfica do rio Doce a região do Alto rio Doce compreende as UGRH1 Piranga, UGRH2 Piracicaba e UGRH3 Santo Antônio; a região do Médio rio Doce as UGRH4 Suaçuí, UGRH5 Caratinga e UGRH6 Manhuaçu; e o Baixo rio Doce as UGRH7 Guandu, UGRH8 Santa Maria do Doce e UGRH9 São José,

CONSIDERANDO os resultados das discussões ocorridas com os comitês da bacia durante os meses de setembro e outubro de 2015,

CONSIDERANDO as contribuições e manifestações favoráveis das Câmaras Técnicas de Integração – CTI Doce, do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – CTPlano e Institucional e Legal – CTIL Doce,

DELIBERA:

Art. 1º Fica instituído o Plano de Aplicação Plurianual da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, para o período de 2016 a 2020, conforme Anexo Único e seus Apêndices.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua aprovação, devendo ser encaminhada ao IBIO AGB-Doce para as providências cabíveis.

Governador Valadares/MG, 01 de dezembro de 2015.

LEONARDO DEPTULSKI

Presidente do CBH-Doce

LUIZ CLÁUDIO DE CASTRO FIGUEIREDO

Secretário do CBH-Doce

ANEXO

Art. 1º Fica instituído o Plano de Aplicação Plurianual, instrumento básico e harmonizado de orientação dos estudos, planos, projetos e ações a serem executados com recursos da cobrança pelo uso da água e de outras fontes em toda a bacia hidrográfica do rio Doce³, para o período de 2016 a 2020.

CAPÍTULO I

Das Premissas, Objetivos e Recursos

Art. 2º O Plano de Aplicação Plurianual se pauta pelas seguintes premissas:

- I. Os estudos, planos, projetos e ações a serem executados devem estar em conformidade com os programas estabelecidos no Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – PIRH e Planos de Ações de Recursos Hídricos das Bacias Afluentes – PARHs, e com as metas definidas nos Contratos de Gestão firmados entre o IBIO - AGB Doce com a Agência Nacional de Águas – ANA e com o Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM;
- II. As diretrizes devem ser harmonizadas para toda a bacia hidrográfica do rio Doce, de forma a otimizar a aplicação dos recursos da cobrança;
- III. Com vistas a qualificar e alavancar investimentos para toda a bacia hidrográfica do rio Doce, os recursos devem apoiar, preferencialmente, a elaboração de estudos e projetos, bem como ações de proteção, preservação, conservação e recuperação de mananciais, além de ações de capacitação, treinamento, mobilização social e educação ambiental com foco em recursos hídricos.
- IV. As áreas com maior vulnerabilidade, definidas conforme critérios previstos no Art.14, devem ser priorizadas para implementação dos programas hidro ambientais⁴ previstos neste PAP. O mapa de vulnerabilidade da bacia hidrográfica do rio Doce (Apêndice III) e estudos complementares a serem realizados pelo IBIO, com base no melhor conhecimento técnico disponível sobre o território, terão como objetivo facilitar a tomada de decisão por parte dos comitês de bacia.

Art. 3º São objetivos do Plano de Aplicação Plurianual:

- I. Implementar as metas estabelecidas nos Contratos de Gestão e os programas e ações do PIRH/PARHs Doce considerados prioritários no período de 2016 a 2020;
- II. Aumentar a disponibilidade de água e reduzir os níveis de poluição hídrica na bacia;
- III. Apoiar a adoção de medidas de proteção e preservação de Áreas de Preservação Permanente (APPs) e nascentes e de práticas de conservação de água e solo;
- IV. Fomentar ações de prevenção e defesa a acidentes e eventos hidrológicos críticos.

Art. 4º São recursos para a implementação dos programas e ações previstos no PIRH/PARHs Doce:

- I. Recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da água;
- II. Investimentos do governo federal com recursos do Orçamento Geral da União, emendas parlamentares, Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e outros programas de governo federal e estaduais;
- III. Recursos decorrentes de ações orçamentárias nas esferas estaduais e municipais;
- IV. Recursos provenientes de financiamento junto à Caixa Econômica Federal (Caixa), ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a outras instituições financeiras;

³ Para fins dessa Deliberação, a área da bacia hidrográfica do rio Doce contempla a região hidrográfica do rio Barra Seca, no Espírito Santo, em conformidade com o Decreto de 25 de janeiro de 2002, alterado pelo Decreto de 1º de setembro de 2010.

⁴ Para efeitos deste PAP Doce, os programas hidroambientais a serem efetivados nas áreas consideradas de vulnerabilidade da bacia compreendem: Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos (P12), Programa de Incremento de Disponibilidade Hídrica (P21), Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura (P22), Programa Produtor de Água (P24) e Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52) e Programa de Saneamento Rural (P42).

- V. Empréstimos internacionais contraídos junto a agências multilaterais de crédito, tais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial (BIRD);
- VI. Recursos oriundos de fundos setoriais como os de recursos hídricos (CT-Hidro, Fhidro-MG e Fundágua-ES), de meio ambiente, entre outros;
- VII. Investimentos próprios por parte das concessionárias estaduais e dos prestadores de serviços de saneamento;
- VIII. Doações realizadas por entidades privadas e por usuários de recursos hídricos da bacia.

§ 1º. O Plano de Aplicação Plurianual disciplina a aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da água.

§ 2º. Os recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da água poderão ser complementados com recursos externos a serem identificados pelo IBIO, conforme incisos II a VIII deste artigo, para alavancar os programas previstos nesse PAP-Doce, assim como para executar ações de acordo com os demais programas do PIRH/PARHs.

§ 3º. Demais recursos, previstos e contratados, serão estruturados em um Sistema de Gerenciamento de Investimentos, a ser anualmente atualizado, de forma a monitorar o estágio dos estudos, projetos, ações e obras em andamento, bem como subsidiar a necessidade de investimentos na bacia.

CAPÍTULO II

Das Metas, Programas e Ações Prioritárias

Art. 5º É passível de investimentos para fins de execução no período de 2016 a 2020, a seguinte meta do Pacto das Águas:

I. Comunicação e Mobilização Social:

IV.1 Realizar Encontro Anual de Integração da bacia.

Parágrafo único. As demais metas do Pacto das Águas são de responsabilidade dos órgãos gestores ou integram os programas e ações do PIRH/PARHs Doce.

Art. 6º São considerados prioritários, para fins de execução no período de 2016 a 2020, os seguintes programas constantes do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – PIRH e Planos de Ações de Recursos Hídricos das Bacias Afluentes – PARHs Doce:

I. Qualidade da Água/Enquadramento:

P11. Programa de Saneamento da Bacia: elaboração de projetos para sistemas de coleta e tratamento de esgotos domésticos dos núcleos populacionais da bacia.

P12. Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos: elaboração de diagnóstico específico, com mapeamento, identificação a campo, caracterização de processos erosivos e proposta de remediação de áreas degradadas geradoras de sedimentos, especialmente os relativos às estradas vicinais e caminhos de serviço das propriedades rurais.

II. Disponibilidade de Águas/Balanco Hídrico:

P21. Programa de Incremento de Disponibilidade Hídrica: consiste no projeto, avaliação ambiental e de viabilidade de propostas de armazenamento, regularização e atendimento das demandas atuais e projetadas nas sub-bacias onde o balanço entre demanda atual e projetada e a oferta de água apresenta uma situação deficitária e que não pode ser corrigida com medidas não estruturais, devendo ser implantado prioritariamente nas sub-bacias dos rios Pancas, Santa Joana, São José, Santa Maria do Doce e região hidrográfica da Barra Seca e pontualmente nas sub-bacias do Piracicaba, Caratinga e Guandu.

P22. Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura: identificação de áreas irrigadas em trechos críticos e de áreas com potencial de poluição devido ao beneficiamento de produtos

agrícolas para o incentivo à adoção de práticas de conservação e uso racional de água na agricultura.

P24. Programa Produtor de Água: levantamento de áreas potenciais e identificação de parcerias para implantação do programa; elaboração de diagnóstico socioambiental das áreas com cálculo da valoração econômica do serviço ambiental a ser pago; levantamento detalhado das propriedades rurais das áreas selecionadas; elaboração dos projetos específicos das unidades rurais que aderirem ao projeto; celebração dos contratos com definição de metas; implantação das ações de investimentos previstas (tais como, cercas, barraginhas, plantio de mudas); pagamento pelos serviços ambientais após verificação do cumprimento de metas; monitoramento dos resultados atingidos pelo programa na qualidade e quantidade da água.

III. **Susceptibilidade a Enchentes:**

P31. Programa de Convivência com as Cheias: contempla o levantamento de dados físicos; a aquisição de imagens satélite; a modelagem hidrológica; e a concepção de um conjunto de intervenções estruturais (tais como, barragens de controle de cheias, diques, canais de desvio, retificações) e não estruturais (tais como, sistema de alerta contra enchentes, articulação entre os comitês de bacia e a Defesa Civil, diretrizes para planos diretores municipais, Planos Municipais de Saneamento Básico, planos de drenagem) na bacia.

IV. **Universalização do Saneamento:**

P41. Programa de Universalização do Saneamento: contempla o apoio à elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB); a elaboração de projetos para otimização de sistemas de abastecimento de água; a elaboração de projetos para sistemas de destinação final adequada de resíduos sólidos (aterros/unidades de triagem e compostagem); e a elaboração de estudos de alternativas de drenagem urbana para cidades com mais de 5 mil habitantes.

P42. Programa de Expansão do Saneamento Rural: implantação de sistemas de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto para população rural, com aproveitamento racional e disposição adequada dos resíduos coletados.

V. **Incremento de Áreas Legalmente Protegidas:**

P52. Programa de Recomposição de APPs e Nascentes: levantamento de áreas críticas e prioritárias para recomposição ou adensamento de matas ciliares e de topos de morro, além de caracterização e recuperação de nascentes e áreas degradadas de sub-bacias piloto.

VI. **Implementação dos Instrumentos de Gestão dos Recursos Hídricos:**

P61. Programa de Monitoramento e Acompanhamento da Implementação da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos: Subprograma Cadastramento e Manutenção do Cadastro dos Usos e dos Usuários de Recursos Hídricos da Bacia (P61.1). Subprograma que contempla o fortalecimento dos comitês da bacia segundo o modelo de arranjo institucional elaborado para a bacia (P61.2).

VII. **Implementação das Ações do PIRH Doce:**

P71. Programa de Comunicação Social: efetivação de um Plano de Comunicação Social para dar visibilidade às ações e conteúdos do PIRH/PARHs de forma a facilitar a comunicação entre os diversos atores do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos com a sociedade e criar um ambiente favorável ao atendimento das metas propostas.

P72. Programa de Educação Ambiental: efetivação de um programa com produção de informações, estratégias e materiais diversos, coordenados com ações e projetos de educação ambiental em execução e voltados à preservação dos recursos hídricos da bacia.

P73. Programa de Treinamento e Capacitação: efetivação de um programa para o nivelamento de informações e a capacitação para gestão dos recursos hídricos tendo como público alvo o conjunto de profissionais e técnicos relacionados com a gestão, acompanhamento e monitoramento da implementação do PIRH/PARHs Doce.

§ 1º. Para fins de aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da água, no período entre 2016 e 2020, foram priorizados programas do PIRH/PARHs Doce de hierarquia 1, 2 e 3, tendo em vista a relevância e a urgência na sua implementação, bem como por meio da pactuação com os comitês de bacias hidrográficas com atuação na bacia do rio Doce.

§ 2º. Os programas do PIRH/PARHs Doce podem ter abrangência territorial em toda a bacia ou estarem distribuídos pelos 11 comitês ou pelas nove unidades de gestão de recursos hídricos (UGRHs) nos estados, sendo seis em Minas Gerais (UGRH1 Piranga; UGRH2 Piracicaba; UGRH3 Santo Antônio; UGRH4 Suaçuí; UGRH5 Caratinga e UGRH6 Manhuaçu), as quais correspondem às áreas de atuação dos respectivos Comitês de Bacia e três no Espírito Santo⁵ (UGRH7 Guandu; UGRH8 Santa Maria do Doce e UGRH9 São José).

§ 3º. Fica garantido o aporte de recursos da União e do Estado de Minas Gerais para o cumprimento dos contratos firmados durante a vigência do PAP-Doce 2012-2015 e que terão desembolso previsto para os demais anos, mantidas as mesmas regras e condições vigentes na época da contratação.

CAPÍTULO III

Da Alocação dos Recursos da União por Metas, Programas e Ações Prioritários

Art. 7º As metas dos Contratos de Gestão, bem como os programas e ações do PIRH/PARHs Doce priorizados para execução no período de 2016 a 2020 com a parcela oriunda da cobrança pelo uso da água arrecadada pela União, apresentam os seguintes montantes (em mil reais): [\(Redação dada pelas Deliberações nº 53, 54 e 56/2016\)](#)

METAS, PROGRAMAS E AÇÕES PRIORIZADOS	ESPACIALIZAÇÃO	VALORES (Mil R\$)					
		2016	2017	2018	2019	2020	TOTAL
PROGRAMAS DE SANEAMENTO		6.794	4.652	3.000	3.000	2.612	20.058
P11 - Programa de Saneamento da Bacia:							
<i>Elaborar projetos para sistemas de coleta e tratamento de esgotos domésticos (SES).</i>	Toda a bacia	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	5.000
P41 - Programa de Universalização do Saneamento:		4.794	2.652	1.000	1.000	1.000	10.446
<i>Apoio na elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB).</i>	Para cada uma das 9 UGRHs	3.270	1.017	-	-	-	4.287
<i>Elaboração de projetos para otimização de sistemas de abastecimento de água (SAA).</i>	Toda a bacia e UGRH 1	1.524	1.635	1.000	1.000	1.000	6.159
P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural	Para cada uma das 9 UGRHs	1.000	1.000	1.000	1.000	612	4.612
PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS		6.650	8.050	8.050	7.671	5.488	35.909
P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos	Para cada uma das 9 UGRHs	1.945	2.345	2.345	2.053	1.487	10.175
P21 - Programa de Incremento de Disponibilidade Hídrica	Para as UGRHs 7 a 9	-	1.000	1.000	1.000	-	3.000
P22 - Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura	Para as UGRHs 1, 4 a 9	900	900	900	819	819	4.337
P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52)	Para cada uma das 9 UGRHs	3.805	3.805	3.805	3.799	3.183	18.398

⁵ A porção da bacia do rio Doce situada no Espírito Santo foi subdividida em três Unidades de Gestão de Recursos (UGRH), a saber: UGRH7 Guandu e UGRH8 Santa Maria do Doce, ambas situadas na margem direita, e UGRH9 São José, que abrange toda a margem esquerda. Na UGRH7, que compreende as bacias dos rios Guandu e Laje, o comitê existente é o CBH-Guandu. A UGRH8 compreende as bacias dos rios Santa Maria do Doce, Santa Joana, Pau Gigante, Baunilha, Lagos do Limão e Amarelo e outras pequenas bacias. O único Comitê existente nesta UGRH é o CBH - Santa Maria do Doce, sendo que as demais áreas estão sem atuação de Comitê, com exceção da região da foz do rio Doce, que está inserida na área do CBH Barra Seca e Foz do Rio Doce. Na UGRH9, as principais as bacias são dos rios São José, Pancas, Barra Seca, Bananal, Mutum Preto e São João Pequeno; e os comitês existentes são CBH-Pontões e Lagoas do Rio Doce (que cobre todas as bacias compreendidas entre a divisa com Minas Gerais e a região da foz do rio Pequeno) e o CBH - Barra Seca e Foz do Rio Doce, que abrange toda a região do rio Barra Seca e ambas as margens da foz do Rio Doce. Fonte: AGERH/ES.

PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS		4.015	5.535	5.600	3.600	2.600	21.350
Atualização do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – PIRH e Planos de Ações de Recursos Hídricos das Bacias Afluentes – PARHs			2.000	2.000			4.000
P31 - Programa de Convivência com as Cheias		1.000	1.000	1.000	1.000	-	4.000
<i>Levantamento de seções topobatimétricas nas calhas dos principais rios da bacia para o modelo hidráulico de propagação de vazões.</i>		1.000	-				1.000
<i>Desenvolvimento de modelo hidrológico, incluindo calibração, simulação e análises / Desenvolvimento do modelo hidráulico, incluindo calibração, simulação e definição dos perfis da linha d'água e das manchas de inundação / Conjunto de Intervenções não estruturais de convivência com as cheias.</i>	Toda a bacia		1.000	1.000	1.000		3.000
<i>Desenvolvimento da interface gráfica para operacionalização do modelo no sistema de alerta / Desenvolvimento do Sistema de Previsão e do Sistema de Intervenções Estruturais.</i>							
P61 - Programa de Monitoramento e Acompanhamento da Implementação da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos		1.655	1.135	1.200	1.200	1.200	6.390
<i>Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia (P61.1)</i>	Para Calha e as UGRHs 7 a 9	350					350
<i>Promover fortalecimento dos comitês segundo o modelo de arranjo institucional elaborado para a bacia (P61.2) (Comitê de Integração / Planejamento anual das atividades dos comitês / Encontro anual da bacia).</i>	11 Comitês	1.305	1.135	1.200	1.200	1.200	6.040
P71 - Programa de Comunicação Social							
<i>Produção e divulgação de peças de comunicação (tais como, folders impressos e eletrônicos, notícias, audiovisuais), incluindo materiais específicos para divulgação dos programas do PAP considerando o público alvo de cada um.</i>							
<i>Registro e organização audiovisual dos eventos e do processo de implementação do PIRH/PARHs.</i>	Toda a bacia	500	500	500	500	500	2.500
<i>Sistema de avaliação sistemática do PIRH por meio de formulário de avaliação a ser preenchido por participantes dos eventos.</i>							
P72 - Programa de Educação Ambiental							
<i>Identificação e cadastramento das ações de educação ambiental existentes na bacia com avaliação das oportunidades de inserção dos temas de interesse do PIRH/PARHs.</i>							
<i>Realização de parcerias com órgãos de governo estaduais e municipais responsáveis pela política de educação ambiental na bacia e com instituições não governamentais atuantes nesta área.</i>	Toda a bacia	460	500	500	500	500	2.460
<i>Elaboração de estratégias e materiais em linguagem regional adequada.</i>							
P73 - Programa de Treinamento e Capacitação							
<i>Elaborar manuais de procedimentos e normas para a gestão de recursos hídricos, incluindo a legislação vigente.</i>							
<i>Estabelecer convênios e parcerias com instituições especializadas em atividades de ensino e capacitação.</i>	Toda a bacia	400	400	400	400	400	2.000
<i>Realizar oficinas de treinamento e capacitação com profissionais e técnicos voltados para as atividades de gestão de recursos hídricos.</i>							
TOTAL		17.459	18.237	16.650	14.271	10.701	77.317

§ 1º. Os montantes a serem alocados até 2020 correspondem aos valores efetivamente arrecadados e não gastos, mas contratados ou alocados no período de 2012 a 2015, e às estimativas dos valores a serem arrecadados com a cobrança em rios de domínio da União na bacia hidrográfica do rio Doce no período de 2016 a 2020, excluindo-se a parcela de 7,5% destinada às despesas de manutenção e custeio do IBIO - AGB Doce, uma vez cumpridas as metas estabelecidas no Contrato de Gestão firmado com a ANA e desprezadas eventuais inadimplências.

§ 2º. Os recursos do Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura (P22) serão aplicados conforme critérios previstos no Art. 14, em áreas a serem selecionadas nas sete UGRHs localizadas no Alto, médio e baixo Doce, sendo as bacias afluentes mineiras correspondentes às UGRHs 1, 4, 5 e 6 (Piranga, Suaçuí, Caratinga e Manhuaçu), e as bacias afluentes capixabas, UGRHs 7, 8 e 9 (Guandu, Santa Maria do Doce e São José).

§ 3º. Até 2020 prevê-se a implantação do Programa Produtor de Água (P24) somente no Alto Doce, com recursos arrecadados pelo Estado de Minas Gerais na UGRH 1-Piranga e na UGRH 2-Piracicaba.

§ 4º. O componente Fortalecimento dos Comitês (P61.2), do Programa de Monitoramento e Acompanhamento da Implementação da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos (P61) prevê, por ano, no período de 2017 a 2020, a alocação de R\$ 200 (duzentos) mil e, para 2016, alocação de R\$ 240 (duzentos e quarenta) mil para o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (CBH-Doce) e R\$ 100 (cem) mil para cada um dos 10 (dez) CBHs de rios afluentes do rio Doce, mediante Plano de Trabalho anual aprovado pelos comitês. Excepcionalmente, para os comitês Piranga, Santo Antônio e Suaçuí, houve antecipação de parte dos recursos de 2017 para 2016, conforme quadro acima. ([Redação dada pelas Deliberações nº 53, 54 e 56/2016](#))

§ 5º. Os recursos dos Programas de Comunicação Social (P71), Educação Ambiental (P72) e Treinamento e Capacitação (P73) serão destinados para ações de comunicação e mobilização social, educação ambiental e treinamento e capacitação nos 11 comitês da bacia.

CAPÍTULO IV

Dos Critérios de Alocação dos Recursos da União nas Unidades Estaduais de Gestão de Recursos Hídricos

Art. 8º Para os programas e ações, espacializados por comitês ou unidades estaduais de gestão de recursos hídricos, os recursos da União serão distribuídos de acordo com os seguintes critérios:

- I. Programa de Saneamento da Bacia (P11): para elaboração de projetos para sistemas de coleta e tratamento de esgotos domésticos dos núcleos populacionais da bacia, será previsto um montante de recursos para toda a bacia do rio Doce, sem espacialização, onde serão atendidos os municípios prioritários conforme critérios de hierarquização constante no Art. 14.
- II. Programa de Universalização do Saneamento (P41): apoio na elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico e elaboração de projetos para otimização de sistema de abastecimento de água (SAA). Para elaboração dos PMSB, será previsto para 2016 e 2017, recursos para finalizar os contratos já em andamento e com conclusão prevista para 2016 e para atender aos municípios remanescentes que se manifestaram no último Edital de Chamamento publicado em 2015, com conclusão prevista para 2017. Para elaboração de projetos para otimização de sistemas de abastecimento de água (SAA), será previsto um montante de recursos para toda a bacia do rio Doce, sem espacialização, onde serão atendidos os municípios prioritários conforme critérios de hierarquização constante no Art. 14. Excepcionalmente, será contemplado o município de Viçosa-MG com projeto para otimização de sistema de abastecimento de água (SAA). Os recursos para atendimento aos municípios remanescentes com o PMSB e ao município de Viçosa-MG com projeto para otimização de sistema de abastecimento de água (SAA), foram remanejados de outros programas relacionados aos respectivos comitês cujos municípios serão beneficiados. ([Redação dada pela Deliberação nº 51/2016](#))
- III. Programa de Saneamento da Bacia (P11) e Programa de Universalização do Saneamento (P41): Fica garantida o atendimento de elaboração de pelo menos um projeto de saneamento básico (P41) ou (P11) para os municípios com população total acima de 50 mil habitantes (IBGE 2010), no médio e baixo Doce, atendidos os critérios obrigatórios e classificatórios constantes no Art. 14. Estes municípios

não serão contemplados novamente após a hierarquização geral dos municípios prevista para os Programas de Saneamento.

- IV. Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos (P12) e Programa de Expansão do Saneamento Rural (P42): Visando a otimização das ações, estes programas serão preferencialmente implementados em conjunto com o Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52) e nas mesmas áreas selecionadas para este programa. Portanto, os Programas P12 e P42 não possuirão critérios de hierarquização próprios.
- V. Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura (P22): Recursos aplicados conforme critérios previstos no Art. 14, em áreas a serem selecionadas nas sete UGRHs localizadas no alto, médio e baixo Doce, sendo as bacias afluentes mineiras correspondentes às UGRHs 1, 4, 5 e 6 (Piranga, Suaçuí, Caratinga e Manhuaçu), e as bacias afluentes capixabas, UGRHs 7, 8 e 9 (Guandu, Santa Maria do Doce e São José), entre 2016 e 2020.
- VI. Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52): Recursos aplicados considerando o Mapa de Vulnerabilidade (Apêndice III), previsto para as nove unidades estaduais de gestão de recursos hídricos, no período 2016 a 2020.
- VII. Programa de Monitoramento e Acompanhamento da Implementação da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos no Componente Fortalecimento dos Comitês (P61.2): alocação, por ano, no período de 2017 a 2020, a alocação de R\$ 200 (duzentos) mil e, para 2016, alocação de R\$ 240 (duzentos e quarenta) mil para o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (CBH-Doce) e R\$ 100 (cem) mil para cada um dos 10 (dez) CBHs de rios afluentes do rio Doce, mediante Plano de Trabalho anual aprovado pelos comitês. Excepcionalmente, para os comitês Piranga, Santo Antônio e Suaçuí, houve antecipação de parte dos recursos de 2017 para 2016, conforme quadro acima. [\(Redação dada pelas Deliberações nº 53, 54 e 56/2016\)](#)

§ 1º. Os recursos da cobrança pelo uso da água somente poderão ser aplicados na porção do território integrante da bacia.

§ 2º. Os percentuais para distribuição dos recursos dos Programas P12, P42 e P52 nas UGRHs, encontram-se especificados no Apêndice IV. Para fins desse rateio, foram computadas área total da UGRH, área total da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, área crítica da UGRH, total de áreas críticas da Bacia Hidrográfica do Rio Doce e o valor da cobrança pelo uso da água mineiro da UGRH, conforme detalhado no Apêndice IV.

Art. 9º Ficam assim distribuídos os recursos da União nas unidades estaduais de gestão de recursos hídricos (UGRH) para os programas hidro ambientais P12, P21, P22 e P52, para os programas de saneamento P41 e P42, e para o programa de fortalecimento dos comitês P61.2: [\(Redação dada pelas Deliberações nº 53, 54 e 56/2016\)](#)

I. Por Meta, Programa e Ação Priorizados:

METAS, PROGRAMAS E AÇÕES PRIORIZADOS	VALORES (Mil R\$)					
	2016	2017	2018	2019	2020	TOTAL
PROGRAMAS DE SANEAMENTO	4.694	2.652	1.000	1.000	612	9.958
P41 - Programa de Universalização do Saneamento: Apoio na elaboração de PMSB.	3.270	1.017	-	-	-	4.287
UGRH1 Piranga	128	234				362
UGRH2 Piracicaba	55	122				177
UGRH3 Santo Antônio	170	399				569
UGRH4 Suaçuí	1.550					1.550
UGRH5 Caratinga	587	262				849
UGRH6 Manhuaçu	393					393
SUBTOTAL MG	2.883	1.017	-	-	-	3.900
UGRH7 Guandu	83					83
UGRH8 Santa Maria do Doce						-

UGRH9 São José	304					304
SUBTOTAL ES	387	-	-	-	-	387
P41 - Programa de Universalização do Saneamento: Apoio na elaboração de projetos de SAA.	424	635	-	-	-	1.059
UGRH1 Piranga	424	635				1.059
P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural	1.000	1.000	1.000	1.000	612	4.612
UGRH1 Piranga	124	124	124	124		498
UGRH2 Piracicaba	56	56	56	56		222
UGRH3 Santo Antônio	105	105	105	105		420
UGRH4 Suaçuí	209	209	209	209	209	1.043
UGRH5 Caratinga	103	103	103	103		412
UGRH6 Manhuaçu	112	112	112	112	112	558
SUBTOTAL MG	708	708	708	708	320	3.152
UGRH7 Guandu	68	68	68	68	68	339
UGRH8 Santa Maria do Doce	75	75	75	75	75	376
UGRH9 São José	149	149	149	149	149	745
SUBTOTAL ES	292	292	292	292	292	1.460
PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS	6.650	8.050	8.050	7.671	5.488	35.909
P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos	1.945	2.345	2.345	2.053	1.487	10.175
UGRH1 Piranga	242	292	292			826
UGRH2 Piracicaba	108	130	130	130	34	533
UGRH3 Santo Antônio	204	246	246	246		942
UGRH4 Suaçuí	406	489	489	489	489	2.363
UGRH5 Caratinga	200	241	241	241	17	941
UGRH6 Manhuaçu	217	262	262	262	262	1.263
SUBTOTAL MG	1.377	1.660	1.660	1.368	802	6.867
UGRH7 Guandu	132	159	159	159	159	767
UGRH8 Santa Maria do Doce	146	176	176	176	176	852
UGRH9 São José	290	350	350	350	350	1.688
SUBTOTAL ES	568	685	685	685	685	3.307
P21 - Programa de Incremento de Disponibilidade Hídrica	-	1.000	1.000	1.000	-	3.000
UGRH7 Guandu	-	232	232	232	-	696
UGRH8 Santa Maria do Doce	-	258	258	258	-	773
UGRH9 São José	-	510	510	510	-	1.531
SUBTOTAL ES	-	1.000	1.000	1.000	-	3.000
P22 - Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura	900	900	900	819	819	4.337
UGRH1 Piranga	81	81	81			244
UGRH4 Suaçuí	80	80	80	80	80	398
UGRH5 Caratinga	105	105	105	105	105	524
UGRH6 Manhuaçu	78	78	78	78	78	391
SUBTOTAL MG	344	344	344	262	262	1.556
UGRH7 Guandu	89	89	89	89	89	445
UGRH8 Santa Maria do Doce	161	161	161	161	161	807
UGRH9 São José	306	306	306	306	306	1.529
SUBTOTAL ES	556	556	556	556	556	2.781

P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52)	3.805	3.805	3.805	3.799	3.183	18.398
UGRH1 Piranga	474	474	474	468		1.889
UGRH2 Piracicaba	211	211	211	211	211	1.057
UGRH3 Santo Antônio	399	399	399	399	251	1.847
UGRH4 Suaçuí	794	794	794	794	794	3.969
UGRH5 Caratinga	392	392	392	392	392	1.958
UGRH6 Manhuaçu	424	424	424	424	424	2.122
SUBTOTAL MG	2.694	2.694	2.694	2.688	2.072	12.842
UGRH7 Guandu	258	258	258	258	258	1.289
UGRH8 Santa Maria do Doce	286	286	286	286	286	1.431
UGRH9 São José	567	567	567	567	567	2.836
SUBTOTAL ES	1.111	1.111	1.111	1.111	1.111	5.556
PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS	1.315	935	1.000	1.000	1.000	5.250
P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia	250	-	-	-	-	250
UGRH7 Guandu	50					50
UGRH8 Santa Maria do Doce	50					50
UGRH9 São José	150					150
SUBTOTAL ES	250	-	-	-	-	250
P61.2 - Promover fortalecimento dos comitês segundo o modelo de arranjo institucional elaborado para a bacia	1.065	935	1.000	1.000	1.000	5.000
UGRH1 Piranga	120	80	100	100	100	500
UGRH2 Piracicaba	100	100	100	100	100	500
UGRH3 Santo Antônio	125	75	100	100	100	500
UGRH4 Suaçuí	120	80	100	100	100	500
UGRH5 Caratinga	100	100	100	100	100	500
UGRH6 Manhuaçu	100	100	100	100	100	500
SUBTOTAL MG	600	600	600	600	600	3.000
UGRH7 Guandu	100	100	100	100	100	500
UGRH8 Santa Maria do Doce	100	100	100	100	100	500
UGRH9 São José	200	200	200	200	200	1.000
SUBTOTAL ES	400	400	400	400	400	2.000
TOTAL	12.659	11.637	10.050	9.671	7.101	51.117

II. Nas unidades de gestão de recursos hídricos de Minas Gerais:

METAS, PROGRAMAS E AÇÕES PRIORIZADOS	VALORES (Mil R\$)					
	2016	2017	2018	2019	2020	TOTAL
UGRH1 Piranga						
PROGRAMAS DE SANEAMENTO	676	993	124	124	-	1.919
P41 - Programa de Universalização do Saneamento:	552	869	-	-	-	1.421
Apoio na elaboração de PMSB.	128	234	-	-	-	362
Elaboração de projetos para otimização de SAA.	424	635	-	-	-	1.059
P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural	124	124	124	124	-	498
PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS	797	847	847	468	-	2.959
P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos	242	292	292	-	-	826

P22 - Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura	81	81	81	-	-	244
P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52)	474	474	474	468	-	1.889
PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS	120	80	100	100	100	500
P61.2 - Promover fortalecimento dos comitês segundo o modelo de arranjo institucional elaborado para a bacia	120	80	100	100	100	500
SUBTOTAL 1	1.594	1.920	1.071	692	100	5.378
UGRH2 Piracicaba						
PROGRAMAS DE SANEAMENTO	111	177	56	56	-	399
P41 - Programa de Universalização do Saneamento	55	122	-	-	-	177
P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural	56	56	56	56	-	222
PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS	319	342	342	342	245	1.590
P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos	108	130	130	130	34	533
P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52)	211	211	211	211	211	1.057
PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS	100	100	100	100	100	500
P61.2 - Promover fortalecimento dos comitês segundo o modelo de arranjo institucional elaborado para a bacia	100	100	100	100	100	500
SUBTOTAL 2	530	619	497	497	345	2.489
UGRH3 Santo Antônio						
PROGRAMAS DE SANEAMENTO	275	504	105	105	-	989
P41 - Programa de Universalização do Saneamento	170	399	-	-	-	569
P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural	105	105	105	105	-	420
PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS	603	645	645	645	251	2.789
P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos	204	246	246	246	-	942
P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52)	399	399	399	399	251	1.847
PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS	125	75	100	100	100	500
P61.2 - Promover fortalecimento dos comitês segundo o modelo de arranjo institucional elaborado para a bacia	125	75	100	100	100	500
SUBTOTAL 3	1.003	1.224	850	850	351	4.278
UGRH4 Suaçuí						
PROGRAMAS DE SANEAMENTO	1.759	209	209	209	209	2.593
P41 - Programa de Universalização do Saneamento	1.550	-	-	-	-	1.550
P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural	209	209	209	209	209	1.043
PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS	1.279	1.363	1.363	1.363	1.363	6.729
P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos	406	489	489	489	489	2.363
P22 - Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura	80	80	80	80	80	398
P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52)	794	794	794	794	794	3.969
PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS	120	80	100	100	100	500
P61.2 - Promover fortalecimento dos comitês segundo o modelo de arranjo institucional elaborado para a bacia	120	80	100	100	100	500
SUBTOTAL 4	3.158	1.651	1.671	1.671	1.671	9.822
UGRH5 Caratinga						
PROGRAMAS DE SANEAMENTO	690	365	103	103	-	1.261
P41 - Programa de Universalização do Saneamento	587	262	-	-	-	849
P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural	103	103	103	103	-	412
PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS	697	738	738	738	513	3.423

P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos	200	241	241	241	17	941
P22 - Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura	105	105	105	105	105	524
P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52)	392	392	392	392	392	1.958
PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS	100	100	100	100	100	500
P61.2 - Promover fortalecimento dos comitês segundo o modelo de arranjo institucional elaborado para a bacia	100	100	100	100	100	500
SUBTOTAL 5	1.486	1.203	941	941	613	5.184
UGRH6 Manhuaçu						
PROGRAMAS DE SANEAMENTO	505	112	112	112	112	951
P41 - Programa de Universalização do Saneamento	393	-	-	-	-	393
P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural	112	112	112	112	112	558
PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS	719	764	764	764	764	3.775
P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos	217	262	262	262	262	1.263
P22 - Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura	78	78	78	78	78	391
P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52)	424	424	424	424	424	2.122
PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS	100	100	100	100	100	500
P61.2 - Promover fortalecimento dos comitês segundo o modelo de arranjo institucional elaborado para a bacia	100	100	100	100	100	500
SUBTOTAL 6	1.324	976	976	976	976	5.226
TOTAL UNIÃO NAS UGRH MG	9.095	7.593	6.006	5.627	4.056	32.377

III. Nas unidades de gestão de recursos hídricos do Espírito Santo:

METAS, PROGRAMAS E AÇÕES PRIORIZADOS	VALORES (Mil R\$)					
	2016	2017	2018	2019	2020	TOTAL
UGRH7 Guandu						
PROGRAMAS DE SANEAMENTO	151	68	68	68	68	422
P41 - Programa de Universalização do Saneamento	83	-	-	-	-	83
P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural	68	68	68	68	68	339
PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS	478	737	737	737	506	3.196
P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos	132	159	159	159	159	767
P21 - Programa de Incremento de Disponibilidade Hídrica	-	232	232	232	-	696
P22 - Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura	89	89	89	89	89	445
P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52)	258	258	258	258	258	1.289
PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS	150	100	100	100	100	550
P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia	50	-	-	-	-	50
P61.2 - Promover fortalecimento dos comitês segundo o modelo de arranjo institucional elaborado para a bacia	100	100	100	100	100	500
SUBTOTAL 7	779	905	905	905	673	4.168
UGRH8 Santa Maria do Rio Doce						
PROGRAMAS DE SANEAMENTO	75	75	75	75	75	376
P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural	75	75	75	75	75	376
PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS	594	882	882	882	624	3.863

P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos	146	176	176	176	176	852
P21 - Programa de Incremento de Disponibilidade Hídrica	-	258	258	258	-	773
P22 - Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura	161	161	161	161	161	807
P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52)	286	286	286	286	286	1.431
PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS	150	100	100	100	100	550
P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia	50	-	-	-	-	50
P61.2 - Promover fortalecimento dos comitês segundo o modelo de arranjo institucional elaborado para a bacia	100	100	100	100	100	500
SUBTOTAL 8	819	1.057	1.057	1.057	799	4.790
UGRH9 São José						
PROGRAMAS DE SANEAMENTO	453	149	149	149	149	1.049
P41 - Programa de Universalização do Saneamento	304	-	-	-	-	304
P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural	149	149	149	149	149	745
PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS	1.163	1.733	1.733	1.733	1.222	7.584
P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos	290	350	350	350	350	1.688
P21 - Programa de Incremento de Disponibilidade Hídrica	-	510	510	510	-	1.531
P22 - Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura	306	306	306	306	306	1.529
P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52)	567	567	567	567	567	2.836
PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS	350	200	200	200	200	1.150
P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia	150	-	-	-	-	150
P61.2 - Promover fortalecimento dos comitês segundo o modelo de arranjo institucional elaborado para a bacia	200	200	200	200	200	1.000
SUBTOTAL 9	1.966	2.082	2.082	2.082	1.571	9.783
TOTAL UNIÃO NAS UGRH ES	3.564	4.044	4.044	4.044	3.044	18.741

TOTAL UNIÃO NAS UGRH MG E ES	12.659	11.637	10.050	9.671	7.101	51.117
-------------------------------------	---------------	---------------	---------------	--------------	--------------	---------------

CAPÍTULO V

Da Alocação dos Recursos do Estado de Minas Gerais

Art. 10 Os programas e ações do PIRH/PARHs Doce priorizados para execução no período de 2016 a 2020, com a parcela oriunda da cobrança pelo uso da água arrecadada na área de abrangência das bacias hidrográficas dos afluentes mineiros do rio Doce, contarão com os seguintes valores (em mil reais):

METAS, PROGRAMAS E AÇÕES PRIORIZADOS	VALORES (Mil R\$)					TOTAL
	2016	2017	2018	2019	2020	
UGRH1 Piranga						
PROGRAMAS DE SANEAMENTO	2.900	1.900	500	1.900	500	7.700
P11 - Programa de Saneamento da Bacia	600	700	-	700	-	2.000
P41 - Programa de Universalização do Saneamento:	2.300	700	-	700	-	3.700
Apoio na elaboração de PMSB.	1.100		-	-	-	1.100
Elaboração de projetos para otimização de SAA.	1.200	700	-	700	-	2.600
P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural	-	500	500	500	500	2.000
PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS	500	1.750	1.250	1.750	1.250	6.500

P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos	-	500	-	500	-	1.000
P24 - Programa Produtor de Água	-	250	250	250	250	1.000
P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes	500	1.000	1.000	1.000	1.000	4.500
PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS	600	100	100	100	100	1.000
P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia	500	-	-	-	-	500
P61.2 – Subprograma de fortalecimento dos comitês	100	100	100	100	100	500
SUBTOTAL 1	4.000	3.750	1.850	3.750	1.850	15.200
UGRH2 Piracicaba						
PROGRAMAS DE SANEAMENTO	1.800	3.000	3.000	3.000	1.000	11.800
P11 - Programa de Saneamento da Bacia	500	1.000	1.000	1.000	-	3.500
P41 - Programa de Universalização do Saneamento:	1.300	1.000	1.000	1.000	-	4.300
Apoio na elaboração de PMSB.	400	-	-	-	-	400
Elaboração de projetos para otimização de SAA.	900	1.000	1.000	1.000	-	3.900
P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural	-	1.000	1.000	1.000	1.000	4.000
PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS	4.500	9.000	9.500	8.500	10.200	41.700
P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos	-	2.000	2.000	2.000	3.700	9.700
P24 - Programa Produtor de Água	500	500	1.000	-	-	2.000
P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes	4.000	6.500	6.500	6.500	6.500	30.000
PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS	100	600	100	100	100	1.000
P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia	-	500	-	-	-	500
P61.2 – Subprograma de fortalecimento dos comitês	100	100	100	100	100	500
SUBTOTAL 2	6.400	12.600	12.600	11.600	11.300	54.500
UGRH3 Santo Antônio						
PROGRAMAS DE SANEAMENTO	2.210	1.310	1.310	1.310	1.310	7.450
P41 - Programa de Universalização do Saneamento:	1.250	350	350	350	350	2.650
Apoio na elaboração de PMSB.	900	-	-	-	-	900
Elaboração de projetos para otimização de SAA.	350	350	350	350	350	1.750
P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural	960	960	960	960	960	4.800
METAS, PROGRAMAS E AÇÕES PRIORIZADOS	VALORES (Mil R\$)					
	2016	2017	2018	2019	2020	TOTAL
PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS	960	960	960	960	960	4.800
P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes	960	960	960	960	960	4.800
PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS	600	100	100	100	100	1.000
P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia	500	-	-	-	-	500
P61.2 – Subprograma de fortalecimento dos comitês	100	100	100	100	100	500
SUBTOTAL 3	3.770	2.370	2.370	2.370	2.370	13.250
UGRH4 Suaçuí						
PROGRAMAS DE SANEAMENTO	800	-	-	-	-	800
P41 - Programa de Universalização do Saneamento:	500	-	-	-	-	500
Apoio na elaboração de PMSB.	500	-	-	-	-	500
P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural	300	-	-	-	-	300
PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS	1.000	1.000	-	-	-	2.000
P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos	500	500	-	-	-	1.000

P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes	500	500	-	-	-	1.000
PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS	250	100	100	100	100	650
P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia	150	-	-	-	-	150
P61.2 – Subprograma de fortalecimento dos comitês	100	100	100	100	100	500
SUBTOTAL 4	2.050	1.100	100	100	100	3.450
UGRH5 Caratinga						
PROGRAMAS DE SANEAMENTO	1.350	150	650	150	650	2.950
P11 - Programa de Saneamento da Bacia	250	-	250	-	250	750
P41 - Programa de Universalização do Saneamento:	950	-	250	-	250	1.450
Apoio na elaboração de PMSB.	700	-	-	-	-	700
Elaboração de projetos para otimização de SAA.	250	-	250	-	250	750
P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural	150	150	150	150	150	750
PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS	500	500	500	500	500	2.500
P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos	250	250	250	250	250	1.250
P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes	250	250	250	250	250	1.250
PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS	400	100	100	100	100	800
P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia	300	-	-	-	-	300
P61.2 – Subprograma de fortalecimento dos comitês	100	100	100	100	100	500
SUBTOTAL 5	2.250	750	1.250	750	1.250	6.250
UGRH6 Manhuaçu						
PROGRAMAS DE SANEAMENTO	1.000	-	-	-	-	1.000
P41 - Programa de Universalização do Saneamento:	1.000	-	-	-	-	1.000
Apoio na elaboração de PMSB.	200	-	-	-	-	200
Elaboração de projetos para otimização de SAA.	800	-	-	-	-	800
PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS	300	740	740	740	740	3.260
P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos	300	450	450	450	450	2.100
P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes	-	290	290	290	290	1.160
METAS, PROGRAMAS E AÇÕES PRIORIZADOS	VALORES (Mil R\$)					
	2016	2017	2018	2019	2020	TOTAL
PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS	220	100	100	100	100	620
P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia	120	-	-	-	-	120
P61.2 – Subprograma de fortalecimento dos comitês	100	100	100	100	100	500
SUBTOTAL 6	1.520	840	840	840	840	4.880
TOTAL MG	19.990	21.410	19.010	19.410	17.710	97.530

§ 1º. Os recursos arrecadados nas bacias afluentes de Minas Gerais serão obrigatoriamente aplicados nas respectivas bacias geradoras dos recursos.

§ 2º. Os montantes de 2016 a 2020 correspondem aos valores relativos ao saldo de 2015 e às estimativas dos valores a serem arrecadados com a cobrança na área de abrangência das bacias hidrográficas dos afluentes mineiros do rio Doce no período de 2016 a 2010, excluindo-se a parcela de 7,5% destinada às despesas de manutenção e custeio da AGB-Doce, uma vez cumpridas as metas estabelecidas no Contrato de Gestão firmado com o IGAM e desprezadas eventuais inadimplências.

§ 3º. O Programa Produtor de Água (P24) irá contemplar uma área a ser selecionada na UGRH1-Piranga e a sub-bacia do ribeirão Candidópolis, em Itabira-MG, na área da UGRH2-Piracicaba, com recursos arrecadados pelo Estado de Minas Gerais nestas unidades.

CAPÍTULO VI Da Alocação Total dos Recursos

Art. 11 A totalidade dos recursos previstos para serem desembolsados em 2016 a 2020 para a bacia hidrográfica do rio Doce pode ser assim sintetizada: (Redação dada pelas Deliberações nº 53, 54 e 56/2016)

I. Em toda a bacia hidrográfica do rio Doce: (Redação dada pela Deliberação nº 52/2016)

METAS, PROGRAMAS E AÇÕES PRIORIZADOS	VALORES (Mil R\$)					
	2016	2017	2018	2019	2020	TOTAL
PROGRAMAS DE SANEAMENTO	2.100	2.000	2.000	2.000	2.000	10.100
P11 - Programa de Saneamento da Bacia	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	5.000
Elaboração de projetos para otimização de SES.	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	5.000
P41 - Programa de Universalização do Saneamento:	1.100	1.000	1.000	1.000	1.000	5.100
Elaboração de projetos para otimização de SAA.	1.100	1.000	1.000	1.000	1.000	5.100
PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS	2.700	4.600	4.600	2.600	1.600	16.100
Atualização do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – PIRH e Planos de Ações de Recursos Hídricos das Bacias Afluentes – PARHs	-	2.000	2.000	-	-	4.000
P31 - Programa de Convivência com as Cheias	1.000	1.000	1.000	1.000	-	4.000
P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia	100					100
P61.2 – Subprograma de fortalecimento dos comitês	240	200	200	200	200	1.040
P71 - Programa de Comunicação Social	500	500	500	500	500	2.500
P72 - Programa de Educação Ambiental	460	500	500	500	500	2.460
P73 - Programa de Treinamento e Capacitação	400	400	400	400	400	2.000
TOTAL UNIÃO BACIA DOCE (Não espacializado)	4.800	6.600	6.600	4.600	3.600	26.200

II. Nas unidades de gestão de recursos hídricos de Minas Gerais:

METAS, PROGRAMAS E AÇÕES PRIORIZADOS	VALORES (Mil R\$)					
	2016	2017	2018	2019	2020	TOTAL
UGRH1 Piranga						
PROGRAMAS DE SANEAMENTO	3.576	2.893	624	2.024	500	9.619
P11 - Programa de Saneamento da Bacia	600	700	-	700	-	2.000
P41 - Programa de Universalização do Saneamento:	2.852	1.569	-	700	-	5.121
Apoio na elaboração de PMSB.	1.228	234	-	-	-	1.462
Elaboração de projetos para otimização de SAA.	1.624	1.335	-	700	-	3.659
P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural	124	624	624	624	500	2.498
PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS	1.297	2.597	2.097	2.218	1.250	9.459
P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos	242	792	292	500	-	1.826
P22 - Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura	81	81	81	-	-	244
P24 - Programa Produtor de Água	-	250	250	250	250	1.000
P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes	974	1.474	1.474	1.468	1.000	6.389

PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS	720	180	200	200	200	1.500
P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia	500	-	-	-	-	500
P61.2 – Subprograma de fortalecimento dos comitês	220	180	200	200	200	1.000
SUBTOTAL 1	5.594	5.670	2.921	4.442	1.950	20.578
UGRH2 Piracicaba						
PROGRAMAS DE SANEAMENTO	1.911	3.177	3.056	3.056	1.000	12.199
P11 - Programa de Saneamento da Bacia	500	1.000	1.000	1.000	-	3.500
P41 - Programa de Universalização do Saneamento:	1.355	1.122	1.000	1.000	-	4.477
Apoio na elaboração de PMSB.	455	122	-	-	-	577
Elaboração de projetos para otimização de SAA.	900	1.000	1.000	1.000	-	3.900
P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural	56	1.056	1.056	1.056	1.000	4.222
PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS	4.819	9.342	9.842	8.842	10.445	43.290
P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos	108	2.130	2.130	2.130	3.734	10.233
P24 - Programa Produtor de Água	500	500	1.000	-	-	2.000
P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes	4.211	6.711	6.711	6.711	6.711	31.057
PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS	200	700	200	200	200	1.500
P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia	-	500	-	-	-	500
P61.2 – Subprograma de fortalecimento dos comitês	200	200	200	200	200	1.000
SUBTOTAL 2	6.930	13.219	13.097	12.097	11.645	56.989
UGRH3 Santo Antônio						
PROGRAMAS DE SANEAMENTO	2.485	1.814	1.415	1.415	1.310	8.439
P41 - Programa de Universalização do Saneamento:	1.420	749	350	350	350	3.219
Apoio na elaboração de PMSB.	1.070	399	-	-	-	1.469
Elaboração de projetos para otimização de SAA.	350	350	350	350	350	1.750
P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural	1.065	1.065	1.065	1.065	960	5.220
PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS	1.563	1.605	1.605	1.605	1.211	7.589
P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos	204	246	246	246	-	942
P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes	1.359	1.359	1.359	1.359	1.211	6.647
PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS	725	175	200	200	200	1.500
P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia	500	-	-	-	-	500
P61.2 – Subprograma de fortalecimento dos comitês	225	175	200	200	200	1.000
SUBTOTAL 3	4.773	3.594	3.220	3.220	2.721	17.528
UGRH4 Suaçuí						
PROGRAMAS DE SANEAMENTO	2.559	209	209	209	209	3.393
P41 - Programa de Universalização do Saneamento:	2.050	-	-	-	-	2.050
Apoio na elaboração de PMSB.	2.050	-	-	-	-	2.050
P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural	509	209	209	209	209	1.343
PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS	2.279	2.363	1.363	1.363	1.363	8.729
P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos	906	989	489	489	489	3.363
P22 - Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura	80	80	80	80	80	398
P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes	1.294	1.294	794	794	794	4.969
PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS	370	180	200	200	200	1.150

P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia	150	-	-	-	-	150
P61.2 – Subprograma de fortalecimento dos comitês	220	180	200	200	200	1.000
SUBTOTAL 4	5.208	2.751	1.771	1.771	1.771	13.272
UGRH5 Caratinga						
PROGRAMAS DE SANEAMENTO	2.040	515	753	253	650	4.211
P11 - Programa de Saneamento da Bacia	250	-	250	-	250	750
P41 - Programa de Universalização do Saneamento:	1.537	262	250	-	250	2.299
Apoio na elaboração de PMSB.	1.287	262	-	-	-	1.549
Elaboração de projetos para otimização de SAA.	250	-	250	-	250	750
P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural	253	253	253	253	150	1.162
PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS	1.197	1.238	1.238	1.238	1.013	5.923
P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos	450	491	491	491	267	2.191
P22 - Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura	105	105	105	105	105	524
P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes	642	642	642	642	642	3.208
PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS	500	200	200	200	200	1.300
P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia	300	-	-	-	-	300
P61.2 – Subprograma de fortalecimento dos comitês	200	200	200	200	200	1.000
SUBTOTAL 5	3.736	1.953	2.191	1.691	1.863	11.434
UGRH6 Manhuaçu						
PROGRAMAS DE SANEAMENTO	1.505	112	112	112	112	1.951
P41 - Programa de Universalização do Saneamento:	1.393	-	-	-	-	1.393
Apoio na elaboração de PMSB.	593	-	-	-	-	593
Elaboração de projetos para otimização de SAA.	800	-	-	-	-	800
P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural	112	112	112	112	112	558
PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS	1.019	1.504	1.504	1.504	1.504	7.035
P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos	517	712	712	712	712	3.363
P22 - Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura	78	78	78	78	78	391
P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes	424	714	714	714	714	3.282
PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS	320	200	200	200	200	1.120
P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia	120	-	-	-	-	120
P61.2 – Subprograma de fortalecimento dos comitês	200	200	200	200	200	1.000
SUBTOTAL 6	2.844	1.816	1.816	1.816	1.816	10.106
TOTAL MG	29.085	29.003	25.016	25.037	21.766	129.907

III. Nas unidades de gestão de recursos hídricos do Espírito Santo:

METAS, PROGRAMAS E AÇÕES PRIORIZADOS	VALORES (Mil R\$)					
	2016	2017	2018	2019	2020	TOTAL
UGRH7 Guandu						
PROGRAMAS DE SANEAMENTO	151	68	68	68	68	422
P41 - Programa de Universalização do Saneamento:	83	-	-	-	-	83
Apoio na elaboração de PMSB.	83	-	-	-	-	83
P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural	68	68	68	68	68	339

PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS	478	737	737	737	506	3.196
P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos	132	159	159	159	159	767
P21 - Programa de Incremento de Disponibilidade Hídrica	-	232	232	232	-	696
P22 - Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura	89	89	89	89	89	445
P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes	258	258	258	258	258	1.289
PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS	150	100	100	100	100	550
P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia (P61.1)	50	-	-	-	-	50
P61.2 – Subprograma de fortalecimento dos comitês	100	100	100	100	100	500
SUBTOTAL 7	779	905	905	905	673	4.168
UGRH8 Santa Maria do Rio Doce						
PROGRAMAS DE SANEAMENTO	75	75	75	75	75	376
P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural	75	75	75	75	75	376
PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS	594	882	882	882	624	3.863
P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos	146	176	176	176	176	852
P21 - Programa de Incremento de Disponibilidade Hídrica	-	258	258	258	-	773
P22 - Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura	161	161	161	161	161	807
P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes	286	286	286	286	286	1.431
PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS	150	100	100	100	100	550
P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia (P61.1)	50	-	-	-	-	50
P61.2 – Subprograma de fortalecimento dos comitês	100	100	100	100	100	500
SUBTOTAL 8	819	1.057	1.057	1.057	799	4.790
UGRH9 São José						
PROGRAMAS DE SANEAMENTO	453	149	149	149	149	1.049
P41 - Programa de Universalização do Saneamento:	304	-	-	-	-	304
Apoio na elaboração de PMSB.	304	-	-	-	-	304
P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural	149	149	149	149	149	745
PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS	1.163	1.733	1.733	1.733	1.222	7.584
P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos	290	350	350	350	350	1.688
P21 - Programa de Incremento de Disponibilidade Hídrica	-	510	510	510	-	1.531
P22 - Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura	306	306	306	306	306	1.529
P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes	567	567	567	567	567	2.836
PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS	350	200	200	200	200	1.150
P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia (P61.1)	150	-	-	-	-	150
P61.2 – Subprograma de fortalecimento dos comitês	200	200	200	200	200	1.000
SUBTOTAL 9	1.966	2.082	2.082	2.082	1.571	9.783
TOTAL ES	3.564	4.044	4.044	4.044	3.044	18.741
TOTAL TODA BACIA DOCE	37.449	39.647	35.660	33.681	28.411	174.847

CAPÍTULO VII

Dos Critérios para Hierarquização dos Estudos, Planos, Projetos e Ações

Art. 12 Os estudos, planos, projetos e ações decorrentes da implementação dos programas de saneamento P11 (Programa de Saneamento da Bacia) e P41 (Programa de Universalização do Saneamento) do PIRH/PARHs Doce deverão ser contratados por meio de edital de chamamento público.

Art. 13 O IBIO - AGB Doce é responsável pela pré-seleção das propostas apresentadas durante o chamamento público e a lista de hierarquização deverá ser submetida à homologação de Comissão Gestora de Licitação e Contratos, previamente à sua contratação.

§ 1º. A Comissão Gestora, a ser constituída por no máximo 5 (cinco) servidores da AGB-Doce, sendo presidida por um destes membros, será responsável pela condução dos processos licitatórios, hierarquização das propostas selecionadas, adjudicação, homologação da listagem com as propostas hierarquizadas e análise de recursos e pedidos de impugnação em licitações, para fins de contratação com recursos da cobrança.

§ 2º. Para os programas P12, P22, P24 e P52 a Comissão Gestora de Licitação e Contratos deverá se articular, no âmbito das unidades estaduais de gestão de recursos hídricos em 2016, com representantes dos comitês e dos órgãos gestores para fins de elaboração de edital de chamamento público, seleção das áreas a serem beneficiadas, bem como para detalhamento dos critérios dos respectivos editais de contratação.

Art. 14 Para a hierarquização dos estudos, planos, projetos e ações priorizados do PIRH/PARHs Doce, com espacialização por unidade de gestão de recursos hídricos, deverão ser atendidos os seguintes critérios:

PROGRAMAS E AÇÕES PRIORITÁRIOS	CRITÉRIOS PARA HIERARQUIZAÇÃO DAS PROPOSTAS
Programa de Saneamento da Bacia (P11)	<p>Críticos obrigatórios para projetos de sistemas de coleta e tratamento de esgotos:</p> <ul style="list-style-type: none">– Município com situação da outorga regularizada ou em regularização;– Município adimplente em relação à cobrança pelo uso da água; e– Plano Municipal de Saneamento Básico devidamente aprovado. <p>Municípios que contemplem o maior número dos seguintes critérios classificatórios:</p> <ul style="list-style-type: none">– Municípios com DBO remanescente superior a 5 ton./dia [Ouro Preto e Viçosa (DO1); Ipatinga, Coronel Fabriciano e Itabira (DO2); Santana do Paraíso (DO3); Governador Valadares (DO4); Caratinga (DO5); Manhuaçu (DO6); Linhares (São José); Itaguaçu (Santa Maria do Doce) e Baixo Guandu (Guandu)];– IDH-M 2010 inferior a 0,600;– Índice de internação por doenças de veiculação hídrica no município superior à média dos estados de MG e ES;– Percentual de domicílios urbanos com saneamento adequado menor que a média da bacia nos estados de MG e ES;– Índice de cobertura de coleta de esgotos inferior à média dos estados de MG e ES;– Índice de tratamento dos esgotos coletados inferior à média dos estados de MG e ES;– Lançam esgotos a montante de captação (Atlas ANA 2010);– Não contemplados com investimentos para estudos e projetos.
Programa de Incremento de Disponibilidade Hídrica (P21)	<ul style="list-style-type: none">– Áreas onde o saldo hídrico foi impactado, essencialmente, pelos usos da irrigação, prioritariamente nas sub-bacias dos rios Pancas, Santa Joana, São José, Santa Maria do Doce e região hidrográfica da Barra Seca.
Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura (P22)	<ul style="list-style-type: none">– Áreas onde a demanda por irrigação constitui uma importante parcela da demanda total na bacia e o balanço hídrico, atual ou projetado, mostra-se desfavorável.– Áreas que apresentam potencial de poluição devido ao beneficiamento de produtos agrícolas.
Programa Produtor de Água (P24)	<ul style="list-style-type: none">– Áreas onde há conflitos pelo uso múltiplo da água, com municípios que requerem novo manancial ou ampliação do sistema de abastecimento de água até 2015 segundo Atlas ANA, e que apresentem condições críticas de

	<p>degradação (elevados processos erosivos, redução da cobertura vegetal e alto deflúvio superficial instantâneo) e inadequação do uso das terras, da cobertura vegetal e das APPs (topo de morro, declividade e faixa ciliar).</p> <ul style="list-style-type: none"> - Área de drenagem inferior a 20 mil hectares e população atendida superior a 5.000 habitantes. - Áreas com suscetibilidade à erosão classificadas como Forte a Muito Forte (PIRH Doce). - Áreas com produção de sedimentos superior a 70 ton./km²/ano (SIGEL-Sistema de Informações Georreferenciadas do Setor Elétrico). - Áreas com cobertura vegetal natural inferior a 20% (PIRH Doce). - Áreas com inserção ou proximidade de arranjos institucionais favoráveis a efetivar as parcerias necessárias ao desenvolvimento do programa. - Áreas com iniciativas do programa em andamento. - Visita a campo para confirmação das condições previstas e análise da possibilidade de intervenção.
<p>Programa de Universalização do Saneamento (P41)</p>	<p>Critérios obrigatórios para projetos de projetos de otimização de sistemas de abastecimento de água:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Município com situação da outorga regularizada ou em regularização; - Município adimplente em relação à cobrança pelo uso da água; e - Plano Municipal de Saneamento Básico devidamente aprovado. <p>Municípios que contemplem o maior número dos seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"> - IDH-M 2010 inferior a 0,600; - Índice de internação por doenças de veiculação hídrica no município superior à média dos estados de MG e ES; - Percentual de domicílios urbanos com saneamento adequado menor que a média da bacia nos estados de MG e ES; - Índice de cobertura de abastecimento de água inferior à média dos estados de MG e ES; - Necessidade de ampliação do SAA (Atlas ANA 2010); - Necessidade de novo manancial até 2015 (Atlas ANA 2010); - Índice de cobertura de coleta urbana de resíduos sólidos inferior à média dos estados de MG e ES; - Disposição final inadequada de resíduos sólidos; - Potencialidade para solução da disposição final dos resíduos consorciada com outros municípios; - Ocorrência de inundações ou enchentes nos últimos 5 anos (PNSB 2008); - Não contemplados com investimentos para estudos e projetos.
<p>Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Áreas onde há intensa erosão do solo. - Áreas cujas nascentes se caracterizam como manancial de abastecimento público. - Áreas de cabeceiras de cursos d'água, no sentido da nascente para a foz. - Áreas no entorno de unidades de conservação. - Regiões com ocorrência de eventos críticos de seca com desabastecimento humano e animal nas áreas rurais e redução da vazão de base em toda a bacia. - Áreas com inserção ou proximidade de arranjos institucionais favoráveis a efetivar as parcerias para desenvolvimento do programa. - Visita a campo para avaliação das condições e análise da proposta de recuperação.

Parágrafo Único – Previamente ao lançamento dos editais de chamamento públicos para os Programas de Saneamento (P11 e P41), serão discutidos em cada UGRH outros critérios de hierarquização oriundos dos Seminários de Saneamento.

CAPÍTULO VIII

Das Disposições Finais

Art. 15 Com vistas ao cumprimento das metas do Plano de Aplicação Plurianual no período 2016-2020 compete aos comitês deliberarem anualmente sobre seu Plano de Trabalho e calendário de reuniões de suas Câmaras Técnicas, Grupos de Trabalho e reuniões Plenárias.

Art. 16 Para fins de avaliar a eficiência e eficácia da execução do Plano de Aplicação Plurianual serão elaborados relatórios anuais de acompanhamento, conforme estabelecido nos Contratos de Gestão.

Parágrafo único. Revisões ou atualizações decorrentes da aplicação dos recursos poderão ser anualmente efetuadas, com aprovação dos Comitês.

Art. 17 Para fins do Plano de Aplicação Plurianual da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, a expressão Unidade de Gestão de Recursos Hídricos (UGRH) para o Estado de Minas Gerais equivale às Unidades de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos (UPGRH); e, para o Estado do Espírito Santo a expressão Unidade de Gestão de Recursos Hídricos (UGRH) equivale às Unidades de Análise estabelecidas no Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (PIRH-Doce), aprovado no ano de 2010.

Art. 18 Para fins de implementação dos programas previstos neste PAP-Doce, o IBIO poderá contratar com recursos provenientes da parcela da cobrança pelo uso de recursos hídricos da União e do Estado de Minas Gerais, consultoria (física ou jurídica) para análise e validação técnica dos produtos e serviços a serem contratados para todos os programas.

APÊNDICE I

UNIDADE DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	Nº TOTAL DE MUNICÍPIOS	Nº DE SEDES MUNICIPAIS	POPULAÇÃO TOTAL ESTIMADA NA BACIA (IBGE Censo 2010)	% POP TOTAL NA BACIA	ÁREA DOS MUNICÍPIOS NA UNIDADE (Km ²)	% ÁREA NA BACIA	MÉDIA FINAL (ÁREA + POP TOTAL)
UGRH1 Piranga	77	62	701.842	20,5	17.580	20,3	20,4
UGRH2 Piracicaba	21	17	754.085	22,0	5.684	6,6	14,3
UGRH3 Santo Antônio	29	23	187.488	5,5	10.759	12,4	8,9
UGRH4 Suaçuí	48	41	604.250	17,6	21.549	24,8	21,2
UGRH5 Caratinga	29	25	284.347	8,3	6.684	7,7	8,0
UGRH6 Manhuaçu	28	23	321.094	9,4	9.191	10,6	10,0
UGRH7 Guandu	7	4	81.155	2,4	2.474	2,9	2,6
UGRH8 Santa Maria do Doce	9	3	109.243	3,2	3.066	3,5	3,4
UGRH9 São José	17	13	387.169	11,3	9.750	11,2	11,3
TOTAL	228	211	3.430.673	100,0	86.736	100,0	100,0

APENDICE II

Nº	CÓDIGO IBGE	MUNICÍPIO	UF	UGRH	SEDE NA UGRH	ÁREA (Km²)	% da área do município na UGRH	Área do município na UGRH (Km²)	População estimada do município na UGRH (IBGE Censo 2010)		
									Urbana na sede	Rural	Total
TOTAL UGRH 1 PIRANGA					62			17.580	404.820	297.022	701.842
1	310030	Abre Campo	MG	UGRH 1	SIM	471	100,00	471	6.677	6.634	13.311
2	310040	Acaiaca	MG	UGRH 1	SIM	102	100,00	102	2.553	1.367	3.920
3	310210	Alto Rio Doce	MG	UGRH 1	SIM	518	100,00	518	3.813	8.346	12.159
4	310230	Alvinópolis	MG	UGRH 1	SIM	599	44,43	266	8.403	3.047	11.450
5	310250	Amparo do Serra	MG	UGRH 1	SIM	146	100,00	146	2.518	2.535	5.053
6	310370	Araponga	MG	UGRH 1	SIM	304	100,00	304	2.116	6.036	8.152
7	310570	Barra Longa	MG	UGRH 1	SIM	384	100,00	384	2.254	3.889	6.143
8	310780	Bom Jesus do Galho	MG	UGRH 1	SIM	592	84,69	502	5.884	8.029	13.913
9	310870	Brás Pires	MG	UGRH 1	SIM	223	100,00	223	2.223	2.414	4.637
10	311020	Cajuri	MG	UGRH 1	SIM	83	100,00	83	2.096	1.951	4.047
11	311170	Canaã	MG	UGRH 1	SIM	175	100,00	175	1.859	2.769	4.628
12	311220	Capela Nova	MG	UGRH 1	SIM	111	100,00	111	2.132	2.623	4.755
13	311290	Caputira	MG	UGRH 1	SIM	188	100,00	188	3.779	5.251	9.030
14	311310	Caranaíba	MG	UGRH 1	SIM	160	100,00	160	1.176	2.112	3.288
15	311540	Carandaí	MG	UGRH 1		486	8,50	41		622	622
16	311630	Caratinga	MG	UGRH 1		1.259	14,29	180		3.407	3.407
17	311670	Catas Altas da Noruega	MG	UGRH 1	SIM	142	100,00	142	1.429	2.033	3.462
18	312000	Cipotânea	MG	UGRH 1	SIM	154	100,00	153	3.014	3.533	6.547
19	312150	Coimbra	MG	UGRH 1	SIM	107	100,00	107	5.156	1.898	7.054
20	312170	Conselheiro Lafaiete	MG	UGRH 1		370	2,83	10		168	168
21	312180	Córrego Novo	MG	UGRH 1	SIM	205	100,00	205	2.038	1.089	3.127
22	312190	Cristiano Ottoni	MG	UGRH 1		133	7,06	9		63	63
23	312270	Desterro do Melo	MG	UGRH 1	SIM	142	80,05	114	1.390	1.301	2.691
24	312330	Diogo de Vasconcelos	MG	UGRH 1	SIM	165	100,00	165	1.099	2.749	3.848
25	312400	Dionísio	MG	UGRH 1	SIM	344	100,00	344	4.210	4.529	8.739
26	312820	Divinésia	MG	UGRH 1	SIM	117	66,95	78	2.175	749	2.924
27	313390	Dom Silvério	MG	UGRH 1	SIM	195	100,00	195	4.058	1.138	5.196
28	312330	Dores do Turvo	MG	UGRH 1	SIM	231	100,00	231	2.030	2.432	4.462

Nº	CÓDIGO IBGE	MUNICÍPIO	UF	UGRH	SEDE NA UGRH	ÁREA (Km²)	% da área do município na UGRH	Área do município na UGRH (Km²)	População estimada do município na UGRH (IBGE Censo 2010)		
									Urbana na sede	Rural	Total
29	312385	Entre Folhas	MG	UGRH 1		85	48,95	42		629	629
30	312400	Ervália	MG	UGRH 1	SIM	358	84,71	303	9.470	7.180	16.650
31	312820	Guaraciaba	MG	UGRH 1	SIM	349	100,00	349	3.218	7.005	10.223
32	313390	Itaverava	MG	UGRH 1	SIM	284	93,98	267	1.607	3.940	5.547
33	313500	Jaguaraçu	MG	UGRH 1		164	34,38	56		540	540
34	313550	Jequeri	MG	UGRH 1	SIM	548	100,00	548	4.717	8.131	12.848
35	313790	Lamim	MG	UGRH 1	SIM	119	100,00	119	1.511	1.941	3.452
36	313940	Manhuaçu	MG	UGRH 1		628	31,22	196		9.016	9.016
37	314000	Mariana	MG	UGRH 1	SIM	1.194	89,11	1.064	37.706	14.715	52.421
38	314030	Marliéria	MG	UGRH 1		546	85,20	465		2.636	2.636
39	314090	Matipó	MG	UGRH 1	SIM	267	100,00	267	12.042	5.597	17.639
40	314160	Mercês	MG	UGRH 1		348	13,11	46		408	408
41	314585	Oratórios	MG	UGRH 1	SIM	89	100,00	89	3.241	1.252	4.493
42	314590	Ouro Branco	MG	UGRH 1		259	41,25	107		1.509	1.509
43	314610	Ouro Preto	MG	UGRH 1	SIM	1.246	40,86	509	40.214	12.285	52.499
44	314830	Paula Cândido	MG	UGRH 1	SIM	268	100,00	268	4.261	5.010	9.271
45	314875	Pedra Bonita	MG	UGRH 1	SIM	174	100,00	174	1.807	4.866	6.673
46	314880	Pedra do Anta	MG	UGRH 1	SIM	163	100,00	163	2.192	1.173	3.365
47	315020	Piedade de Ponte Nova	MG	UGRH 1	SIM	84	100,00	84	3.178	884	4.062
48	315053	Pingo-d'Água	MG	UGRH 1	SIM	67	100,00	67	4.035	385	4.420
49	315080	Piranga	MG	UGRH 1	SIM	659	100,00	659	5.384	11.848	17.232
50	315210	Ponte Nova	MG	UGRH 1	SIM	471	100,00	471	49.668	7.722	57.390
51	315230	Porto Firme	MG	UGRH 1	SIM	285	100,00	285	4.831	5.586	10.417
52	315310	Presidente Bernardes	MG	UGRH 1	SIM	237	100,00	237	1.642	3.895	5.537
53	315400	Raul Soares	MG	UGRH 1	SIM	763	100,00	763	13.070	10.748	23.818
54	315440	Ressaquinha	MG	UGRH 1		185	24,00	44		531	531
55	315490	Rio Casca	MG	UGRH 1	SIM	384	100,00	384	10.871	3.330	14.201
56	315500	Rio Doce	MG	UGRH 1	SIM	112	100,00	112	1.653	812	2.465
57	315520	Rio Espera	MG	UGRH 1	SIM	239	100,00	239	1.760	4.310	6.070
58	315740	Santa Cruz do Escalvado	MG	UGRH 1	SIM	259	100,00	259	1.177	3.815	4.992
59	315790	Santa Margarida	MG	UGRH 1	SIM	256	100,00	256	6.034	8.977	15.011
Nº	CÓDIGO IBGE	MUNICÍPIO	UF	UGRH	SEDE NA UGRH	ÁREA (Km²)	% da área do município na	Área do município na	População estimada do município na UGRH (IBGE Censo 2010)		

							UGRH	UGRH (Km ²)	Urbana na sede	Rural	Total
60	315910	Santana dos Montes	MG	UGRH 1	SIM	197	100,00	197	1.941	1.881	3.822
61	316010	Santo Antônio do Grama	MG	UGRH 1	SIM	130	100,00	130	3.365	720	4.085
62	316100	São Domingos do Prata	MG	UGRH 1		744	26,91	200		2.274	2.274
63	316150	São Geraldo	MG	UGRH 1		186	23,25	43		840	840
64	316340	São José do Goiabal	MG	UGRH 1	SIM	185	100,00	185	3.689	1.947	5.636
65	316380	São Miguel do Anta	MG	UGRH 1	SIM	152	100,00	152	3.746	3.014	6.760
66	316400	São Pedro dos Ferros	MG	UGRH 1	SIM	403	100,00	403	5.777	2.579	8.356
67	316556	Sem-Peixe	MG	UGRH 1	SIM	177	100,00	177	1.329	1.518	2.847
68	316570	Senador Firmino	MG	UGRH 1	SIM	167	100,00	167	4.683	2.547	7.230
69	316600	Senhora de Oliveira	MG	UGRH 1	SIM	171	100,00	171	3.256	2.427	5.683
70	316620	Senhora dos Remédios	MG	UGRH 1	SIM	238	100,00	238	2.792	7.404	10.196
71	316630	Sericita	MG	UGRH 1	SIM	166	100,00	166	3.193	3.935	7.128
72	316850	Teixeiras	MG	UGRH 1	SIM	167	100,00	167	7.623	3.732	11.355
73	316870	Timóteo	MG	UGRH 1		144	34,75	50		3.735	3.735
74	316990	Ubá	MG	UGRH 1		408	20,53	84		1.935	1.935
75	317050	Urucânia	MG	UGRH 1	SIM	139	100,00	139	5.748	4.543	10.291
76	317115	Vermelho Novo	MG	UGRH 1	SIM	115	100,00	115	1.852	2.837	4.689
77	317130	Viçosa	MG	UGRH 1	SIM	299	100,00	299	56.455	15.765	72.220
TOTAL UGRH 2 PIRACICABA						17		5.684	541.746	212.339	754.085
1	310230	Alvinópolis	MG	UGRH 2		599	55,57	333		3.811	3.811
2	310300	Antônio Dias	MG	UGRH 2	SIM	787	85,69	675	3.448	5.242	8.690
3	310540	Barão de Cocais	MG	UGRH 2	SIM	341	100,00	341	24.007	4.435	28.442
4	310600	Bela Vista de Minas	MG	UGRH 2	SIM	109	100,00	109	9.378	626	10.004
5	310770	Bom Jesus do Amparo	MG	UGRH 2	SIM	196	100,00	196	2.516	2.975	5.491
6	311535	Catas Altas	MG	UGRH 2	SIM	240	100,00	240	3.531	1.315	4.846
7	311940	Coronel Fabriciano	MG	UGRH 2	SIM	221	100,00	221	47.382	56.312	103.694
8	313130	Ipatinga	MG	UGRH 2	SIM	165	100,00	165	148.687	90.781	239.468
9	313170	Itabira	MG	UGRH 2	SIM	1.254	36,02	452	98.554	4.045	102.599
10	313500	Jaguaraçu	MG	UGRH 2	SIM	164	65,62	108	1.419	1.031	2.450
11	313620	João Monlevade	MG	UGRH 2	SIM	99	100,00	99	73.277	333	73.610
12	314000	Mariana	MG	UGRH 2		1.194	10,89	130		1.798	1.798
Nº	CÓDIGO IBGE	MUNICÍPIO	UF	UGRH	SEDE NA UGRH	ÁREA (Km ²)	% da área do município na UGRH	Área do município na UGRH (Km ²)	População estimada do município na UGRH (IBGE Censo 2010)		
									Urbana na sede	Rural	Total

13	314030	Marliéria	MG	UGRH 2	SIM	546	14,80	81	918	458	1.376
14	314470	Nova Era	MG	UGRH 2	SIM	362	100,00	362	13.203	4.325	17.528
15	314610	Ouro Preto	MG	UGRH 2		1.246	3,33	42		1.001	1.001
16	315570	Rio Piracicaba	MG	UGRH 2	SIM	373	100,00	373	9.567	4.582	14.149
17	315720	Santa Bárbara	MG	UGRH 2	SIM	684	100,00	684	21.809	6.067	27.876
18	315895	Santana do Paraíso	MG	UGRH 2		276	26,81	74		4.883	4.883
19	316100	São Domingos do Prata	MG	UGRH 2	SIM	744	73,09	544	8.905	6.178	15.083
20	316190	São Gonçalo do Rio Abaixo	MG	UGRH 2	SIM	364	100,00	364	4.649	5.128	9.777
21	316870	Timóteo	MG	UGRH 2	SIM	144	65,26	94	70.496	7.013	77.509
TOTAL UGRH 3 SANTO ANTÔNIO					23			10.759	85.387	102.101	187.488
1	310050	Açucena	MG	UGRH 3	SIM	815	43,17	352	2.535	3.342	5.877
2	310240	Alvorada de Minas	MG	UGRH 3	SIM	374	100,00	374	947	2.599	3.546
3	310300	Antônio Dias	MG	UGRH 3		787	14,31	113		875	875
4	310630	Belo Oriente	MG	UGRH 3	SIM	335	100,00	335	6.809	16.588	23.397
5	310880	Braúnas	MG	UGRH 3	SIM	378	100,00	378	1.593	3.437	5.030
6	311380	Carmésia	MG	UGRH 3	SIM	259	100,00	259	1.311	1.135	2.446
7	311750	Conceição do Mato Dentro	MG	UGRH 3	SIM	1.727	76,82	1.327	10.172	5.943	16.115
8	311810	Congonhas do Norte	MG	UGRH 3		399	10,87	43		255	255
9	312260	Dom Joaquim	MG	UGRH 3	SIM	399	100,00	399	2.620	1.915	4.535
10	312310	Dores de Guanhanes	MG	UGRH 3	SIM	382	100,00	382	1.622	3.601	5.223
11	312590	Ferros	MG	UGRH 3	SIM	1.089	100,00	1.089	3.141	7.696	10.837
12	312800	Guanhanes	MG	UGRH 3		1.075	33,45	360		2.808	2.808
13	313170	Itabira	MG	UGRH 3		1.254	63,98	802		7.184	7.184
14	313280	Itambé do Mato Dentro	MG	UGRH 3	SIM	380	100,00	380	908	1.375	2.283
15	313610	Joanésia	MG	UGRH 3	SIM	233	100,00	233	2.062	3.363	5.425
16	314060	Materlândia	MG	UGRH 3		281	18,93	53		489	489
17	314170	Mesquita	MG	UGRH 3	SIM	275	100,00	275	3.401	2.668	6.069
18	314370	Morro do Pilar	MG	UGRH 3	SIM	478	100,00	478	2.581	818	3.399
19	314435	Naque	MG	UGRH 3	SIM	127	34,94	44	5.961	133	6.094
20	314750	Passabém	MG	UGRH 3	SIM	94	100,00	94	1.012	754	1.766
21	315680	Sabinópolis	MG	UGRH 3	SIM	920	58,95	542	9.227	3.818	13.045
Nº	CÓDIGO IBGE	MUNICÍPIO	UF	UGRH	SEDE NA UGRH	ÁREA (Km²)	% da área do município na UGRH	Área do município na UGRH (Km²)	População estimada do município na UGRH (IBGE Censo 2010)		
									Urbana na sede	Rural	Total
22	315800	Santa Maria de Itabira	MG	UGRH 3	SIM	597	100,00	597	6.088	4.464	10.552

23	315895	Santana do Paraíso	MG	UGRH 3	SIM	276	73,19	202	9.051	13.331	22.382
24	316020	Santo Antônio do Itambé	MG	UGRH 3	SIM	306	100,00	306	1.230	2.905	4.135
25	316050	Santo Antônio do Rio Abaixo	MG	UGRH 3	SIM	107	100,00	107	888	889	1.777
26	316480	São Sebastião do Rio Preto	MG	UGRH 3	SIM	128	100,00	128	876	737	1.613
27	316610	Senhora do Porto	MG	UGRH 3	SIM	381	100,00	381	856	2.641	3.497
28	316650	Serra Azul de Minas	MG	UGRH 3		219	28,50	62		715	715
29	316710	Serro	MG	UGRH 3	SIM	1.218	54,38	662	10.496	5.622	16.118
TOTAL UGRH 4 SUAÇUÍ					41			21.549	422.039	182.211	604.250
1	310050	Açucena	MG	UGRH 4		815	56,83	463		4.399	4.399
2	310060	Água Boa	MG	UGRH 4	SIM	1.320	100,00	1.320	4.951	10.244	15.195
3	310110	Aimorés	MG	UGRH 4		1.349	11,64	157		1.224	1.224
4	311080	Campanário	MG	UGRH 4	SIM	442	100,00	442	2.651	913	3.564
5	311205	Cantagalo	MG	UGRH 4	SIM	142	100,00	142	2.479	1.716	4.195
6	311680	Coluna	MG	UGRH 4	SIM	348	100,00	348	3.814	5.210	9.024
7	311840	Conselheiro Pena	MG	UGRH 4		1.484	42,72	634		3.568	3.568
8	311920	Coroaci	MG	UGRH 4	SIM	576	100,00	576	3.690	6.580	10.270
9	312083	Cuparaque	MG	UGRH 4	SIM	227	100,00	227	2.989	1.691	4.680
10	312210	Divino das Laranjeiras	MG	UGRH 4	SIM	342	100,00	342	2.231	2.706	4.937
11	312220	Divinolândia de Minas	MG	UGRH 4	SIM	133	100,00	133	5.760	1.264	7.024
12	312675	Franciscópolis	MG	UGRH 4	SIM	717	100,00	717	2.060	3.740	5.800
13	312690	Frei Inocência	MG	UGRH 4	SIM	470	100,00	470	6.764	2.156	8.920
14	312695	Frei Lagonegro	MG	UGRH 4	SIM	168	100,00	167	618	2.711	3.329
15	312730	Galliléia	MG	UGRH 4	SIM	720	100,00	720	5.071	1.880	6.951
16	312737	Goiabeira	MG	UGRH 4	SIM	112	100,00	112	2.473	580	3.053
17	312750	Gonzaga	MG	UGRH 4	SIM	209	100,00	209	2.842	3.079	5.921
18	312770	Governador Valadares	MG	UGRH 4	SIM	2.342	92,35	2.163	244.716	17.522	262.238
19	312800	Guanhães	MG	UGRH 4	SIM	1.075	66,55	716	22.866	5.588	28.454
20	313270	Itambacuri	MG	UGRH 4	SIM	1.419	91,27	1.295	14.490	7.593	22.083
21	313410	Itueta	MG	UGRH 4		453	63,96	290		2.956	2.956
22	313507	Jampruca	MG	UGRH 4	SIM	517	100,00	517	2.938	2.129	5.067
Nº	CÓDIGO IBGE	MUNICÍPIO	UF	UGRH	SEDE NA UGRH	ÁREA (Km²)	% da área do município na UGRH	Área do município na UGRH (Km²)	População estimada do município na UGRH (IBGE Censo 2010)		
									Urbana na sede	Rural	Total
23	313655	José Raydan	MG	UGRH 4	SIM	181	100,00	181	1.568	2.808	4.376
24	313920	Malacacheta	MG	UGRH 4	SIM	728	73,71	536	10.300	6.248	16.548

25	314010	Marilac	MG	UGRH 4	SIM	159	100,00	159	3.423	796	4.219
26	314060	Materlândia	MG	UGRH 4	SIM	281	81,07	227	2.011	2.095	4.106
27	317150	Mathias Lobato	MG	UGRH 4	SIM	172	100,00	172	3.060	310	3.370
28	314420	Nacip Raydan	MG	UGRH 4	SIM	233	100,00	233	1.979	1.175	3.154
29	314435	Naque	MG	UGRH 4		127	65,06	83		247	247
30	314840	Paulistas	MG	UGRH 4	SIM	221	100,00	221	2.303	2.615	4.918
31	314860	Peçanha	MG	UGRH 4	SIM	997	100,00	997	8.901	8.359	17.260
32	314995	Periquito	MG	UGRH 4	SIM	229	100,00	229	3.504	3.532	7.036
33	315430	Resplendor	MG	UGRH 4		1.082	88,51	958		5.665	5.665
34	315600	Rio Vermelho	MG	UGRH 4	SIM	987	95,42	941	4.912	8.333	13.245
35	315680	Sabinópolis	MG	UGRH 4		920	41,05	378		2.659	2.659
36	315750	Santa Efigênia de Minas	MG	UGRH 4	SIM	132	100,00	132	3.053	1.547	4.600
37	315820	Santa Maria do Suaçuí	MG	UGRH 4	SIM	624	100,00	624	8.776	5.619	14.395
38	316160	São Geraldo da Piedade	MG	UGRH 4	SIM	152	100,00	152	1.054	3.335	4.389
39	316165	São Geraldo do Baixo	MG	UGRH 4	SIM	281	100,00	281	2.288	1.198	3.486
40	316280	São João Evangelista	MG	UGRH 4	SIM	478	100,00	478	8.934	6.619	15.553
41	316300	São José da Safira	MG	UGRH 4	SIM	214	100,00	214	2.945	1.130	4.075
42	316350	São José do Jacuri	MG	UGRH 4	SIM	345	100,00	345	2.006	4.547	6.553
43	316410	São Pedro do Suaçuí	MG	UGRH 4	SIM	308	100,00	308	2.302	3.268	5.570
44	316450	São Sebastião do Maranhão	MG	UGRH 4	SIM	518	100,00	518	2.577	8.070	10.647
45	316550	Sardoá	MG	UGRH 4	SIM	142	100,00	142	1.997	3.597	5.594
46	316650	Serra Azul de Minas	MG	UGRH 4	SIM	219	71,50	156	1.710	1.795	3.505
47	317180	Virginópolis	MG	UGRH 4	SIM	440	100,00	440	6.208	4.364	10.572
48	317190	Virgolândia	MG	UGRH 4	SIM	281	100,00	281	2.825	2.833	5.658
TOTAL UGRH 5 CARATINGA						25		6.684	189.780	94.567	284.347
1	310180	Alpercata	MG	UGRH 5	SIM	167	100,00	167	3.882	3.290	7.172
2	310220	Alvarenga	MG	UGRH 5		278	3,82	11		89	89
3	310780	Bom Jesus do Galho	MG	UGRH 5		592	15,31	91		1.451	1.451
4	310925	Bugre	MG	UGRH 5	SIM	162	100,00	162	1.531	2.461	3.992
Nº	CÓDIGO IBGE	MUNICÍPIO	UF	UGRH	SEDE NA UGRH	ÁREA (Km²)	% da área do município na UGRH	Área do município na UGRH (Km²)	População estimada do município na UGRH (IBGE Censo 2010)		
									Urbana na sede	Rural	Total
5	311265	Capitão Andrade	MG	UGRH 5	SIM	279	100,00	279	3.573	1.352	4.925
6	311340	Caratinga	MG	UGRH 5	SIM	1.259	46,39	584	61.397	11.060	72.457
7	311840	Conselheiro Pena	MG	UGRH 5	SIM	1.484	42,81	635	13.890	3.575	17.465

8	312250	Dom Cavati	MG	UGRH 5	SIM	60	100,00	60	4.607	602	5.209
9	312370	Engenheiro Caldas	MG	UGRH 5	SIM	187	100,00	187	6.530	3.750	10.280
10	312385	Entre Folhas	MG	UGRH 5	SIM	85	51,05	44	3.889	657	4.546
11	312580	Fernandes Tourinho	MG	UGRH 5	SIM	152	100,00	152	1.791	1.239	3.030
12	312770	Governador Valadares	MG	UGRH 5		2.342	7,65	179		1.451	1.451
13	312930	Iapu	MG	UGRH 5	SIM	341	100,00	341	6.490	3.825	10.315
14	313055	Imbé de Minas	MG	UGRH 5	SIM	197	100,00	197	2.046	4.378	6.424
15	313090	Inhapim	MG	UGRH 5	SIM	858	80,33	689	10.644	10.965	21.609
16	313115	Ipaba	MG	UGRH 5	SIM	113	100,00	113	13.568	3.140	16.708
17	313320	Itanhomi	MG	UGRH 5	SIM	489	100,00	489	7.926	3.930	11.856
18	315015	Piedade de Caratinga	MG	UGRH 5	SIM	109	100,00	109	4.602	2.508	7.110
19	315430	Resplendor	MG	UGRH 5		1.082	1,41	15		90	90
20	315725	Santa Bárbara do Leste	MG	UGRH 5	SIM	107	100,00	107	3.974	3.708	7.682
21	315935	Santa Rita de Minas	MG	UGRH 5	SIM	68	100,00	68	4.774	1.773	6.547
22	316095	São Domingos das Dores	MG	UGRH 5	SIM	61	100,00	61	2.578	2.830	5.408
23	316260	São João do Oriente	MG	UGRH 5	SIM	120	100,00	120	5.581	2.293	7.874
24	316447	São Sebastião do Anta	MG	UGRH 5	SIM	81	100,00	81	4.210	1.529	5.739
25	316770	Sobralia	MG	UGRH 5	SIM	207	100,00	207	3.507	2.323	5.830
26	316840	Tarumirim	MG	UGRH 5	SIM	732	100,00	732	5.345	8.948	14.293
27	316950	Tumiritinga	MG	UGRH 5	SIM	500	100,00	500	3.238	3.055	6.293
28	317005	Ubaporanga	MG	UGRH 5	SIM	189	100,00	189	5.436	6.604	12.040
29	317057	Vargem Alegre	MG	UGRH 5	SIM	117	100,00	117	4.771	1.690	6.461
TOTAL UGRH 6 MANHUAÇU					23			9.191	171.983	149.111	321.094
1	310110	Aimorés	MG	UGRH 6	SIM	1.349	88,36	1.192	14.447	9.288	23.735
2	315350	Alto Jequitibá	MG	UGRH 6	SIM	152	100,00	152	3.887	4.431	8.318
3	310220	Alvarenga	MG	UGRH 6	SIM	278	96,18	268	2.119	2.236	4.355
4	311340	Caratinga	MG	UGRH 6		1.259	39,31	495		9.372	9.372
5	311600	Chalé	MG	UGRH 6	SIM	213	100,00	213	2.421	3.224	5.645
Nº	CÓDIGO IBGE	MUNICÍPIO	UF	UGRH	SEDE NA UGRH	ÁREA (Km²)	% da área do município na UGRH	Área do município na UGRH (Km²)	População estimada do município na UGRH (IBGE Censo 2010)		
									Urbana na sede	Rural	Total
6	311740	Conceição de Ipanema	MG	UGRH 6	SIM	254	100,00	254	1.523	2.933	4.456
7	311840	Conselheiro Pena	MG	UGRH 6		1.484	14,47	215		1.209	1.209
8	312352	Durandé	MG	UGRH 6	SIM	217	100,00	217	2.481	4.942	7.423
9	313090	Inhapim	MG	UGRH 6		858	19,67	169		2.685	2.685

10	313120	Ipanema	MG	UGRH 6	SIM	457	100,00	457	14.200	3.970	18.170
11	313410	Itueta	MG	UGRH 6	SIM	453	36,04	163	1.208	1.666	2.874
12	313770	Lajinha	MG	UGRH 6	SIM	432	92,38	399	10.394	8.513	18.907
13	313867	Luisburgo	MG	UGRH 6	SIM	145	100,00	145	1.836	4.398	6.234
14	313940	Manhuaçu	MG	UGRH 6	SIM	628	68,78	432	50.694	19.864	70.558
15	313950	Manhumirim	MG	UGRH 6	SIM	183	100,00	183	17.043	4.339	21.382
16	314053	Martins Soares	MG	UGRH 6	SIM	113	100,00	113	1.993	5.180	7.173
17	314400	Mutum	MG	UGRH 6	SIM	1.251	100,00	1.251	10.575	16.086	26.661
18	315190	Pocrane	MG	UGRH 6	SIM	691	100,00	691	4.283	4.703	8.986
19	315415	Reduto	MG	UGRH 6	SIM	152	100,00	152	3.648	2.921	6.569
20	315430	Resplendor	MG	UGRH 6	SIM	1.082	10,08	109	10.689	645	11.334
21	315950	Santa Rita do Itueto	MG	UGRH 6	SIM	485	100,00	485	1.383	4.314	5.697
22	315890	Santana do Manhuaçu	MG	UGRH 6	SIM	347	100,00	347	3.766	4.816	8.582
23	316255	São João do Manhuaçu	MG	UGRH 6	SIM	143	100,00	143	4.806	5.439	10.245
24	316360	São José do Mantimento	MG	UGRH 6	SIM	55	100,00	55	1.449	1.143	2.592
25	316760	Simonésia	MG	UGRH 6	SIM	487	100,00	487	5.733	12.565	18.298
26	316805	Taparuba	MG	UGRH 6	SIM	193	100,00	193	1.405	1.732	3.137
27	320245	Ibatiba	ES	UGRH 6		241	12,04	29		1.082	1.082
28	320300	Íluna	ES	UGRH 6		461	39,61	183		5.415	5.415
TOTAL UGRH 7 GUANDU					4			2.473	37.723	43.432	81.155
1	320010	Afonso Cláudio	ES	UGRH 7	SIM	955	94,87	906	13.128	17.041	30.169
2	320080	Baixo Guandu	ES	UGRH 7	SIM	918	71,70	658	20.972	5.814	26.786
3	320115	Brejetuba	ES	UGRH 7	SIM	343	100,00	343	1.989	9.926	11.915
4	320150	Colatina	ES	UGRH 7		1.423	2,09	30		328	328
5	320270	Itaguaçu	ES	UGRH 7		530	14,90	79		1.090	1.090
6	320290	Itarana	ES	UGRH 7		299	0,59	2		40	40
7	320316	Laranja da Terra	ES	UGRH 7	SIM	457	100,00	457	1.634	9.192	10.826
Nº	CÓDIGO IBGE	MUNICÍPIO	UF	UGRH	SEDE NA UGRH	ÁREA (Km²)	% da área do município na UGRH	Área do município na UGRH (Km²)	População estimada do município na UGRH (IBGE Censo 2010)		
									Urbana na sede	Rural	Total
TOTAL UGRH 8 SANTA MARIA DO DOCE					3			3.066	63.953	45.290	109.243
1	320010	Afonso Cláudio	ES	UGRH 8		955	5,13	49		922	922
2	320150	Colatina	ES	UGRH 8		1.423	43,61	621	48.037	6.853	54.890
3	320250	Ibiraçu	ES	UGRH 8		200	3,65	7		104	104
4	320270	Itaguaçu	ES	UGRH 8	SIM	530	85,10	451	6.818	6.226	13.044

5	320290	Itarana	ES	UGRH 8	SIM	299	99,41	297	4.095	6.746	10.841
6	320313	João Neiva	ES	UGRH 8		273	64,95	177		3.170	3.170
7	320320	Linhares	ES	UGRH 8		3.502	18,35	643		5.899	5.899
8	320460	Santa Teresa	ES	UGRH 8		695	68,81	478		9.101	9.101
9	320495	São Roque do Canaã	ES	UGRH 8	SIM	342	100,00	342	5.003	6.270	11.273
TOTAL UGRH 9 SÃO JOSÉ						13		9.750	246.644	140.525	387.169
1	320013	Águia Branca	ES	UGRH 9	SIM	450	100,00	450	2.812	6.707	9.519
2	320035	Alto Rio Novo	ES	UGRH 9	SIM	228	100,00	228	3.503	3.814	7.317
3	320080	Baixo Guandu	ES	UGRH 9		918	28,30	260		2.295	2.295
4	320150	Colatina	ES	UGRH 9	SIM	1.423	54,29	773	48.037	8.531	56.568
5	320225	Governador Lindenberg	ES	UGRH 9	SIM	360	100,00	360	2.406	8.463	10.869
6	320305	Jaguaré	ES	UGRH 9	SIM	656	96,74	635	13.255	11.051	24.306
7	320320	Linhares	ES	UGRH 9	SIM	3.502	72,52	2.539	109.157	23.314	132.471
8	320330	Mantenópolis	ES	UGRH 9		321	42,44	136		3.180	3.180
9	320335	Marilândia	ES	UGRH 9	SIM	309	100,00	309	5.316	5.791	11.107
10	320390	Nova Venécia	ES	UGRH 9		1.448	11,02	160		1.763	1.763
11	320400	Pancas	ES	UGRH 9	SIM	823	100,00	824	7.390	14.158	21.548
12	320435	Rio Bananal	ES	UGRH 9	SIM	646	100,00	646	5.906	11.624	17.530
13	320465	São Domingos do Norte	ES	UGRH 9	SIM	300	100,00	300	3.437	4.564	8.001
14	320470	São Gabriel da Palha	ES	UGRH 9	SIM	433	100,00	433	24.012	7.847	31.859
15	320490	São Mateus	ES	UGRH 9		2343	27,40	642		11.162	11.162
16	320501	Sooretama	ES	UGRH 9	SIM	593	100,00	593	16.873	6.970	23.843
17	320517	Vila Valério	ES	UGRH 9	SIM	464	100,00	464	4.540	9.290	13.830
TOTAL BACIA DO DOCE						211		86.736	2.164.075	1.266.598	3.430.673

FONTE: Dados espaciais do PIRH Doce adaptados pela ANA/Gegeo a partir dos limites municipais do último Censo 2010 do IBGE.

NOTAS:

- 1) Para o contorno da integralidade da bacia do rio Doce bem como para os limites internos das Unidades de Gestão de Recursos Hídricos (UGRHs) foram adotados os polígonos constantes do PIRH, cuja escala foi considerada de compatibilidade adequada a esse trabalho.
- 2) Em relação aos contornos municipais foi feita atualização para os limites definidos pelo IBGE no último Censo 2010.
- 3) Foram considerados integrantes da bacia os municípios cujo percentual corresponde ao valor mínimo de 2% da área de seu território. Internamente na bacia foram mantidos todos os valores dos percentuais por UGRH.
- 4) Para fins da aplicação dos recursos da cobrança, a bacia hidrográfica do rio Doce contempla 9 unidades estaduais de gestão de recursos hídricos (UGRHs), sendo 6 em MG correspondentes respectivamente às UGRH1 Piranga; UGRH2 Piracicaba; UGRH3 Santo Antônio; UGRH4 Suaçuí; UGRH5 Caratinga e UGRH6 Manhuaçu; e 3 no ES correspondentes respectivamente às UGRH7 Guandu; UGRH8 Santa Maria do Doce e UGRH9 São José.

- 5) Para fins de cálculo, foi contabilizada para a UGRH a população urbana da sede do município e a população rural, computada proporcionalmente à área do município em cada unidade.
- 6) Quando localizada em mais de uma UGRH, a sede municipal foi posicionada de acordo com a informação geográfica disponibilizada pelo IBGE.
- 7) No caso de Resplendor, cuja sede municipal é cortada em partes praticamente iguais pelo rio Doce, a população urbana foi igualmente dividida entre as UGRHs 4 Suaçuí e 6 Manhuaçu, sendo a sede locada na UGRH 6 de acordo com a posição geográfica do IBGE.
- 8) No caso de Colatina, cuja sede municipal é cortada em partes praticamente iguais pelo rio Doce, a população urbana foi igualmente dividida entre as UGRHs 8 Santa Maria do Doce e 9 São José, sendo a sede locada na UGRH 8 de acordo com a posição geográfica do IBGE.

APÊNDICE III

ANÁLISE DA VULNERABILIDADE DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOCE

Na bacia do Rio Doce, a modelagem de vulnerabilidade indicou áreas com alta e média vulnerabilidade, as quais totalizam 15 mil km² (17% da área total), representadas na Figura 1.

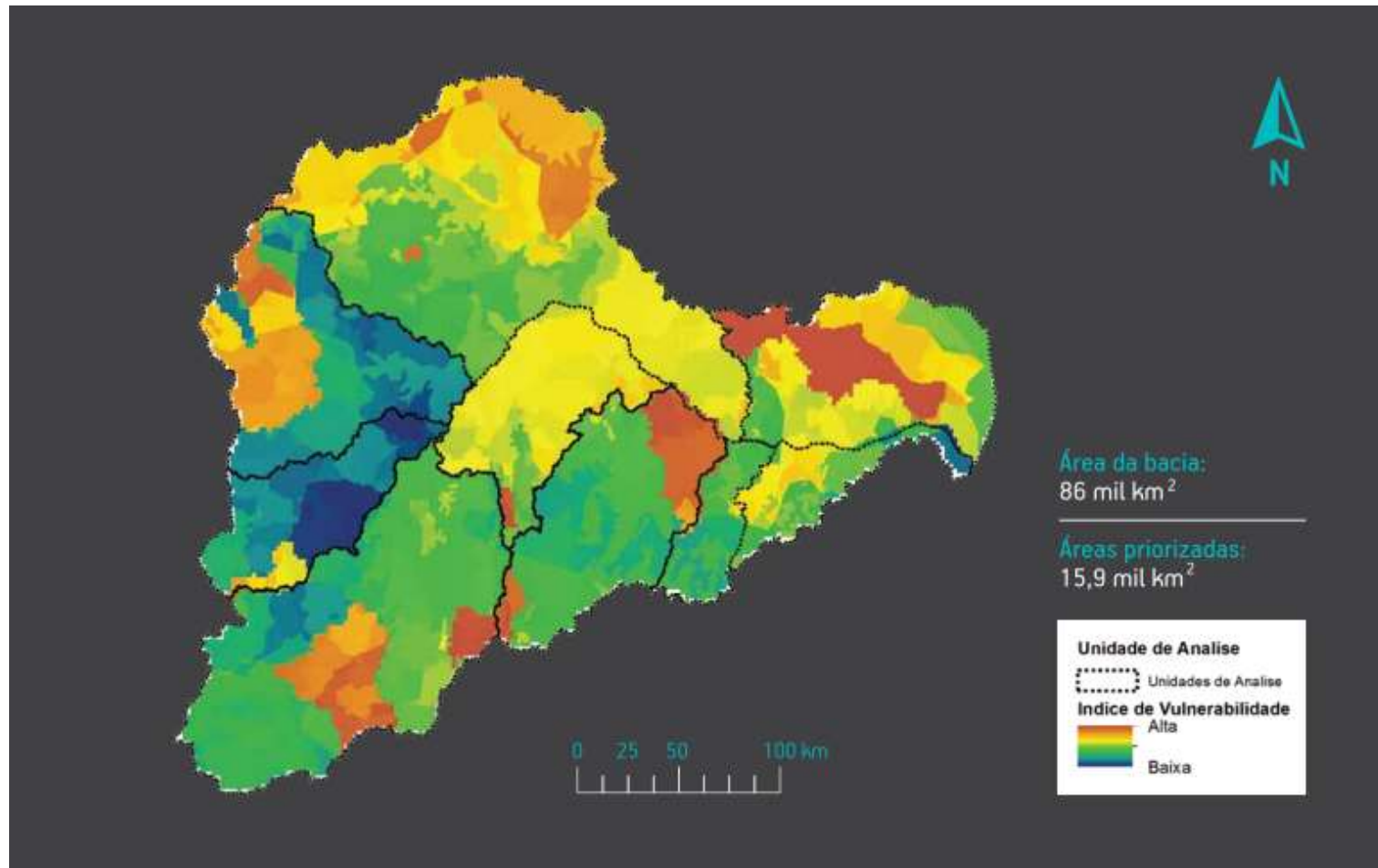
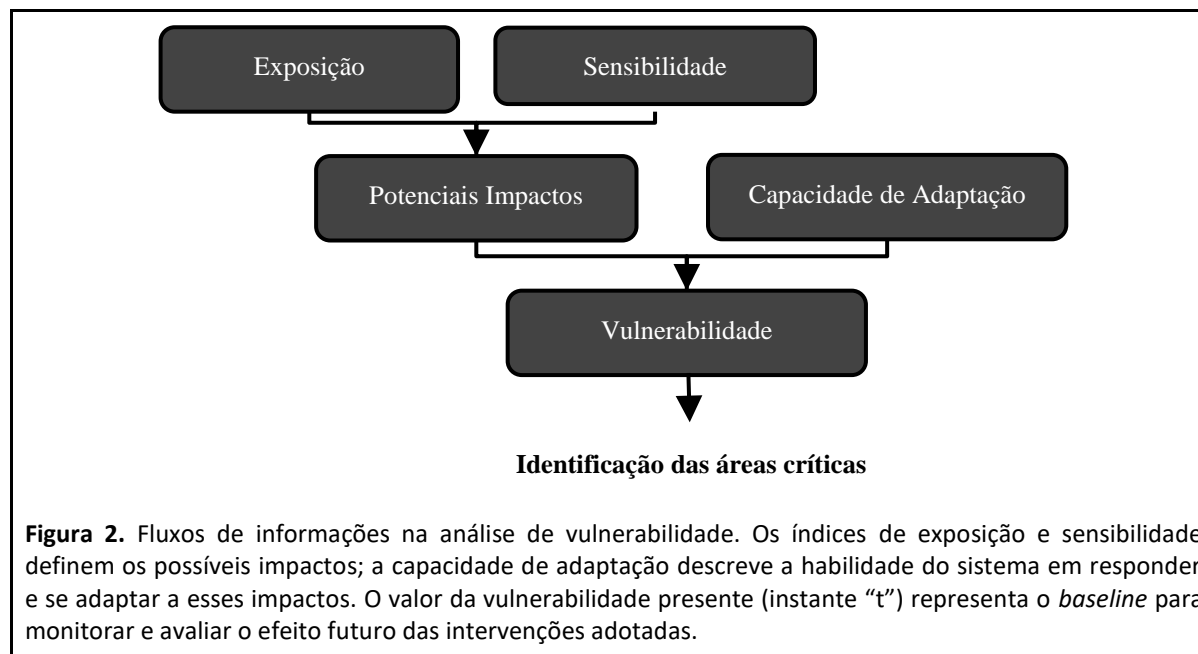


Figura 1. Mapa de vulnerabilidade da Bacia Hidrográfica do Rio Doce

A análise de vulnerabilidade para a Bacia do Rio Doce considerou a metodologia adotada pelo Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas – IPCC. Nesta metodologia, o índice de vulnerabilidade de um sistema integra todas as informações contidas nos índices de exposição, sensibilidade e capacidade de adaptação (Figura 2).



Aplicando-se a metodologia do IPCC no contexto de uma bacia hidrográfica, busca-se compreender o efeito das variações climáticas, do uso e ocupação do solo e das dinâmicas socioeconômicas na disponibilidade de água da Bacia, permitindo assim a identificação de áreas prioritárias.

Uma vez definidas as áreas prioritárias, as políticas públicas e os investimentos do setor privado podem ser estabelecidos e dimensionados, com base em parâmetros técnicos monitoráveis, com o objetivo de aumentar a resiliência destas áreas.

A tabela abaixo apresenta os componentes utilizados na análise de vulnerabilidade da bacia do Rio Doce.

Tabela 1 - Componentes da Análise de Vulnerabilidade da Bacia do Rio Doce

Componente	Indicador	Unidade	Fonte
Exposição	Precipitação	mm/ano	INMET, INPE-CPTEC
Sensibilidade	Uso e cobertura do solo	ha	PIRH Doce
	Demanda hídrica (outorgas)	m ³ /s	ANA, IGAM (MG), AGERH (ES)
	Vazão de referência (Q _{7,10} em MG e Q ₉₀ em ES)	m ³ /s	IGAM (MG), AGERH (ES)
	Biodiversidade (unidades de conservação)	ha	MMA
Impactos	Déficit hídrico	m ³ /s	Calculado por IBIO ⁶
	Índice de secas	meses por ano	INMET
	Suscetibilidade à erosão	ha	PIRH Doce
	Desertificação	ha	Programa PAN BRASIL
Capacidade Adaptativa	IDH - Índice de Desenvolvimento Humano	-	IBGE
	Cobrança pelo Uso da Água	% total da bacia	ANA, IGAM

Importante ressaltar que as componentes da análise de vulnerabilidade estão alinhadas com os critérios de priorização de áreas do PAP, conforme indicado na tabela abaixo:

⁶ Balanço considerado negativo quando valor outorgado supera 50% da vazão de referência do trecho do qual se capta água.

Critérios de priorização do PAP	Componentes da Análise de Vulnerabilidade
Áreas onde há intensa erosão do solo.	Suscetibilidade à erosão Desertificação
Áreas cujas nascentes se caracterizam como manancial de abastecimento público.	Déficit Hídrico
Áreas de cabeceiras de cursos d'água, no sentido da nascente para a foz.	Déficit Hídrico
Áreas no entorno de unidades de conservação.	Unidades de Conservação
Regiões com ocorrência de eventos críticos de seca com desabastecimento humano e animal nas áreas rurais e redução da vazão de base em toda a bacia.	Déficit Hídrico Índice de Secas
Áreas com inserção ou proximidade de arranjos institucionais favoráveis a efetivar as parcerias para desenvolvimento do programa.	IDH Recursos da Cobrança do Uso da Água
Visita a campo para avaliação das condições e análise da proposta de recuperação.	-

Assim como o PIRH-Doce, o resultado da análise de vulnerabilidade não apresenta uma escala apropriada para o planejamento de ações e programas específicos. Deve-se complementar a análise de vulnerabilidade com outras avaliações territoriais mais finas, como as que o IBIO já vem realizando para algumas das áreas priorizadas.

Entretanto, o mapa de vulnerabilidade da Bacia do Rio Doce se apresenta como um documento de grande potencial para construção de arranjos institucionais capazes de mobilizar os principais atores da bacia e canalizar a aplicação de instrumentos financeiros e técnicos para as áreas priorizadas.

APÊNDICE IV

DISTRIBUIÇÃO DO RECURSO DA COBRANÇA PELO USO DA ÁGUA (UNIÃO) PARA OS PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS P12 E P52 E PARA O PROGRAMA DE SANEAMENTO P42, POR UGRH

UGRH	Opções de Distribuição do Recurso da Cobrança pelo Uso da Água (Federal)					
	equitativa (eq)	latu	lacu	lm	lcn	50% eq + 50% lcn
1. Piranga	11,11%	20,27%	15,60%	17,93%	13,79%	12,45%
2. Piracicaba	11,11%	6,55%	0,81%	3,68%	0,00%	5,56%
3. Sto Antônio	11,11%	12,40%	9,44%	10,92%	9,86%	10,49%
4. Suaçuí	11,11%	24,84%	29,90%	27,37%	30,61%	20,86%
5. Caratinga	11,11%	7,71%	10,26%	8,98%	9,47%	10,29%
6. Manhuaçu	11,11%	10,60%	10,21%	10,40%	11,19%	11,15%
7. Guandu	11,11%	2,85%	1,17%	2,01%	2,44%	6,77%
8. Sta Maria do Do	11,11%	3,53%	2,97%	3,25%	3,93%	7,52%
9. São José	11,11%	11,24%	19,65%	15,45%	18,70%	14,90%
TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

latu = Índice área total da UGRH = (área da UGRH / área da Bacia Rio Doce)

lacu = Índice área crítica da UGRH = (área crítica ponderada da UGRH / área crítica ponderada da Bacia do Rio Doce)

lm = Índice média áreas e crítica = (latu + lacu) / 2

Ves = valor da cobrança pelo uso da água Estadual da UGRH

Vemax = valor da cobrança pelo uso da água Estadual Máximo entre as UGRHs

lcobest = Índice cobrança estadual = 1 - (Ves / Vemax)

lc = Índice composto = lm * lacobest

lcn = Índice composto normalizado = lc * (1 / (Somatório de todos lc))

PLANEJAMENTO DE ATIVIDADES DO CBH-PIRANGA - JANEIRO A DEZEMBRO/2017													
	2017												Observações
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
DIRETORIA DO CBH-PIRANGA													
Reuniões Plenárias (Ordinárias e Extraordinárias).													Previsão de 6 reuniões no período, uma a cada dois meses.
Participação nas Reuniões do Fórum Mineiro de CBH.													As reuniões geralmente ocorrem a cada dois meses. Ainda não foi divulgado o calendário para 2017.
Participação no ENCOB.													O ENCOB será realizado em Brasília/DF, em outubro/2017.
Participação no VI Encontro de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Doce.													Encontro previsto no Pacto das Águas e de responsabilidade da CTI. Ainda não há definições para 2017.
Viabilização da participação dos membros na CTI.													As reuniões da CTI geralmente são realizadas trimestralmente. O calendário de 2017 ainda não foi definido.
Participação na articulação junto aos Governos Federal e de Minas Gerais para tratar de temas relacionados à gestão de recursos hídricos e captação de recursos adicionais à cobrança para implementação dos Programas do PAP-Doce.	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	Ação contínua da Diretoria.
Acompanhamento e discussão do Programa de Comunicação, com ênfase na implementação do plano de comunicação.	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	Ação entre CBH, IBIO - AGB Doce, IGAM e Prefácio
Realização de Eventos/Seminários.													Seminários serão promovidos pelo CBH-Piranga, conforme demanda.
Estruturação Física, Administrativa e Técnica do Comitê e Normalização de suas Atividades;	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	Ação contínua e articulação com instituições da bacia com vistas ao apoio na estruturação do comitê
Treinamento dos membros do comitê, junto ao IBIO, sobre os procedimentos administrativos da entidade, em especial relacionados à concessão de diárias conforme DN 46 e capacitação para os conselheiros sobre gestão de recursos hídricos.													Ação entre CBH, IGAM e IBIO - AGB Doce.
Ações de mobilização e articulação da Diretoria relacionadas às competências do CBH.	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	Ação contínua da Diretoria.
Acompanhamento da implementação dos programas previstos no Plano de Aplicação Plurianual da Bacia Hidrográfica do Rio Piranga.	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	Ação contínua
CÂMARA TÉCNICA INSTITUCIONAL E LEGAL - CTIL													
Reuniões		x				x				x			Reunião conforme demanda ou antes de cada Plenária.
Eleição Presidente e Relator		x											O mandato da presidência e relatoria das CTs é de 1 ano. Verificar calendário.
Acompanhamento da implementação dos programas prioritários do PIRH no Plano de Aplicação Plurianual.	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	Ação contínua.
CÂMARA TÉCNICA DE OUTORGAS - CTOC													
Reuniões		x				x				x			Reunião conforme demanda ou antes de cada Plenária.
Análise de procedimento para análise de pedidos de outorga encaminhados aos CBHs													Ação que será realizada junto ao IBIO.
Eleição Presidente e Relator		x											O mandato da presidência e relatoria das CTs é de 1 ano. Verificar calendário.
Acompanhamento da implementação dos programas prioritários do PIRH no Plano de Aplicação Plurianual.	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	Ação contínua.
CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO E PROJETOS - CTPP													
Reuniões													Reunião conforme demanda ou antes de cada Plenária.
Análise de editais de chamamento e termos de referência para contratação dos serviços para atendimento aos programas do PAP.		x		x		x		x		x		x	Discussão de critérios de hierarquização, seleção de áreas e especificações técnicas.
Eleição Presidente e Relator		x											O mandato da presidência e relatoria das CTs é de 1 ano. Verificar calendário.
Acompanhamento da implementação dos programas prioritários do PIRH no Plano de Aplicação Plurianual.	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	Ação contínua.
CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO, CAPACITAÇÃO E INFORMAÇÃO EM RECURSOS HÍDRICOS - CTCEI													
Reuniões													Reunião conforme demanda ou antes de cada Plenária.
Eleição Presidente e Relator		x											O mandato da presidência e relatoria das CTs é de 1 ano. Verificar calendário.
Acompanhamento da implementação dos programas prioritários do PIRH no Plano de Aplicação Plurianual.	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	Ação contínua. Programas prioritários do PIRH.

**RELATÓRIO ANUAL DE ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES
EXECUTADAS COM OS RECURSOS DA COBRANÇA PELO USO
DE RECURSOS HÍDRICOS NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO
PIRANGA**

01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2017

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017

CONTRATO DE GESTÃO 001/IGAM/2017

FEVEREIRO DE 2018

SUMÁRIO

SUMÁRIO	2
LISTA DE FIGURAS	4
LISTA DE TABELAS	5
LISTA DE SIGLAS	6
1. APRESENTAÇÃO	7
2. QUALIDADE DA ÁGUA	8
2.1. PROGRAMA DE SANEAMENTO DA BACIA (P11)	8
2.2. <i>Descrição</i>	8
2.3. <i>Contratações e Resultados</i>	8
2.4. <i>Previsão no Plano de Aplicação Plurianual – PAP</i>	8
2.5. <i>Principais Deficiências e Dificuldades</i>	10
3. QUALIDADE DA ÁGUA	11
3.1. PROGRAMA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES GERADORAS DE SEDIMENTOS (P12)	11
3.2. <i>Descrição</i>	11
3.3. <i>Contratações e Resultados</i>	12
3.4. <i>Previsão no Plano de Aplicação Plurianual – PAP</i>	17
3.5. <i>Principais Deficiências e Dificuldades</i>	20
4. UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO	22
4.1. PROGRAMA UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO (P41)	22
4.2. <i>Descrição</i>	22
4.3. <i>Contratações e Resultados</i>	23
4.4. <i>Previsão no Plano de Aplicação Plurianual – PAP</i>	24
4.5. <i>Principais Deficiências e Dificuldades</i>	29
5. UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO	30
5.1. PROGRAMA DE EXPANSÃO DE SANEAMENTO RURAL (P42)	30
5.2. <i>Descrição</i>	30
5.3. <i>Contratações e Resultados</i>	31
5.4. <i>Previsão no Plano de Aplicação Plurianual – PAP</i>	32
5.5. <i>Principais Deficiências e Dificuldades</i>	35
6. INCREMENTO DE ÁREAS LEGALMENTE PROTEGIDAS	36
6.1. PROGRAMA DE RECOMPOSIÇÃO DE APPS E NASCENTES (P52)	36
6.2. <i>Descrição</i>	36
6.3. <i>Contratações e Resultados</i>	37
6.4. <i>Previsão no Plano de Aplicação Plurianual – PAP</i>	39
6.5. <i>Principais Deficiências e Dificuldades</i>	42
7. IMPLEMENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	43
7.1. FORTALECIMENTO DOS COMITÊS (P61.2)	43

7.2.	<i>Descrição</i>	43
7.3.	<i>Contratações e Resultados</i>	43
7.4.	<i>Previsão no Plano de Aplicação Plurianual - PAP</i>	44
7.5.	<i>Principais Deficiências e Dificuldades</i>	46
8.	IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DO PIRH DOCE	49
8.1.	PROGRAMA COMUNICAÇÃO DO PROGRAMA DE AÇÕES (P71)	49
8.2.	<i>Descrição</i>	49
8.3.	<i>Contratações e Resultados</i>	49
8.4.	<i>Previsão no Plano de Aplicação Plurianual – PAP</i>	62
8.5.	<i>Principais Deficiências e Dificuldades</i>	63
9.	AÇÃO TRANSVERSAL	64
9.1.	LOCAÇÃO DE VEÍCULOS (COM E SEM MOTORISTA)	64
9.1.1.	<i>Descrição</i>	64
9.1.2.	<i>Contratações e Resultados</i>	64
9.1.3.	<i>Principais Deficiências e Dificuldades</i>	65
9.2.	EMISSÃO DE PASSAGENS AÉREAS	66
9.2.1.	<i>Descrição</i>	66
9.2.2.	<i>Contratações e Resultados</i>	66
9.2.3.	<i>Principais Deficiências e Dificuldades</i>	68
9.3.	ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE EVENTOS	68
9.3.1.	<i>Descrição</i>	68
9.3.2.	<i>Contratações e Resultados</i>	69
9.3.3.	<i>Principais Deficiências e Dificuldades</i>	72

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa dos municípios a serem contemplados com o Rio Vivo.....	13
Figura 2 – Municípios atendidos pelo Programa P41.....	23
Figura 3 – Municípios atendidos pelo Programa P52.....	37
Figura 4 - Reunião Ordinária do CBH-Piranga, realizada em fevereiro de 2017	48
Figura 5 - 2º Seminário de Saneamento Básico do CBH-Piranga	48
Figura 6 – Boletim de ações de Comunicação.....	51
Figura 7 – Boletim Fique Por Dentro	52
Figura 8 – Boletim IBIO Informa	53
Figura 9 - Fanpage CBH-Piranga	54
Figura 10 - Template para divulgação do processo eleitoral do CBH-Piranga	55
Figura 11 – Arte para divulgação do Programa de Saneamento.....	55
Figura 12 - Convite criado para divulgar evento promovido pelo CBH-Piranga	56
Figura 13 - Folder criado para divulgar as ações do Rio Vivo.....	57
Figura 14 - Stand do CBH-Doce durante o Encob 2017.....	57
Figura 15 - Layout desenvolvido pela Prefácio para o stand do Encob.....	58
Figura 16 - Capa da Agenda 2018.....	58
Figura 17 – 3ª Edição da Revista Rio Doce	59
Figura 18 - Presidente do CBH-Piranga durante entrevista em Ponte Nova	60
Figura 19 - Peça utilizada no Facebook com aplicação da logo da campanha.....	60
Figura 20 - Página principal do Site do CBH-Piranga.....	62
Figura 21 – Presidente do CBH-Piranga e conselheiros de outros CBHs no Encob 2017 – Aracaju/SE	67
Figura 22 - Conselheiros do CBH-Doce e CBHs afluentes em seminário, promovido pelo IBAMA – Brasília/DF.	68
Figura 23 - Membros dos comitês durante o VI Encontro de Integração, em 2017	71
Figura 24 – Evento de mobilização para a implantação do Rio Vivo no CBH-Piranga	71
Figura 25 - Folders sobre os comitês e os programas distribuídos no Encob 2017	72

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Recursos Repassados pela ANA alocado ao P11	8
Tabela 2 - Recursos Repassados pelo IGAM alocado ao P11	9
Tabela 3 – Listagem dos municípios a serem contemplados com o Rio Vivo.	13
Tabela 4 – Lotes, número de municípios/ cota de imóveis rurais a serem contemplados com ações do Rio Vivo.....	14
Tabela 5 – Produtos componentes do escopo do Rio Vivo.....	14
Tabela 6 – Processo Atos Convocatórios - Contratação Empresas de Diagnósticos e Projetos UGRHs 1, 2, 3 e 4.....	15
Tabela 7 – Processo Atos Convocatórios para contratação de Empresas Fiscalizadoras nas UGRHs 1, 2, 3 e 4.....	16
Tabela 8 - Recursos Repassados pela ANA, alocados ao P12.....	18
Tabela 9 - Recursos Repassados pela ANA para as UGRHs de Minas Gerais, alocados ao P12	18
Tabela 10- Recursos repassados pela ANA para as UGRHs do Espírito Santo, alocados ao P12	19
Tabela 11 - Recursos repassados pelo IGAM para as UGRHs de Minas Gerais, alocados ao P12.....	19
Tabela 12 - Recursos repassados pela ANA alocado ao P41	24
Tabela 13 – Recursos Repassados pela ANA e alocado no estado de Minas Gerais – P41 (PMSB).....	25
Tabela 14 – Recursos Repassados pela ANA e alocados no estado do Espírito Santo – P41 (PMSB) ...	26
Tabela 15 – Recursos Repassado pela ANA e alocado no estado de Minas Gerais – P41 (SAA).....	26
Tabela 16 – Recurso Repassado pelo IGAM para o estado de Minas Gerais – P41 (PMSB)	27
Tabela 17 - Recurso Repassado pelo IGAM para o estado de Minas Gerais – P41 (SAA)	28
Tabela 18 - Recursos totais repassados pela ANA, alocados ao P42	32
Tabela 19 - Recursos repassados pela ANA para as UGRHs de Minas Gerais, alocados ao P42.....	33
Tabela 20 - Recursos repassados pela ANA para as UGRHs do Espírito Santo, alocados ao P42	33
Tabela 21 - Recursos repassados pelo IGAM para as UGRHs de Minas Gerais, alocados ao P42.....	34
Tabela 22 - Recursos repassados pela ANA alocado ao P52	39
Tabela 23 – Recurso Repassado pela ANA e alocado no estado de Minas Gerais – P52.....	40
Tabela 24 – Recursos Repassado pela ANA e alocado no estado do Espírito Santo – P52.....	41
Tabela 25 - Recursos repassados pelo IGAM alocado ao P52.....	41
Tabela 26 – Recursos Repassados pela ANA e alocados no Programa P61.2	44
Tabela 27 – Recursos repassados pela ANA alocado no estado de Minas Gerais - P61.2	44
Tabela 28 – Recursos repassados pela ANA alocado no estado do Espírito Santo - P61.2.....	45
Tabela 29 – Recursos repassados pelo IGAM alocado ao P61.2	46
Tabela 30 - Reuniões Plenárias (Ordinárias e Extraordinárias) realizadas pelo CBH Piranga no ano de 2017.....	47
Tabela 31 - Reuniões de Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho do CBH-Piranga em 2017.....	47
Tabela 32 - Reuniões promovidas pelo CBH-Piranga em 2017	47
Tabela 33 - Reuniões com a participação do CBH-Piranga em 2017	48
Tabela 34 – Recursos Repassados pela ANA e alocado no Programa P71.....	63

LISTA DE SIGLAS

ANA	Agência Nacional de Águas
APP	Área de Preservação Permanente
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CBH	Comitê de Bacia Hidrográfica
DBO	Demanda biológica de oxigênio
ENCOB	Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas
ES	Espírito Santo
ETA	Estação de Tratamento de Água
GAT	Grupo de Acompanhamento Técnico
IGAM	Instituto de Gestão das Águas
MG	Minas Gerais
PAP	Plano de Aplicação Plurianual
PARH	Plano de Ação de Recursos Hídricos
PGIRS	Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos
PIRH	Plano Integrado de Recursos Hídricos
PMSB	Plano Municipal de Saneamento Básico
SAA	Sistemas de Abastecimento de Água
SES	Sistema de Coleta e Tratamento de Esgoto Doméstico
SIG	Sistema de Informações Geográficas
UGRH	Unidade de Gestão de Recursos Hídricos

1. APRESENTAÇÃO

Neste relatório são apresentadas informações sobre cada um dos programas de investimentos previsto para a Bacia Hidrográfica do **Rio Piranga** a serem realizados com os recursos financeiros oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos na bacia.

Estes programas estão previstos no Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce - PIRH e foram priorizados pelos Comitês de Bacia Hidrográfica do Rio Doce no documento chamado Plano de Aplicação Plurianual - PAP.

Os programas estão agrupados por temas, assim como proposto no PIRH. Para cada programa é apresentada uma breve descrição sobre os objetivos de cada um, assim como a motivação para incluir este programa como um dos principais a serem executados na bacia. Também são apresentadas as contratações realizadas em cada um destes programas, os resultados gerados por estas contratações, uma análise sobre os recursos financeiros inicialmente previstos para cada um dos programas do PAP e os investimentos realizados pelo IBIO. Esta análise faz um comparativo entre os investimentos previstos e realizados em 2017.

Apresentamos as principais dificuldades que encontramos para executar cada programa para que possamos entender como podemos melhorar a atuação do IBIO para os próximos anos e alguma deficiência que identificamos na forma como inicialmente se pensou que cada programa poderia ser executado.

2. QUALIDADE DA ÁGUA

2.1. Programa de Saneamento da Bacia (P11)

2.2. Descrição

Um fator bastante importante na queda da qualidade da água da bacia do rio Doce diz respeito aos lançamentos de esgotos, nesse sentido, o Programa de Saneamento envolve ações de coleta e tratamento de esgotos domésticos dos núcleos populacionais que causam impacto mais significativo sobre a qualidade das águas dos principais cursos d'água da bacia, considerando a população atingida e, principalmente, a vazão de diluição da carga orgânica lançada.

As UGRHs 1 e 2 representam metade da DBO produzida na bacia, seguidas em importância da UGRH4. As UGRHs com menor participação são as do Espírito Santo e, na parte mineira da bacia, a UGRH3. Além disso, em determinados trechos, a bacia apresenta altos índices de coliformes termotolerantes, indicando a contaminação por efluentes não tratados. Quanto à cobertura com sistemas de esgotamento sanitário, várias bacias apresentam índices inferiores à média estadual. De maneira geral, o Programa é composto por projetos e implantação de estruturas de coleta e tratamento do esgoto doméstico nos núcleos urbanos, com o de melhoria gradativa da qualidade da água na bacia, com redução de índices de DBO e de coliformes fecais e totais.

2.3. Contratações e Resultados

No exercício de 2017 não houveram contratações para o Programa de Saneamento da Bacia – P11.

2.4. Previsão no Plano de Aplicação Plurianual – PAP

Em dezembro de 2015 o CBH-Doce aprovou a Deliberação nº 48, que institui o Plano de Aplicação Plurianual (PAP) da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, para o período de 2016 a 2020. Conforme a referida Deliberação e as que a alteram, foram distribuídos os recursos da União nas nove unidades estaduais de gestão de recursos hídricos (UGRH), dos estados do Espírito Santo e Minas Gerais, para os programas hidroambientais, programas de saneamento e para programas transversais.

Na Tabela 1 e Tabela 2 apresentamos os valores previstos no PAP 2016/2020 para o Programa de Saneamento na Bacia (P11).

Tabela 1 - Recursos Repassados pela ANA alocado ao P11

Recursos Repassados pela ANA	2016	2017	2018	2019	2020	Total
	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)
Programa de Saneamento da Bacia (P11)						
Investimento Previsto no PAP	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	5.000
Investimento Realizado	-	-	-	-	-	-

Tabela 2 - Recursos Repassados pelo IGAM alocado ao P11

Recursos Repassados pela IGAM	2016	2017	2018	2019	2020	Total
	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)
Programa de Saneamento da Bacia (P11) - UGRH01 Piranga						
Investimento Previsto no PAP	600	700	-	700	-	2.000
Investimento Realizado	-	-	-	-	-	-
Programa de Saneamento da Bacia (P11) - UGRH02 Piracicaba						
Investimento Previsto no PAP	500	1.000	1.000	1.000	-	3.500
Investimento Realizado	-	-	-	-	-	-
Programa de Saneamento da Bacia (P11) - UGRH03 Santo Antônio						
Investimento Previsto no PAP	-	-	-	-	-	-
Investimento Realizado	-	-	-	-	-	-
Programa de Saneamento da Bacia (P11) - UGRH04 Suaçuí						
Investimento Previsto no PAP	-	-	-	-	-	-
Investimento Realizado	-	-	-	-	-	-
Programa de Saneamento da Bacia (P11) - UGRH05 Caratinga						
Investimento Previsto no PAP	250	-	250	-	250	750
Investimento Realizado	-	-	-	-	-	-
Programa de Saneamento da Bacia (P11) - UGRH06 Manhuaçu						
Investimento Previsto no PAP	-	-	-	-	-	-
Investimento Realizado	-	-	-	-	-	-
Total de Investimentos Previstos	1.350	1.700	1.250	1.700	250	6.250
Total de Investimentos Realizados	-	-	-	-	-	-

Conforme apresentado nas tabelas acima, ainda não foi realizado nenhum investimento no âmbito do Programa P11. A implementação do referido programa, por meio da contratação da elaboração de projetos de esgotamento sanitário, se dará de forma conjunta com a contratação dos projetos de otimização de sistemas de abastecimento de água, previstos no P41.

Conforme detalhado no item 3.6 - Ações do IBIO, no ano de 2017 foram realizadas as discussões com os CBHs acerca da estratégia de condução do Programa e da realização de Edital de Chamamento Público para manifestação de interesse dos Municípios. Em função de atrasos nessa etapa preliminar junto aos CBH Doce e também da necessidade de informações de instituições externas para a conclusão do resultado do Edital de Chamamento Público, não foi possível realizar o processo licitatório para contratação dos projetos ainda no ano de 2017, ficando referida contratação planejada para o ano de 2018.

2.5. Principais Deficiências e Dificuldades

As principais dificuldades encontradas durante o ano de 2017 para a realização do Programa de Saneamento na Bacia (P11) foram:

- A morosidade do CBH Doce para aprovar a publicação do Edital de Chamamento Público;
- A necessidade de informações de instituições externas para a conclusão do resultado do Edital de Chamamento Público;
- A falta de repasse dos recursos da cobrança pelo IGAM, que fragilizam e afetam todo o planejamento e andamento das atividades.

3. QUALIDADE DA ÁGUA

3.1. Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos (P12)

3.2. Descrição

Um fator bastante importante na queda da qualidade da água da bacia do rio Doce diz respeito aos sedimentos carregados para os corpos hídricos da bacia, relacionado ao tipo de uso do solo dominante na região. A bacia apresenta altos índices de sólidos suspensos ou depositados nos cursos d'água, além de processos importantes de erosão laminar e em sulcos. O arraste de solos para o leito dos rios reduz a capacidade de transporte, potencializando os riscos e os efeitos de cheias.

O transporte de sedimentos para os cursos de água inicia uma das primeiras formas de degradação do meio ambiente. Os sedimentos em suspensão tornam as águas lamacentas, afetando a penetração da luz e conseqüentemente, reduzem o crescimento de plantas aquáticas e organismos microscópicos dos quais peixes e insetos se alimentam. A entrada de nutrientes e resíduos de agrotóxicos junto com os sedimentos altera o equilíbrio do sistema, resultando, por exemplo, em altas taxas de desenvolvimento de algas, aumento do processo de eutrofização e morte ou má formação de peixes e outros organismos vinculados ao meio hídrico.

Os principais agentes causadores da erosão do solo são as chuvas e os ventos, sendo que esses fatores exercem maior ou menor ação erosiva, dependendo de uma série de fatores, além de ser função da sua intensidade. Os fatores influenciadores do processo erosivo são:

- Condições topográficas ou de relevo (comprimento da encosta; grau de declividade e área do terreno);
- Característica do solo (textura; estrutura; profundidade do solo e subsolo; permeabilidade); e
- Tipo de exploração ou uso do solo (mata; lavoura; pastagem, solo exposto).

A cobertura vegetal é fator muito importante no controle do desgaste do solo. A ausência da cobertura vegetal propicia o aumento do escoamento superficial, maior desagregação das partículas do solo e conseqüente acréscimo da erosão. Também ocorre uma redução substancial na taxa de infiltração da água que deveria realimentar o aquífero e promover a regularização da vazão dos cursos d'água, uma vez que o fluxo subterrâneo é bem mais lento que o superficial.

Na bacia do rio Doce, a dinâmica histórica de ocupação e as condições naturais da região são fatores importantes a considerar quando se pretende julgar sobre a adequabilidade de uso das terras. A alta declividade, associada à presença de solos altamente intemperizados (latossolos e argissolos) e usos inadequado do solo, acima de sua capacidade de uso, conduz ao surgimento de processos de erosão bastante intensos.

Foi estudada a susceptibilidade à erosão na bacia do rio Doce. Este estudo conclui que a maior parte da bacia se encontra na classe de susceptibilidade erosiva forte – 58% da área, ocupando principalmente a Depressão do rio Doce e várias sub-bacias – e 7% na classe de susceptibilidade muito forte. As bacias mais críticas quanto à susceptibilidade à erosão são a do rio Piracicaba, mais

precisamente nas cabeceiras do afluente rio Santa Bárbara, e a do rio Suaçuí Grande. Esta susceptibilidade está associada a diversos fatores: estiagens prolongadas, chuvas torrenciais, solos susceptíveis ou extensos depósitos superficiais friáveis que ocorrem em terraços fluviais e nas baixas vertentes. Outras áreas de menor dimensão ocorrem ao longo da bacia, conforme apresentado no mapa de susceptibilidade erosiva.

O Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos (P12) contempla ações de diagnóstico específico, com mapeamento, identificação a campo, caracterização de processos erosivos e proposta de remediação de áreas degradadas geradoras de sedimentos, especialmente os relativos às estradas vicinais e caminhos de serviço das propriedades rurais. As propostas de remediação consideradas são a correção de greide, a implantação de estruturas de drenagem, como bueiros e pontilhões, a proteção de taludes de corte e de aterro, com enlívamento, enrocamento ou plantio de vegetação em degraus, e de redução de velocidade de escoamento, como bacias de amortecimento, quedas, degraus, entre outros. No âmbito do PIRH, a implantação de tais estruturas será no nível de parcela demonstrativa e projeto-piloto.

3.3. Contratações e Resultados

De acordo com o art. 8º, inciso IV, do ANEXO da Deliberação CBH-Doce nº 48 de dezembro de 2015, Plano de Aplicação Plurianual 2016/2020, visando a otimização das ações, os programas P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos, P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes e P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural serão preferencialmente implementados em conjunto.

A seguir, são apresentados os resultados gerados em cada um dos contratos celebrados pelo IBIO no âmbito desses programas.

Principais Resultados:

À implementação conjunta dos programas P12, P52 e P42 se atribuiu o nome de **Rio Vivo**.

A primeira etapa do Rio Vivo consiste na contratação de empresas para realização de diagnósticos e projetos em imóveis rurais, para detectarem, no âmbito dos programas P12, P52 e P42, os pontos que necessitam de intervenção. As intervenções previstas estão citadas abaixo:

- P12: barraginhas e caixas-secas;
- P52: ações de recuperação de nascentes como cercamento e/ou plantio;
- P42: sistema de tratamento de esgoto e, em específico para a UGRH 2 – Piracicaba, sistema de tratamento de água.

A segunda etapa do Rio Vivo consiste na execução dos projetos elaborados pelas empresas da primeira etapa. Inicialmente, a primeira etapa do Rio Vivo está sendo implementada na UGRH 1 – Piranga, UGRH 2 – Piracicaba, UGRH 3 – Santo Antônio e UGRH 4 – Suaçuí. Discussões sobre o escopo do Rio Vivo já estão sendo realizadas com os comitês das demais UGRHs. A Figura 1 apresenta a localização dos municípios a serem contemplados com o Rio Vivo e que já passaram por processo de seleção ocorrido em 2016. A Tabela 3 apresenta a listagem destes municípios.

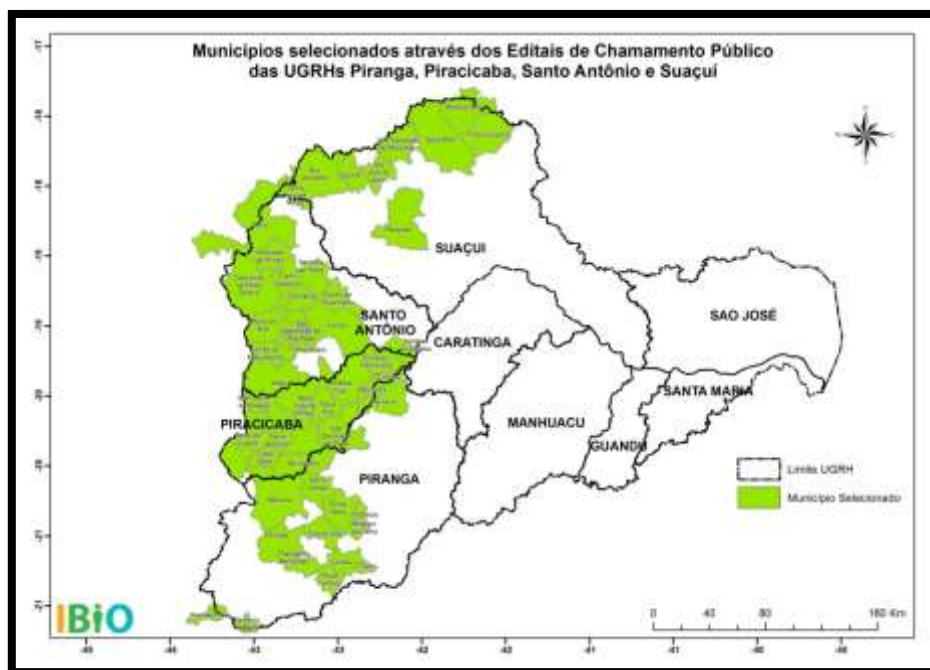


Figura 1 – Mapa dos municípios a serem contemplados com o Rio Vivo.

Tabela 3 – Listagem dos municípios a serem contemplados com o Rio Vivo.

UGRH 1 – Piranga	UGRH 2 – Piracicaba	UGRH 3 – Santo Antônio	UGRH 4 - Suaçuí
Ressaquinha	Mariana	Serro	Água Boa
Desterro do Melo	Catas Altas	Alvorada de Minas	Rio Vermelho
Mariana	Santa Bárbara	Conceição do Mato Dentro	São José do Jacuri
Barra Longa	Barão de Cocais	Itambé do Mato Dentro	Peçanha
Ponte Nova	São Gonçalo do Rio Abaixo	Passabém	Malacacheta
Oratórios	Rio Piracicaba	Senhora do Porto	Franciscópolis
Viçosa	João Monlevade	Dom Joaquim	Coluna
Amparo do Serra	São Domingos do Prata	Carmésia	Serra Azul de Minas
Guaraciaba	Bela Vista de Minas	Dores de Guanhães	São Sebastião do Maranhão
Piranga	Nova Era	Ferros	
Presidente Bernardes	Itabira	Santo Antônio do Rio Abaixo	
Paula Cândido	Alvinópolis	Morro do Pilar	
Cajuri	Antônio Dias	São Sebastião do Rio Preto	
	Jaguaraçu		
	Marliéria		
	Timóteo		
	Coronel Fabriciano		
	Ipatinga		
	Santana do Paraíso		
	Bom Jesus do Amparo		

Foi estabelecido por cada um dos comitês dos rios Piranga, Piracicaba, Santo Antônio e Suaçuí a cota de imóveis rurais a serem contemplados com as ações do Rio Vivo. O número de municípios de cada UGRH foi dividido em lotes, quando assim foi necessário, de modo a garantir a contratação de uma ou mais empresas com capacidade comprovada para assumir os serviços. A Tabela 4 apresenta como foram divididos os municípios por lote e qual a cota estabelecida por cada comitê.

Tabela 4 – Lotes, número de municípios/ cota de imóveis rurais a serem contemplados com ações do Rio Vivo.

UGRH	Lote	Nº de municípios a serem contemplados no lote	Cota de imóveis rurais por município	Nº de imóveis rurais por Lote
UGRH 1 - Piranga	Lote 1	8	120	960
	Lote 2	5		600
UGRH 2 - Piracicaba	Lote 1	7	150	1050
	Lote 2	6		900
	Lote 3	7		1050
UGRH 3 - Santo Antônio	Lote 1	6	100	600
	Lote 2	7		700
UGRH 4 - Suaçuí	-	9	60	540
Total de cota de imóveis rurais				6400

O escopo do trabalho do Rio Vivo prevê a elaboração de produtos em quantitativos relacionados à abrangência espacial destes, conforme pode ser observado na Tabela 5, a qual se relaciona ao número de lotes, número de municípios e cota de número de imóveis rurais, já apresentados anteriormente na Tabela 4.

Tabela 5 – Produtos componentes do escopo do Rio Vivo.

Produtos	Conteúdos gerais	Abrangência
Produto 1 - Plano de Trabalho	Reuniões iniciais; mobilização; equipe; calendário de reuniões; cronograma; metodologia do trabalho; definição de conceitos.	Por lote
Produto 2 - Validação das microbacias de atuação	Coleta e conferência de coordenadas geográficas dos pontos de captação de água para abastecimento público do município; formação da Unidade Gestora de Projetos (UGP); ordem de prioridade das microbacias, quando mais de uma no município; situação das outorgas dos pontos de captação de água para abastecimento público.	Por município

Produto 3 - Plano de Mobilização Social e Educação Ambiental	Reuniões iniciais; mobilização; equipe de mobilização e educação ambiental; calendário de eventos; cronograma; metodologia do trabalho; definição de conceitos.	Por município
Produto 4.1 - Diagnóstico Ambiental do Imóvel Rural	Diagnósticos ambientais dos imóveis rurais no âmbito dos programas P12, P52 e P42; Fichas de Diagnóstico; Termos de Adesão.	Por imóvel
Produto 4.2 - Diagnósticos Ambientais Compilados	Dados compilados; planilhas de dados brutos; gráficos; mapas.	Por município
Produto 5 - Cadastro Ambiental Rural (CAR) do imóvel rural	Elaboração dos Cadastros Ambientais Rurais (CAR) dos imóveis rurais de até 4 módulos fiscais.	Por imóvel
Produto 6.1 - Projeto de Adequação Ambiental do Imóvel Rural	Projetos de intervenção ambiental no âmbito dos programas P12, P52 e P42, conforme diagnóstico realizado; Termos de Anuência.	Por imóvel
Produto 6.2 - Projetos Ambientais Compilados	Dados compilados; planilhas de dados brutos; gráficos; mapas.	Por município
Produto 7 - Termos de Referência Temáticos para Execução de Projetos, Capacitação Técnica e Análise Inicial dos Parâmetros de Monitoramento	Termos de Referência para contratação de empresa(s) para execução de projetos, capacitação técnica e análise inicial dos parâmetros de monitoramento.	Por município
Produto 8 - Termo de Referência Temático para Monitoramento	Termo de Referência para contratação de empresa(s) para monitoramento posterior de parâmetros de quantidade e qualidade de água e do meio ambiente.	Por município

Para garantir a qualidade dos produtos e serviços prestados pelas empresas contratadas nesta primeira etapa do Rio Vivo, realizou-se também processo de contratação de empresa fiscalizadora. O processo de contratação das empresas de diagnósticos e projetos, e das empresas de fiscalização ocorreu, em 2017, da maneira apresentada nas Tabela 6 e Tabela 7.

Tabela 6 – Processo Ato Convocatórios - Contratação Empresas de Diagnósticos e Projetos UGRHs 1, 2, 3 e 4.

Ato Convocatório	Publicação	Sessão pública	Adjudicação	Assinatura contrato
Ato Convocatório nº 04/2017 da UGRH 1 - Piranga	15/05/2017	21/06/2017	06/09/2017	15/09/2017
Ato Convocatório nº 05/2017 da UGRH 2 - Santo Antônio	15/05/2017	22/06/2017	06/09/2017	15/09/2017

Ato Convocatório nº 03/2017 da UGRH 3 - Piracicaba	24/05/2017	23/06/2017	31/08/2017	15/09/2017
Ato Convocatório nº 06/2017 da UGRH 4 - Suaçuí	21/09/2017	17/10/2017	20/11/2017	20/11/2017

Tabela 7 – Processo Atos Convocatórios para contratação de Empresas Fiscalizadoras nas UGRHs 1, 2, 3 e 4.

Ato Convocatório	Publicação	Sessão pública	Adjudicação	Assinatura contrato
Ato Convocatório nº 08/2017 das UGRHs 1 - Piranga, 2 - Piracicaba e 3 - Santo Antônio	04/10/2017	24/10/2017	22/11/2017	27/11/2017
Ato Convocatório nº 09/2017 da UGRH 4 – Suaçuí	24/11/2017	12/12/2017	Em andamento	-

A seguir, são apresentadas as informações relacionadas à execução de cada contrato assinado no âmbito dos programas P12, P52 e P42 para a UGRH Piranga.

➤ **Contrato nº 31/2017**

Contrato 31/2017	Programa	P12 / P52 / P42	Recursos	IGAM /
Alocação	CBH Piranga / /			
Objeto	Este contrato tem por objeto a prestação de serviços de diagnósticos e projetos em imóveis rurais na UGRH 1 – Piranga, em atendimento aos Programas Hidroambientais: P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos e P52 - Programa de Recomposição de APPs e nascentes; e ao Programa de Saneamento: P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural			
Valor	R\$ 855.336,42	Contratado	Fundação Educacional Caratinga - FUNEC	
Pago	R\$ 128.300,46	Data	15/09/2017	Prazo 15/06/2018
Saldo	R\$ 727.035,96	Gestor	Cynthia	Aditivos 0

IDP – Índice de Desempenho de Prazo.

IDE Física P – Índice de Desempenho de Execução Física Planejado.

IDE Física E. – Índice de Desempenho de Execução Física Executado.

IDE Financ – Índice de Desempenho de Execução Financeira.

Identificação no PIRH-Doce:

- Programa: Qualidade de Água
Subprograma: Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos – P12 – CBH Piranga
Porcentagem de desembolso: 14,29% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2017/2018)
- Programa: Universalização do Saneamento
Subprograma: Programa de Expansão do Saneamento Rural – P42 – CBH Piranga

Porcentagem de desembolso: 28,57% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2017/2018)

- Programa: Incremento de Áreas com Restrição de Uso
Subprograma: Programa de Recomposição de APPs e Nascentes – P52 – CBH Piranga
Porcentagem de desembolso: 57,14% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2017/2018)

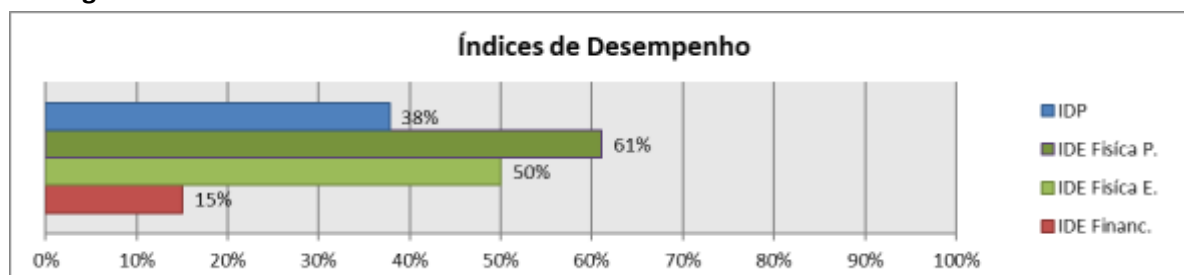
Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P12 – CBH Piranga

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	6 meses
Processo de Seleção	45 dias	3-4 meses
Assinatura do Contrato	1 mês	1 semana
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	9 meses	3 meses (em andamento)

Cronograma Físico-Financeiro:



Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas: Devido à grandiosidade e complexidade do escopo do trabalho do Rio Vivo, a elaboração do Termo de Referência e Ato Convocatório demandou maior carga horária. O processo de seleção das empresas também ocorreu em um tempo maior, devido ao grande número de empresas participantes e, conseqüentemente, maior número de documentos e propostas a serem analisadas pela equipe da agência.

3.4. Previsão no Plano de Aplicação Plurianual – PAP

Em dezembro de 2015 o CBH-Doce aprovou a Deliberação nº 48, que institui o Plano de Aplicação Plurianual (PAP) da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, para o período de 2016 a 2020. Conforme a referida Deliberação e as que a alteram, foram distribuídos os recursos da União nas nove unidades estaduais de gestão de recursos hídricos (UGRH), dos estados do Espírito Santo e Minas Gerais, para os programas hidroambientais, programas de saneamento e para programas transversais. Nas Tabela 8, Tabela 9, Tabela 10 e Tabela 11 encontram-se as previsões do PAP 2016-2020 para o P12.

Tabela 8 - Recursos Repassados pela ANA, alocados ao P12

Recursos Repassados pela ANA	2016 (mil R\$)	2017 (mil R\$)	2018 (mil R\$)	2019 (mil R\$)	2020 (mil R\$)	Total (mil R\$)
Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos (P12)						
Investimento Previsto no PAP	1.945	2.345	2.345	2.053	1.487	10.175
Investimento Realizado	-	278	-	-	-	-

Tabela 9 - Recursos Repassados pela ANA para as UGRHs de Minas Gerais, alocados ao P12

Recursos Repassados pela ANA (Minas Gerais)	2016	2017	2018	2019	2020	Total
	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)
Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos (P12) - UGRH01 Piranga						
Investimento Previsto no PAP	242	292	292	-	-	826
Investimento Realizado	-	100	-	-	-	-
Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos (P12) - UGRH02 Piracicaba						
Investimento Previsto no PAP	108	130	130	130	34	533
Investimento Realizado	-	10	-	-	-	-
Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos (P12) - UGRH03 Santo Antônio						
Investimento Previsto no PAP	204	246	246	246	-	942
Investimento Realizado	-	151	-	-	-	-
Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos (P12) - UGRH04 Suaçuí						
Investimento Previsto no PAP	406	489	489	489	489	2.363
Investimento Realizado	-	17	-	-	-	-
Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos (P12) - UGRH05 Caratinga						
Investimento Previsto no PAP	200	241	241	241	17	941
Investimento Realizado	-	-	-	-	-	-
Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos (P12) - UGRH06 Manhuaçu						
Investimento Previsto no PAP	217	262	262	262	262	1.263
Investimento Realizado	-	-	-	-	-	-
Total de Investimentos Previstos	1.377	1.660	1.660	1.368	802	6867
Total de Investimentos Realizados	-	278	-	-	-	-

Tabela 10- Recursos repassados pela ANA para as UGRHs do Espírito Santo, alocados ao P12

Recursos Repassados pela ANA (Espírito Santo)	2016	2017	2018	2019	2020	Total
	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)
Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos (P12) - UGRH07 Guandu						
Investimento Previsto no PAP	132	159	159	159	159	767
Investimento Realizado	-	-	-	-	-	-
Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos (P12) - UGRH08 Santa Maria do Rio Doce						
Investimento Previsto no PAP	146	176	176	176	176	852
Investimento Realizado	-	-	-	-	-	-
Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos (P12) - UGRH09 São José						
Investimento Previsto no PAP	290	350	350	350	350	1.688
Investimento Realizado	-	-	-	-	-	-
Total de Investimentos Previstos	568	685	685	685	685	3.307
Total de Investimentos Realizados	-	-	-	-	-	-

Tabela 11 - Recursos repassados pelo IGAM para as UGRHs de Minas Gerais, alocados ao P12

Recursos Repassados pela IGAM	2016	2017	2018	2019	2020	Total
	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)
Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos (P12) - UGRH01 Piranga						
Investimento Previsto no PAP	-	500	-	500	-	1.000
Investimento Realizado	-	20	-	-	-	-
Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos (P12) - UGRH02 Piracicaba						
Investimento Previsto no PAP	-	2.000	2.000	2.000	3.700	9.700
Investimento Realizado	-	203	-	-	-	-
Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos (P12) - UGRH03 Santo Antônio						
Investimento Previsto no PAP	-	-	-	-	-	-
Investimento Realizado	-	-	-	-	-	-
Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos (P12) - UGRH04 Suaçuí						
Investimento Previsto no PAP	500	500	-	-	-	1.000
Investimento Realizado	-	8	-	-	-	-
Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos (P12) - UGRH05 Caratinga						
Investimento Previsto no PAP	250	250	250	250	250	1.250

Investimento Realizado	-	-	-	-	-	-
Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos (P12) - UGRH06 Manhuaçu						
Investimento Previsto no PAP	300	450	450	450	450	2.100
Investimento Realizado	-	-	-	-	-	-
Total de Investimentos Previstos	1.050	3.700	2.700	3.200	4.400	15.050
Total de Investimentos Realizados	-	231	-	-	-	-

Em 2017, foram iniciados os processos de contratação de empresas para implementação das ações do Rio Vivo. Entretanto, cabe ressaltar que processos de licitação de empresas podem despende tempo para serem concluídos e, devido à grandiosidade do Rio Vivo, que inclusive teve as áreas de atuação das UGRHs divididas em vários lotes, muitas empresas participaram da concorrência e a análise das propostas e conclusão dos processos demandou maior tempo.

Os primeiros processos de contratação de empresas para o Rio Vivo, referentes aos Atos Convocatórios das UGRHs 1, 2 e 3, ocorreram de maio a setembro de 2017. Desse modo, os desembolsos com as contratações do Rio Vivo iniciaram apenas no quarto trimestre de 2017. Entretanto, com o planejamento do Rio Vivo, muitos municípios das UGRHs 1, 2, 3 e 4 estão sendo contemplados e prevê-se que os investimentos iniciados em 2017 se estenderão até o ano de 2020 sem interrupções. O Rio Vivo nas demais UGRHs mineiras e capixabas já tem discussões em andamento e o processo de contratação de empresas está previsto para 2018.

As fontes de recurso a serem usadas para contratação de empresas de diagnósticos e projetos do Rio Vivo foram definidas para cada bacia da seguinte maneira:

- Piranga: ANA e IGAM.
- Piracicaba: totalmente IGAM, por ser uma bacia com elevada arrecadação estadual e sendo necessário investir os recursos disponíveis em caixa.
- Santo Antônio: ANA, por não ter sido previsto recurso IGAM para o P12.
- Suaçuí: ANA e IGAM.

Os contratos assinados com as empresas fiscalizadoras dos serviços das empresas de diagnósticos e projetos atuantes nas UGRHs 1, 2, 3 e 4 têm como fonte os recursos da ANA. Em 2017, foram pagos os produtos referentes à fiscalização do Rio Vivo nas UGRHs 1, 2 e 3.

3.5. Principais Deficiências e Dificuldades

Com a troca de gestão de algumas prefeituras municipais selecionadas em 2016 para o Rio vivo, houve certo atraso na coleta dos Termos de Compromisso e Cooperação Mútua, pois os novos funcionários e autoridades não tinham conhecimento sobre o assunto, o que demandou alguns esclarecimentos via e-mail e telefone. Todavia, todas as prefeituras anteriormente selecionadas em 2016 enviaram os Termos de Compromisso e Cooperação Mútua assinados por seus respectivos prefeitos.

Este termo consistia em documento imprescindível para que o município fosse inserido como área de atuação dos Atos Convocatórios do Rio Vivo, e por isso a publicação destes Atos teve que aguardar o recebimento dos mesmos. Todo escopo do Rio Vivo foi amplamente discutido nas plenárias dos comitês das bacias do Piranga, Piracicaba, Santo Antônio e Suaçuí para que fossem elaborados os Atos Convocatórios para contratação das empresas de diagnósticos e projetos.

Devido ao trabalho grandioso e complexo necessário à implementação do Rio Vivo, foram necessários alguns meses para elaboração dos Atos Convocatórios de Contratação das empresas de diagnósticos e projetos.

A elaboração dos Atos das empresas fiscalizadoras, para análise dos serviços e produtos das empresas de diagnósticos e projetos, teve sua conclusão atrasada, devido ao grande volume de demandas. Com isso, os profissionais do IBIO tiveram que realizar a validação dos Produtos 1 (P1 - Plano de Trabalho), Produtos 2 (P2 - Validação das microbacias de atuação) e Produtos 3 (P3 - Plano de Mobilização Social e Educação Ambiental), com a emissão de pareceres parciais e conclusivos, além de realizarem a conferência dos produtos finais entregues nas vias impressas e digitais.

4. UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO

4.1. Programa Universalização do Saneamento (P41)

4.2. Descrição

Segundo o Plano Integrado de Recursos Hídricos (PIRH-Doce), a bacia do rio Doce encontra-se em situação muito precária quanto aos serviços de esgotamento sanitário e de resíduos sólidos. Mesmo quanto aos serviços de abastecimento de água que embora disponham de índices de atendimento elevados, o cumprimento de questões elementares de gestão fica abaixo dos padrões considerados satisfatórios, como o controle de perdas e o cumprimento da Portaria nº 2.914/2011 dos padrões de portabilidade. O PIRH-Doce indica ainda altos índices de DBO, com prejuízo para a qualidade da água e restrição ao enquadramento, além da existência de doenças de veiculação hídrica. Quanto à drenagem urbana, a deficiência das estruturas e projetos é frequente nas cidades brasileiras. A universalização do acesso ao saneamento básico, com quantidade, igualdade, continuidade e controle social é um desafio que o poder público municipal, como titular destes serviços, deve encarar como um dos mais significativos.

Nesse sentido, o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) se constitui em importante ferramenta de planejamento e gestão para alcançar a melhoria das condições sanitárias e ambientais do município e, conseqüentemente, da qualidade de vida da população. A Lei Federal nº 11.445/2007 dispõe sobre a necessidade da elaboração dos PMSB de forma a garantir à população o acesso global ao saneamento básico, através da constituição de diretrizes e propostas para abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo das águas superficiais e limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos. O PMSB é assim o instrumento da Política de Saneamento Básico do município, onde são definidos os objetivos e metas, as prioridades de investimentos, a forma de regulação da prestação dos serviços, os aspectos econômicos, sociais e técnicos e a forma de participação e controle social, de modo a orientar a atuação dos prestadores de serviços, dos titulares e da sociedade.

O Programa de Universalização do Saneamento contempla o apoio à elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB); a elaboração de projetos para otimização de sistemas de abastecimento de água; a elaboração de projetos para sistemas de destinação final adequada de resíduos sólidos (aterros/unidades de triagem e compostagem); e a elaboração de estudos de alternativas de drenagem urbana para cidades com mais de 5 mil habitantes.

O CBH-Doce, em articulação com os CBH's estaduais, considerando o fato de que poucos municípios possuíam o PMSB ou recursos para sua elaboração e que o Decreto nº 7.217/2010, que regulamenta a Lei nº 11.445/2010, condicionou à existência de PMSB para o acesso a recursos orçamentários da União ou a recursos de financiamentos geridos ou administrados por órgão ou entidade da administração pública federal, quando destinados a serviços de saneamento básico, entendeu como necessária a previsão no PAP do apoio na elaboração dos PMSB. Conforme detalhado no Relatório de Gestão de 2016, ao longo do PAP 2012-2015 foram abertos Editais de Chamamento Público e elaborados os PMSB de diversos municípios ao longo da bacia.

Nesse período do PAP, nem todos os municípios haviam sido contemplados ainda com os PMSB e outros manifestaram interesse após a licitação das empresas de apoio à elaboração dos PMSB, então o PAP 2016-2020 também alocou recursos para tal fim, de forma a contemplar o maior número possível de municípios. No ano de 2016, 156 PMSB já haviam sido concluídos e foi iniciada a elaboração do PMSB de mais 9 municípios, intitulados como “remanescentes”.

Durante o ano de 2017 foram realizadas as atividades de elaboração dos PMSB desses 9 municípios, estando em fase de conclusão. Cabe ressaltar que a Lei Federal nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, determina a elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS) pelos municípios brasileiros. Uma vez atendidas às solicitações da referida Lei e do Decreto nº 7.404/2010 que a regulamenta, o PGIRS pode ser incorporado ao PMSB. Dessa forma, esclarecemos que o conteúdo da Infraestrutura de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos dos PMSB contratados pelo IBiO na bacia hidrográfica do rio Doce contempla o conteúdo mínimo do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, de acordo com as determinações legais.

Ainda no que se refere ao Programa de Universalização do Saneamento (P41), o PAP 2016-2020 prevê investimentos em projetos para otimização de sistemas de abastecimento de água. Nesse sentido, estão sendo elaborados dois projetos para o município de Viçosa-MG e foi aberto Edital de Chamamento Público para a contratação de projetos para otimização de sistemas de abastecimento de água em outros municípios.

4.3. Contratações e Resultados

Na Figura 2 estão ilustrados os municípios onde houveram ações relacionadas ao Programa de Universalização do Saneamento – P41.

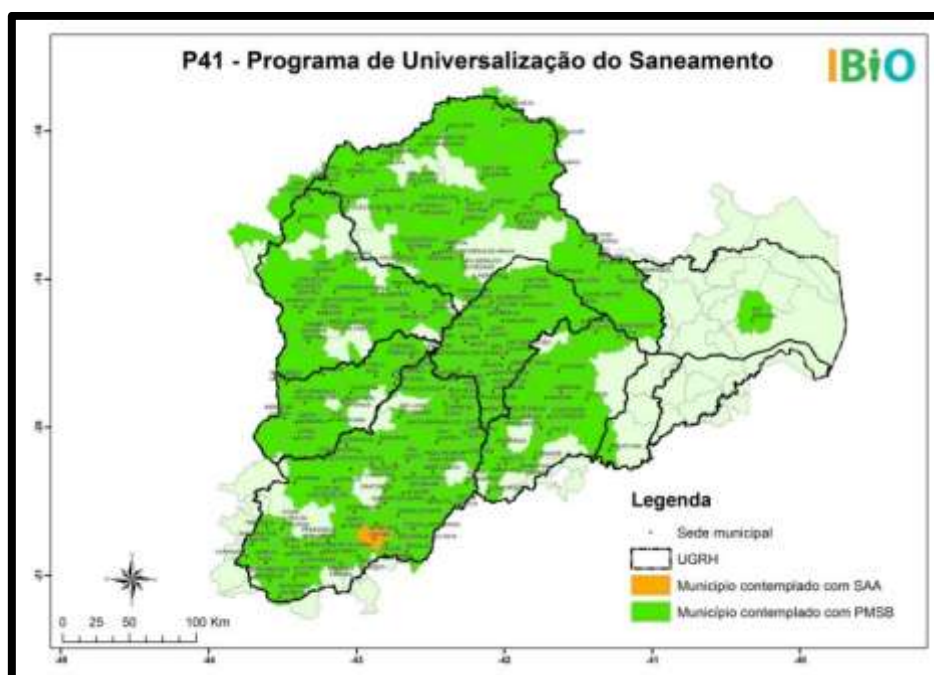


Figura 2 – Municípios atendidos pelo Programa P41.

Todos os contratos apresentados neste item podem ser acompanhados no Portal de Acompanhamento das Ações dos Comitês de Bacia do Rio Doce no endereço www.cbhdoce.org.br/portal.

Principais Resultados: As contratações deste programa estão relacionadas à elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico e elaboração de Projetos para otimização de Sistemas de Abastecimento de Água para os municípios contemplados.

Para a contratação das empresas para elaboração dos PMSB, o IBIO agrupou os municípios contemplados em lotes, com a finalidade de diminuir os custos por município, tornar as contratações mais atrativas para os interessados e alcançar maior eficiência no processo de gerenciamento. Até o momento, 165 municípios de toda a bacia do rio Doce foram contemplados com PMSB e 1 município com Projetos para otimização de Sistemas de Abastecimento de Água.

No ano de 2017, totalizou-se 156 municípios com PMSB finalizados, aprovados e quitados, tendo seus Contratos já encerrados. Os 9 municípios remanescentes contemplados com PMSB estão com os PMSB em andamento, com previsão de conclusão em maio de 2018.

Os projetos para otimização de Sistemas de Abastecimento de Água de Viçosa-MG estão em elaboração, com previsão de conclusão para março de 2018. A seguir são apresentadas as informações relacionadas à execução de cada um dos contratos assinados no âmbito do programa P41.

4.4. Previsão no Plano de Aplicação Plurianual – PAP

Em dezembro de 2015 o CBH-Doce aprovou a Deliberação nº 48, que institui o Plano de Aplicação Plurianual (PAP) da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, para o período de 2016 a 2020. Conforme a referida Deliberação e as que a alteram, foram distribuídos os recursos da União nas nove unidades estaduais de gestão de recursos hídricos (UGRH), dos estados do Espírito Santo e Minas Gerais, para os programas hidro ambientais P12, P21, P22 e P52, para os programas de saneamento P41 e P42, e para o programa de fortalecimento dos comitês P61.2.

Na Tabela 12 está a comparação entre o previsto no PAP e o realizado pelo IBIO alocados ao Programa de Universalização do Saneamento (P41), no que se refere aos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) e Projetos de Sistemas de Abastecimento de Água (SAA).

Tabela 12 - Recursos repassados pela ANA alocado ao P41

Recursos Repassados pela ANA	2016 (mil R\$)	2017 (mil R\$)	2018 (mil R\$)	2019 (mil R\$)	2020 (mil R\$)	Total (mil R\$)
Programa de Universalização do Saneamento (P41) - PMSB						
Investimento Previsto no PAP	3270	1017	0	0	0	4287
Investimento Realizado	4.392	1.322	0	0	0	4392
Programa de Universalização do Saneamento (P41) - Projeto SAA						
Investimento Previsto no PAP	1524	1635	1000	1000	1000	6159
Investimento Realizado	-	355	-	-	-	-

No ano de 2017, para o Programa de Universalização do Saneamento (P41), referente à elaboração de PMSB, o investimento realizado com o recurso da união foi de R\$ 1.322 mil. Com esse investimento foi realizado o pagamento dos Produtos dos PMSB de diversos municípios da bacia hidrográfica do rio Doce, conforme já descrito no item anterior.

O valor realizado foi superior ao previsto no PAP, pois alguns pagamentos que inicialmente foram previstos para serem realizados no final do ano de 2016 foram efetivamente realizados em 2017, conforme já relatado nos itens anteriores, que apresentam os atrasos ocorridos nos Contratos.

A mesma situação foi verificada no ano de 2016, em que o investimento realizado também supera o investimento previsto no PAP para aquele ano. Isso ocorreu em função de parte dos pagamentos realizados nos anos de 2016 e 2017 serem ainda referentes aos valores alocados no PAP 2012-2015. Para o período 2012-2015, o valor total alocado no P41 (Elaboração de PMSB) foi R\$ 7.847 mil, sendo que, até o final do ano de 2015, apenas R\$ 1.597 mil foram gastos. Isso ocorreu em função de atrasos nos contratos de elaboração de PMSB celebrados nos anos de 2014 e 2015.

Já no que se refere à elaboração de projetos de otimização de sistemas de abastecimento de água (Projetos SAA), houve um investimento de R\$ 355 mil no ano de 2017. Tal investimento refere-se a pagamentos de produtos referentes aos contratos de dois projetos para o município de Viçosa.

Apresentamos na Tabela 13 logo abaixo o detalhamento dos Recursos ANA alocado para apoio na elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) no estado de Minas Gerais. E na Tabela 14 os Recursos ANA alocado para apoio na elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) no estado do Espírito Santo.

Tabela 13 – Recursos Repassados pela ANA e alocado no estado de Minas Gerais – P41 (PMSB)

Recursos Repassados pela ANA (Minas Gerais)	2016 (mil R\$)	2017 (mil R\$)	2018 (mil R\$)	2019 (mil R\$)	2020 (mil R\$)	Total (mil R\$)
Programa de Universalização do Saneamento: Apoio na elaboração de PMSB (P41) - UGRH01 Piranga						
Investimento Previsto no PAP	128	234	-	-	-	362
Investimento Realizado	142	157	0	0	0	299
Programa de Universalização do Saneamento: Apoio na elaboração de PMSB (P41) - UGRH02 Piracicaba						
Investimento Previsto no PAP	55	122	-	-	-	177
Investimento Realizado	32	79	0	0	0	111
Programa de Universalização do Saneamento: Apoio na elaboração de PMSB (P41) - UGRH03 Santo Antônio						
Investimento Previsto no PAP	170	399	-	-	-	569
Investimento Realizado	108	274	0	0	0	381
Programa de Universalização do Saneamento: Apoio na elaboração de PMSB (P41) - UGRH04 Suaçuí						
Investimento Previsto no PAP	1.550	-	-	-	-	1.550
Investimento Realizado	2.239	632	0	0	0	2871
Programa de Universalização do Saneamento: Apoio na elaboração de PMSB (P41) - UGRH05 Caratinga						

Investimento Previsto no PAP	587	262	-	-	-	849
Investimento Realizado	1.112	174	0	0	0	1286
Programa de Universalização do Saneamento: Apoio na elaboração de PMSB (P41) - UGRH06 Manhuaçu						
Investimento Previsto no PAP	393	-	-	-	-	393
Investimento Realizado	458	5	0	0	0	462
Total de Investimentos Previstos	2.883	1.017	-	-	-	3.900
Total de Investimentos Realizados	4.090	1.321	0	0	0	5.411

Tabela 14 – Recursos Repassados pela ANA e alocados no estado do Espírito Santo – P41 (PMSB)

Recursos Repassados pela ANA (Espírito Santo)	2016 (mil R\$)	2017 (mil R\$)	2018 (mil R\$)	2019 (mil R\$)	2020 (mil R\$)	Total (mil R\$)
Programa de Universalização do Saneamento: Apoio na elaboração de PMSB (P41) - UGRH07 Guandu						
Investimento Previsto no PAP	83	-	-	-	-	83
Investimento Realizado	136	2	0	0	0	138
Programa de Universalização do Saneamento: Apoio na elaboração de PMSB (P41) - UGRH08 Santa Maria do Rio Doce						
Investimento Previsto no PAP	-	-	-	-	-	-
Investimento Realizado	0	0	0	0	0	0
Programa de Universalização do Saneamento: Apoio na elaboração de PMSB (P41) - UGRH09 Pontões e Lagoas do Doce						
Investimento Previsto no PAP	304	-	-	-	-	304
Investimento Realizado	166	0	0	0	0	166
Total de Investimentos Previstos	387	-	-	-	-	387
Total de Investimentos Realizados	302	2	0	0	0	303

Na Tabela 15 apresentamos o recurso ANA alocado para elaboração de projetos de otimização de sistemas de abastecimento de água (SAA).

Tabela 15 – Recursos Repassado pela ANA e alocado no estado de Minas Gerais – P41 (SAA)

Recursos Repassados pela ANA (Minas Gerais)	2016 (mil R\$)	2017 (mil R\$)	2018 (mil R\$)	2019 (mil R\$)	2020 (mil R\$)	Total (mil R\$)
Programa de Universalização do Saneamento: Apoio na elaboração de Projeto SAA (P41) - UGRH01 Piranga						
Investimento Previsto no PAP	424	635	0	0	0	1.059
Investimento Realizado	0	355	0	0	0	355
Programa de Universalização do Saneamento: Apoio na elaboração de Projeto SAA (P41) - DOCE						
Investimento Previsto no PAP	1100	1000	1000	1000	1000	5100

Investimento Realizado	0	0	0	0	0	0
Total de Investimentos Previstos	1524	1635	1000	1000	1000	6159
Total de Investimentos Realizados	0	355	0	0	0	355

Na Tabela 16 é apresentada a comparação entre o previsto no PAP e o realizado pelo IBIO alocados ao Programa de Universalização do Saneamento (P41), para a elaboração de PMSB, nas 6 unidades estaduais de gestão de recursos hídricos (UGRH), do estado de Minas Gerais, com os recursos provenientes da cobrança pelo uso da água arrecadada na área de abrangência das bacias hidrográficas dos afluentes mineiros do rio Doce.

Tabela 16 – Recurso Repassado pelo IGAM para o estado de Minas Gerais – P41 (PMSB)

Recursos Repassados pelo IGAM	2016 (mil R\$)	2017 (mil R\$)	2018 (mil R\$)	2019 (mil R\$)	2020 (mil R\$)	Total (mil R\$)
Programa de Universalização do Saneamento: Apoio na elaboração de PMSB (P41) - UGRH01 Piranga						
Investimento Previsto no PAP	1.100	-	-	-	-	1.100
Investimento Realizado	1.350	0	0	0	0	1.350
Programa de Universalização do Saneamento: Apoio na elaboração de PMSB (P41) - UGRH02 Piracicaba						
Investimento Previsto no PAP	400	-	-	-	-	400
Investimento Realizado	933	0	0	0	0	933
Programa de Universalização do Saneamento: Apoio na elaboração de PMSB (P41) - UGRH03 Santo Antônio						
Investimento Previsto no PAP	900	-	-	-	-	900
Investimento Realizado	1.126	166	0	0	0	1.292
Programa de Universalização do Saneamento: Apoio na elaboração de PMSB (P41) - UGRH04 Suaçuí						
Investimento Previsto no PAP	500	-	-	-	-	500
Investimento Realizado	275	231	0	0	0	506
Programa de Universalização do Saneamento: Apoio na elaboração de PMSB (P41) - UGRH05 Caratinga						
Investimento Previsto no PAP	700	-	-	-	-	700
Investimento Realizado	750	0	0	0	0	750
Programa de Universalização do Saneamento: Apoio na elaboração de PMSB (P41) - UGRH06 Manhuaçu						
Investimento Previsto no PAP	200	-	-	-	-	200
Investimento Realizado	378	0	0	0	0	378
Total de Investimentos Previstos	3.800	-	-	-	-	3.800
Total de Investimentos Realizados	4.812	398	0	0	0	5.209

Conforme verifica-se na Tabela acima, no ano de 2017, apesar de não haver previsão no PAP para o Programa de Universalização do Saneamento (P41), no que se refere aos PMSB, foi investido um total de R\$ 397 mil, sendo R\$ 166 mil na UGRH Santo Antônio e R\$ 231mil na UGRH Suaçuí.

Tal situação ocorreu pelo fato de alguns pagamentos, referentes aos últimos produtos dos PMSB de municípios das duas UGRH, que inicialmente foram previstos para serem realizados no final do ano de 2016, foram efetivamente realizados no início do ano de 2017, conforme já relatado nos itens anteriores, que apresentam os atrasos ocorridos nos Contratos.

Na Tabela 17 apresentamos os valores previstos no PAP 2016/2020 alocados ao Programa de Universalização do Saneamento (P41), para a elaboração de projetos para otimização de sistemas de abastecimento de água (SAA), nas 6 unidades estaduais de gestão de recursos hídricos (UGRH), do estado de Minas Gerais, com os recursos provenientes da cobrança pelo uso da água arrecadada na área de abrangência das bacias hidrográficas dos afluentes mineiros do rio Doce.

Tabela 17 - Recurso Repassado pelo IGAM para o estado de Minas Gerais – P41 (SAA)

Recursos Repassados pelo IGAM	2016 (mil R\$)	2017 (mil R\$)	2018 (mil R\$)	2019 (mil R\$)	2020 (mil R\$)	Total (mil R\$)
Programa de Universalização do Saneamento: Apoio na elaboração de Projeto SAA (P41) - UGRH01 Piranga						
Investimento Previsto no PAP	1.200	700	-	700	-	2.600
Investimento Realizado	0	0	0	0	0	0
Programa de Universalização do Saneamento: Apoio na elaboração de Projeto SAA (P41) - UGRH02 Piracicaba						
Investimento Previsto no PAP	900	1.000	1.000	1.000	-	3.900
Investimento Realizado	0	0	0	0	0	0
Programa de Universalização do Saneamento: Apoio na elaboração de Projeto SAA (P41) - UGRH03 Santo Antônio						
Investimento Previsto no PAP	350	350	350	350	350	1.750
Investimento Realizado	0	0	0	0	0	0
Programa de Universalização do Saneamento: Apoio na elaboração de Projeto SAA (P41) - UGRH04 Suaçuí						
Investimento Previsto no PAP	-	-	-	-	-	-
Investimento Realizado	0	0	0	0	0	0
Programa de Universalização do Saneamento: Apoio na elaboração de Projeto SAA (P41) - UGRH05 Caratinga						
Investimento Previsto no PAP	250	-	250	-	250	750
Investimento Realizado	0	0	0	0	0	0
Programa de Universalização do Saneamento: Apoio na elaboração de Projeto SAA (P41) - UGRH06 Manhuaçu						
Investimento Previsto no PAP	800	-	-	-	-	800
Investimento Realizado	0	0	0	0	0	0
Total de Investimentos Previstos	3.500	2.050	1.600	2.050	600	9.800
Total de Investimentos Realizados	0	0	0	0	0	0

4.5. Principais Deficiências e Dificuldades

Com o desenvolvimento das atividades relacionadas ao Programa de Universalização de Saneamento (P41) foi possível elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico para 165 municípios, do total de 211 municípios com sede na bacia do rio Doce, sendo que dentre esses, 156 já tiveram o PMSB concluído. Já os outros 9 estão em elaboração. Além da elaboração de Projetos de SAA, com um município sendo contemplado e abertura de Edital de Chamamento Público para contemplar mais municípios. Acredita-se que até em 2018, com a conclusão dos 165 PMSB com recursos da cobrança, todos os municípios da bacia do rio Doce tenham seu PMSB, que é um instrumento imprescindível para continuidade da implementação dos Programas de Saneamento (P11 e P41).

A principal dificuldade encontrada no âmbito dos PMSB remanescentes em elaboração é com relação às prefeituras, que possuem limitada capacidade técnica, sendo um obstáculo para a compreensão e validação dos Produtos. De maneira geral, os envolvidos na elaboração do PMSB, por parte das prefeituras, não têm dedicação exclusiva a tal tarefa.

Dessa forma, muitas vezes as atividades relacionadas ao PMSB não são tratadas com a devida importância. Além disso, a deficiência na integração entre as secretarias e departamentos, a não disponibilização de dados ou até mesmo a sua ausência durante as atividades de elaboração do PMSB são também desafios a serem vencidos. O envolvimento da sociedade nos eventos que ocorrem durante a elaboração do PMSB e a sua divulgação são pontos de fragilidade encontrados. A questão do saneamento ainda é muito incipiente e a sociedade não dá o devido valor ao tema.

No que se refere aos projetos de abastecimento de água em elaboração no Município de Viçosa-MG, as principais dificuldades foram nos entraves junto à UFV para definição do traçado do projeto; a dificuldade das empresas adequarem os Produtos nas exigências do Termo de Referência; e a demora no repasse de informações do SAAE às empresas e na análise dos Produtos.

Já quanto ao Edital de Chamamento Público nº 01/2017, para contratação de novos projetos de abastecimento de água, as principais dificuldades foram a morosidade do CBH Doce para aprovar a publicação do Edital de Chamamento Público; a necessidade de informações de instituições externas para a conclusão do resultado do Edital de Chamamento Público; a falta de repasse dos recursos da cobrança pelo IGAM, que fragilizam e afetam todo o planejamento e andamento das atividades.

5. UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO

5.1. Programa de Expansão de Saneamento Rural (P42)

5.2. Descrição

O saneamento deve ser estendido às populações rurais, tanto como forma de elevação da qualidade de vida e prevenção de doenças, como na redução da contaminação das águas superficiais e subterrâneas. Enquanto o atendimento domiciliar com abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto e resíduos sólidos na zona rural pode contar com a participação das concessionárias destes serviços nos municípios da bacia, o saneamento rural deve envolver principalmente os órgãos de extensão rural e as prefeituras municipais. Para o presente programa, considerou-se o atendimento aos domicílios para fins de determinação dos investimentos, uma vez que a informação a respeito da cobertura da extensão rural não permite a proposição de um objetivo minimamente possível de ser alcançado. A sensibilização para este tema deve ser inserida no Programa de Educação Ambiental.

Pelo prognóstico, a bacia do rio Doce apresentará vários trechos com águas de classe 4, em parte devido aos altos índices de DBO. Sendo uma bacia com extensa área rural, a preocupação com os resíduos gerados por esta população é coerente, pois também contribuem para a alteração da qualidade da água e na incidência de doenças de veiculação hídrica. Além disto, a disposição inadequada de resíduos sólidos pode favorecer a processos erosivos.

O Programa de Expansão do Saneamento Rural (P42) visa à definição da viabilidade da implantação de sistemas de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto para população rural, com aproveitamento racional e disposição adequada dos resíduos coletados. Seu objetivo versa a melhoria gradativa da qualidade de vida no meio rural; redução de material contaminante ou redutor da qualidade da água arrastado para os rios; redução da incidência de doenças de veiculação hídrica.

O escopo deste programa consiste na análise de critérios de viabilidade de implantação de estruturas de saneamento no meio rural (abastecimento de água potável, tratamento de efluentes e coleta e destinação de resíduos sólidos), mapeamento e identificação de núcleos rurais compatíveis com os critérios adotados, seleção de situações críticas para proposição e análise de viabilidade de atendimento das necessidades.

Abertura de um canal de comunicação institucional entre os Comitês e a população rural via serviços públicos e privados de assistência técnica e extensão rural para apresentação de demandas não identificadas. Implantação de unidades demonstrativas de técnicas e processos de tratamento de resíduos e efluentes para pequenas comunidades, inclusive de resíduos das atividades de suinocultura, avicultura e fruticultura.

5.3. Contratações e Resultados

De acordo com o art. 8º, inciso IV, do ANEXO da Deliberação CBH-Doce nº 48 de dezembro de 2015, Plano de Aplicação Plurianual 2016/2020, visando a otimização das ações, os programas P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos, P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes e P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural serão preferencialmente implementados em conjunto.

Atendendo à referida recomendação, os Programas P12, P52 e P42 estão sendo implementados em conjunto, por meio da iniciativa denominada Rio Vivo, e todo o detalhamento e informações sobre o mesmo podem ser observadas no item 3.3 (Contratações e Resultados – P12) deste Relatório.

➤ Contrato nº 31/2017

Contrato 31/2017	Programa	P12 / P52 / P42	Recursos	IGAM /
Alocação	CBH Piranga / /			
Objeto	Este contrato tem por objeto a prestação de serviços de diagnósticos e projetos em imóveis rurais na UGRH 1 – Piranga, em atendimento aos Programas Hidroambientais: P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos e P52 - Programa de Recomposição de APPs e nascentes; e ao Programa de Saneamento: P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural			
Valor	R\$ 855.336,42	Contratado	Fundação Educacional Caratinga - FUNEC	
Pago	R\$ 128.300,46	Data	15/09/2017	Prazo 15/06/2018
Saldo	R\$ 727.035,96	Gestor	Cynthia	Aditivos 0

Identificação no PIRH-Doce:

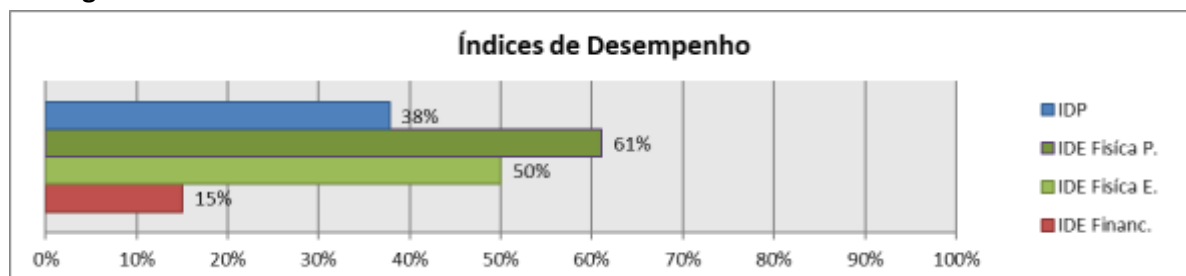
- Programa: Universalização do Saneamento
Subprograma: Programa de Expansão do Saneamento Rural – P42 – CBH Piranga
Porcentagem de desembolso: 28,57% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2017/2018)
- Programa: Qualidade de Água
Subprograma: Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos – P12 – CBH Piranga
Porcentagem de desembolso: 14,29% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2017/2018)
- Programa: Incremento de Áreas com Restrição de Uso
Subprograma: Programa de Recomposição de APPs e Nascentes – P52 – CBH Piranga
Porcentagem de desembolso: 57,14% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2017/2018)

Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P42 – CBH Piranga

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	6 meses
Processo de Seleção	45 dias	3-4 meses
Assinatura do Contrato	1 mês	1 semana
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	9 meses	3 meses (em andamento)

Cronograma Físico-Financeiro:

Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas: Devido à grandiosidade e complexidade do escopo do trabalho do Rio Vivo, a elaboração do Termo de Referência e Ato Convocatório demandou maior carga horária. O processo de seleção das empresas também ocorreu em um tempo maior, devido ao grande número de empresas participantes e, conseqüentemente, maior número de documentos e propostas a serem analisadas pela equipe da agência.

5.4. Previsão no Plano de Aplicação Plurianual – PAP

Em dezembro de 2015 o CBH-Doce aprovou a Deliberação nº 48, que institui o Plano de Aplicação Plurianual (PAP) da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, para o período de 2016 a 2020. Conforme a referida Deliberação e as que a alteram, foram distribuídos os recursos da União nas nove unidades estaduais de gestão de recursos hídricos (UGRH), dos estados do Espírito Santo e Minas Gerais, para os programas hidroambientais, programas de saneamento e para programas transversais.

Nas tabelas (Tabela 18, Tabela 19, Tabela 20, Tabela 21) abaixo encontram-se as previsões do PAP 2016-2020 para o P42.

Tabela 18 - Recursos totais repassados pela ANA, alocados ao P42

Recursos Repassados pela ANA	2016	2017	2018	2019	2020	Total
	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)
Programa de Expansão do Saneamento Rural (P42)						
Investimento Previsto no PAP	1.000	1.000	1.000	1.000	612	4.612
Investimento Realizado	0	122	0	0	0	122

Tabela 19 - Recursos repassados pela ANA para as UGRHs de Minas Gerais, alocados ao P42

Recursos Repassados pela ANA (Minas Gerais)	2016	2017	2018	2019	2020	Total
	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)
Programa de Expansão do Saneamento Rural (P42) - UGRH01 Piranga						
Investimento Previsto no PAP	124	124	124	124	-	498
Investimento Realizado	0	43	0	0	0	43
Programa de Expansão do Saneamento Rural (P42) - UGRH02 Piracicaba						
Investimento Previsto no PAP	56	56	56	56	-	222
Investimento Realizado	0	5	0	0	0	5
Programa de Expansão do Saneamento Rural (P42) - UGRH03 Santo Antônio						
Investimento Previsto no PAP	105	105	105	105	-	420
Investimento Realizado	0	67	0	0	0	67
Programa de Expansão do Saneamento Rural (P42) - UGRH04 Suaçuí						
Investimento Previsto no PAP	209	209	209	209	209	1.043
Investimento Realizado	0	8	0	0	0	8
Programa de Expansão do Saneamento Rural (P42) - UGRH05 Caratinga						
Investimento Previsto no PAP	103	103	103	103	-	412
Investimento Realizado	0	0	0	0	0	0
Programa de Expansão do Saneamento Rural (P42) - UGRH06 Manhuaçu						
Investimento Previsto no PAP	112	112	112	112	112	558
Investimento Realizado	0	0	0	0	0	0
Total de Investimentos Previstos	708	708	708	708	320	3.152
Total de Investimentos Realizados	0	122	0	0	0	122

Tabela 20 - Recursos repassados pela ANA para as UGRHs do Espírito Santo, alocados ao P42

Recursos Repassados pela ANA (Espírito Santo)	2016	2017	2018	2019	2020	Total
	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)
Programa de Expansão do Saneamento Rural (P42) - UGRH07 Guandu						
Investimento Previsto no PAP	68	68	68	68	68	339
Investimento Realizado	-	-	-	-	-	-
Programa de Expansão do Saneamento Rural (P42) - UGRH08 Santa Maria do Rio Doce						

Investimento Previsto no PAP	75	75	75	75	75	376
Investimento Realizado	-	-	-	-	-	-
Programa de Expansão do Saneamento Rural (P42) - UGRH09 São José						
Investimento Previsto no PAP	149	149	149	149	149	745
Investimento Realizado	-	-	-	-	-	-
Total de Investimentos Previstos	292	292	292	292	292	1.460
Total de Investimentos Realizados	-	-	-	-	-	-

Tabela 21 - Recursos repassados pelo IGAM para as UGRHs de Minas Gerais, alocados ao P42

Recursos Repassados pela IGAM	2016	2017	2018	2019	2020	Total
	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)
Programa de Expansão do Saneamento Rural (P42) - UGRH01 Piranga						
Investimento Previsto no PAP	-	500	500	500	500	2.000
Investimento Realizado	0	34	0	0	0	34
Programa de Expansão do Saneamento Rural (P42) - UGRH02 Piracicaba						
Investimento Previsto no PAP	-	1.000	1.000	1.000	1.000	4.000
Investimento Realizado	0	95	0	0	0	95
Programa de Expansão do Saneamento Rural (P42) - UGRH03 Santo Antônio						
Investimento Previsto no PAP	960	960	960	960	960	4.800
Investimento Realizado	0	0	0	0	0	0
Programa de Expansão do Saneamento Rural (P42) - UGRH04 Suaçuí						
Investimento Previsto no PAP	300	-	-	-	-	300
Investimento Realizado	0	2	0	0	0	2
Programa de Expansão do Saneamento Rural (P42) - UGRH05 Caratinga						
Investimento Previsto no PAP	150	150	150	150	150	750
Investimento Realizado	0	0	0	0	0	0
Programa de Expansão do Saneamento Rural (P42) - UGRH06 Manhuaçu						
Investimento Previsto no PAP	-	-	-	-	-	-
Investimento Realizado	0	0	0	0	0	0
Total de Investimentos Previstos	1.410	2.610	2.610	2.610	2.610	11.850
Total de Investimentos Realizados	0	132	0	0	0	132

Em 2017, foram iniciados os processos de contratação de empresas para implementação das ações do Rio Vivo. Entretanto, cabe ressaltar que processos de licitação de empresas podem despende tempo para serem concluídos e, devido à grandiosidade do Rio Vivo, que inclusive teve as áreas de atuação das UGRHs divididas em vários lotes, muitas empresas participaram da concorrência e a análise das propostas e conclusão dos processos demandou maior tempo.

Os primeiros processos de contratação de empresas para o Rio Vivo, referentes aos Atos Convocatórios das UGRHs 1, 2 e 3, ocorreram de maio a setembro de 2017. Desse modo, os desembolsos com as contratações do Rio Vivo iniciaram apenas no quarto trimestre de 2017.

Entretanto, com o planejamento do Rio Vivo, muitos municípios das UGRHs 1, 2, 3 e 4 estão sendo contemplados e prevê-se que os investimentos iniciados em 2017 se estenderão até o ano de 2020 sem interrupções. O Rio Vivo nas demais UGRHs mineiras e capixabas já tem discussões em andamento e o processo de contratação de empresas está previsto para 2018.

As fontes de recurso a serem usadas para contratação de empresas de diagnósticos e projetos do Rio Vivo foram definidas para cada bacia da seguinte maneira:

- Piranga: ANA e IGAM.
- Piracicaba: totalmente IGAM, por ser uma bacia com elevada arrecadação estadual e sendo necessário investir os recursos disponíveis em caixa.
- Santo Antônio: ANA, por não ter sido previsto recurso IGAM para o P12.
- Suaçuí: ANA e IGAM.

Os contratos assinados com as empresas fiscalizadoras dos serviços das empresas de diagnósticos e projetos atuantes nas UGRHs 1, 2, 3 e 4 têm como fonte os recursos da ANA. Em 2017, foram pagos os produtos referentes à fiscalização do Rio Vivo nas UGRHs 1, 2 e 3.

5.5. Principais Deficiências e Dificuldades

Quanto às deficiências e dificuldades encontradas na implementação do P42 em conjunto com os programas P12 e P52, ver item 3.5 (Principais Deficiências e Dificuldades – P12) deste Relatório.

6. INCREMENTO DE ÁREAS LEGALMENTE PROTEGIDAS

6.1. Programa de Recomposição de APPS e Nascentes (P52)

6.2. Descrição

A bacia apresenta trechos em que há elevados índices de sólidos suspensos e áreas de intensa erosão do solo. Os efeitos da mata ciliar sobre a retenção de sólidos e manutenção de margens são conhecidos, e a instalação de uma unidade de demonstração favorece a multiplicação de iniciativas semelhantes. A utilização inadequada da bacia favorece a destruição de nascentes, o que eleva a importância dos eventos críticos de seca, com desabastecimento humano e animal nas áreas rurais e redução da vazão de base em toda a bacia.

Em função de questões legais e mesmo ambientais, a restauração de áreas degradadas hoje tem se concentrado principalmente no ambiente ciliar. Apesar das matas ciliares estarem protegidas, na legislação, há quase meio século não foram poupadas da desenfreada degradação das formações naturais. Com o cumprimento da exigência legal dos órgãos fiscalizadores nas últimas décadas, as cobranças judiciais obrigando a conservação e restauração das formações ciliares, passaram a ser cada vez mais frequentes e exigentes na qualidade das ações propostas. Há um consenso de que a questão da degradação das matas ciliares é um dos problemas mais comuns quando se pretende a recuperação da condição dos cursos d'água, tendo sido identificado um alto déficit de matas ciliares ao longo da bacia do rio Doce.

O programa de Recomposição de Nascentes e APPs (P52) tem como objetivo levantamento de áreas críticas e prioritárias para recomposição ou adensamento de matas ciliares e de topos de morro, além de caracterização e recuperação de nascentes e áreas degradadas de sub-bacias piloto contemplando as seguintes ações:

- Mapear e definir trechos críticos e sub-bacias piloto com baixa cobertura de vegetação ciliar e de topo de morro para a recuperação de APPs, nascentes e áreas degradadas;
- Visitas a campo para avaliação das condições e da proposta de recuperação;
- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos por um período mínimo de 5 anos.

Para o programa de Recomposição de Nascentes e APPs (P52) a hierarquização dos estudos, planos, projetos e ações priorizados do PIRH/PARHs Doce, com espacialização por unidade de gestão de recursos hídricos, serão atendidos com os seguintes critérios:

- Áreas onde há intensa erosão do solo;
- Áreas cujas nascentes se caracterizam como manancial de abastecimento público;
- Áreas de cabeceiras de cursos d'água, no sentido da nascente para a foz;
- Áreas no entorno de unidades de conservação;
- Regiões com ocorrência de eventos críticos de seca com desabastecimento humano e animal nas áreas rurais e redução da vazão de base em toda a bacia;

- Áreas com inserção ou proximidade de arranjos institucionais favoráveis a efetivar as parcerias para desenvolvimento do programa;

Visita a campo para avaliação das condições e análise da proposta de recuperação.

6.3. Contratações e Resultados

O Programa de Recomposição de APP's e Nascentes – P52 vem sendo implementado na bacia do rio Doce de duas maneiras. Uma dessas maneiras consiste na implementação do P52 de maneira isolada nas UGRHs 3, 5, 7, 8 e 9. A Figura 3 apresenta os municípios onde esta ação está em andamento.



Figura 3 – Municípios atendidos pelo Programa P52.

A segunda maneira de implementação do P52 está de acordo com o art. 8º, inciso IV, do ANEXO da Deliberação CBH-Doce nº 48 de dezembro de 2015, Plano de Aplicação Plurianual 2016/2020, onde consta que, visando a otimização das ações, os programas P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos, P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes e P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural serão preferencialmente implementados em conjunto.

Maiores detalhes sobre a implementação conjunta dos programas P12, P52 e P42 podem ser observados no item 3.3 (Contratações e Resultados - P12) deste Relatório.

➤ **Contrato nº 31/2017**

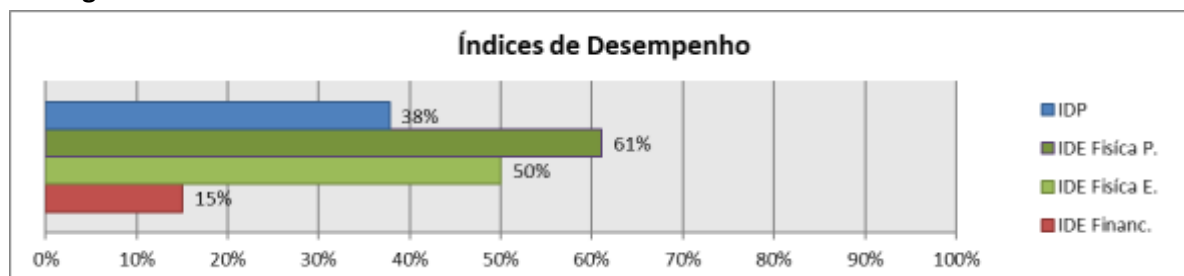
Contrato 31/2017	Programa	P12 / P52 / P42	Recursos	IGAM /	
Alocação	CBH Piranga / /				
Objeto	Este contrato tem por objeto a prestação de serviços de diagnósticos e projetos em imóveis rurais na UGRH 1 – Piranga, em atendimento aos Programas Hidroambientais: P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos e P52 - Programa de Recomposição de APPs e nascentes; e ao Programa de Saneamento: P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural				
Valor	R\$ 855.336,42	Contratado	Fundação Educacional Caratinga - FUNEC		
Pago	R\$ 128.300,46	Data	15/09/2017	Prazo	15/06/2018
Saldo	R\$ 727.035,96	Gestor	Cynthia	Aditivos	0

Identificação no PIRH-Doce:

- **Programa:** Incremento de Áreas com Restrição de Uso
Subprograma: Programa de Recomposição de APPs e Nascentes – P52 – CBH Piranga
Porcentagem de desembolso: 57,14% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2017/2018)
- **Programa:** Universalização do Saneamento
Subprograma: Programa de Expansão do Saneamento Rural – P42 – CBH Piranga
Porcentagem de desembolso: 28,57% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2017/2018)
- **Programa:** Qualidade de Água
Subprograma: Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos – P12 – CBH Piranga
Porcentagem de desembolso: 14,29% (Percentual obtido com base na previsão do PAP para os exercícios de 2017/2018)

Modalidade de Aplicação: Indireta**Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual:** P52 – CBH Piranga**Prazos Previstos e Realizados:**

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	6 meses
Processo de Seleção	45 dias	3-4 meses
Assinatura do Contrato	1 mês	1 semana
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	9 meses	3 meses (em andamento)

Cronograma Físico-Financeiro:

Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas: Devido à grandiosidade e complexidade do escopo do trabalho do Rio Vivo, a elaboração do Termo de Referência e Ato Convocatório demandou maior carga horária. O processo de seleção das empresas também ocorreu em um tempo maior, devido ao grande número de empresas participantes e, conseqüentemente, maior número de documentos e propostas a serem analisadas pela equipe da agência.

6.4. Previsão no Plano de Aplicação Plurianual - PAP

Em dezembro de 2015 o CBH-Doce aprovou a Deliberação nº 48, que institui o Plano de Aplicação Plurianual (PAP) da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, para o período de 2016 a 2020. Conforme a referida Deliberação e as que a alteram, foram distribuídos os recursos da União nas nove unidades estaduais de gestão de recursos hídricos (UGRH), dos estados do Espírito Santo e Minas Gerais, para os programas hidroambientais, programas de saneamento e para programas transversais.

Na Tabela 22, Tabela 23 e Tabela 24 temos a comparação entre o previsto no PAP e o realizado pelo IBIO alocados ao Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52), com a fonte de recurso federal.

Tabela 22 - Recursos repassados pela ANA alocado ao P52

Recursos Repassados pela ANA	2016 (mil R\$)	2017 (mil R\$)	2018 (mil R\$)	2019 (mil R\$)	2020 (mil R\$)	Total (mil R\$)
Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52)						
Investimento Previsto no PAP	3.805	3.805	3.805	3.799	3.183	18.398
Investimento Realizado	355	1152	0	0	0	1507

No ano de 2017, para o Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52) o investimento realizado com o recurso da união foi de R\$ 1.152.000,00 (Um milhão cento e cinquenta e dois mil reais). Com esse investimento foram realizados pagamentos de produtos referentes aos contratos 34/2015, 33/2016, 30/2017, 32/2017, 33/2017, 34/2017, 38/2017, 40/2017, 41/2017 e 42/2017.

Os primeiros processos de contratação de empresas para o Rio Vivo, referentes aos Atos Convocatórios das UGRHs 1, 2 e 3, ocorreram de maio a setembro de 2017. Desse modo, os desembolsos com as contratações do Rio Vivo iniciaram apenas no quarto trimestre de 2017. Com o

planejamento do Rio Vivo, muitos municípios das UGRHs 1, 2, 3 e 4 estão sendo contemplados e prevê-se que os investimentos iniciados em 2017 se estenderão até o ano de 2020 sem interrupções.

O Rio Vivo nas demais UGRHs mineiras e capixabas já tem discussões em andamento e o processo de contratação de empresas está previsto para 2018.

Tabela 23 – Recurso Repassado pela ANA e alocado no estado de Minas Gerais – P52

Recursos Repassados pela ANA (Minas Gerais)	2016	2017	2018	2019	2020	Total
	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)
Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52) - UGRH01 Piranga						
Investimento Previsto no PAP	474	474	474	468	-	1.889
Investimento Realizado	0	164	0	0	0	164
Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52) - UGRH02 Piracicaba						
Investimento Previsto no PAP	211	211	211	211	211	1.057
Investimento Realizado	0	17	0	0	0	17
Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52) - UGRH03 Santo Antônio						
Investimento Previsto no PAP	399	399	399	399	251	1.847
Investimento Realizado	0	684	0	0	0	684
Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52) - UGRH04 Suaçuí						
Investimento Previsto no PAP	794	794	794	794	794	3.969
Investimento Realizado	1	29	0	0	0	31
Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52) - UGRH05 Caratinga						
Investimento Previsto no PAP	392	392	392	392	392	1.958
Investimento Realizado	0	110	0	0	0	110
Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52) - UGRH06 Manhuaçu						
Investimento Previsto no PAP	424	424	424	424	424	2.122
Investimento Realizado	0	0	0	0	0	0
Total de Investimentos Previstos	2.694	2.694	2.694	2.688	2.072	12.842
Total de Investimentos Realizados	1	1004	0	0	0	1006

Tabela 24 – Recursos Repassado pela ANA e alocado no estado do Espírito Santo – P52

Recursos Repassados pela ANA (Espírito Santo)	2016	2017	2018	2019	2020	Total
	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)
Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52) - UGRH07 Guandu						
Investimento Previsto no PAP	258	258	258	258	258	1.289
Investimento Realizado	158	35	0	0	0	193
Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52) - UGRH08 Santa Maria do Doce						
Investimento Previsto no PAP	286	286	286	286	286	1.431
Investimento Realizado	83	48	0	0	0	131
Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52) - UGRH09 São José						
Investimento Previsto no PAP	567	567	567	567	567	2.836
Investimento Realizado	113	64	0	0	0	177
Total de Investimentos Previstos	1.111	1.111	1.111	1.111	1.111	5.556
Total de Investimentos Realizados	353	148	0	0	0	501

Na Tabela 25 está a comparação entre o previsto no PAP e o realizado pelo IBIO alocados ao Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52) nas 6 unidades estaduais de gestão de recursos hídricos (UGRH), do estado de Minas Gerais, com os recursos provenientes da cobrança pelo uso da água arrecadada na área de abrangência das bacias hidrográficas dos afluentes mineiros do rio Doce.

Tabela 25 - Recursos repassados pelo IGAM alocado ao P52

Recursos Repassados pelo IGAM (Minas Gerais)	2016	2017	2018	2019	2020	Total
	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)
Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52) - UGRH01 Piranga						
Investimento Previsto no PAP	500	1000	1000	1000	1000	4.500
Investimento Realizado	0	69	0	0	0	69
Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52) - UGRH02 Piracicaba						
Investimento Previsto no PAP	4000	6500	6500	6500	6500	30.000
Investimento Realizado	0	620	0	0	0	620
Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52) - UGRH03 Santo Antônio						
Investimento Previsto no PAP	960	960	960	960	960	4.800
Investimento Realizado	0	0	0	0	0	0
Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52) - UGRH04 Suaçuí						
Investimento Previsto no PAP	500	500	0	0	0	1.000
Investimento Realizado	0	8	0	0	0	8

Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52) - UGRH05 Caratinga						
Investimento Previsto no PAP	250	250	250	250	250	1.250
Investimento Realizado	0	0	0	0	0	0
Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52) - UGRH06 Manhuaçu						
Investimento Previsto no PAP	0	290	290	290	290	1.160
Investimento Realizado	0	0	0	0	0	0
Total de Investimentos Previstos	6.210	9.500	9.000	9.000	9.000	42.710
Total de Investimentos Realizados	0	696	0	0	0	696

Na UGRH Piranga, o investimento realizado em 2017, referente ao Programa P52, ocorreu no âmbito da iniciativa Rio Vivo. Foram realizados pagamentos dos Produtos 1, 2 e 3 à empresa contratada por meio do Contrato 31/2017.

6.5. Principais Deficiências e Dificuldades

Quanto às deficiências e dificuldades encontradas na implementação do P52 em conjunto com os programas P12 e P42, ver item 3.5 (Principais Deficiências e Dificuldades - P12) deste Relatório.

7. IMPLEMENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

7.1. Fortalecimento dos Comitês (P61.2)

7.2. Descrição

A lógica descentralizada do sistema de gerenciamento de recursos hídricos necessita de uma participação consciente, efetiva e representativa da população e das instituições nos comitês de bacia, o que não ocorre na maioria das vezes. O papel institucional dos comitês assume cada vez mais importância à medida que o sistema vai sendo consolidado e pelo aumento da exigência da observância das leis referentes. No entanto, se a participação da população e das instituições não for efetiva ou representativa, as decisões do sistema poderão não ser compreendidas ou aceitas pelos usuários, dificultando a consolidação do sistema.

O objetivo do programa é promover ações institucionais para ampliar a visibilidade e alcance dos Comitês de Bacia Hidrográfica que compõe da bacia do Rio Doce, além de viabilizar a realização de reuniões plenárias, de câmaras técnicas e eventos de interesse dos Comitês. O IBIO, atuando como Secretaria Executiva dos Comitês da bacia, tem como papel a efetivação de tais objetivos.

Entre 2012 e 2017 foram realizadas atividades, planejamento e contratações para atender aos objetivos do sistema. O objetivo é promover a divulgação, o fortalecimento e ampliação da visibilidade da ação dos Comitês de Bacia Hidrográfica, objetivando uma maior participação da sociedade e das instituições no sistema e uma melhor identificação do papel institucional dos Comitês, favorecendo o diálogo e as articulações institucionais.

7.3. Contratações e Resultados

Todas as contratações realizadas para atendimentos às demandas dos Comitês estão relacionadas a dois tipos de serviços específicos.

Um deles relacionados a serviços considerados transversais, que são aqueles que atendem a mais de um programa do PAP ao mesmo tempo, assim como às demandas administrativas do IBIO. São contratos relacionados à aquisição de passagens aéreas, locação de veículos, serviços de motorista, realização de eventos, etc. Os serviços considerados transversais são apresentados no item 9 deste relatório.

Outro tipo de serviço contratado está relacionado ao fortalecimento da imagem dos Comitês com ações de divulgação e comunicação. Todas as contratações realizadas podem ser acompanhadas no Portal de Acompanhamento das Ações dos Comitês de Bacia do Rio Doce, que pode ser acessado no endereço www.cbhdoce.org.br/portal.

7.4. Previsão no Plano de Aplicação Plurianual - PAP

A execução das ações deste programa está diretamente relacionada ao plano de trabalho dos Comitês, elaborado com apoio do IBIO e das demandas que surgem ao longo do ano. Desta forma, todo o recurso desembolsado em 2017 foi fruto de demandas geradas pelos Comitês, que estão relacionadas a viagens, promoção de eventos, realização de Reuniões Plenárias e Câmaras Técnicas, entre outras atividades ligadas à gestão de recursos hídricos, etc. Ações diretamente relacionadas ao desenvolvimento dos demais programas do PAP, tendo em vista que custeiam as reuniões em que os comitês deliberam sobre as ações que serão realizadas em prol da revitalização da Bacia.

Nas tabelas (Tabela 26, Tabela 27, Tabela 28, Tabela 29) apresentamos a comparação entre o previsto no PAP 2016/2020 e o realizado pelo IBIO.

Tabela 26 – Recursos Repassados pela ANA e alocados no Programa P61.2

Recursos Repassados pela ANA	2016	2017	2018	2019	2020	Total
	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)
Fortalecimento dos Comitês (P61.2)						
Investimento Previsto no PAP	1.305	1.135	1.200	1.200	1.200	6.040
Investimento Realizado	1.173	842	0	0	0	2.015

Tabela 27 – Recursos repassados pela ANA alocado no estado de Minas Gerais - P61.2

Recursos Repassados pela ANA (Minas Gerais)	2016	2017	2018	2019	2020	Total
	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)
Fortalecimento dos Comitês (P61.2) - CBH Doce						
Investimento Previsto no PAP	240	200	200	200	200	1.040
Investimento Realizado	230	179	0	0	0	409
Fortalecimento dos Comitês (P61.2) - CBH Piranga						
Investimento Previsto no PAP	120	80	100	100	100	500
Investimento Realizado	117	67	0	0	0	184
Fortalecimento dos Comitês (P61.2) - CBH Piracicaba						
Investimento Previsto no PAP	100	100	100	100	100	500
Investimento Realizado	98	94	0	0	0	192
Fortalecimento dos Comitês (P61.2) - CBH Santo Antônio						
Investimento Previsto no PAP	125	75	100	100	100	500

Investimento Realizado	104	95	0	0	0	200
Fortalecimento dos Comitês (P61.2) - CBH Suaçuí						
Investimento Previsto no PAP	120	80	100	100	100	500
Investimento Realizado	107	87	0	0	0	194
Fortalecimento dos Comitês (P61.2) - CBH Caratinga						
Investimento Previsto no PAP	100	100	100	100	100	500
Investimento Realizado	99	75	0	0	0	174
Fortalecimento dos Comitês (P61.2) - CBH Manhuaçu						
Investimento Previsto no PAP	100	100	100	100	100	500
Investimento Realizado	98	57	0	0	0	154
Total de Investimentos Previstos	905	735	800	800	800	4.040
Total de Investimentos Realizados	854	653	0	0	0	1507

Tabela 28 – Recursos repassados pela ANA alocado no estado do Espírito Santo - P61.2

Recursos Repassados pela ANA (Espírito Santo)	2016	2017	2018	2019	2020	Total
	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)
Fortalecimento dos Comitês (P61.2) - CBH Guandu						
Investimento Previsto no PAP	100	100	100	100	100	500
Investimento Realizado	99	39	0	0	0	138
Fortalecimento dos Comitês (P61.2) - CBH Santa Maria do Doce						
Investimento Previsto no PAP	100	100	100	100	100	500
Investimento Realizado	100	26	0	0	0	125
Fortalecimento dos Comitês (P61.2) - CBH Pontões e Lagoas do Doce, CBH Barra Seca e Foz do Rio Doce						
Investimento Previsto no PAP	200	200	200	200	200	1.000
Investimento Realizado	120	124	0	0	0	244
Total de Investimentos Previstos	400	400	400	400	400	2.000
Total de Investimentos Realizados	319	189	0	0	0	508

Tabela 29 – Recursos repassados pelo IGAM alocado ao P61.2

Recursos Repassados pela IGAM	2016 (mil R\$)	2017 (mil R\$)	2018 (mil R\$)	2019 (mil R\$)	2020 (mil R\$)	Total (mil R\$)
Fortalecimento dos Comitês (P61.2) - CBH Piranga						
Investimento Previsto no PAP	100	100	100	100	100	500
Investimento Realizado	19	50	0	0	0	69
Fortalecimento dos Comitês (P61.2) - CBH Piracicaba						
Investimento Previsto no PAP	100	100	100	100	100	500
Investimento Realizado	1	27	0	0	0	27
Fortalecimento dos Comitês (P61.2) - CBH Santo Antônio						
Investimento Previsto no PAP	100	100	100	100	100	500
Investimento Realizado	6	17	0	0	0	23
Fortalecimento dos Comitês (P61.2) - CBH Suaçuí						
Investimento Previsto no PAP	100	100	100	100	100	500
Investimento Realizado	16	40	0	0	0	56
Fortalecimento dos Comitês (P61.2) - CBH Caratinga						
Investimento Previsto no PAP	100	100	100	100	100	500
Investimento Realizado	7	42	0	0	0	49
Fortalecimento dos Comitês (P61.2) - CBH Manhuaçu						
Investimento Previsto no PAP	100	100	100	100	100	500
Investimento Realizado	10	29	0	0	0	39
Total de Investimentos Previstos	600	600	600	600	600	3000
Total de Investimentos Realizados	58	206	0	0	0	264

7.5. Principais Deficiências e Dificuldades

Entendemos que a insuficiência dos recursos alocados para despesas administrativas (7,5% dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos) para custeio das sedes dos Comitês, assim como para arcar com despesas equipe de apoio e de escritório é a principal deficiência e limitação para implementar as ações de fortalecimento dos comitês. É sabido que os Comitês, em sua maioria, entendem que o processo de fortalecimento passa pela estruturação de uma sede para que seja mais fácil realizar algumas atividades de divulgação, mobilização e apoio às Reuniões Plenárias e de Câmaras Técnicas, assim como na realização de alguns eventos. Com a limitação financeira vivenciada pela Entidade Delegatária/Equiparada, não há possibilidade de realizarmos tais investimentos, o que compromete, em alguns casos, o fortalecimento dos Comitês. Desta forma, as ações de fortalecimento têm como foco de investimento o custeio de despesas de viagem dos membros e convidados dos comitês, ações de comunicação e realização de Reuniões

Plenárias, de Câmaras Técnicas e alguns eventos demandados pelos Comitês. Após o ano de 2017, em que a equipe da entidade delegatária foi ampliada, houve melhoria na agilidade e qualidade do atendimento nas ações relacionadas ao fortalecimento dos comitês. No entanto a equipe ainda tem a capacidade operacional limitada frente ao volume de demandas apresentado pelos comitês. Seguem abaixo fotografias de algumas reuniões e eventos promovidos pelo CBH-Piranga em 2017, bem como tabela contendo informações sobre as principais atividades realizadas ao longo do ano.

Tabela 30 - Reuniões Plenárias (Ordinárias e Extraordinárias) realizadas pelo CBH Piranga no ano de 2017

Data	Município	Reuniões
Reuniões Ordinárias		
21/02/2017	Ponte Nova/MG	15ª Reunião Ordinária do CBH-Piranga
04/05/2017	Ponte Nova/MG	16ª Reunião Ordinária do CBH-Piranga
11/07/2017	Ponte Nova/MG	17ª Reunião Ordinária do CBH-Piranga
05/09/2017	Ponte Nova/MG	18ª Reunião Ordinária do CBH-Piranga
Reuniões Extraordinárias		
21/02/2017	Ponte Nova/MG	10ª Reunião Extraordinária do CBH-Piranga
06/11/2017	Ponte Nova/MG	11ª Reunião Extraordinária do CBH-Piranga

Tabela 31 - Reuniões de Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho do CBH-Piranga em 2017

Data	Município	Reuniões
20/02/2017	Ponte Nova/MG	Reunião da CTPP do CBH - Piranga
20/02/2017	Ponte Nova/MG	Reunião da CTCEI do CBH-Piranga
10/07/2017	Ponte Nova/MG	Reunião da CTPP do CBH-Piranga
04/09/2017	Ponte Nova/MG	Reunião da CTPP do CBH-Piranga
24/10/2017	Ponte Nova/MG	Reunião da CTOC do CBH-Piranga
25/10/2017	Ponte Nova/MG	Reunião da CTPP do CBH-Piranga
07/11/2017	Ponte Nova/MG	Reunião da CTPP do CBH-Piranga

Tabela 32 - Reuniões promovidas pelo CBH-Piranga em 2017

Data	Município	Reuniões
03/05/2017	Ponte Nova/MG	2º Seminário de Saneamento Básico do CBH-Piranga
20/09/2017	Viçosa/MG	Mobilização inicial para implementação do Rio Vivo na Bacia Hidrográfica do Rio Piranga

Tabela 33 - Reuniões com a participação do CBH-Piranga em 2017

Data	Município	Reuniões
18 e 19/10/2017	Linhares/ES	VI Encontro de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Doce
07 a 10/11/2017	Aracaju/SE	Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (Encob)
Bimestralmente	Diversos	Reuniões do Fórum Mineiro de Comitês



Figura 4 - Reunião Ordinária do CBH-Piranga, realizada em fevereiro de 2017



Figura 5 - 2º Seminário de Saneamento Básico do CBH-Piranga

8. IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DO PIRH DOCE

8.1. Programa Comunicação do Programa de Ações (P71)

8.2. Descrição

O programa de comunicação tem por objetivo dar visibilidade às ações implementadas no âmbito do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (PIRH) e seus respectivos planos de ação (PARHs), sobretudo no que se refere aos programas hierarquizados no plano de aplicação plurianual dos recursos da cobrança pelo uso da água na bacia (PAP-Doce). A execução eficiente do programa de comunicação cria um ambiente favorável, que permite a ampliação da visibilidade e o conseqüente fortalecimento institucional dos comitês e do IBIO, reforçando a importância destes na sociedade e possibilitando a formação de importantes parcerias para uma gestão eficiente dos recursos hídricos.

8.3. Contratações e Resultados

✓ Contrato 06/2013

Contrato 06/2013	Programa	P71 /	Recursos	ANA / IGAM
Alocação	Transversal / /			
Objeto	Contratação de empresa especializada para planejamento e elaboração de programa de comunicação e relacionamento, prestação de serviços de consultoria e assessoria de imprensa, criação e produção editorial de publicações para os Comitês da Bacia Hidrográfica do Rio Doce e a Agência de Água da Bacia Hidrográfica do rio Doce.			
Valor	R\$ 1.440.608,13	Contratado	Prefácio Comunicação Ltda.	
Pago	R\$ 1.330.691,28	Data	25/03/2013	Prazo 29/03/2018
Saldo	R\$ 109.916,85	Gestor	Juliana	Aditivos 6

Identificação no PIRH-Doce:

Programa: Implementação das Ações do PIRH Doce.

Subprograma: Comunicação Social P71 - Toda a Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

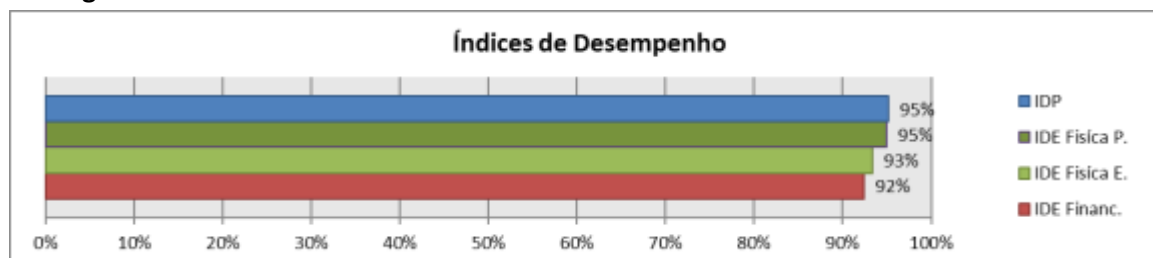
Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P71 - Toda a Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

Prazos Planejados e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	3 meses
Processo de Seleção	45 dias	3 meses
Assinatura do Contrato	1 mês	1 semana

Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	12 meses	57 meses (em andamento)

Cronograma Físico-Financeiro:

A seguir são apresentados os principais resultados gerados a partir da contratação da empresa especializada em planejamento e elaboração de programa de comunicação e relacionamento, prestação de serviços de consultoria e assessoria de imprensa, criação e produção editorial de publicações para os Comitês da Bacia Hidrográfica do Rio Doce e a Agência de Água da Bacia Hidrográfica do rio Doce.

Em 2017 não foi utilizado recurso IGAM para a execução destas atividades. No entanto, como se trata de uma ação que contempla toda a bacia, foi feito atendimento ao CBH-Piranga.

Releases: Para divulgar as ações dos comitês, realizadas ao longo do ano, foram elaborados diversos releases, encaminhados aos conselheiros, imprensa, parceiros, órgãos gestores e postados nos sites dos CBHs e IBIO. Segue abaixo link no site do CBH-Piranga para acesso aos principais releases produzidos ao longo do ano de 2017: <http://www.cbhpiranga.org.br/categoria/noticias>

Estruturação e manutenção de mailing list: A Prefácio reúne e mantém os contatos de e-mail atualizados a fim de assegurar a disseminação da informação. Estão estruturados para envio de informações, conforme a demanda, os seguintes *mailings*.

- ✓ Membros dos comitês por comitê.
- ✓ Membros de Câmaras Técnicas por comitê.
- ✓ Comunidade – pessoas chave (uma lista por sub-bacia).
- ✓ Órgãos gestores.
- ✓ Prefeituras (uma lista por sub-bacia).
- ✓ Usuários (uma lista por sub-bacia).
- ✓ Escolas (uma lista por sub-bacia).
- ✓ Imprensa mineira.
- ✓ Imprensa capixaba.
- ✓ Imprensa regional (uma lista por sub-bacia).
- ✓ Imprensa Estadual e Nacional
- ✓ Outras listas de acordo com a necessidade e a estratégia.

Clipping: A fim de repercutir as aparições na imprensa são divulgados os clippings de todo o conteúdo publicado relacionado aos Comitês e ao IBIO. Segue abaixo exemplo de clipping encaminhado para a lista de contatos que a empresa de comunicação mantém atualizada. Todo o

material também está publicado no site do CBH-Doce e pode ser acessado no seguinte link: <http://www.cbhdoce.org.br/category/clipping>

CANAIS DE COMUNICAÇÃO

Boletim Comunique-se: newsletter com informações a respeito do trabalho de comunicação executado para os Comitês e IBiO. O boletim é enviado mensalmente ao mailing atualizado. Todas as edições podem ser acessadas no site do CBH-Doce: <http://www.cbhdoce.org.br/comunicacao/boletim-comunique-se>

Abaixo segue exemplo de boletim “Comunique-se”, veiculado em 2017:



Figura 6 – Boletim de ações de Comunicação

Fique Por Dentro: newsletter com ações dos Comitês e da agência, voltada para membros de todos os CBHs, parceiros, órgãos gestores e colaboradores do IBiO. O link contendo todos os boletins Fique Por Dentro está disponível no site do CBH-Doce: <http://www.cbhdoce.org.br/comunicacao/boletim-fique-por-dentro>

Na figura abaixo está ilustrada parte do boletim Fique por Dentro, veiculado em abril/2017.

Abri/2017

Fique Por Dentro

Boletim on-line informativo da Bacia do Rio Doce

CBH-Piracicaba promove seminário de Saneamento

A segunda edição do Seminário de Saneamento Básico do CBH-Piracicaba, realizada nos dias 28 e 29 de março, em Itabira, reuniu representantes de municípios da bacia, especialistas, órgãos reguladores e entidades financiadoras para sanar uma dúvida frequente entre gestores municipais: o que fazer para implantar efetivamente as ações previstas no PMSB.

[Veja a cobertura completa](#)

CBH-Piracicaba/MG promove seminário sobre educação ambiental

[Confira](#)

CBH-Doce apresenta proposta para Fundação Renova

[Confira](#)

Figura 7 – Boletim Fique Por Dentro

IBIO Informa: newsletter com informações acerca das ações do IBIO, no exercício das funções de agência de água. O conteúdo é destinado a todos os comitês, órgãos gestores, parceiros e colaboradores do IBIO. Neste link estão disponíveis todas as do boletim. <http://www.cbhdoce.org.br/comunicacao/boletim-ibio-agb-informa>

Na figura abaixo está exemplo de parte de um boletim IBIO Informa produzido no ano de 2017.



Figura 8 – Boletim IBIO Informa

Sites: Em 2013 foram criados os sites para os nove Comitês afluentes. Já em 2014 foram reformulados os sites do CBH-Doce e IBiO. Ao longo de 2017, as páginas virtuais foram atualizadas periodicamente conforme demanda, sendo inserido, além das notícias, todo o conteúdo legal exigido nos Contratos de Gestão e documentos diversos relacionados à gestão de recursos hídricos. O site do CBH-Piranga pode ser acesso no seguinte endereço: www.cbhpiranga.org.br

Redes Sociais: *Fan page* ou página de fãs é uma página específica dentro do Facebook direcionada para empresas, marcas ou produtos, associações, sindicatos, autônomos, ou seja, qualquer organização com ou sem fins lucrativos que desejem interagir com os seus respectivos públicos na rede social. As páginas são atualizadas periodicamente com informações referentes aos comitês e assuntos relacionados aos recursos hídricos e ao meio ambiente. Seguem abaixo link de acesso à *fan page* do CBH-Piranga e *print* da referida página.

- CBH-Piranga: <https://www.facebook.com/cbhpiranga/?fref=ts>



Figura 9 - Fanpage CBH-Piranga

Criação de Templates: A fim de dinamizar e tornar mais atrativas as postagens, especialmente aquelas relacionadas a alguma data ou evento especial, foram desenvolvidos diversos *templates*. Também foram criadas peças para incentivo ao uso racional da água e para divulgar a história das cidades que integram a região. Segue abaixo modelo de template criado para o CBH-Piranga:



Figura 10 - Template para divulgação do processo eleitoral do CBH-Piranga

Divulgação dos programas: A fim de divulgar os programas que estão sendo desenvolvidos pelo IBiO, por meio dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da água foram criadas artes especiais para publicação nos sites e nas redes sociais, além de envio de e-mail marketings. Segue abaixo, como exemplo, arte criada para divulgar edital de chamamento relacionado ao Programa de Universalização do Saneamento (P41).



Figura 11 – Arte para divulgação do Programa de Saneamento

Artes para eventos: Ao longo do ano, os Comitês demandaram a criação de diversas artes para peças relacionadas aos eventos realizados em 2017. Foram desenvolvidas artes para crachás, blocos, canetas, canecas, banners, certificados, entre outros. Todas as peças foram criadas levando em consideração a temática dos eventos e visando dar visibilidade à imagem dos CBHs. Seguem abaixo alguns exemplos de materiais produzidos pela Prefácio ao longo do exercício.



Figura 12 - Convite criado para divulgar evento promovido pelo CBH-Piranga

Arte e textos para materiais institucionais: Foram desenvolvidas artes e elaborados textos para materiais institucionais produzidos pelos comitês, tais como: banners institucionais, folders institucionais, folders sobre os programas que estão sendo implementados na bacia, entre outras peças. Segue como exemplo parte da arte de folder produzido para divulgar as ações do "Rio Vivo".



Figura 13 - Folder criado para divulgar as ações do Rio Vivo

Stand ENCOB: A Prefácio desenvolveu o layout da do stand do CBH-Doce durante o XVIII Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (ENCOB), realizado no mês de novembro de 2017, em Aracaju/SE. O evento, que reuniu mais de 1.000 participantes de todo o país, sendo uma excelente oportunidade para divulgar a marca e as ações dos comitês em âmbito nacional. A Prefácio também realizou a cobertura e divulgação das informações sobre a participação dos representantes dos CBHs da Bacia do Rio Doce no evento.



Figura 14 - Stand do CBH-Doce durante o Encob 2017

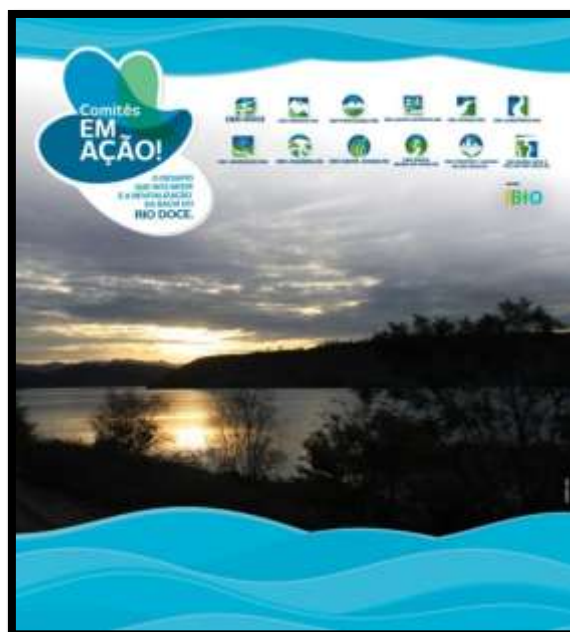


Figura 15 - Layout desenvolvido pela Prefácio para o stand do Encob

Arte para Agenda 2018: A empresa elaborou a arte da agenda diária para os comitês e o IBIO para o ano de 2018. A agenda é unificada para os comitês e traz, a cada mês um pouco sobre cada um dos CBHs que integram a bacia. Este ano também foram incluídos depoimentos sobre os resultados referentes aos programas que estão sendo executados. Abaixo, a capa da agenda, que será distribuída aos conselheiros e demais públicos de interesse.

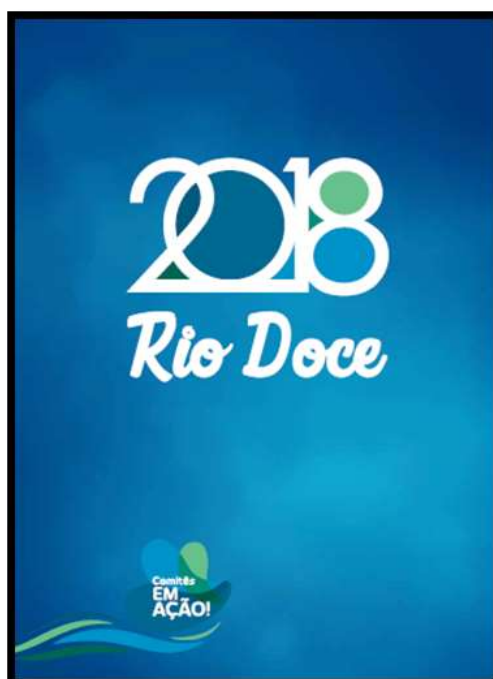


Figura 16 - Capa da Agenda 2018

Revista Rio Doce – 3ª Edição: Em 2017 foi lançada a terceira edição da revista rio Doce. A publicação, criada com o objetivo de discutir e divulgar os principais assuntos, projetos e programas de interesse na gestão dos recursos hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, teve como tema principal os projetos em execução e os benefícios que os mesmos trarão às comunidades da região. Abaixo, como ilustração, a capa da 3ª Edição da Revista Rio Doce.



Figura 17 – 3ª Edição da Revista Rio Doce

Assessoria de imprensa: A Prefácio também realizou o trabalho de assessoria de imprensa, através da elaboração de estratégias de divulgação das informações dos Comitês e do IBIO junto à imprensa. O trabalho de assessoria de imprensa consiste em fazer a ponte entre os comitês, o IBIO e a imprensa, por meio da divulgação de informações importantes e estratégicas e do relacionamento com os jornalistas, produtores e editores de rádio, televisão, jornais, revistas, sites e blogs. O objetivo é lançar mão da credibilidade que o jornalismo possui para formar a opinião do público. Os principais instrumentos são: sugestão de pauta, releases, contato com a imprensa, agendamento e acompanhamento de entrevistas e clippagem. Em 2017, a fim de estreitar o relacionamento com a imprensa e impulsionar a divulgação das ações foram feitas visitas *in loco* a órgãos de imprensa dos CBHs: Piranga, Piracicaba e Caratinga. Abaixo, segue foto de representante do CBH-Piranga durante entrevista acompanhada pela equipe de comunicação.



Figura 18 - Presidente do CBH-Piranga durante entrevista em Ponte Nova

Coberturas de eventos e reuniões: A equipe da Prefácio esteve presente nos principais eventos e reuniões promovidas pelos CBHs. Foi feita a cobertura fotográfica e jornalística dos encontros e redigidos textos que foram encaminhados aos membros, imprensa, parceiros, colaboradores do IBiO e postados no site e nas fan pages.

Campanha Comitês em Ação: Em 2017 foi lançada a campanha “Comitês em Ação”, com o slogan: “O desafio que nos move é a revitalização do Doce”. O objetivo é falar dos projetos, valorizar o trabalho dos comitês em prol do rio, mostrar os investimentos que estão sendo feitos. Segue abaixo peça criada como parte das ações da campanha, cuja logo foi aplicada em diversas peças.



Figura 19 - Peça utilizada no Facebook com aplicação da logo da campanha

Atualização de mailing: A Prefácio também é responsável por organizar o *mailing* dos contatos da imprensa. Manter esses dados sempre sistematizados e organizar é fundamental para o relacionamento com os jornalistas e a ampliação da visibilidade dos CBHs na mídia. Em suma, a Prefácio é responsável pelo planejamento e elaboração de programa de comunicação e relacionamento, prestação de serviços de consultoria e assessoria de imprensa, produção de conteúdo para os comitês que compõem a bacia hidrográfica do rio doce e a Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

➤ **Contrato nº 11/2014**

Contrato 11/2014	Programa	P71 / Custeio	Recurs	ANA / IGAM
Alocação	Transversal / /			
Objeto	Criação, implantação e suporte dos sites do IBIO AGB Doce e dos comitês da Bacia do Rio Doce, conforme as especificações técnicas contidas no Ato Convocatório nº 010/2014, que deu origem a presente contratação, da seguinte forma: a) Criação dos sites do IBIO AGB – DOCE e CBH – DOCE; b) Hospedagem dos sites IBIO AGB DOCE e COMITÊS; c) Implantação dos sites do IBIO – AGB DOCE e COMITÊS; d) Suporte dos sites IBIO AGB DOCE e COMITÊS.			
Valor	R\$ 72.599,61	Contratado	Prefácio Comunicação Ltda	
Pago	R\$ 61.484,94	Data	01/07/2014	Prazo 02/08/2017
Saldo	R\$ 11.114,67	Gestor	Gustavo	Aditivo 3

Identificação no PIRH-Doce:

Programa: Implementação das Ações do PIRH Doce

Subprograma: Comunicação Social P71 - Toda a Bacia Hidrográfica do Rio Doce

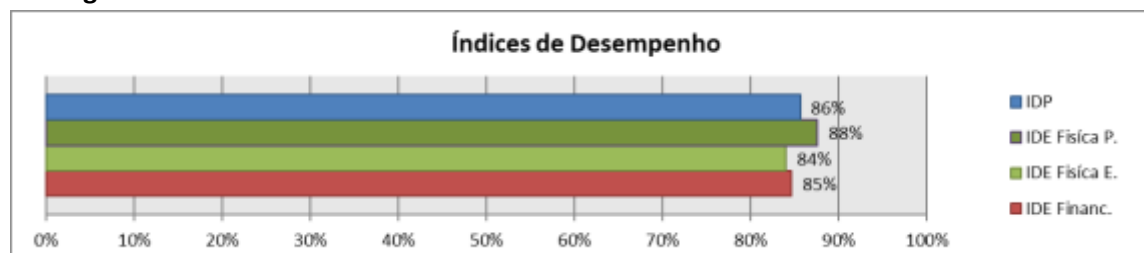
Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: P71 - Toda a Bacia Hidrográfica do Rio Doce

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	2 meses
Processo de Seleção	45 dias	1 mês
Assinatura do Contrato	1 mês	1 mês
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	49 meses	41 meses (em andamento)

Cronograma Físico-Financeiro:



Identificação dos Principais Atrasos e Justificativas: Não houve atraso.

Os sites, criados a partir do Contrato nº 11/2014, constituem importantes ferramentas para a divulgação das ações dos comitês, informações sobre a gestão de recursos hídricos e, sobretudo, dão transparência a todos os processos realizados com recursos da cobrança pelo uso da água. Segue abaixo, como modelo, *print* do site do CBH-Piranga:



Figura 20 - Página principal do Site do CBH-Piranga

8.4. Previsão no Plano de Aplicação Plurianual – PAP

A maior parte do recurso alocado no Programa de Comunicação (P71) foi utilizada para o pagamento da empresa contratada para assessoria e consultoria de comunicação, a Prefácio Comunicação, e para as viagens de seus funcionários no que se refere às coberturas das reuniões dos comitês e eventos realizados pelos comitês. O início do contrato de comunicação foi marcado pela produção do diagnóstico e elaboração do planejamento, visando dar mais visibilidade aos comitês e estruturar os canais de comunicação. Em 2017 foi possível realizar um trabalho mais especializado focando, por exemplo, no aprimoramento dos sites e redes sociais, ferramentas essenciais para dar visibilidade às ações do comitê. Ao longo do ano foram feitos textos e materiais institucionais dando ênfase aos programas que vem sendo desenvolvidos a partir dos recursos arrecadados com a cobrança, com ênfase no Rio Vivo e nas ações de saneamento. Também foram realizadas ações visando o estreitamento da relação com a imprensa, sendo que, na região, o comitê já está consolidado como fonte de informações sobre assuntos relacionados à gestão de recursos hídricos na Bacia do Rio Doce. A Tabela 34 apresenta os valores alocados com o Programa P71 no PAP 2016/2010 com recursos do Contrato de Gestão ANA.

Apesar de não haver previsão com recurso IGAM para o programa P71, e mesmo não havendo pagamentos com recurso IGAM, a contratação gera benefícios para todos os comitês estaduais. Vale

ressaltar que apesar do Contrato nº 06/2013 ter como fonte de recurso o Contrato de Gestão ANA e Contrato de Gestão IGAM, não existe nenhum pagamento com recurso estadual.

Tabela 34 – Recursos Repassados pela ANA e alocado no Programa P71

Recursos Repassados pela ANA	2016	2017	2018	2019	2020	Total
	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)	(mil R\$)
Programa de Comunicação Social (P71)						
Investimento Previsto no PAP	500	500	500	500	500	2.500
Investimento Realizado	508	434	0	0	0	943

8.5. Principais Deficiências e Dificuldades

Tornar os Comitês de Bacias Hidrográficas conhecidos pela sociedade em geral é um dos principais desafios dentro do Programa de Comunicação. Por se tratar de um modelo recente, grande parte da população desconhece o papel destes órgãos na gestão de recursos hídricos. A empresa contratada para realizar as atividades de comunicação na bacia juntamente com o IBIO têm traçado estratégias para ampliar a visibilidade dos comitês e suas ações através do estreitamento da relação com a imprensa, elaboração e distribuição de materiais institucionais, inserção dos mesmos nas redes sociais, reformulação dos sites, entre outras ações.

Outra dificuldade encontrada é identificar empresas especializadas a desenvolver certos tipos de serviço ou de fornecer determinados tipos de produto, o que dificulta o andamento dos atos de dispensa ou atos convocatórios, atrasando a produção dos materiais.

9. AÇÃO TRANSVERSAL

9.1. Locação de Veículos (com e sem motorista)

9.1.1. Descrição

A Bacia Hidrográfica do Rio Doce é um território amplo e diversificado, que abrange 228 municípios e onde há a atuação de 12 (doze) Comitês de Bacia Hidrográfica, sendo 01 (um) Comitê Federal, 06 (seis) Comitês Estaduais em Minas Gerais e 05 (cinco) Comitês Estaduais no Espírito Santo, todos atendidos pelo IBIO, no exercício das funções de Agência de Água. Considerando a necessidade expressa pelos membros destes Comitês em realizar deslocamentos frequentes para participar de reuniões, eventos, plenárias, reuniões de câmaras técnicas, etc. e a necessidade do IBIO em se deslocar para acompanhar a execução dos diversos contratos realizados, bem como as ações que envolvem os Comitês de Bacia, optamos por realizar a contratação de empresa especializada em locação de veículos pequenos e vans, assim como serviço de motorista, quando necessário.

9.1.2. Contratações e Resultados

➤ Contrato nº 24/2016

Contrato 24/2016	Programa	Transversal /	Recursos	ANA / ANA RA / IGAM
Alocação	Transversal / /			
Objeto	Este contrato tem por objeto a prestação de serviços de LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, destinados ao Instituto BioAtlântica (IBIO - AGB Doce), entidade delegatária e equiparada de funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, bem como à sua equipe e convidados, membros e convidados dos Comitês com atuação na bacia do Rio Doce e prestadores de serviço.			
Valor	R\$ 1.283.181,06	Contratado Locadora de veículos Locavip Ltda		
Pago	R\$ 552.803,39	Data	01/08/2016	Prazo 02/08/2018
Saldo	R\$ 1.981.265,90	Gestor	Juliana	Aditivos 2

Identificação no PIRH-Doce:

Programa: Ação Transversal

Subprograma: Ação Transversal

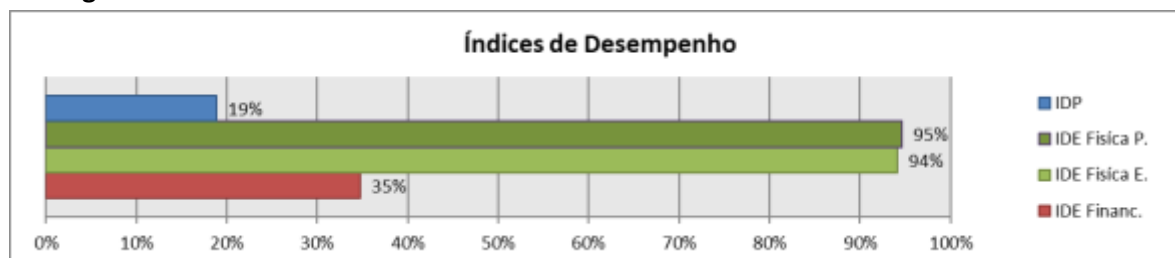
Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: Ação Transversal

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	2 meses
Processo de Seleção	45 dias	1 mês
Assinatura do Contrato	1 mês	1 semana
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	24 meses	16 meses (em andamento)

Cronograma Físico-Financeiro:



O contrato celebrado com a empresa Locavip Locadora de Veículos têm por objeto a prestação de serviços de LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, destinados ao Instituto BioAtlântica (IBIO), entidade delegatária e equiparada às funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, bem como à sua equipe e convidados, membros e convidados dos Comitês com atuação na Bacia do Rio Doce e prestadores de serviço. A partir dos veículos disponibilizados, é possível viabilizar a participação nas reuniões e demais eventos, essenciais para o efetivo desenvolvimento dos programas previstos no Plano de Recursos Hídricos.

O primeiro contrato referente à prestação de serviços de LOCAÇÃO DE VEÍCULO foi assinado em 2013, abrangendo os seguintes serviços: Veículo popular; Veículo executivo; Veículo mensal; Van; Motorista. No entanto, a partir de 2015, houve um aumento intenso da demanda de viagens, sobretudo após o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, que impactou diretamente o trabalho dos Comitês da Bacia do Rio Doce. Diante desse cenário, houve necessidade de ampliar emergencialmente o número de locações. Foi celebrado um contrato emergencial e, paralelamente, elaborado um novo termo de referência para a realização de uma nova licitação, em que foram alterados os quantitativos, a fim de atender à nova realidade. Além disso, foram inseridas novas modalidade de serviços: Veículo popular; Veículo executivo; Veículo intermediário; Caminhonete; Veículo mensal; Van; Motorista.

Atualmente está vigente o Contrato nº 24/2016, cujo processo foi realizado através do Ato Convocatório nº 04/2016. Este contrato abrange todos os serviços acima listados, visando atender à atual demanda dos comitês e da agência.

9.1.3. Principais Deficiências e Dificuldades

As dificuldades ligadas à locação de veículos começam desde a contratação da empresa para a prestação do serviço até o atendimento das demandas dos CBHs. Tendo em vista a extensão territorial da bacia e o número elevado de veículos que precisam estar à disposição, foi difícil conseguir empresas interessadas em participar do certame. Após a contratação, existe a dificuldade de gerenciamento do contrato, pois há grande volume de demanda e, muitas vezes, devido à urgência de realizar as atividades, os pedidos são recebidos com pouca antecedência. Soma-se isso à dificuldade de sublocação de veículos nas cidades de pequeno porte, o que torna a logística de atendimento ainda mais complexa e, ainda, a morosidade dos conselheiros em reunir os documentos comprobatórios e preencher corretamente os comprovantes de viagem. O processo de conferência após cada locação, visando dar transparência e garantir o bom uso do recurso público, é feito de forma detalhada, juntando toda a documentação necessária à correta prestação de contas.

9.2. Emissão de Passagens Aéreas

9.2.1. Descrição

Eventualmente, os conselheiros que compõem os Comitês de Bacias Hidrográficas, assim como os funcionários da agência e convidados, precisam realizar viagens de longa distância, sendo, em muitos casos, necessária a aquisição de passagens aéreas. Estas viagens ocorrem para a participação em eventos como o Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (ENCOB), realizado anualmente; reuniões com órgãos gestores (ANA, IGAM e AGERH); participação em eventos do Comitê Interfederativo – instância criada após o rompimento da Barragem de Fundão; entre outras atividades inerentes à gestão de recursos hídricos. Diante desta necessidade, foi realizado Ato Convocatório para contratação de empresa especializada, cujo objeto consiste em serviços de reserva, emissão, marcação, remarcação, revalidação, cancelamento e fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais, em voos regulares e não regulares, destinados à equipe e convidados do IBIO, membros e convidados dos comitês com atuação na bacia do rio Doce e prestadores de serviço.

9.2.2. Contratações e Resultados

➤ Contrato nº 25/2016

Contrato 25/2016	Programa	Transversal /	Recursos	ANA / ANA RA / IGAM	
Alocação	Transversal / /				
Objeto	Este Contrato tem por objeto a prestação dos serviços de aquisição e remarcação de passagens aéreas nacionais e internacionais, em voos regulares e não regulares, por meio de atendimento presencial ou por atendimento remoto (e-mail, sistema e telefone), destinados à equipe e convidados do IBIO – AGB Doce, membros e convidados dos comitês com atuação na bacia do Rio Doce.				
Valor	R\$ 620.203,49	Contratado	Leste Turismo Ltda		
Pago	R\$ 340.896,93	Data	02/09/2016	Prazo	03/09/2018
Saldo	R\$ 279.306,56	Gestor	Juliana	Aditivo 1	

Identificação no PIRH-Doce:

Programa: Ação Transversal

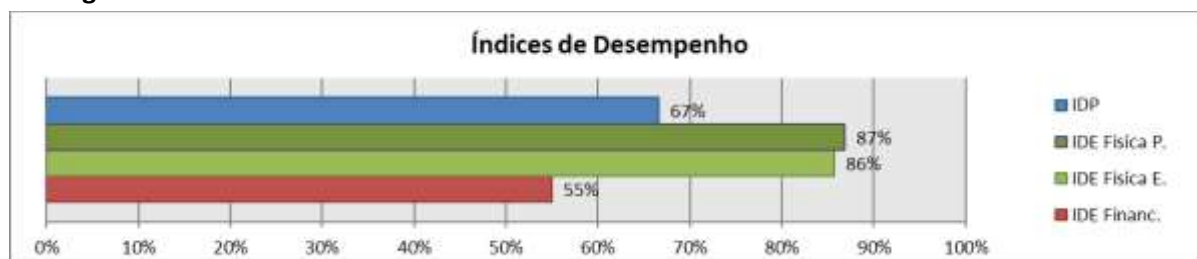
Subprograma: Ação Transversal

Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: Ação Transversal

Prazos Previstos e Realizados:

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	2 meses
Processo de Seleção	45 dias	1 mês
Assinatura do Contrato	1 mês	1 semana
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	24 meses	15 meses (em andamento)

Cronograma Físico-Financeiro:

O primeiro contrato referente à emissão de passagens áreas foi firmado em 2012, época em que a agência e os comitês estavam iniciando a estruturação dos trabalhos. Em 2016, tendo em vista a necessidade de aprimoramentos e ajustes nos quantitativos, foi realizado um novo Ato Convocatório. Ambas as concorrências foram vencidas pela empresa LESTE TURISMO.

A aquisição de passagens possibilita o deslocamento dos membros de comitê, convidados e funcionários do IBIO para eventos importantes ligados às questões ambientais e hídricas, realizados em cidades mais distantes, como, por exemplo, o Encob, em 2017 realizado na cidade de Aracaju; Reuniões do Comitê Interfederativo e outros eventos envolvendo a Fundação Renova, realizados, na maioria das vezes, em Brasília; atividades na sede do IBIO Institucional, localizada Rio de Janeiro, reuniões com a ANA (Brasília), IGAM (Belo Horizonte), AGERH (Vitória) entre outras. Abaixo, segue foto de conselheiros e convidados em eventos cuja compra das passagens aéreas foi feita pela Leste Turismo.



Figura 21 – Presidente do CBH-Piranga e conselheiros de outros CBHs no Encob 2017 – Aracaju/SE



Figura 22 - Conselheiros do CBH-Doce e CBHs afluentes em seminário, promovido pelo IBAMA – Brasília/DF.

9.2.3. Principais Deficiências e Dificuldades

Entre os principais entraves encontrados na gestão deste contrato, está a disponibilidade de voos, tendo em vista que muitas das cidades não possuem aeroporto e, aquelas que possuem, não dispõem de muitos horários. Desta forma, é necessária uma complexa logística para viabilizar o deslocamento da cidade de origem até o aeroporto mais próximo, compatibilizando os horários dos voos e eventos, de forma a garantir, ainda, o melhor custo benefício. Outro problema, que dificulta o atendimento, são as reuniões agendadas com pouco prazo, que demandam a aquisição de passagens imediatas, nem sempre disponíveis.

9.3. Organização e Execução de Eventos

9.3.1. Descrição

Esta ação está relacionada à contratação de empresa especializada na execução de organização de eventos demandados pelos comitês, assim como apoio à realização de plenárias, reuniões de câmaras técnicas ou qualquer outra demanda que surgir como na divulgação de um programa do PAP. O termo de referência é bastante amplo e foi feito a fim de contemplar quatro eixos principais:

- ITEM 1: Fornecimento de estrutura organizacional e de apoio;
- ITEM 2: Fornecimento de Hospedagem;
- ITEM 3: Fornecimento de alimentação;
- ITEM 4: Fornecimento de serviços gráficos.

São contemplados os seguintes produtos/serviços:

- Locação de espaço para eventos com capacidade para 200 e para 50 pessoas;
- Profissionais para fazer a moderação e relatoria do evento;
- Recepcionistas para eventos; Operador de som, que ficará responsável também pela gravação do evento em meio digital;
- Operador de equipamento de informática, que ficará responsável pela operação do equipamento audiovisual;
- Sistema de sonorização e gravação;
- Equipamento do tipo Datashow com resolução mínima de 1.500 lúmenes e microcomputador;
- Microcomputador a ser locado em eventos quando necessário;
- Serviços de degravação dos registros digitais (gravações) oriundas das discussões feitas durante o evento;
- Serviços de relatório consubstanciado feito pelo moderador;
- Diárias de stands compostos de tenda tipo Gazebo;
- Serviços de hospedagens para convidados dos comitês em eventos realizados;
- Serviços de alimentação, lanche ou almoço em eventos ou reuniões plenários e câmaras técnicas;
- Serviços gráficos relacionados à realização dos eventos como confecção de crachás, canetas, blocos de anotações, bolsas ecológicas, pastas, certificados de participação, folders, cartazes e banners.

9.3.2. Contratações e Resultados

✓ Contrato nº 19/2013

Contrato 19/2013	Programa	Transversal /	Recursos	ANA / IGAM
Alocação	Transversal / /			
Objeto	Eventual aquisição de serviços necessários à organização e execução de eventos dos comitês com atuação na bacia hidrográfica do rio Doce e do IBIO - AGB Doce.			
Valor	R\$ 5.285.206,39	Contratado	Completa Consultoria Política Ltda.	
Pago	R\$ 1.625.345,64	Data	02/09/2013	Prazo 06/09/2018
Saldo	R\$ 3.659.860,75	Gestor	Juliana	Aditivos 5

Identificação no PIRH-Doce:

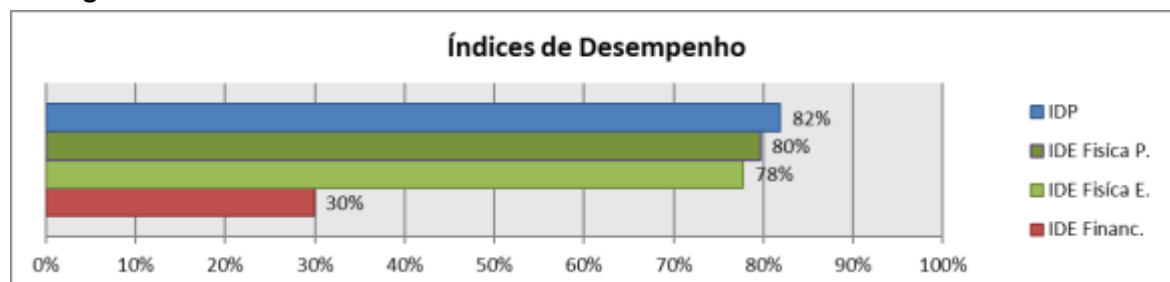
Programa: Ação Transversal

Subprograma: Ação Transversal

Modalidade de Aplicação: Indireta

Código da Ação no Plano de Aplicação Plurianual: Ação Transversal**Prazos Previstos e Realizados:**

Etapas	Prazos Previstos	Prazos Realizados
Elaboração do Ato Convocatório	2 meses	2 meses
Processo de Seleção	45 dias	1 mês
Assinatura do Contrato	1 mês	1 semana
Início das Atividades	Imediato	Imediato
Entrega dos Produtos	60 meses	51 meses (em andamento)

Cronograma Físico-Financeiro:

O Contrato nº 19/2013, firmado entre o IBIO e a empresa Completa Consultoria Política, dá suporte aos eventos e reuniões realizados pelos comitês, ocasiões em que são deliberados temas relevantes relacionados à gestão de recursos hídricos e a utilização dos recursos oriundos da cobrança pelo uso da água, conforme os programas previstos nos Planos de Recursos Hídricos.

Os serviços são solicitados de acordo com as demandas apresentadas pelos comitês, em atendimento aos planos de trabalho anuais, cujo objetivo é deliberar assuntos pertinentes à execução dos programas do PAP. Após a prestação do serviço, o comitê atesta se o mesmo foi realizado de acordo as especificações do contrato e a equipe da secretaria executiva de apoio aos comitês, providenciando os documentos e comprovações necessárias ao pagamento. Seguem abaixo exemplos e fotos de eventos realizados com o apoio da Completa, bem como materiais impressos pela empresa.

VI Encontro de Integração: Este evento é realizado anualmente e reúne todos os comitês que integram a Bacia do Rio Doce. Para a realização do encontro, a empresa de eventos é acionada e presta serviços como: fornecimento de lanche e almoço; locação de espaço físico; locação de computador e data show; disponibilização de sistema de sonorização e operador de som; impressão de banners, fornecimento de galões de água e café, entre outros serviços. Este ano o encontro foi na cidade de Linhares, no mês de outubro e reuniu cerca de 80 participantes.



Figura 23 - Membros dos comitês durante o VI Encontro de Integração, em 2017

Reuniões plenárias: Ao longo do ano são realizadas diversas reuniões plenárias, ordinárias e extraordinárias. Nestes encontros, os conselheiros se reúnem para analisar e deliberar sobre as ações que serão realizadas ao longo do ano. O suporte da empresa de eventos também é importante. As principais demandas são a infraestrutura para a realização dos encontros (computador, datashow, som) e o lanche, servido aos participantes.

Reuniões diversas: Além das reuniões ordinárias, os comitês realizam diversas atividades, tais como: seminário de educação ambiental, seminários de saneamento, encontros de mobilização, reuniões de câmaras técnicas e grupos de trabalho.



Figura 24 – Evento de mobilização para a implantação do Rio Vivo no CBH-Piranga

Materiais institucionais: A empresa também é responsável pela impressão de materiais como, por exemplo, folders e banners utilizados para a divulgação dos comitês e da agência. Além de certificados, convites e outras peças gráficas.



Figura 25 - Folders sobre os comitês e os programas distribuídos no Encob 2017

9.3.3. Principais Deficiências e Dificuldades

A proposta de uma única empresa de eventos para atendimento a toda a bacia apresenta vantagens e desvantagens. A existência de um contrato único facilita o gerenciamento do IBIO, porém dificulta a prestação do serviço nas cidades mais distantes de Governador Valadares, tendo em vista a extensão territorial da Bacia do Rio Doce.

Além disso, o contrato contempla uma ampla variedade de serviços. A fim de otimizar a prestação do serviço está prevista para o ano de 2018 a realização de novos atos convocatórios, distribuindo o gerenciamento de eventos em quatro contratações: infraestrutura, alimentação, brindes e serviços gráficos. Desta forma, será possível abranger mais serviços e buscar empresas especializadas, aprimorando a qualidade do atendimento prestado.

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DAS AÇÕES PREVISTAS NO PIRH E PARH – CBH-PIRANGA

01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2017

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017

CONTRATO DE GESTÃO 001/IGAM/2017

FEVEREIRO DE 2018

SUMÁRIO

SUMÁRIO	2
LISTA DE FIGURAS	4
LISTA DE TABELAS	7
LISTA DE SIGLAS	8
1. APRESENTAÇÃO	9
2. QUALIDADE DA ÁGUA	10
2.1. PROGRAMA DE SANEAMENTO DA BACIA (P11)	10
2.2. <i>Descrição</i>	10
2.3. <i>Ações do IBIO</i>	10
2.4. <i>Identificação no PIRH/PARH</i>	16
3. QUALIDADE DA ÁGUA	17
3.1. PROGRAMA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES GERADORAS DE SEDIMENTOS (P12)	17
3.2. <i>Descrição</i>	17
3.3. <i>Ações do IBIO</i>	18
3.4. <i>Identificação no PIRH/PARH</i>	31
4. UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO	32
4.1. PROGRAMA UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO (P41)	32
4.2. <i>Descrição</i>	32
4.3. <i>Ações do IBIO</i>	33
4.4. <i>Identificação no PIRH/PARH</i>	45
5. UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO	46
5.1. PROGRAMA DE EXPANSÃO DE SANEAMENTO RURAL (P42)	46
5.2. <i>Descrição</i>	46
5.3. <i>Ações do IBIO</i>	47
5.4. <i>Identificação no PIRH/PARH</i>	47
6. INCREMENTO DE ÁREAS LEGALMENTE PROTEGIDAS	48
6.1. PROGRAMA DE RECOMPOSIÇÃO DE APPS E NASCENTES (P52)	48
6.2. <i>Descrição</i>	48
6.3. <i>Ações do IBIO</i>	49
6.4. <i>Identificação no PIRH/PARH</i>	49
7. IMPLEMENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	50
7.1. FORTALECIMENTO DOS COMITÊS (P61.2)	50
7.2. <i>Descrição</i>	50
7.3. <i>Ações do IBIO</i>	50
7.4. <i>Identificação no PIRH/PARH</i>	56
8. IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DO PIRH DOCE	57

8.1.	PROGRAMA COMUNICAÇÃO DO PROGRAMA DE AÇÕES (P71)	57
8.2.	<i>Descrição</i>	57
8.3.	<i>Ações do IBIO</i>	57
8.4.	<i>Identificação no PIRH/PARH</i>	57
9.	OUTRAS AÇÕES RELACIONADAS AO ROMPIMENTO DA BARRAGEM EM MARIANA – ATIVIDADES RELACIONADAS AOS PROGRAMAS PREVISTOS NO TTAC.....	59
9.1.	PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE NASCENTES.....	59
9.1.1	<i>Nota Técnica Nº 01/2017/IBIO</i>	59
9.2.	PROGRAMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS PREVISTO NO TTAC	66
10.	PROCESSOS DE OUTORGA	68

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Reuniões com o CBH Doce para discussão do Edital de Projetos P11 e P41	11
Figura 2 - Divulgação do Edital de Projetos por e-mail	12
Figura 3 - Divulgação do Edital de Projetos em rede social	13
Figura 4 - Divulgação do Edital de Projetos em entrevista no jornal MG-TV	13
Figura 5 - Layout do formulário online para manifestação de interesse do Edital de Projetos.....	14
Figura 6 - Municípios que manifestaram interesse no Edital de Projetos para o Programa P11	14
Figura 7 - Reunião com a Funasa.....	15
Figura 8 - Reunião com a Fundação Renova	15
Figura 9 – Arte elaborada para o Rio Vivo.....	18
Figura 10 - Reunião da CTPP e plenária do CBH Piranga	19
Figura 11 - Reunião da CTPP e plenária do CBH Piranga	19
Figura 12 - Reunião plenária e com diretoria do CBH Piracicaba.....	20
Figura 13 - Reunião plenária e com diretoria do CBH Piracicaba.....	20
Figura 14 - Reunião da CTPP e plenária do CBH Santo Antônio.....	20
Figura 15 - Reunião da CTPP e plenária do CBH Santo Antônio.....	21
Figura 16 - Reunião plenária do CBH Suaçuí	21
Figura 17 - Reunião plenária do CBH Suaçuí	21
Figura 18 – Reunião realizada com as empresas de diagnósticos e projetos das UGRHs 1, 2 e 3.	22
Figura 19 – Reunião realizada com as empresas de diagnósticos e projetos das UGRHs 1, 2 e 3.	22
Figura 20 – Reunião realizada com a empresa de diagnósticos e projetos da UGRH 4.....	23
Figura 21 – Mobilização inicial do Rio Vivo para os municípios a serem contemplados na UGRH 1 – Piranga.....	23
Figura 22 – Mobilização inicial do Rio Vivo para os municípios a serem contemplados na UGRH 1 – Piranga.....	24
Figura 23 – Mobilização inicial do Rio Vivo para os municípios a serem contemplados na UGRH 2 – Piracicaba.	24
Figura 24 – Mobilização inicial do Rio Vivo para os municípios a serem contemplados na UGRH 2 – Piracicaba.	24
Figura 25 – Mobilização inicial do Rio Vivo - municípios a serem contemplados na UGRH 3 – Santo Antônio.....	25
Figura 26 – Mobilização inicial do Rio Vivo - municípios a serem contemplados na UGRH 3 – Santo Antônio.....	25
Figura 27 – Folders confeccionados para as reuniões de mobilização inicial do Rio Vivo.	25
Figura 28 – Reunião realizada com a empresa de fiscalização das UGRHs 1, 2 e 3.	26
Figura 29 - Reuniões: Validação da metodologia de Mobilização Social e Educação Ambiental	27
Figura 30 - Reuniões: Validação da metodologia de Mobilização Social e Educação Ambiental	27
Figura 31 - Reuniões: Validação da metodologia de Mobilização Social e Educação Ambiental	27
Figura 32 – Bonés para os produtores rurais a serem contemplados com o Rio Vivo.....	29
Figura 33 – Folders para os produtores rurais a serem contemplados com o Rio Vivo.....	29
Figura 34 – Reunião Plenária do CBH Caratinga, momento da aprovação do Rio Vivo.....	30

Figura 35 – Reunião da Diretoria Executiva do CBH Manhuaçu, junto ao IBIO	30
Figura 36 – Reunião Plenária do CBH Manhuaçu.....	31
Figura 37 - Reunião de alinhamento com a consultora Ana Raquel	34
Figura 38 - Reunião da CTPP do CBH Santo Antônio e reunião da CTPlan do CBH Suaçuí	35
Figura 39 - Reunião da CTPP do CBH Santo Antônio e reunião da CTPlan do CBH Suaçuí	35
Figura 40 - Layout do questionário sobre a implantação do PMSB enviado aos municípios	36
Figura 41 - Gráfico que ilustra o resultado de uma das perguntas do questionário do CBH Piranga...	36
Figura 42 - Seminário de Saneamento do CBH Piranga	37
Figura 43 - Seminário de Saneamento do CBH Piranga	37
Figura 44 - Seminário de Saneamento do CBH Piracicaba	38
Figura 45 - Seminário de Saneamento do CBH Piracicaba	38
Figura 46 - Seminário de Saneamento do CBH Santo Antônio	39
Figura 47 - Seminário de Saneamento do CBH Santo Antônio	39
Figura 48 - Seminário de Saneamento do CBH Suaçuí	40
Figura 49 - Seminário de Saneamento do CBH Suaçuí.....	40
Figura 50 - Seminário de Saneamento do CBH Caratinga	41
Figura 51 - Seminário de Saneamento do CBH Caratinga	41
Figura 52 - Reunião da Equipe Gestora de Contrato.....	43
Figura 53 - Reunião com o Conselho Municipal de Saneamento Básico (CMSB) de Viçosa-MG	43
Figura 54 - Reunião com o Conselho Municipal de Saneamento Básico (CMSB) de Viçosa-MG	43
Figura 55 - Reunião com o Conselho Municipal de Saneamento Básico (CMSB) de Viçosa-MG	44
Figura 56 - Reunião com o Conselho Municipal de Saneamento Básico (CMSB) de Viçosa-MG	44
Figura 57 - Municípios que manifestaram interesse no Edital de Projetos para o Programa P41	45
Figura 58 - Reunião da diretoria colegiada com participação da secretaria executiva do IBIO.....	52
Figura 59 - Reunião da Câmara Técnica de Capacitação, Informação e Mobilização Social.....	53
Figura 60 - VI Encontro de Integração da Bacia do Rio Doce, em Linhares/ES	53
Figura 61 - Reunião do CBH-Piranga, realizada em Ponte Nova – Fevereiro de 2017.....	54
Figura 62 - Reunião de Mobilização Rio Vivo na Bacia Hidrográfica do Rio Piranga.....	55
Figura 63 - 2º Seminário de Saneamento Básico do CBH-Piranga	55
Figura 64 – Reunião da CTGEC, em 14/03/2017.....	60
Figura 65 – Plenária CBH-Doce, em 24/03/2017.....	60
Figura 66 – Reunião da CTFlor, em 12/04/2017	61
Figura 67 – Reunião da CTFlor, em 12/04/2017.	61
Figura 68 – Reunião da CTPlan do CBH-Suaçuí, em 08/06/2017.	62
Figura 69 – Reunião Plenária do CBH-Pontões e Lagoas do Rio Doce, em 14/07/2017	63
Figura 70 - Reunião da CTPP e plenária do CBH-Piranga, em 10 e 11/07/2017.	64
Figura 71 - Reunião da CTPP e plenária do CBH-Piranga, em 10 e 11/07/2017.	64
Figura 72 - Reunião da CTPP do CBH Piranga, dia 25/10/2017, em Ponte Nova/MG, contou com participação de representantes da Fundação Renova e Município de Coimbra	65
Figura 73 - Reunião ordinária do CBH Pontões e Lagoas do Rio Doce, dia 26/10/2017, em São Domingos do Norte/ES, contou com participação de representantes do CBH, do IBIO, da Fundação Renova e dos Municípios de Colatina, Marilândia e Pancas.....	65

Figura 74 - Reunião ordinária do CBH Pontões e Lagoas do Rio Doce, dia 26/10/2017, em São Domingos do Norte/ES, contou com participação de representantes do CBH, do IBiO, da Fundação Renova e dos Municípios de Colatina, Marilândia e Pancas.	65
Figura 75 - Reunião com os municípios para discussão dos investimentos em resíduos sólidos.....	66
Figura 76 - Reunião com os municípios para discussão dos investimentos em resíduos sólidos.....	67
Figura 77 - Reunião com representantes da Fundação Renova.....	67
Figura 78 - Reunião da CTOC da CBH Piranga	69
Figura 79 - Reunião plenária do CBH Piranga.....	70
Figura 80 - Reunião plenária do CBH Santo Antônio.....	71
Figura 81 – Reunião Extraordinária do CBH Suaçuí.....	73
Figura 82 – Reunião Extraordinária do CBH Suaçuí.....	73

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quantitativos de produtos do Rio Vivo analisados pela equipe do IBiO.	28
Tabela 2 - Reuniões Plenárias (Ordinárias e Extraordinárias) realizadas pelo CBH Doce no ano de 2017:.....	51
Tabela 3 - Reuniões da Diretoria Colegiada do CBH Doce realizadas no ano de 2017:	52
Tabela 4 - Reuniões de Câmara Técnicas e Grupos de Trabalho do Comitê, realizadas no ano de 2017:	52
Tabela 5 - Eventos promovidos pelo CBH Doce em 2017:	53
Tabela 6 - Eventos com participação de membros do CBH Doce em 2017:	53
Tabela 7 - Reuniões Plenárias (Ordinárias e Extraordinárias) realizadas pelo CBH Piranga no ano de 2017:.....	54
Tabela 8 - Reuniões de Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho do CBH-Piranga em 2017:.....	54
Tabela 9 - Reuniões promovidas pelo CBH-Piranga em 2017:	54
Tabela 10 - Reuniões com a participação do CBH-Piranga em 2017:	55

LISTA DE SIGLAS

ANA	Agência Nacional de Águas
APP	Área de Preservação Permanente
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CBH	Comitê de Bacia Hidrográfica
CIF	Comitê Interfederativo
CTGEC	Câmara Técnica de Gestão de Eventos Críticos
CTFlor	Câmara Técnica de Restauração Florestal e Produção de Água
CTPlan	Câmara Técnica de Planejamento
DBO	Demanda biológica de oxigênio
ENCOB	Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas
ES	Espírito Santo
ETA	Estação de Tratamento de Água
GAT	Grupo de Acompanhamento Técnico
IGAM	Instituto de Gestão das Águas
MG	Minas Gerais
NT	Nota Técnica
PAP	Plano de Aplicação Plurianual
PARH	Plano de Ação de Recursos Hídricos
PGIRS	Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos
PIRH	Plano Integrado de Recursos Hídricos
PMSB	Plano Municipal de Saneamento Básico
SAA	Sistemas de Abastecimento de Água
SES	Sistema de Coleta e Tratamento de Esgoto Doméstico
SIG	Sistema de Informações Geográficas
SUPPRI	Superintendência de Projetos Prioritários
TTAC	Termo de Transação de Ajustamento de Conduta
UGRH	Unidade de Gestão de Recursos Hídricos

1. APRESENTAÇÃO

Neste relatório apresentaremos as providências adotadas pelo Instituto BioAtlântica que envolvem sua estrutura administrativa, corpo técnico e mobilização utilizando 7,5% dos recursos federais e estaduais oriundos da cobrança pelo uso de recursos hídricos. A utilização dos recursos estaduais se deve pelo fato de que possuímos corpo técnico único para execução dos programas previstos no Plano de Aplicação Plurianual e parte deste corpo técnico ser contratado com os recursos federais e parte com recursos estaduais.

As recomendações de ações com vista na aceleração da implementação do PIRH – Doce serão apresentadas para todos os programas e subprogramas em um único tópico. Consideramos ser a melhor forma de apresentarmos as recomendações, uma vez que a maioria delas visam acelerar a implementação do PIRH – Doce e PARH's como um todo e não um programa ou subprograma específico.

Para elaboração deste relatório, as providências adotadas pelo IBIO para execução as ações previstas no PIRH-Doce foram agrupadas por Programa e Subprograma do PIRH-Doce. Em cada programa, estão descritas as ações relacionadas à elaboração de documentação e processos administrativos para contratação de bens e serviços; articulação e mobilização realizada; processos seletivos realizados; e as providências adotadas durante a execução das contratações realizadas pelo IBIO.

Para cada Programa e Subprograma do PIRH-Doce descrito neste relatório serão identificados o seu correspondente direto no Plano de Aplicação Plurianual. Ou seja, além da identificação das providências adotadas pelo IBIO no PIRH-Doce, também constará a identificação no PAP.

2. QUALIDADE DA ÁGUA

2.1. Programa de Saneamento da Bacia (P11)

2.2. Descrição

Um fator bastante importante na queda da qualidade da água da bacia do rio Doce diz respeito aos lançamentos de esgotos, nesse sentido, o Programa de Saneamento envolve ações de coleta e tratamento de esgotos domésticos dos núcleos populacionais que causam impacto mais significativo sobre a qualidade das águas dos principais cursos d'água da bacia, considerando a população atingida e, principalmente, a vazão de diluição da carga orgânica lançada.

As UGRHs 1 e 2 representam metade da DBO produzida na bacia, seguidas em importância da UGRH4. As UGRHs com menor participação são as do Espírito Santo e, na parte mineira da bacia, a UGRH3. Além disso, em determinados trechos, a bacia apresenta altos índices de coliformes termotolerantes, indicando a contaminação por efluentes não tratados. Quanto à cobertura com sistemas de esgotamento sanitário, várias bacias apresentam índices inferiores à média estadual. De maneira geral, o Programa é composto por projetos e implantação de estruturas de coleta e tratamento do esgoto doméstico nos núcleos urbanos, com o de melhoria gradativa da qualidade da água na bacia, com redução de índices de DBO e de coliformes fecais e totais.

2.3. Ações do IBIO

O Plano de Aplicação Plurianual (PAP) 2016-2020 prevê que os municípios a serem contemplados com a elaboração de projetos de sistemas de coleta e tratamento de esgotos sanitários deverão atender alguns critérios obrigatórios e classificatórios, sendo que um dos critérios obrigatórios é o município ter o Plano Municipal de Saneamento Básico devidamente aprovado.

Tendo em vista essa obrigatoriedade estabelecida no PAP, que para ser contemplado com o projeto o município precisa ter o PMSB aprovado, e que a maioria dos municípios da bacia ainda não atendia essa exigência em 2016, esse ano foi dedicado ao levantamento de informações, planejamento para a realização dos projetos e a finalização dos PMSB já contratados, conforme detalhado no Relatório de Gestão de 2016.

No ano de 2017, estava prevista a discussão com os CBH da estratégia de condução do Programa, a realização de Edital de Chamamento Público para manifestação de interesse dos Municípios que anseiem ser contemplados com projetos e a realização de processo licitatório para contratação de empresas especializadas para a elaboração de tais projetos.

Para tanto, logo na primeira reunião da Diretoria Colegiada do CBH Doce, em 23/03/17, o IBIO solicitou um ponto de pauta para definir algumas questões para a publicação do Edital de Chamamento Público, das quais podem ser destacadas:

- realizar um Edital único para toda a bacia, sem realizar processos separados em cada um dos CBHs afluentes e CBH Doce, considerando que o PAP já apresenta várias definições e otimizará o processo;

- realizar um Edital único para os Programas P11 (projetos de esgoto) e P41 (projetos de água) já que possuem muitas similaridades;
- definir como será a atuação nos municípios em que serão realizados projetos e obras pela Fundação Renova, no Programa de Coleta e Tratamento de Esgoto e Destinação de Resíduos Sólidos, previsto no TTAC.

Nessa reunião, um dos membros do CBH Doce trouxe a proposta de não investir mais em Programas de Saneamento e alocar o recurso para os Programas Hidroambientais, sendo necessária uma revisão do PAP. Além disso, foi pontuado o não repasse de recursos pelo IGAM, que poderia frustrar as expectativas dos municípios futuramente caso não regularizasse a situação.

Essa nova proposta gerou muitas discussões, que se estenderam nas reuniões seguintes do CBH Doce e de CBHs afluentes (Figura 1), conforme a seguir:

- Reunião da Diretoria Colegiada do CBH Doce (março/17): discussão sobre o tema sem encaminhamento definitivo.
- Reunião da Diretoria Colegiada do CBH Doce (abril/17): discussão sobre o tema sem encaminhamento definitivo.
- Reunião da Diretoria Colegiada do CBH Doce (junho/17): discussão sobre o tema sem encaminhamento definitivo.
- Reunião da Câmara Técnica de Integração - CTI do CBH Doce em (junho/17): discussão sobre o tema sem encaminhamento definitivo.
- Reuniões da CTPP e Plenária do CBH Piranga (julho/17): aprovado manter no PAP os recursos dos Programas de Saneamento e dar prosseguimento com o Edital para projetos.
- Reuniões da CTPP e Plenária do CBH Piracicaba (julho/17): aprovado manter no PAP os recursos dos Programas de Saneamento e dar prosseguimento com o Edital para projetos.
- Reuniões da CTPP e Plenária (julho/17) do CBH Santo Antônio: aprovado manter no PAP os recursos dos Programas de Saneamento e dar prosseguimento com o Edital para projetos.
- Reunião da CTPP do CBH Suaçuí (julho/17): aprovado manter no PAP os recursos dos Programas de Saneamento e dar prosseguimento com o Edital para projetos.



Figura 1 - Reuniões com o CBH Doce para discussão do Edital de Projetos P11 e P41

O histórico de reuniões apresentado, em que o tema dos projetos de saneamento foi exaustivamente discutido, mas que por fim definiu-se pelo formato original aprovado no PAP, ocasionou em atraso para a publicação do Edital de Chamamento Público.

Vale ressaltar que os recursos alocados para os Programas P11 e P41 no PAP não são distribuídos para cada UGRH, como ocorre nos Programas Hidroambientais. Esse é um recurso da bacia do rio Doce como um todo, que deve ser destinado aos municípios que apresentam situações mais precárias quanto ao saneamento básico, independente de ser de uma UGRH ou outra.

Dessa forma, sem uma definição do CBH Doce, os CBHs estaduais não possuem como utilizar esses recursos. Com isso, CBHs que não possuem recursos próprios ou são escassos para realizar tais ações, como ocorre na região do médio e baixo Doce, não conseguem avançar com esses Programas.

Por fim, o Edital de Chamamento Público nº 01/2017 foi publicado no dia 22/08/2017 e teve seu encerramento em 06/10/2017, sendo um processo único e conjunto para o CBH Doce e os CBHs afluentes. Nesse período, o Edital foi amplamente divulgado aos municípios da bacia, por meio de envios constantes de e-mail (Figura 2), divulgação em redes sociais (Figura 3), entrevista em jornais da região (Figura 4) e durante todas as plenárias e reuniões junto aos CBHs, que ocorreram no período. No intuito de facilitar o envio de informações para os municípios, todo o envio de informações do Edital foi realizado de forma online (Figura 5).



Figura 2 - Divulgação do Edital de Projetos por e-mail



Figura 3 - Divulgação do Edital de Projetos em rede social



Figura 4 - Divulgação do Edital de Projetos em entrevista no jornal MG-TV



Figura 5 - Layout do formulário online para manifestação de interesse do Edital de Projetos

Os municípios apresentaram bastante interesse no Edital, sendo que ao todo 140 municípios enviaram os documentos para manifestação de interesse e 134 especificamente com interesse em Projetos de Esgotamento Sanitário. A distribuição dos municípios interessados em Projetos de Esgotamento Sanitário (P11) ao longo de toda a bacia pode ser observada na Figura 6.



Figura 6 - Municípios que manifestaram interesse no Edital de Projetos para o Programa P11

Após período de análise da grande quantidade de documentos enviados pelos Municípios e obtenção de informações junto à outras instituições, que influenciavam os critérios do Edital, como ANA, IGAM, FUNASA, Ministério das Cidades e Fundação Renova, no dia 21/12/2017 foi publicado o Resultado Preliminar do Edital de Projetos, com informações sobre os critérios obrigatórios previstos no Edital e a situação de cada um dos Municípios que manifestaram interesse. Em 2018 prevê-se a conclusão do Edital e contratação de empresas especializadas para a elaboração dos projetos.

Além das atividades que envolveram a aprovação no CBH Doce e publicação do Edital, ressalta-se que ocorreram outras ações do IBiO quanto ao Programa P11 e P41, podendo ser destacadas:

- Discussões e alinhamentos realizados com a FUNASA (Figura 7) para a busca das melhores práticas de projetos de esgotamento sanitário e projetos de abastecimento de água e obter informações necessárias para a publicação do resultado do Edital de Projetos.



Figura 7 - Reunião com a Funasa

- Obtenção de informações com o Ministério das Cidades e Fundação Renova (Figura 8) sobre projetos já em andamento, necessárias para a publicação do resultado do Edital de Projetos.



Figura 8 - Reunião com a Fundação Renova

- Obtenção de informações junto ao IGAM e à ANA referentes a situação dos Municípios quanto à adimplência da cobrança pelo uso da água, para a publicação do resultado do Edital de Projetos.
- Realização dos Seminários de Saneamento Básico, que tiveram como objetivo apoiar os municípios na implantação dos Planos Municipais de Saneamento (PMSB), incluindo os serviços de esgotamento sanitário e abastecimento de água. Essas ações foram melhor detalhadas no item 4 – Universalização do Saneamento (4.3 – Ações do IBiO) deste Relatório.

2.4. Identificação no PIRH/PARH

Programa: Qualidade de Água

Subprograma: P11 - Programa de Saneamento na Bacia

Objeto: Projetos e obras de coleta e tratamento de esgotos domésticos dos núcleos populacionais de toda a bacia.

Valor Estimado: R\$ 916.592.923,00

3. QUALIDADE DA ÁGUA

3.1. Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos (P12)

3.2. Descrição

Um fator bastante importante na queda da qualidade da água da bacia do rio Doce diz respeito aos sedimentos carregados para os corpos hídricos da bacia, relacionado ao tipo de uso do solo dominante na região. A bacia apresenta altos índices de sólidos suspensos ou depositados nos cursos d'água, além de processos importantes de erosão laminar e em sulcos. O arraste de solos para o leito dos rios reduz a capacidade de transporte, potencializando os riscos e os efeitos de cheias.

O transporte de sedimentos para os cursos de água inicia uma das primeiras formas de degradação do meio ambiente. Os sedimentos em suspensão tornam as águas lamacentas, afetando a penetração da luz e conseqüentemente, reduzem o crescimento de plantas aquáticas e organismos microscópicos dos quais peixes e insetos se alimentam. A entrada de nutrientes e resíduos de agrotóxicos junto com os sedimentos altera o equilíbrio do sistema, resultando, por exemplo, em altas taxas de desenvolvimento de algas, aumento do processo de eutrofização e morte ou má formação de peixes e outros organismos vinculados ao meio hídrico.

Os principais agentes causadores da erosão do solo são as chuvas e os ventos, sendo que esses fatores exercem maior ou menor ação erosiva, dependendo de uma série de fatores, além de ser função da sua intensidade. Os fatores influenciadores do processo erosivo são:

- Condições topográficas ou de relevo (comprimento da encosta; grau de declividade e área do terreno);
- Característica do solo (textura; estrutura; profundidade do solo e subsolo; permeabilidade); e
- Tipo de exploração ou uso do solo (mata; lavoura; pastagem, solo exposto).

A cobertura vegetal é fator muito importante no controle do desgaste do solo. A ausência da cobertura vegetal propicia o aumento do escoamento superficial, maior desagregação das partículas do solo e conseqüente acréscimo da erosão. Também ocorre uma redução substancial na taxa de infiltração da água que deveria realimentar o aquífero e promover a regularização da vazão dos cursos d'água, uma vez que o fluxo subterrâneo é bem mais lento que o superficial.

Na bacia do rio Doce, a dinâmica histórica de ocupação e as condições naturais da região são fatores importantes a considerar quando se pretende julgar sobre a adequabilidade de uso das terras. A alta declividade, associada à presença de solos altamente intemperizados (latossolos e argissolos) e usos inadequado do solo, acima de sua capacidade de uso, conduz ao surgimento de processos de erosão bastante intensos.

Foi estudada a susceptibilidade à erosão na bacia do rio Doce. Este estudo conclui que a maior parte da bacia se encontra na classe de susceptibilidade erosiva forte – 58% da área, ocupando principalmente a Depressão do rio Doce e várias sub-bacias – e 7% na classe de susceptibilidade

muito forte. As bacias mais críticas quanto à susceptibilidade à erosão são a do rio Piracicaba, mais precisamente nas cabeceiras do afluente rio Santa Bárbara, e a do rio Suaçuí Grande. Esta susceptibilidade está associada a diversos fatores: estiagens prolongadas, chuvas torrenciais, solos susceptíveis ou extensos depósitos superficiais friáveis que ocorrem em terraços fluviais e nas baixas vertentes. Outras áreas de menor dimensão ocorrem ao longo da bacia, conforme apresentado no mapa de susceptibilidade erosiva.

O Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos (P12) contempla ações de diagnóstico específico, com mapeamento, identificação a campo, caracterização de processos erosivos e proposta de remediação de áreas degradadas geradoras de sedimentos, especialmente os relativos às estradas vicinais e caminhos de serviço das propriedades rurais. As propostas de remediação consideradas são a correção de greide, a implantação de estruturas de drenagem, como bueiros e pontilhões, a proteção de taludes de corte e de aterro, com enlívamento, enrocamento ou plantio de vegetação em degraus, e de redução de velocidade de escoamento, como bacias de amortecimento, quedas, degraus, entre outros. No âmbito do PIRH, a implantação de tais estruturas será no nível de parcela demonstrativa e projeto-piloto.

3.3. Ações do IBIO

Ao final do ano de 2015, foram iniciadas discussões a respeito do desenvolvimento dos programas P12, P52 e P42 em conjunto e, em 2016, foram realizadas reuniões com os Comitês de Bacia Hidrográfica do rio Piranga (UGRH 1), Piracicaba (UGRH 2), Santo Antônio (UGRH 3) e Suaçuí (UGRH 4) para alinhar e definir as estratégias de atuação.

Ainda em 2016, foram elaborados pela equipe do IBIO e publicados os Editais de Chamamento Público nº 01/2016 das referidas bacias (UGRHs 1, 2, 3 e 4) para seleção dos municípios elegíveis a serem contemplados. Após a seleção dos municípios, iniciou-se o desenvolvimento dos Termos de Referência para contratação de empresa(s) especializada(s) para elaboração de diagnósticos e projetos em imóveis rurais em atendimento aos programas P12, P52 e P42.

À esta implementação conjunta dos programas P12, P52 e P42 se deu o nome de RIO VIVO para facilitar a divulgação da atuação dos comitês atuantes na bacia do rio Doce. Esta nomenclatura foi aprovada pelos comitês, após exaustivas discussões ao longo de meses, e recebeu uma arte (Figura 9) para ser divulgada acompanhada da logo do CBH-Doce e das logomarcas dos demais CBHs dos rios afluentes, quando for o caso.



Figura 9 – Arte elaborada para o Rio Vivo.

Em 2017, finalizou-se a elaboração dos Termos de Referência e dos Atos Convocatórios para contratação das Empresas de Diagnósticos e Projetos das UGRHs 1, 2, 3 e 4. Os Termos de Referência e orçamentos de mercado obtidos foram amplamente discutidos e aprovados em cada um dos CBHs envolvidos, por meio de reuniões de câmaras técnicas, plenárias e, no caso do CBH Piracicaba, reuniões junto à diretoria. As figuras abaixo ilustram algumas das reuniões que ocorreram nos CBHs para discussão dos Termos de Referência.



Figura 10 - Reunião da CTPP e plenária do CBH Piranga



Figura 11 - Reunião da CTPP e plenária do CBH Piranga



Figura 12 - Reunião plenária e com diretoria do CBH Piracicaba



Figura 13 - Reunião plenária e com diretoria do CBH Piracicaba



Figura 14 - Reunião da CTPP e plenária do CBH Santo Antônio



Figura 15 - Reunião da CTPP e plenária do CBH Santo Antônio



Figura 16 - Reunião plenária do CBH Suaçuí



Figura 17 - Reunião plenária do CBH Suaçuí

Os Atos Convocatórios das UGRHs 1, 2 e 3 foram publicados no mesmo período. Enquanto isso, a elaboração do Ato Convocatório da UGRH 4 estava sendo finalizado. A partir dos questionamentos recebidos pelo IBIO durante a publicação dos primeiros Atos, adequações foram sendo realizadas no Ato da UGRH 4, o qual foi publicado após finalizado todo o processo dos primeiros.

Ao final, 2 empresas foram consagradas vencedoras para atuarem nas UGRHs 1, 2 e 3 iniciando os trabalhos ainda em 2017. Uma terceira empresa foi consagrada vencedora da UGRH 4, entretanto, apenas seu Plano de Trabalho foi entregue em 2017, as ações para elaboração dos demais produtos serão iniciadas em janeiro de 2018.

Aproveitando-se do momento de assinatura dos contratos com as empresas de diagnósticos e projetos, foi elaborada pela equipe do IBIO uma apresentação detalhada sobre todo o escopo do trabalho do Rio Vivo e sobre o que os comitês e a agência esperam das empresas contratadas. As empresas tiveram a oportunidade de apresentar suas propostas de plano de trabalho e de tirar dúvidas. A Figura 18, Figura 19 e Figura 20 apresentam o momento dessas reuniões, tanto com as duas empresas contratadas para prestarem serviços nas UGRHs 1, 2 e 3, em setembro, quanto com a empresa contratada para a UGRH 4, em novembro.



Figura 18 – Reunião realizada com as empresas de diagnósticos e projetos das UGRHs 1, 2 e 3.



Figura 19 – Reunião realizada com as empresas de diagnósticos e projetos das UGRHs 1, 2 e 3.



Figura 20 – Reunião realizada com a empresa de diagnósticos e projetos da UGRH 4.

Assim que foram consagradas as vencedoras dos Atos Convocatórios publicados em 2017 para contratação das Empresas de Diagnósticos e Projetos e assinados os contratos, o IBIO realizou uma reunião de mobilização inicial do Rio Vivo em cada uma das UGRHs 1, 2 e 3, onde o público alvo consistiu em representantes dos municípios a serem contemplados, dentre os quais estão representantes das prefeituras e de órgãos técnicos atuantes no município, como IEF, EMATER, COPASA, SAAE, dentre outros.

Para estes eventos de mobilização, o IBIO elaborou apresentações e folders didáticos para que os participantes, que seriam as pessoas envolvidas com o Rio Vivo em seu município, compreendessem todo o escopo dos trabalhos. Nas Figuras abaixo apresentam-se os registros das reuniões de mobilização inicial realizadas nas UGRHs 1, 2 e 3, bem como os folders.



Figura 21 – Mobilização inicial do Rio Vivo para os municípios a serem contemplados na UGRH 1 – Piranga.



Figura 22 – Mobilização inicial do Rio Vivo para os municípios a serem contemplados na UGRH 1 – Piranga.



Figura 23 – Mobilização inicial do Rio Vivo para os municípios a serem contemplados na UGRH 2 – Piracicaba.



Figura 24 – Mobilização inicial do Rio Vivo para os municípios a serem contemplados na UGRH 2 – Piracicaba.



Figura 25 – Mobilização inicial do Rio Vivo - municípios a serem contemplados na UGRH 3 – Santo Antônio



Figura 26 – Mobilização inicial do Rio Vivo - municípios a serem contemplados na UGRH 3 – Santo Antônio



Figura 27 – Folders confeccionados para as reuniões de mobilização inicial do Rio Vivo.

Para a UGRH 4 – Suaçuí, a reunião de mobilização inicial do Rio Vivo acontecerá em janeiro de 2018.

Com o intuito de garantir qualidade dos produtos e serviços a serem adquiridos com o Rio Vivo, o IBIO elaborou também Atos Convocatórios para o processo de contratação de empresas fiscalizadoras dos serviços contratados de diagnósticos e projetos. Apenas uma empresa foi consagrada vencedora do Ato Convocatório para contratação de empresa de fiscalização nas UGRHs 1, 2 e 3. O processo de contratação da fiscalizadora da UGRH 4 encontra-se em andamento.

Mais uma vez, aproveitando-se do momento de assinatura dos contratos com as empresas, agora de fiscalização, foi elaborada pela equipe do IBIO uma apresentação detalhada sobre todo o escopo do trabalho do Rio Vivo e sobre o que os comitês e a agência esperam das empresas contratadas. As empresas tiveram a oportunidade de apresentar suas propostas de plano de trabalho e de tirar dúvidas. A Figura 28, apresenta o momento dessa reunião.



Figura 28 – Reunião realizada com a empresa de fiscalização das UGRHs 1, 2 e 3.

Até dezembro de 2017 as empresas de diagnósticos e projetos já haviam realizado a entrega dos seguintes produtos:

- Produtos 1 (P1 - Plano de Trabalho);
- Produtos 2 (P2 - Validação das microbacias de atuação), e;
- Produtos 3 (P3 - Plano de Mobilização Social e Educação Ambiental).

Esses Produtos despenderam grande esforço da equipe técnica do IBIO para suas análises e aprovação, tendo em vista que são essenciais para o planejamento e sucesso de todo o trabalho. Além disso, especificamente no Produto 3, eram previstas reuniões com as câmaras técnicas dos CBHs para validar a metodologia de Mobilização Social e Educação Ambiental. A Figura 29, Figura 30, e Figura 31 ilustram as reuniões realizadas junto às CTPPs dos CBH Piranga, CBH Piracicaba e CBH Santo Antônio.



Figura 29 - Reuniões: Validação da metodologia de Mobilização Social e Educação Ambiental



Figura 30 - Reuniões: Validação da metodologia de Mobilização Social e Educação Ambiental



Figura 31 - Reuniões: Validação da metodologia de Mobilização Social e Educação Ambiental

No que se refere ao processo de contratação das empresas fiscalizadoras das UGRHs 1, 2 e 3, finalizou-se 2 meses e meio após a finalização do processo de contratação das empresas de diagnósticos e projetos. Os profissionais do IBIO realizaram a fiscalização dos Produtos 1, 2 e 3, nas quantidades apresentadas na Tabela 1, emitindo pareceres parciais e conclusivos e conferindo os produtos finais entregues nas vias impressas e digitais.

Tabela 1 – Quantitativos de produtos do Rio Vivo analisados pela equipe do IBIO.

UGRH	Produto analisado	Abrangência do produto	Quantidade analisada
UGRH 1 – Piranga	P1	1 para cada lote Total de 2 lotes	2
	P2	1 para cada município Total de 13 municípios	13
	P3	1 para cada município Total de 13 municípios	13
UGRH 2 – Piracicaba	P1	1 para cada lote Total de 3 lotes	3
	P2	1 para cada município Total de 20 municípios	20
	P3	1 para cada município Total de 20 municípios	20
UGRH 3 – Santo Antônio	P1	1 para cada lote Total de 2 lotes	2
	P2	1 para cada município Total de 13 municípios	13
	P3	1 para cada município Total de 13 municípios	13
Total de produtos analisados			99

Vale ressaltar que, neste sentido, do contrato da empresa fiscalizadora das UGRHs 1, 2 e 3 foram suprimidas as análises dos Produtos 1, 2 e 3 das empresas de diagnósticos e projetos. O Plano de Trabalho das empresas fiscalizadoras foram entregues e aprovados pelo IBIO em dezembro de 2017.

A partir de janeiro de 2018 esta empresa irá realizar a análise e validação dos demais produtos das empresas de diagnósticos e projetos atuantes nas UGRHs 1, 2 e 3.

Também foi entregue e aprovado, em dezembro de 2017, o Plano de Trabalho da empresa de diagnósticos e projetos da UGRH 4 – Suaçuí. Com o processo de contratação de fiscalizadora para essa bacia em andamento, os trabalhos de diagnósticos e projetos e fiscalização caminharão juntos.

Para 2018, está previsto que, ao passo que os trabalhos de diagnóstico e projetos caminhem nas UGRHs 1, 2, 3 e 4, sejam desenvolvidos, também pelas empresas de Diagnósticos e Projetos, os Termos de Referência para contratação de empresa(s) especializada(s) para execução dos projetos contratados e os Termos de Referência para contratação de empresa(s) especializada(s) no monitoramento dos parâmetros relacionados aos projetos contratados. Com base em tais Termos de Referência, a equipe do IBIO irá realizar as contratações das empresas que irão executar as intervenções nos imóveis rurais, bem como realizar o monitoramento.

A equipe do IBIO também providenciou, em dezembro de 2017, a confecção de bonés e folders com linguagem específica para o público alvo, para serem entregues aos produtores rurais a serem contemplados, para divulgação da atuação dos comitês com o Rio Vivo, conforme Figura 32 e Figura 33.



Figura 32 – Bonés para os produtores rurais a serem contemplados com o Rio Vivo.



Figura 33 – Folders para os produtores rurais a serem contemplados com o Rio Vivo.

Ainda em 2017, foram iniciadas as discussões sobre a implementação do Rio Vivo nos CBHs Caratinga, Manhuaçu, Guandu, Santa Maria do Doce, e Pontões e Lagoas do rio Doce.

No CBH Caratinga foi aprovada toda a proposta do Rio Vivo, com a implementação em conjunto dos programas P12, P52 e P42. Já foram realizadas reuniões de discussões dos critérios de seleção das áreas a serem beneficiadas, bem como a metodologia a ser utilizada para a sua hierarquização. A Figura 34 apresenta o registro da Plenária do CBH Caratinga onde foi aprovado o escopo do CBH Caratinga.



Figura 34 – Reunião Plenária do CBH Caratinga, momento da aprovação do Rio Vivo.

Foram realizadas apresentações em reuniões de plenárias e, após aprovação do Rio Vivo, o assunto foi encaminhado para discussões de sua implementação para a Câmara Técnica de Planejamento e Projetos (CTPP). No CBH Manhuaçu, foi realizada uma reunião junto à diretoria executiva do comitê, que opinou por fazer a implementação apenas dos programas P12 e P42, deixando o P52 somente para a partir do ano de 2019, devido às ações similares estarem sendo implementados nesta bacia por outra instituição. Para os programas P12 e P42 já foram iniciadas as reuniões da Câmara Técnica de Planejamento e Projetos. A Figura 35 e a Figura 36 retratam a reunião com a Diretoria Executiva do CBH Manhuaçu e a Plenária onde o escopo aprovado pela diretoria foi apresentado.



Figura 35 – Reunião da Diretoria Executiva do CBH Manhuaçu, junto ao IBiO



Figura 36 – Reunião Plenária do CBH Manhuaçu

3.4. Identificação no PIRH/PARH

Programa: Qualidade de Água

Subprograma: P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos

Objeto: Identificação da erodibilidade potencial da bacia e da erosão real estimada por meio de análise de imagens de satélite e aplicação de modelagem numérica da elevação e da erodibilidade. Definição de áreas críticas e, sobre estas, realizar a localização de estradas vicinais e caminhos de serviço visíveis nas imagens. Sobre a imagem, identificação de processos erosivos reais, com delimitação de pontos de interesse. Visitas a campo para confirmação e caracterização dos processos erosivos (laminar, sulcos, voçorocas) e das medidas de correção ou de prevenção. Análise da viabilidade técnica de implantação das medidas propostas, orçamentação e execução das medidas selecionadas de controle de geração de sedimentos em áreas rurais. Implantação de projeto piloto e de áreas demonstrativas para análise e demonstração de resultados. Articulação com órgãos de assistência técnica e prefeituras municipais para realização de ações de multiplicação e capacitação de técnicos e operadores de máquinas e equipamentos.

Valor Estimado: R\$ 6.010.000,00

4. UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO

4.1. Programa Universalização do Saneamento (P41)

4.2. Descrição

Segundo o Plano Integrado de Recursos Hídricos (PIRH-Doce), a bacia do rio Doce encontra-se em situação muito precária quanto aos serviços de esgotamento sanitário e de resíduos sólidos. Mesmo quanto aos serviços de abastecimento de água que embora disponham de índices de atendimento elevados, o cumprimento de questões elementares de gestão fica abaixo dos padrões considerados satisfatórios, como o controle de perdas e o cumprimento da Portaria nº 2.914/2011 dos padrões de portabilidade. O PIRH-Doce indica ainda altos índices de DBO, com prejuízo para a qualidade da água e restrição ao enquadramento, além da existência de doenças de veiculação hídrica. Quanto à drenagem urbana, a deficiência das estruturas e projetos é frequente nas cidades brasileiras. A universalização do acesso ao saneamento básico, com quantidade, igualdade, continuidade e controle social é um desafio que o poder público municipal, como titular destes serviços, deve encarar como um dos mais significativos.

Nesse sentido, o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) se constitui em importante ferramenta de planejamento e gestão para alcançar a melhoria das condições sanitárias e ambientais do município e, conseqüentemente, da qualidade de vida da população. A Lei Federal nº 11.445/2007 dispõe sobre a necessidade da elaboração dos PMSB de forma a garantir à população o acesso global ao saneamento básico, através da constituição de diretrizes e propostas para abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo das águas superficiais e limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos. O PMSB é assim o instrumento da Política de Saneamento Básico do município, onde são definidos os objetivos e metas, as prioridades de investimentos, a forma de regulação da prestação dos serviços, os aspectos econômicos, sociais e técnicos e a forma de participação e controle social, de modo a orientar a atuação dos prestadores de serviços, dos titulares e da sociedade.

O Programa de Universalização do Saneamento contempla o apoio à elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB); a elaboração de projetos para otimização de sistemas de abastecimento de água; a elaboração de projetos para sistemas de destinação final adequada de resíduos sólidos (aterros/unidades de triagem e compostagem); e a elaboração de estudos de alternativas de drenagem urbana para cidades com mais de 5 mil habitantes.

O CBH-Doce, em articulação com os CBH's estaduais, considerando o fato de que poucos municípios possuíam o PMSB ou recursos para sua elaboração e que o Decreto nº 7.217/2010, que regulamenta a Lei nº 11.445/2010, condicionou à existência de PMSB para o acesso a recursos orçamentários da União ou a recursos de financiamentos geridos ou administrados por órgão ou entidade da administração pública federal, quando destinados a serviços de saneamento básico, entendeu como necessária a previsão no PAP do apoio na elaboração dos PMSB. Conforme detalhado no Relatório de

Gestão de 2016, ao longo do PAP 2012-2015 foram abertos Editais de Chamamento Público e elaborados os PMSB de diversos municípios ao longo da bacia.

Nesse período do PAP, nem todos os municípios haviam sido contemplados ainda com os PMSB e outros manifestaram interesse após a licitação das empresas de apoio à elaboração dos PMSB, então o PAP 2016-2020 também alocou recursos para tal fim, de forma a contemplar o maior número possível de municípios. No ano de 2016, 156 PMSB já haviam sido concluídos e foi iniciada a elaboração do PMSB de mais 9 municípios, intitulados como “remanescentes”.

Durante o ano de 2017 foram realizadas as atividades de elaboração dos PMSB desses 9 municípios, estando em fase de conclusão. Cabe ressaltar que a Lei Federal nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, determina a elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS) pelos municípios brasileiros. Uma vez atendidas às solicitações da referida Lei e do Decreto nº 7.404/2010 que a regulamenta, o PGIRS pode ser incorporado ao PMSB. Dessa forma, esclarecemos que o conteúdo da Infraestrutura de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos dos PMSB contratados pelo IBIO na bacia hidrográfica do rio Doce contempla o conteúdo mínimo do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, de acordo com as determinações legais.

Ainda no que se refere ao Programa de Universalização do Saneamento (P41), o PAP 2016-2020 prevê investimentos em projetos para otimização de sistemas de abastecimento de água. Nesse sentido, estão sendo elaborados dois projetos para o município de Viçosa-MG e foi aberto Edital de Chamamento Público para a contratação de projetos para otimização de sistemas de abastecimento de água em outros municípios.

4.3. Ações do IBIO

Para uma melhor compreensão das ações realizadas pelo IBIO, no âmbito do Programa de Universalização do Saneamento (P41), as mesmas foram divididas em ações referente:

- Planos Municipais de Saneamento Básico;
- Projetos de Abastecimento de Água.

4.3.1 Planos Municipais de Saneamento Básico

Ao longo de 2017, diversas atividades e discussões foram realizadas no âmbito do Programa de Universalização do Saneamento (P41), no que se refere aos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB), tendo em vista os vários municípios contemplados com PMSB. Ao todo, já foram contratados 165 PMSB na bacia do rio Doce, sendo 156 já finalizados e 9 em elaboração. Ao longo de todo o ano de 2017 ocorreu efetivamente a elaboração dos PMSB de 9 municípios, sendo que os demais 156 já tinham sido concluídos ou estavam em fase de encerramento no início do ano.

Algumas atividades principais relacionadas a esses PMSB podem ser destacadas, como reuniões para acompanhamento da elaboração dos PMSB; acompanhamento de consultores; estratégia de acompanhamento da implantação dos PMSB; realização de seminários de saneamento; relação com o Ministério Público de Minas Gerais.

Reuniões e alinhamentos para acompanhamento da elaboração dos PMSB e acompanhamento de consultores

Ao longo do ano de 2017 foram realizados alinhamentos com a empresa que estava elaborando os 9 PMSBs remanescentes, bem como com a consultora contratada (Figura 37), por meio de reuniões, e-mails e telefonemas. Além disso, buscou-se sempre entrar em contato com representantes dos municípios para ter feedback sobre o trabalho realizado pela empresa e consultora, além de sanar dúvidas que surgiram ao longo das atividades.



Figura 37 - Reunião de alinhamento com a consultora Ana Raquel

Buscou-se também, sempre manter os CBHs envolvidos na contratação dos PMSBs remanescentes, informando as datas de eventos, realizando reuniões de alinhamentos e sugestões, informando o andamento das atividades nas reuniões de plenárias e câmaras técnicas. Além disso, ao longo do contrato alguns municípios precisaram de apoio junto ao Ministério Público para esclarecimentos referentes aos serviços de saneamento. Dessa forma, foram elaborados ofícios informando a situação dos PMSBs e até acompanhando os municípios em reuniões com Promotores.

Estratégia de acompanhamento da implantação dos PMSB e Seminários de Saneamento Básico

Como já informado, ao final de 2016, 156 municípios tinham seus PMSBs aprovados e 9 em elaboração. Diante disso, já durante o ano de 2016, foi discutido como continuar apoiando os municípios na implantação dos seus PMSBs nos próximos anos. Foram realizadas diversas reuniões para discussões das estratégias no CBH Piranga e CBH Piracicaba ainda naquele ano. Em 2017 as discussões também foram realizadas nas Câmaras Técnicas e Plenárias dos CBH Santo Antônio, CBH Suaçuí, CBH Caratinga e CBH Manhuaçu, conforme ilustrado na Figura 38 e na Figura 39.



Figura 38 - Reunião da CTPP do CBH Santo Antônio e reunião da CTPlan do CBH Suaçuí



Figura 39 - Reunião da CTPP do CBH Santo Antônio e reunião da CTPlan do CBH Suaçuí

Nos CBH's em que os PMSBs haviam sido elaborados há mais tempo, que são os CBH-Piranga, CBH-Piracicaba e CBH-Manhuaçu, foi aprovada a estratégia de primeiramente enviar um questionário online para os municípios, que levantariam as reais dificuldades para a implantação das ações previstas nos PMSBs, para que a partir delas fossem previstos treinamentos e discussões. O questionário abrangia perguntas sobre a elaboração e aprovação do PMSB, prestação dos serviços, saneamento rural, regulação, sustentabilidade econômica, controle social, execução e acompanhamento de ações.

Além de divulgar os questionários nas reuniões dos CBH's, os mesmos foram enviados juntamente com um ofício explicativo, por e-mail, para cada um dos municípios. Diversas tentativas foram efetivadas por e-mail e ainda realizadas ligações para ressaltar a importância da resposta aos questionários. A Figura 40 ilustra o questionário enviado.

Figura 40 - Layout do questionário sobre a implantação do PMSB enviado aos municípios

Foi obtida uma grande adesão dos municípios nas respostas aos questionários, sendo:

- CBH Piranga: de 42 municípios que receberam o questionário, 32 responderam.
- CBH Piracicaba: de 17 municípios que receberam o questionário, 13 responderam.
- CBH Manhuaçu: de 23 municípios que receberam o questionário, 13 responderam.

Os resultados obtidos com a pesquisa foram interessantes, pois demonstraram que, no geral, as maiores necessidades dos municípios estavam associadas a três grandes áreas: saneamento rural, fontes de recursos e regulação dos serviços. A título de ilustração, a Figura 41 apresenta o resultado da pergunta “Há cobrança pelo serviço de abastecimento de água no município?”, constante do questionário do CBH Piranga.

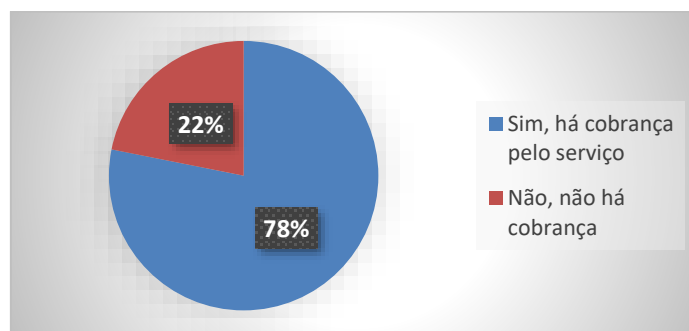


Figura 41 - Gráfico que ilustra o resultado de uma das perguntas do questionário do CBH Piranga

Dessa forma, a partir dessas principais dificuldades foram convidadas instituições e profissionais para apresentarem nos Seminários de Saneamento Básico realizados nas bacias. A seguir são descritos cada um dos Seminários de Saneamento realizados, sendo que em 2017 ocorreram nas bacias do rio Piranga, Piracicaba, Santo Antônio, Suaçuí e Caratinga.

Vale comentar que todos os Seminários foram organizados pelo IBIO, incluindo a divulgação, convite e mobilização dos participantes, infraestrutura dos eventos, convite dos palestrantes, entre outros. Além disso, em alguns Seminários o IBIO também participou como palestrante, tendo em vista o conhecimento sobre o saneamento da bacia.

- **2º Seminário de Saneamento do CBH Piranga:** ocorreu no dia 03/05/2017, em Ponte Nova e contou com apresentações de representantes da Funasa, Cisab Zona da Mata, ARSAE, Emater, IBIO e CBH. A Figura 42 e a Figura 43 ilustram a realização do Seminário.



Figura 42 - Seminário de Saneamento do CBH Piranga



Figura 43 - Seminário de Saneamento do CBH Piranga

- **2º Seminário de Saneamento do CBH Piracicaba:** ocorreu nos dias 28 e 29/03/2017, em Itabira e contou com apresentações de representantes da Funasa, Caixa Econômica, Ministério Público, ARSAE, UFMG, UNIFEI, IBIO e CBH. A Figura 44 e a Figura 45 ilustram a realização do Seminário.



Figura 44 - Seminário de Saneamento do CBH Piracicaba



Figura 45 - Seminário de Saneamento do CBH Piracicaba

- **1º Seminário de Saneamento do CBH Santo Antônio:** ocorreu no dia 31/08/2017, em Itabira e contou com apresentações de representantes da Funasa, Funec, Emater, IBiO e CBH. A Figura 46 e a Figura 47 ilustra a realização do Seminário.



Figura 46 - Seminário de Saneamento do CBH Santo Antônio



Figura 47 - Seminário de Saneamento do CBH Santo Antônio

- **1º Seminário de Saneamento do CBH Suaçuí:** ocorreu no dia 12/07/2017, em Governador Valadares e contou com apresentações de representantes da Funasa, Funec, Arsae, Ardoce, IBIO e CBH. A Figura 48 e a Figura 49 ilustram a realização do Seminário.



Figura 48 - Seminário de Saneamento do CBH Suaçuí



Figura 49 - Seminário de Saneamento do CBH Suaçuí

- **1º Seminário de Saneamento do CBH Caratinga:** ocorreu no dia 01/06/2017, em Caratinga e contou com apresentações de representantes da Funasa, Funec, Arsa, SAAE-GV, IBIO e CBH. A Figura 50 e a Figura 51 ilustram a realização do Seminário.



Figura 50 - Seminário de Saneamento do CBH Caratinga



Figura 51 - Seminário de Saneamento do CBH Caratinga

Relação com o Ministério Público de Minas Gerais

Ainda em 2015, a Coordenadoria Regional das Promotorias de Meio Ambiente da Bacia do Rio Doce do Ministério Público de Minas Gerais solicitou informações sobre o conteúdo dos PMSBs, no que se refere aos serviços de limpeza urbana e manejo e resíduos sólidos. Mais especificamente, a requisição consistiu em informar se o PMSB apresentava o conteúdo mínimo necessário de um Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS) e se esse conteúdo havia sido objeto de contratação.

Considerando que os Atos Convocatórios para a contratação do PMSB previam que o conteúdo dos produtos dos PMSBs deveriam contemplar os requisitos mínimos exigidos no artigo 19 da Lei nº 12.305/2010 e no artigo 51 do Decreto nº 7.404/2010, que corresponde ao Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS), foram iniciadas diversas análises, pareceres e reuniões junto ao Ministério Público, empresas e consultores envolvidos para definir uma complementação dos PMSBs.

A partir disso, as empresas Engecorps Engenharia S.A. e Vallenge Consultoria, Projetos e Obras Ltda elaboraram produtos complementares para os municípios de Bom Jesus do Amparo e Rio Casca, respectivamente, intitulados como “Produto 9 – Plano simplificado de gestão integrada de resíduos sólidos urbanos”. Ao todo, 55 Municípios receberão o Produto 9 com as complementações necessárias.

Em 2017, foram concluídos os Produtos 9 de 10 municípios ao todo, estando o restante em suas revisões finais. Vale ressaltar que os consultores que haviam sido contratados na época do PMSB também foram acionados e envolvidos na validação dos Produtos 9.

Além dos questionamentos realizados sobre o conteúdo de resíduos sólidos, o Ministério Público solicitou informações sobre diversos municípios da bacia do rio Doce, principalmente aqueles que elaboraram os PMSBs por meio dos CBH's e IBIO, como prazos, abrangência na área rural, andamento dos Produtos, entre outros. Vale comentar ainda que o Ministério Público esteve presente em alguns dos Seminários de Saneamento Básico realizados na bacia do rio Doce, na mesa de abertura e em palestras.

4.3.2 Projetos de Abastecimento de Água

Ao longo de 2017, diversas atividades e discussões foram realizadas no âmbito do Programa de Universalização do Saneamento (P41), no que se refere aos Projetos de Abastecimento de Água, tendo em vista os contratos já celebrados e o Edital de Chamamento Público para novos projetos que foram abertos em 2017, já detalhado no item 2.3 - Ações do IBIO, deste Relatório.

Como mencionado nos itens anteriores, encontra-se em elaboração dois projetos de otimização de sistemas de abastecimento de água no Município de Viçosa-MG. Para o acompanhamento e validação dos Produtos foi formada a Equipe Gestora do Contrato, composta por representantes da Prefeitura Municipal de Viçosa-MG, SAAE Viçosa, CISAB - Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico e da Universidade Federal de Viçosa – UFV, além do IBIO.

Durante o ano de 2017 diversas reuniões foram realizadas entre o IBIO, as empresas e a Equipe Gestora do Contrato para discussão e aprovação do conteúdo dos Produtos, alinhamento com as empresas e apreciação da população, visando a transparência e controle social do processo de elaboração dos projetos.

Ressalta-se que todos os Produtos elaborados pela empresa são aprovados pela Equipe Gestora de Contratos e apreciados pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico (CMSB) de Viçosa-MG. As Figura 52, Figura 53, Figura 54, Figura 55, e Figura 56 ilustram algumas das reuniões realizadas.



Figura 52 - Reunião da Equipe Gestora de Contrato



Figura 53 - Reunião com o Conselho Municipal de Saneamento Básico (CMSB) de Viçosa-MG



Figura 54 - Reunião com o Conselho Municipal de Saneamento Básico (CMSB) de Viçosa-MG



Figura 55 - Reunião com o Conselho Municipal de Saneamento Básico (CMSB) de Viçosa-MG



Figura 56 - Reunião com o Conselho Municipal de Saneamento Básico (CMSB) de Viçosa-MG

Ainda no que se refere aos Projetos de Abastecimento de Água, é importante comentar sobre o Edital de Chamamento Público nº 01/2017, publicado em 22/08/2017, após um longo período de discussões junto ao CBH Doce e CBHs afluentes para aprovação do Edital. O Edital foi um processo único e conjunto para o CBH Doce e os CBHs afluentes, para contemplar os municípios com Projetos de Abastecimento de Água, no âmbito do P41, e Projetos de Esgotamento Sanitário, no que se refere ao P11.

Todas as informações referentes à aprovação do Edital junto aos CBHs, divulgação aos municípios, principais resultados, alinhamentos com outras instituições, entre outros, foram detalhados item 2.3 - Ações do IBIO, deste Relatório.

Ao todo, 140 Municípios manifestaram interesse no Edital, sendo que 106 pleitearam projetos de abastecimento de água. A distribuição dos municípios interessados em Projetos de Abastecimento de Água (P41) ao longo de toda a bacia pode ser observada na Figura 57.



Figura 57 - Municípios que manifestaram interesse no Edital de Projetos para o Programa P41

Após período de análise da grande quantidade de documentos enviados pelos Municípios e obtenção de informações junto às outras instituições, que influenciavam os critérios do Edital, como ANA, IGAM, FUNASA, Ministério das Cidades e Fundação Renova, no dia 21/12/2017 foi publicado o Resultado Preliminar do Edital de Projetos, com informações sobre os critérios obrigatórios previstos no Edital e a situação de cada um dos Municípios que manifestaram interesse. Em 2018 prevê-se a conclusão do Edital e contratação de empresas especializadas para a elaboração dos projetos.

4.4. Identificação no PIRH/PARH

Programa: Universalização do Saneamento

Subprograma: P41 - Programa de Universalização do Saneamento

Objeto: Atendimento universal da população urbana com água, coleta, tratamento e destinação final de resíduos sólidos e estudos sobre alternativas para a drenagem urbana.

Valor: R\$ 182.627.150,00

5. UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO

5.1. Programa de Expansão de Saneamento Rural (P42)

5.2. Descrição

O saneamento deve ser estendido às populações rurais, tanto como forma de elevação da qualidade de vida e prevenção de doenças, como na redução da contaminação das águas superficiais e subterrâneas. Enquanto o atendimento domiciliar com abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto e resíduos sólidos na zona rural pode contar com a participação das concessionárias destes serviços nos municípios da bacia, o saneamento rural deve envolver principalmente os órgãos de extensão rural e as prefeituras municipais. Para o presente programa, considerou-se o atendimento aos domicílios para fins de determinação dos investimentos, uma vez que a informação a respeito da cobertura da extensão rural não permite a proposição de um objetivo minimamente possível de ser alcançado. A sensibilização para este tema deve ser inserida no Programa de Educação Ambiental.

Pelo prognóstico, a bacia do rio Doce apresentará vários trechos com águas de classe 4, em parte devido aos altos índices de DBO. Sendo uma bacia com extensa área rural, a preocupação com os resíduos gerados por esta população é coerente, pois também contribuem para a alteração da qualidade da água e na incidência de doenças de veiculação hídrica. Além disto, a disposição inadequada de resíduos sólidos pode favorecer a processos erosivos.

O Programa de Expansão do Saneamento Rural (P42) visa à definição da viabilidade da implantação de sistemas de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto para população rural, com aproveitamento racional e disposição adequada dos resíduos coletados. Seu objetivo versa a melhoria gradativa da qualidade de vida no meio rural; redução de material contaminante ou redutor da qualidade da água arrastado para os rios; redução da incidência de doenças de veiculação hídrica.

O escopo deste programa consiste na análise de critérios de viabilidade de implantação de estruturas de saneamento no meio rural (abastecimento de água potável, tratamento de efluentes e coleta e destinação de resíduos sólidos), mapeamento e identificação de núcleos rurais compatíveis com os critérios adotados, seleção de situações críticas para proposição e análise de viabilidade de atendimento das necessidades.

Abertura de um canal de comunicação institucional entre os Comitês e a população rural via serviços públicos e privados de assistência técnica e extensão rural para apresentação de demandas não identificadas. Implantação de unidades demonstrativas de técnicas e processos de tratamento de resíduos e efluentes para pequenas comunidades, inclusive de resíduos das atividades de suinocultura, avicultura e fruticultura.

5.3. Ações do IBiO

O P42 vem sendo implementado em conjunto com os programas P12 e P52. A princípio está implementação conjunta vem sendo iniciada nas UGRHs 1 - Piranga, 2 - Piracicaba, 3 - Santo Antônio e 4 - Suaçuí. Maiores detalhes desta implementação conjunta se encontram no item 3.3 (Ações do IBiO – P12) deste Relatório.

5.4. Identificação no PIRH/PARH

Programa: Universalização do Saneamento

Subprograma: P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural

Objeto: Análise de critérios de viabilidade de implantação de estruturas de saneamento no meio rural (abastecimento de água potável, tratamento de efluentes e coleta e destinação de resíduos sólidos), mapeamento e identificação de núcleos rurais compatíveis com os critérios adotados, seleção de situações críticas para proposição e análise de viabilidade de atendimento das necessidades. Abertura de um canal de comunicação institucional entre os Comitês e a população rural via serviços públicos e privados de assistência técnica e extensão rural para apresentação de demandas não identificadas. Implantação de unidades demonstrativas de técnicas e processos de tratamento de resíduos e efluentes para pequenas comunidades, inclusive de resíduos das atividades de suinocultura, avicultura e fruticultura.

Valor Estimado: R\$ 4.000.000,00

6. INCREMENTO DE ÁREAS LEGALMENTE PROTEGIDAS

6.1. Programa de Recomposição de APPS e Nascentes (P52)

6.2. Descrição

A bacia apresenta trechos em que há elevados índices de sólidos suspensos e áreas de intensa erosão do solo. Os efeitos da mata ciliar sobre a retenção de sólidos e manutenção de margens são conhecidos, e a instalação de uma unidade de demonstração favorece a multiplicação de iniciativas semelhantes. A utilização inadequada da bacia favorece a destruição de nascentes, o que eleva a importância dos eventos críticos de seca, com desabastecimento humano e animal nas áreas rurais e redução da vazão de base em toda a bacia.

Em função de questões legais e mesmo ambientais, a restauração de áreas degradadas hoje tem se concentrado principalmente no ambiente ciliar. Apesar das matas ciliares estarem protegidas, na legislação, há quase meio século não foram poupadas da desenfreada degradação das formações naturais. Com o cumprimento da exigência legal dos órgãos fiscalizadores nas últimas décadas, as cobranças judiciais obrigando a conservação e restauração das formações ciliares, passaram a ser cada vez mais frequentes e exigentes na qualidade das ações propostas. Há um consenso de que a questão da degradação das matas ciliares é um dos problemas mais comuns quando se pretende a recuperação da condição dos cursos d'água, tendo sido identificado um alto déficit de matas ciliares ao longo da bacia do rio Doce.

O programa de Recomposição de Nascentes e APPs (P52) tem como objetivo levantamento de áreas críticas e prioritárias para recomposição ou adensamento de matas ciliares e de topos de morro, além de caracterização e recuperação de nascentes e áreas degradadas de sub-bacias piloto contemplando as seguintes ações:

- Mapear e definir trechos críticos e sub-bacias piloto com baixa cobertura de vegetação ciliar e de topo de morro para a recuperação de APPs, nascentes e áreas degradadas;
- Visitas a campo para avaliação das condições e da proposta de recuperação;
- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos por um período mínimo de 5 anos.

Para o programa de Recomposição de Nascentes e APPs (P52) a hierarquização dos estudos, planos, projetos e ações priorizados do PIRH/PARHs Doce, com espacialização por unidade de gestão de recursos hídricos, serão atendidos com os seguintes critérios:

- Áreas onde há intensa erosão do solo;
- Áreas cujas nascentes se caracterizam como manancial de abastecimento público;
- Áreas de cabeceiras de cursos d'água, no sentido da nascente para a foz;
- Áreas no entorno de unidades de conservação;
- Regiões com ocorrência de eventos críticos de seca com desabastecimento humano e animal nas áreas rurais e redução da vazão de base em toda a bacia;

- Áreas com inserção ou proximidade de arranjos institucionais favoráveis a efetivar as parcerias para desenvolvimento do programa;

Visita a campo para avaliação das condições e análise da proposta de recuperação.

6.3. Ações do IBIO

As ações do IBIO referentes ao Rio Vivo (P12, P42 e P52 em conjunto) encontram-se detalhadas no item 3.3 (Ações do IBIO - P12) deste Relatório.

6.4. Identificação no PIRH/PARH

Programa: Incremento de Áreas Legalmente Protegidas

Subprograma: P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes

Objeto: Análise simultânea das informações geradas em outros programas, com definição de trechos críticos. Dentre estes, seleção dos trechos viáveis de serem recuperados e que possam ser utilizados como unidades demonstrativas. Implantação de dez unidades demonstrativas ao longo da bacia, com instrumentação para a caracterização de alteração dos processos de geração e arraste de sedimentos. Manutenção das unidades demonstrativas e monitoramento e avaliação pelo período mínimo de cinco anos. Na conservação das nascentes, será realizada a seleção de uma sub-bacia piloto, com posterior mapeamento, identificação e caracterização das principais nascentes, considerando-se as mais conhecidas pela população local e as de maior vazão; visita a campo para avaliação das condições e proposta de recuperação; seleção das áreas demonstrativas e execução de projeto e orçamentação; implantação das unidades demonstrativas; monitoramento e avaliação dos resultados obtidos; análise de eficiência e de eficácia das medidas adotadas; definição de estratégias de divulgação dos resultados; apoio às iniciativas individuais de recuperação das nascentes.

Valor Estimado: R\$ 8.640.000,00

7. IMPLEMENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

7.1. Fortalecimento dos Comitês (P61.2)

7.2. Descrição

A lógica descentralizada do sistema de gerenciamento de recursos hídricos necessita de uma participação consciente, efetiva e representativa da população e das instituições nos comitês de bacia, o que não ocorre na maioria das vezes. O papel institucional dos comitês assume cada vez mais importância à medida que o sistema vai sendo consolidado e pelo aumento da exigência da observância das leis referentes. No entanto, se a participação da população e das instituições não for efetiva ou representativa, as decisões do sistema poderão não ser compreendidas ou aceitas pelos usuários, dificultando a consolidação do sistema.

O objetivo do programa é promover ações institucionais para ampliar a visibilidade e alcance dos Comitês de Bacia Hidrográfica que compõe da bacia do Rio Doce, além de viabilizar a realização de reuniões plenárias, de câmaras técnicas e eventos de interesse dos Comitês. O IBIO, atuando como Secretaria Executiva dos Comitês da bacia, tem como papel a efetivação de tais objetivos.

Entre 2012 e 2017 foram realizadas atividades, planejamento e contratações para atender aos objetivos do sistema. O objetivo é promover a divulgação, o fortalecimento e ampliação da visibilidade da ação dos Comitês de Bacia Hidrográfica, objetivando uma maior participação da sociedade e das instituições no sistema e uma melhor identificação do papel institucional dos Comitês, favorecendo o diálogo e as articulações institucionais.

7.3. Ações do IBIO

O IBIO, atuando como Secretaria Executiva dos Comitês da Bacia do Rio Doce, dá apoio aos CBHs na realização de reuniões plenárias dos Comitês, reuniões de Câmaras Técnicas, realização e participação em eventos e as demais atividades realizadas pelos CBHs. Tal suporte demanda do IBIO uma série de contratações e gerenciamento destas, como serviços de realização e apoio a eventos, reserva e compra de passagens aéreas, locação de veículos, etc.

A seguir são apresentadas as principais atividades desenvolvidas pela secretaria executiva de apoio aos CBHs, setor da agência que acompanha diretamente as atividades dos comitês. É importante destacar que a equipe foi ampliada em 2016, visando aprimorar o atendimento às demandas dos CBH. Diante disso, em 2017, houve significativa celeridade e aumento da qualidade da prestação do serviço.

- Elaboração de ata das diversas reuniões, ofícios diversos de acordo com as solicitações;
- Auxílio ao IBIO e Comitês de Bacias Hidrográficas em reuniões, eventos e demais demandas como apoio técnico e organizacional;

- Análise, redação e revisão de processos, correspondências e documentos diversos; controlar arquivos de documentos em geral dos comitês;
- Monitoramento e apoio à organização das agendas dos comitês;
- Participação em processos de compras de materiais e serviços demandas pelo comitê, bem como suporte apoio nos processos de licitações, compras, contratos administrativos ou outras atividades relacionadas à área administrativa, financeira e contábil; acompanhamento destes contratos deliberados;
- Atendimento ao público interno e externo em geral.
- Conferência de documentação relacionada às empresas de eventos, locação de veículos e aquisição de passagens aéreas;
- Apoio na elaboração de prestação de contas;
- Confecção, pagamento e juntada de toda a documentação relacionada às diárias de viagens dos membros e convidados de Comitês de Bacia Hidrográfica do Rio Doce e seus afluentes - CBHs, assim como dos funcionários e convidados do IBIO;
- Auxílio no controle de documentação administrativa do IBIO e CBH;
- Auxílio nas logísticas das viagens realizadas pelos CBHs e IBIO;
- Desenvolvimento de projetos de comunicação integrada dos CBHs e do IBIO;
- Apoio ao desenvolvimento dos trabalhos de assessoria de imprensa, relações públicas, media training, organização de eventos e produção de conteúdos e mídias customizadas como: jornais, revistas institucionais, boletins, jornal mural e newsletters.
- Composição de comissões de trabalho, para as quais tenha sido nomeado por ato administrativo;
- Identificação, proposição e implementação de melhoria contínua nos processos administrativos;

Abaixo, seguem as principais reuniões e os eventos realizados pelos comitês em 2017. Todas as atividades tiveram o suporte do IBIO.

- **CBH DOCE**

Tabela 2 - Reuniões Plenárias (Ordinárias e Extraordinárias) realizadas pelo CBH Doce no ano de 2017:

Data	Município	Reuniões Ordinárias
24/03/2017	Governador Valadares/MG	23ª Reunião Ordinária do CBH-Doce
Data	Município	Reuniões Extraordinárias
15/08/2017	Governador Valadares/MG	32ª Reunião Extraordinária do CBH-Doce
15/08/2017	Governador Valadares/MG	33ª Reunião Extraordinária do CBH-Doce
31/10/2017	Governador Valadares/MG	34ª Reunião Extraordinária do CBH-Doce
07/12/2017	Governador Valadares/MG	35ª Reunião Extraordinária do CBH-Doce

Tabela 3 - Reuniões da Diretoria Colegiada do CBH Doce realizadas no ano de 2017:

Data	Município	Diretoria Colegiada
17/02/2017	Governador Valadares/MG	5ª Reunião da Diretoria Colegiada do CBH-Doce
23/03/2017	Governador Valadares/MG	6ª Reunião da Diretoria Colegiada do CBH-Doce
18/04/2017	Governador Valadares/MG	7ª Reunião da Diretoria Colegiada do CBH-Doce
12/06/2017	Governador Valadares/MG	8ª Reunião da Diretoria Colegiada do CBH-Doce
14/08/2017	Governador Valadares/MG	9ª Reunião da Diretoria Colegiada do CBH-Doce



Figura 58 - Reunião da diretoria colegiada com participação da secretaria executiva do IBiO

Tabela 4 - Reuniões de Câmara Técnica e Grupos de Trabalho do Comitê, realizadas no ano de 2017:

Data	Município	Câmara Técnica
16/02/2017	Gov. Valadares	Reunião do GACG + Dir. Executiva do CBH-Doce
16/02/2017	Gov. Valadares	Reunião da Câmara Técnica de Capacitação, Informação e Mobilização Social
29/06/2017	Gov. Valadares	Reunião da Câmara Técnica de Capacitação, Informação e Mobilização Social
14/09/2017	Gov. Valadares	Reunião da Câmara Técnica de Capacitação, Informação e Mobilização Social
14/03/2017	Gov. Valadares	Reunião da Câmara Técnica de Gestão de Eventos Críticos (CTGEC)
22/03/2017	Gov. Valadares	Reunião da Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL)
06/07/2017	Gov. Valadares	Reunião da Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL)
28/07/2017	Gov. Valadares	Reunião da Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL)
29/06/2017	Gov. Valadares	Reunião da Câmara Técnica de Integração (CTI)



Figura 59 - Reunião da Câmara Técnica de Capacitação, Informação e Mobilização Social

Tabela 5 - Eventos promovidos pelo CBH Doce em 2017:

Data	Município	Evento
18 e 19/10/2017	Linhares/ES	VI Encontro de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Doce

Tabela 6 - Eventos com participação de membros do CBH Doce em 2017:

Data	Município	Evento
07 a 10/11/2017	Aracaju/SE	Encontro Nacional dos Comitês de Bacias Hidrográficas (Encob)
11 e 12/04/2017	Gov. Valadares/MG	Reunião da CTFlor do Comitê Interfederativo (CIF)
29/09/2017	Mariana/MG	Visita a Mariana (Renova +CBHs)
05/07/2017	Belo Horizonte/ MG	Conselho Consultivo – Renova
04/09/2017	Mariana/MG	Conselho Consultivo – Renova
06/10/2017	Belo Horizonte/ MG	Conselho Consultivo – Renova



Figura 60 - VI Encontro de Integração da Bacia do Rio Doce, em Linhares/ES

- **CBH – PIRANGA**

Tabela 7 - Reuniões Plenárias (Ordinárias e Extraordinárias) realizadas pelo CBH Piranga no ano de 2017:

Data	Município	Reuniões
Reuniões Ordinárias		
21/02/2017	Ponte Nova/MG	15º Reunião Ordinária do CBH-Piranga
04/05/2017	Ponte Nova/MG	16º Reunião Ordinária do CBH-Piranga
11/07/2017	Ponte Nova/MG	17ª Reunião Ordinária do CBH-Piranga
05/09/2017	Ponte Nova/MG	18ª Reunião Ordinária do CBH-Piranga
Reuniões Extraordinárias		
21/02/2017	Ponte Nova/MG	10º Reunião Extraordinária do CBH-Piranga
06/11/2017	Ponte Nova/MG	11ª Reunião Extraordinária do CBH-Piranga



Figura 61 - Reunião do CBH-Piranga, realizada em Ponte Nova – Fevereiro de 2017.

Tabela 8 - Reuniões de Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho do CBH-Piranga em 2017:

Data	Município	Reuniões
20/02/2017	Ponte Nova/MG	Reunião da CTPP do CBH - Piranga
20/02/2017	Ponte Nova/MG	Reunião da CTCEI do CBH-Piranga
10/07/2017	Ponte Nova/MG	Reunião da CTPP do CBH-Piranga
04/09/2017	Ponte Nova/MG	Reunião da CTPP do CBH-Piranga
24/10/2017	Ponte Nova/MG	Reunião da CTOC do CBH-Piranga
25/10/2017	Ponte Nova/MG	Reunião da CTPP do CBH-Piranga
07/11/2017	Ponte Nova/MG	Reunião da CTPP do CBH-Piranga

Tabela 9 - Reuniões promovidas pelo CBH-Piranga em 2017:

Data	Município	Reuniões
03/05/2017	Ponte Nova/MG	2º Seminário de Saneamento Básico do CBH-Piranga
0/09/2017	Viçosa/MG	Mobilização inicial para implementação do Rio Vivo na Bacia Hidrográfica do Rio Piranga

Tabela 10 - Reuniões com a participação do CBH-Piranga em 2017:

Data	Município	Reuniões
18 e 19/10/2017	Linhares/ES	VI Encontro de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Doce
07 a 10/11/2017	Aracaju/SE	Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (Encob)
Bimestralmente	Diversos	Reuniões do Fórum Mineiro de Comitês



Figura 62 - Reunião de Mobilização Rio Vivo na Bacia Hidrográfica do Rio Piranga



Figura 63 - 2º Seminário de Saneamento Básico do CBH-Piranga

7.4. Identificação no PIRH/PARH

Programa: Implementação dos Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos

Subprograma: P61.2 Subprograma Fortalecimento dos Comitês na Bacia Segundo o Arranjo Institucional Elaborado no Âmbito do Plano e Objetivando a Consolidação dos Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Objeto: Ações de fortalecimento dos comitês de bacia junto à sociedade e às instituições, visando a consolidação do sistema nacional e dos sistemas estaduais de gerenciamento dos recursos hídricos.

Valor Estimado: R\$ 6.000.000,00

8. IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DO PIRH DOCE

8.1. Programa Comunicação do Programa de Ações (P71)

8.2. Descrição

O programa de comunicação tem por objetivo dar visibilidade às ações implementadas no âmbito do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (PIRH) e seus respectivos planos de ação (PARHs), sobretudo no que se refere aos programas hierarquizados no plano de aplicação plurianual dos recursos da cobrança pelo uso da água na bacia (PAP-Doce). A execução eficiente do programa de comunicação cria um ambiente favorável, que permite a ampliação da visibilidade e o conseqüente fortalecimento institucional dos comitês e do IBIO, reforçando a importância destes na sociedade e possibilitando a formação de importantes parcerias para uma gestão eficiente dos recursos hídricos.

8.3. Ações do IBIO

Para a implementação do Programa de Comunicação Social (P71), o IBIO contratou a Prefácio Comunicação, selecionada através do Ato Convocatório nº 14/2012. A empresa, que iniciou as atividades em 2013, elaborou um Diagnóstico de Comunicação com o objetivo de mapear e compreender os gargalos existentes nos Comitês no que diz respeito ao trabalho de Comunicação, a fim de propor um planejamento alinhado com as expectativas e as necessidades de cada Comitê e do IBIO, e em consonância com as metas traçadas do Plano Integrado de Recursos Hídricos (PIRH) e seus respectivos Planos de Ação (PARHs).

A empresa também é responsável pelo planejamento das ações de comunicação interna e externa e relacionamento estratégico com seus respectivos públicos. Para atendimento ao contrato, a Prefácio disponibiliza dois funcionários que respondem exclusivamente às demandas dos comitês e do IBIO, além do apoio dos demais profissionais da equipe técnica. O IBIO, através de um gestor designado para o acompanhamento do contrato, monitora e avalia os produtos elaborados pela Prefácio Comunicação.

A empresa encaminha mensalmente um relatório contendo a síntese das principais atividades desenvolvidas durante o mês, divididas por comitê. A Prefácio e o IBIO estão em constante articulação visando aprimorar sistematicamente o atendimento às demandas de comunicação.

8.4. Identificação no PIRH/PARH

Programa: Implementação das Ações do PIRH Doce

Subprograma: P71 - Programa Comunicação do Programa de Ações

Objeto: Concepção e discussão do Plano de Comunicação Social do PIRH do rio Doce. Elaboração, implementação e manutenção do sítio eletrônico do PIRH. Estruturação e atualização do cadastro de públicos alvo. Segmentação do cadastro e estabelecimento de estratégias próprias para cada segmento. Estruturação e operação da Ouvidoria. Produção e divulgação de peças de comunicação (folder impressos e eletrônicos, notícias, audiovisuais, etc.). Registro e organização audiovisual dos eventos e do processo de implementação do PIRH. Elaboração de pesquisa de opinião. Sistema de Avaliação Sistemática do PIRH através de formulário de avaliação a ser preenchido por participantes dos eventos do Plano

Valor Estimado: R\$ 2.500.000,00

9. OUTRAS AÇÕES RELACIONADAS AO ROMPIMENTO DA BARRAGEM EM MARIANA – ATIVIDADES RELACIONADAS AOS PROGRAMAS PREVISTOS NO TTAC

O Termo de Transação de Ajustamento de Conduta (TTAC) foi firmado em 2 de março de 2016, entre Samarco Mineração, com o apoio de suas acionistas, Vale e BHP Billiton, e Governo Federal, Governos Estaduais de Minas Gerais e Espírito Santo, e outros órgãos governamentais em decorrência do rompimento da barragem de fundão, em Mariana. A Fundação Renova, fruto do TTAC, foi constituída em 30 de junho de 2016 e iniciou suas operações em 2 de agosto do mesmo ano.

O Termo define a Fundação como o ente responsável pela criação, gestão e execução dos programas socioambientais e socioeconômicos que têm o objetivo de reparar, restaurar e reconstruir as comunidades impactadas pelo rompimento da barragem de Fundão.

Alguns Programas previstos no TTAC estão intrinsecamente relacionados aos CBHs e atividades desenvolvidas pelo IBIO, diante disso, ao longo de 2017 diversas atividades foram realizadas para dar apoio à atuação dos CBHs nos Programas desenvolvidos pela Fundação Renova. A seguir são descritas as principais atividades.

9.1. Programa de Recuperação de Nascentes

Dentre os Programas Socioambientais, previstos no Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC), tem-se o Programa de Recuperação de Nascentes, inserido no eixo temático Restauração Florestal e Produção de Água. O Programa prevê a recuperação de 5000 nascentes em um período máximo de 10 anos, com uma taxa de 500 nascentes a serem recuperadas por ano. Conforme Cláusula 163 do TTAC, o Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Doce (CBH Doce) definira as áreas a serem contempladas.

Conforme solicitado pela Câmara Técnica de Gestão de Eventos Críticos (CTGEC) do CBH Doce, o IBIO realizou a elaboração da Nota Técnica Nº 01/2017/IBIO para subsidiar as definições deste CBH quanto ao Programa de Recuperação de Nascentes do TTAC, baseando-se em critérios técnicos e coerentes com a realidade da bacia.

9.1.1 Nota Técnica Nº 01/2017/IBIO

A Nota Técnica Nº 01/2017/IBIO, solicitada pela Câmara Técnica de Gestão de Eventos Críticos (CTGEC) do CBH Doce, apresenta uma análise multicriterial para subsidiar a tomada de decisão do CBH Doce quanto às áreas a serem contempladas pelo Programa de Recuperação de Nascentes, previsto no Termo de Transação e Ajustamento de Conduta – TTAC.

Esta nota foi apresentada à CTGEC em reunião realizada no auditório da prefeitura municipal de Governador Valadares, no dia 14 de março de 2017 (Figura 64). Nesta reunião foi aprovada a

simulação de distribuição, entre as UGRHs, do número de nascentes a serem recuperadas durante os anos estabelecidos para o programa, considerando ainda as informações levantadas pelos membros.



Figura 64 – Reunião da CTGEC, em 14/03/2017.

A NT Nº 01/2017/IBIO foi apresentada (Figura 65) e aprovada em Plenária do CBH Doce em 24 de março de 2017, no auditório da ARDOCE, em Governador Valadares, resultando assim na Deliberação de Nº 59.



Figura 65 – Plenária CBH-Doce, em 24/03/2017.

Em 12 de abril de 2017, a NT, até então aprovada pelo CBH Doce, foi apresentada, em Governador Valadares, em reunião da Câmara Técnica de Restauração Florestal e Produção de Água – CTFlor, a qual solicitou adequações e anexo de memorial de cálculo. No dia 16 de maio de 2017, a NT com as devidas adequações foi apresentada mais uma vez à CTFlor, em reunião ocorrida em Brasília, onde foi aprovada e encaminhada para o Comitê Interfederativo – CIF.



Figura 66 – Reunião da CTFlor, em 12/04/2017

A reunião do CIF ocorreu nos dias 24 e 25 de maio em Brasília. A NT foi apresentada e a metodologia de distribuição das nascentes entre as UGRHs foi aprovada, sendo solicitado apenas realizar nova simulação do cronograma de distribuição anual de nascentes, considerando o horizonte dos próximos 9 anos e a taxa de recuperação de 500 nascentes/ano. A simulação ocorreu junto com os membros do CIF que aprovaram o cronograma para até o ano 5, com recuperação de nascentes nas 3 UGRHs mais vulneráveis, Suaçuí, São José e Piranga, concomitantemente, ficando a cargo da CTFlor discutir e propor a programação para os anos subsequentes.

A Deliberação CIF nº 68, de 25 de maio de 2017, aprova os critérios de distribuição, cronograma e recomendações para escolha das áreas para recuperação das 4500 nascentes dentre as 5000 previstas no Programa de Recuperação de Nascentes do TTAC e se encontra publicada no site do IBAMA (<http://www.ibama.gov.br/recuperacao-ambiental/rompimento-da-barragem-de-fundao-desastre-da-samarco/comite-interfederativo-cif#deliberacoes>).



Figura 67 – Reunião da CTFlor, em 12/04/2017.

A NT considerou os seguintes critérios para análise: tamanho de área e área crítica/de vulnerabilidade ponderada das UGRHs e as captações alternativas para as localidades afetadas pelo rompimento da barragem de Fundão. A recuperação das nascentes irá contribuir para a recarga do lençol freático ao proporcionar o aumento da taxa de infiltração de água no solo, contribuirá também para o controle do carreamento de sedimentos para os corpos d'água. Essas ações contribuem para a melhoria da qualidade e o aumento da quantidade de água disponível para consumo humano.

As ações de recuperação previstas pelo TTAC somarão forças com as ações prevista e já em andamento dos CBHs. No ano de 2017, conforme consta na Deliberação do CIF nº 68 de 25 de maio de 2017, 250 nascentes receberão ações de recuperação na UGRH Suaçuí, 150 no São José e 100 no Piranga. Dentro das áreas das UGRHs a serem contempladas este ano, cabe ao CBH Doce, em articulação com os CBHs afluentes, considerarem as recomendações da NT Nº 01/2017/IBiO para definição dos locais a receberem as ações de recuperação de nascentes.

Diante disso, foram realizadas reuniões com os CBHs afluentes das UGRHs Suaçuí, São José e Piranga para definição das áreas, dentro de suas respectivas bacias, a receberem ações de recuperação de nascentes.

➤ **Definições do CBH-Suaçuí:**

A Câmara Técnica de Planejamento (CTPlan) do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Suaçuí (CBH-Suaçuí), realizou nos dias 08 de junho e 07 de julho, em Governador Valadares/MG, reuniões para discutir sobre as áreas a serem definidas para serem contempladas com as ações de recuperação de 250 nascentes. A definição foi encaminhada à Plenária do CBH-Suaçuí que, no dia 13/07/2017, aprovou as seguintes áreas e quantitativos de nascentes:

- 40 nascentes nas bacias do ribeirão Saião e do córrego do Cemitério, para contribuir com a captação subterrânea alternativa do Distrito de Pedra Corrida, do município de Periquito/MG;
- 105 nascentes na bacia do ribeirão Santa Helena, para contribuir com a captação subterrânea alternativa do Distrito de São Vitor, município de Governador Valadares/MG;
- 105 nascentes nas bacias do Córrego São Tomé e do ribeirão Laranjeiras, para contribuir com a captação subterrânea alternativa da Sede do município de Galiléia/MG.



Figura 68 – Reunião da CTPlan do CBH-Suaçuí, em 08/06/2017.

➤ **Definições do CBH-São José:**

A Câmara Técnica de Programas e Projetos (CTPP) do Comitê de Bacia Hidrográfica Pontões e Lagoas do Rio Doce (CBH- Pontões e Lagoas do Rio Doce), realizou no dia 14/07/17 no período da manhã, em São Domingos do Norte/ES, reunião para discutir sobre as áreas a serem definidas para serem contempladas com as ações de recuperação de 150 nascentes. A definição foi encaminhada à Plenária do CBH- Pontões e Lagoas do Rio Doce que, no dia 14/07/2017 no período da tarde, aprovou as seguintes áreas e quantitativos de nascentes:

- 50 nascentes na bacia do rio Liberdade, para contribuir com a qualidade e quantidade de água do ponto de captação subterrânea alternativo do Distrito de Bonisenha, do município de Marilândia/ES;
- 50 nascentes na bacia do rio Graça Aranha, para contribuir com a qualidade e quantidade de água do ponto de captação superficial alternativo da Sede do município de Colatina/ES;
- 50 nascentes na bacia do Alto Ribeirão Panquinhas, para contribuir com a qualidade e quantidade de água do ponto de captação superficial alternativo da Sede do município de Colatina/ES



Figura 69 – Reunião Plenária do CBH-Pontões e Lagoas do Rio Doce, em 14/07/2017

➤ **Definições do CBH-Piranga:**

A Câmara Técnica de Programas e Projetos (CTPP) do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Piranga (CBH-Piranga), realizou no dia 10 de julho, em Ponte Nova/MG, reunião para discutir sobre as áreas a serem definidas para serem contempladas com as ações de recuperação de 100 nascentes. A definição foi encaminhada à Plenária do CBH-Piranga que, no dia 11/07/2017, aprovou a bacia do Córrego do Grama, no município de Coimbra, que é onde ocorre a captação de água do município, para ser contemplado com as 100 nascentes.

O município de Coimbra encontra-se à montante de alguns municípios da bacia do rio Piranga que são reconhecidos como mais vulneráveis ambientalmente e com maiores problemas quanto à segurança hídrica, como Viçosa-MG. Essa região de maior vulnerabilidade é a da Unidade Territorial Estratégica (UTE) do Rio Turvo.



Figura 70 - Reunião da CTPP e plenária do CBH-Piranga, em 10 e 11/07/2017.



Figura 71 - Reunião da CTPP e plenária do CBH-Piranga, em 10 e 11/07/2017.

Após a definição das áreas a serem abrangidas pelo Programa, a Fundação Renova realizou reuniões, em cada um dos comitês afluentes a receberem ações de cercamento de nascentes, para definir estratégias de mobilização para que as ações de campo pudessem ser iniciadas. As figuras (Figura 72, Figura 73, Figura 74) ilustram as reuniões.



Figura 72 - Reunião da CTPP do CBH Piranga, dia 25/10/2017, em Ponte Nova/MG, contou com participação de representantes da Fundação Renova e Município de Coimbra



Figura 73 - Reunião ordinária do CBH Pontões e Lagoas do Rio Doce, dia 26/10/2017, em São Domingos do Norte/ES, contou com participação de representantes do CBH, do IBiO, da Fundação Renova e dos Municípios de Colatina, Marilândia e Pancas.



Figura 74 - Reunião ordinária do CBH Pontões e Lagoas do Rio Doce, dia 26/10/2017, em São Domingos do Norte/ES, contou com participação de representantes do CBH, do IBiO, da Fundação Renova e dos Municípios de Colatina, Marilândia e Pancas.

9.2. Programa de Coleta e Tratamento de Esgoto e Destinação de Resíduos Sólidos previsto no TTAC

Dentre os Programas estabelecidos no Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC), assinado entre a União, os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo e as empresas Samarco, Vale e BHP Billiton, há o Programa de Coleta e Tratamento de Esgoto e Destinação de Resíduos Sólidos. O Programa prevê a disponibilização de recursos financeiros no valor de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) aos Municípios da Área Ambiental 2, com finalidade de custear ações de esgotamento sanitário e manejo de resíduos sólidos, que podem contemplar desde planos, até obras.

As Deliberações CIF nº 43/2017 e nº 75/2017 defiram critérios para priorização de municípios destinatários dos recursos financeiros e aprovaram a priorização realizada, respectivamente. Ao todo, 39 Municípios serão contemplados com o Programa. No período para pleitos dos municípios ao Programa de Coleta e Tratamento de Esgoto e Destinação de Resíduos Sólidos os Municípios tiveram diversas dúvidas e pediram auxílio aos CBH e IBiO, já que dos 39 Municípios, 29 elaboraram os PMSB com o apoio dos CBH e IBiO.

No que se refere aos investimentos em resíduos sólidos, ocorreram reuniões com os municípios da região, em que foram discutidas alternativas para a gestão dos resíduos, por meio de consórcio. As reuniões contaram com a participação de representantes da FEAM e SECIR. O IBiO também participou das reuniões, apoiando os Municípios e divulgando também as ações do CBH. A Figura 75 ilustra as reuniões realizadas.



Figura 75 - Reunião com os municípios para discussão dos investimentos em resíduos sólidos



Figura 76 - Reunião com os municípios para discussão dos investimentos em resíduos sólidos

Além disso, diversas vezes esse Programa foi discutido nas reuniões junto aos CBH, já que impactam diretamente no Edital de Chamamento de Projetos de Água e Esgoto, que foi detalhado no item 2.3 deste relatório. Para o Edital, também houve a necessidade de solicitar informações à Fundação Renova, de forma que não sejam aplicados recursos em duplicidade nos Municípios envolvidos.

Por fim, vale comentar que a Fundação Renova, ciente da atuação dos CBH's e IBIO junto aos municípios da bacia, no apoio à universalização dos serviços de saneamento básico, entrou em contato visando firmar uma parceria para dar apoio técnico e institucional aos Municípios a serem contemplados com o Programa de Coleta e Tratamento de Esgoto e Destinação de Resíduos Sólidos. Já ocorreram reuniões sobre o tema, como ilustrado na Figura 77, mas ainda sem uma definição.



Figura 77 - Reunião com representantes da Fundação Renova

10. PROCESSOS DE OUTORGA

A atuação do IBIO como agência de água dos Comitês de Bacia não se restringe apenas à execução dos Programas, havendo diversas atividades ao longo do ano que são demandadas pelos CBH's, no que se refere à apoio técnico, jurídico e administrativo. Uma dessas demandas são as análises dos processos de outorga, que conforme a Deliberação Normativa do CERH-MG nº 31/2009:

Art. 2º - Os processos de requerimento de outorga para empreendimentos de grande porte e com potencial poluidor serão encaminhados aos comitês de bacias hidrográficas pelo IGAM ou pela SUPRAM, devidamente acompanhados dos respectivos pareceres técnicos e jurídicos conclusivos.

Parágrafo único. Os técnicos responsáveis pelos pareceres conclusivos, ou aqueles outros designados pelo IGAM, deverão acompanhar o processo de aprovação nos comitês, estando presentes em todas as instâncias de decisão, para os devidos esclarecimentos.

Art. 3º - Os pareceres sobre a outorga solicitada serão analisados pela Agência de Bacia ou entidade a ela equiparada, que encaminhará suas conclusões para decisão do comitê de bacia hidrográfica.

§1º Na inexistência da Agência de Bacia ou entidade a ela equiparada, a análise do parecer de outorga poderá ser realizada pela Câmara Técnica competente do respectivo comitê, que encaminhará suas conclusões para decisão em plenário.

§2º A critério do comitê de bacia hidrográfica, a Câmara Técnica poderá ser a instância final deliberativa relativa à decisão sobre a aprovação das outorgas.

A Deliberação prevê ainda que os CBH's terão prazo de até 60 dias corridos para deliberar sobre a aprovação das outorgas. Logo, assim que os processos são protocolados junto aos CBH's, é necessário rapidamente iniciar o processo de análise ou contratação de especialista no IBIO, levar para discussão da Câmara Técnica de Outorga e Cobrança (CTOC) e para deliberação da plenária do respectivo CBH. Tal prazo, muitas vezes inviabiliza a manifestação dos CBH's.

No ano de 2017, ao todo foram protocolados juntos aos CBH's mineiros (a Deliberação é referente ao Estado de Minas Gerais apenas) 6 processos de outorga, sendo:

- CBH Piranga: processo nº 44.381/2016
- CBH Santo Antônio: processos nº 3962/2017, nº 3963/2017 e nº 3964/2017
- CBH Suaçuí: processos nº 20343/2017 e nº 8479/2011

A seguir descrevemos como ocorreram as análises dos processos em cada um dos CBH.

Processo de outorga - CBH Piranga

• Análise dos processos pelo IBIO

Para o cadastramento de Centrais Geradoras Hidroelétricas (CGH) no Leilão de energia da ANNEL, previsto para dezembro de 2017, era necessária a apresentação de Licença Ambiental Compatível e de Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica até 13 de setembro de 2017. Devido a urgência, na 18ª Reunião Ordinária do CBH-Piranga, realizada no dia 05/09/2017, em Ponte Nova-MG,

representantes da Energia Limpa Participações Ltda. realizaram apresentação sobre o processo em questão e houve sinalização positiva da plenária quanto à aprovação, ocorrendo à aprovação do presidente do CBH *ad referendum* ao Processo de outorga nº 44.381/2016, conforme Deliberação *ad referendum* do CBH-Piranga nº 21/2017.

Posteriormente, visando seguir o procedimento previsto na Deliberação Normativa do CERH nº 31/2009 e os regimentos do CBH Piranga, a SUPRAM ZM enviou ao comitê, com data de recebimento em 11/09/2017, todo o processo nº 44.381/2016, referente ao pleito de outorga de direito de uso das águas da CGH Nova Ponte Queimada II, da empresa Energia Limpa Participações Ltda, localizada no Rio Casca em Urucânia, para serem realizadas as análises e discussões necessárias para manter a Deliberação *ad referendum* ou não. De posse do processo, o CBH Piranga, encaminhou os mesmos ao IBIO, para proceder à análise e emissão do parecer técnico.

Após o recebimento e análise do processo, o IBIO elaborou o Parecer Técnico nº 12/2017, no qual recomenda ao CBH Piranga o deferimento à solicitação de outorga.

• Reunião da Câmara Técnica de Outorga e Cobrança

Os processos em questão foram objeto de apreciação por parte da CTOC do CBH Piranga, em reunião realizada no dia 24/10/2017, em Ponte Nova-MG. Na ocasião, além do IBIO e dos membros da Câmara, estiveram presentes o representante do empreendimento requerente dos processos de outorga e os analistas ambientais da SUPRAM-ZM, que foram responsáveis pelos pareceres conclusivos do processo. Após as apresentações do empreendedor, dos analistas da SUPRAM-ZM e do Parecer Técnico do IBIO, a Câmara deliberou pela recomendação do deferimento do processo.



Figura 78 - Reunião da CTOC da CBH Piranga

• Reunião Extraordinária do CBH Piranga

Após análise pela CTOC, o processo foi inserido na pauta da plenária do CBH Piranga, em Reunião Extraordinária do Comitê, realizada no dia 06/11/2017, em Ponte Nova (Figura 79). Os representantes da SUPRAM-ZM, empreendimento e IBIO estavam presentes para realizar as

apresentações e esclarecimentos necessários, porém não foi atingido o quórum mínimo para deliberações da plenária e por isso, o processo não foi colocado em discussão.



Figura 79 - Reunião plenária do CBH Piranga

Dessa forma, considerando os prazos definidos na DN CERH-MG nº 31/2009, o CBH Piranga retornou a SUPRAM-ZM o processo de outorga, acompanhada de toda a documentação gerada nas análises do CBH e IBIO, inclusive a DN CBH-Piranga nº 21/2017, que aprova *ad referendum* da plenária o referido processo de outorga.

Processos de outorga - CBH Santo Antônio

• Análise dos processos pelo IBIO

O CBH-Santo Antônio recebeu da SUPRAM, no dia 25/07/2017, os processos de outorga nº 3962/2017, nº 3963/2017 e nº 3964/2017. Os processos têm como finalidade a canalização e/ou retificação de curso de água e fazem parte de um conjunto de 3 estruturas independentes, denominadas “pilhas de deposição de estéril” (PDE), do empreendedor Anglo American Minério de Ferro Brasil S.A. Tanto as estruturas da PDE quanto o empreendimento relacionado à extensão da mina como um todo estão localizados no distrito de São Sebastião do Bonsucesso, no município de Conceição do Mato Dentro.

De posse dos processos, o CBH-Santo Antônio, em cumprimento à Deliberação Normativa CERH-MG nº 31/2009, encaminhou os mesmos ao IBIO, que logo após o recebimento dos mesmos, iniciou o processo de dispensa de licitação para contratação de profissional para elaboração de pareceres técnicos sobre os referidos processos de outorga, tendo em vista que os empreendimentos a serem analisados exigem conhecimentos específicos.

No dia 16/08/2017, o Engenheiro Civil Marle José Ferrari Júnior, vencedor da dispensa de licitação realizada pelo IBIO, emitiu os pareceres técnicos para cada um dos processos de outorga em

questão, nos quais recomenda ao CBH-Santo Antônio o deferimento das solicitações de outorga, com a inclusão de condicionantes.

• Reunião da Câmara Técnica de Outorga e Cobrança

Os processos em questão foram objeto de apreciação por parte da CTOC do CBH-Santo Antônio, em reunião realizada no dia 18/08/2017, em Itabira. Na ocasião, além dos membros da Câmara, estiveram presentes o representante do empreendimento requerente dos processos de outorga e o consultor contratado pelo IBiO para a emissão dos pareceres técnicos. Após as apresentações e discussões realizadas, a Câmara deliberou pela recomendação do deferimento das outorgas, gerando parecer específico, o qual foi encaminhado aos membros da plenária.

• Reunião Ordinária do CBH Santo Antônio

Foi realizada a 49ª Reunião Ordinária do CBH Santo Antônio no dia 31/08/2017, tendo como pauta os referidos processo de outorga. Os processos foram amplamente discutidos na reunião, havendo ainda apresentações de representantes do empreendimento, da empresa de consultoria contratada pelo empreendimento, da analista da SUPRAM e do consultor contratado pelo IBiO.



Figura 80 - Reunião plenária do CBH Santo Antônio

Os representantes do Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacia Hidrográficas (FONASC) e da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) solicitaram vista sobre os processos. Entretanto, o regimento interno do CBH-Santo Antônio prevê o prazo máximo de 15 dias úteis para o envio de documento de vistas, que no caso seria o dia 22/09/2017. Nesse mesmo dia 22/09/2017, findava o prazo de até 60 dias corridos para o CBH deliberar sobre a aprovação das outorgas, estabelecido na DN CERH-MG nº 31/2009. Dessa forma, o CBH-Santo Antônio convocou a sua 16ª Reunião Extraordinária para o dia 25/09/2017, com pauta única referente aos processos de outorga em análise, visando não perder a possibilidade de manifestar sobre os processos.

Após convocada a 16ª Reunião Extraordinária, a FONASC solicitou ao CBH- Santo Antônio que a reunião fosse adiada, tendo em vista a necessidade de prazo para a apreciação dos conselheiros do CBH dos documentos de vistas da FONASC e FIEMG enviados no dia 22/09/2017.

Tal solicitação da FONASC foi acatada e a Reunião Extraordinária foi adiada para o dia 05/10/2017, mantendo-se como pauta única a deliberação sobre os processos de outorga em análise. Para tanto, o CBH-Santo Antônio enviou o ofício nº 118/2017 à SUPRAM, em 21/09/2017, solicitando a dilação do prazo para deliberação sobre os processos de outorga, tendo em vista todo o exposto. Porém a SUPRAM enviou ofício ao CBH não autorizando a dilação de prazo para deliberação sobre os processos de outorga e requerendo a imediata devolução dos processos.

Infelizmente, os documentos dos processos foram devolvidos para a SUPRAM, mesmo após todo o esforço do IBIO e CBH-Santo Antônio para que fosse possível a plenária manifestar sobre os processos de outorga. A impossibilidade de manifestação foi devido ao prazo extremamente pequeno previsto na DN CERH-MG nº 31/2009, que não é coerente com os prazos previstos nos regimentos dos CBH e para análises e/ou contratações no IBIO.

Processos de outorga - CBH Suaçuí

• Análise dos processos pelo IBIO

O CBH Suaçuí recebeu da Superintendência de Projetos Prioritários (SUPPRI) da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais, em 05/09/2017 e 06/09/2017, os Processos Administrativos nº 20343/2017 e nº 8479/2011, respectivamente. Os processos são referentes aos pleitos de outorga de direito de reserva de recursos hídricos (Declaração de Direito de Reserva de Disponibilidade Hídrica) das Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) Canastra e Fumaça, ambas localizadas no Rio Suaçuí Grande, nos municípios de São João Evangelista e Coluna (MG).

De posse dos Processos, o CBH Suaçuí, em cumprimento à Deliberação Normativa CERH-MG nº 31/2009, encaminhou os mesmos ao IBIO, entidade delegatária e equiparada às funções de agência de águas da bacia do rio Doce, para proceder à análise e emissão dos pareceres técnicos.

Após o recebimento e análise dos dois Processos, o IBIO elaborou os Pareceres Técnicos nº 10 e 11/2017, nos quais recomenda ao CBH Suaçuí o deferimento das solicitações de Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica – DRDH, com a inclusão de uma condicionante.

• Reunião da Câmara Técnica de Outorga e Cobrança

Os processos em questão foram objeto de apreciação por parte da Câmara Técnica de Outorga e Cobrança (CTOC) do CBH Suaçuí, em reunião realizada no dia 16/10/2017, em Governador Valadares. Na ocasião, além do IBIO e dos membros da Câmara, estiveram presentes o representante do empreendimento requerente dos processos de outorga e as analistas ambientais da SUPPRI, que foram responsáveis pelos pareceres conclusivos dos processos.

Após as apresentações do empreendedor, das analistas da SUPPRI e dos Pareceres Técnicos do IBIO, a Câmara deliberou pela recomendação do deferimento das DRDH dos dois processos. Nesse sentido, foi elaborado o Parecer nº 01/2017/CTOC, o qual foi encaminhado aos membros da plenária.

• Reunião Extraordinária do CBH Suaçuí

Após análise pela CTOC, os processos foram objeto de apreciação por parte dos membros da plenária do CBH Suaçuí, em Reunião Extraordinária do Comitê, realizada no dia 01/11/2017, em Governador Valadares (Figura 81/Figura 82).



Figura 81 – Reunião Extraordinária do CBH Suaçuí



Figura 82 – Reunião Extraordinária do CBH Suaçuí

Foram apresentados à plenária os Pareceres Técnicos do IBIO e o Parecer nº 01/2017/CTOC. Após a solicitação de alguns esclarecimentos, que foram prestados pelo IBIO e pelas analistas da SUPPRI, a plenária deliberou pelo deferimento da Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica de ambos os processos, observadas as condicionantes constantes dos Pareceres Técnicos da SUPPRI e da condicionante recomendada nos Pareceres Técnicos do IBIO. Sendo assim, as Deliberações Normativas nºs 60 e 61/2017 do CBH Suaçuí, referentes aos Processos nº 20343/2017 e nº 8479/2011, foram encaminhadas à Superintendência de Projetos Prioritários (SUPPRI) no dia 01/11/2017.



Juliana Vilela <juliana@ibio.org.br>

ENC: Avaliação pelos membros do Comitê sobre a atuação da Entidade Equiparada

1 mensagem

IBIO AGB-Doce <ibioagbdoce@ibio.org.br>

17 de outubro de 2017 14:50

Para: Taísa Gonçalves Batista <taisa.batista@ibio.org.br>, Thayra Roberta Mendes <thayra.mendes@ibio.org.br>, juliana@ibio.org.br, Luana da Silva Freitas <luana.freitas@ibio.org.br>, Fabiano Alves <fabiano@ibio.org.br>, Ricardo Valory <valory@ibio.org.br>

Prezados, boa tarde!

Segue mensagem do IGAM que encaminha questionário para fins de Avaliação do IBIO pelos membros dos Comitês, conforme previsto no indicador 5A do Contrato de Gestão.

Prazo para preenchimento: 08/12/2017

Atenciosamente,



Marisa Soares Pacheco
Analista Administrativo Financeiro

+55 (33) 3212-4350 / (33) 98426-3936

Rua Afonso Pena, nº 2590 - Centro

Governador Valadares - MG - CEP: 35010-000

www.ibioagbdoce.org.br**De:** Emanuelle Arruda Narcizo [mailto:emanuelle.arruda@meioambiente.mg.gov.br]**Enviada em:** terça-feira, 17 de outubro de 2017 11:13**Para:** contato@cbhpiranga.org.br; contato@cbhpiracicabamg.org.br; contato@cbhsantoantonio.org.br; cbhsuacui@gmail.com; cbhcaratinga@gmail.com; manhuacucbh@gmail.com; ibioagbdoce@ibio.org.br**Assunto:** Avaliação pelos membros do Comitê sobre a atuação da Entidade Equiparada**Prioridade:** Alta

Prezados,

Em cumprimento ao Contrato de Gestão celebrado entre o Igam e o IBIO, que contém indicadores de acompanhamento das atividades do IBIO como Agência de Bacia, o indicador 5A prevê a “**Avaliação pelos membros do Comitê sobre a atuação da Entidade Equiparada**”, no caso o IBIO.

A avaliação do IBIO é mensurada através do questionário (anexo) disponibilizado pelo Igam. É de suma importância que todos os membros do Comitê de Bacia, tanto Titulares quanto Suplentes, participem deste processo.

O resultado do processo de avaliação do indicador 5A do Contrato de Gestão será disponibilizado ao IBIO e publicado no Relatório de Gestão.

Contamos com a sua colaboração para divulgação destes questionários a fim de estimular a participação de todos e nos colocamos a disposição para esclarecimentos e qualquer dúvida.

Prazo para preenchimento: 08/12/2017

Obs.: A auto avaliação do CBH exigida pela Deliberação Normativa nº 41/2012, e a Avaliação da Agência de Bacia, no caso IBIO, exigido no Contrato de Gestão são instrumentos distintos, sendo necessário a participação em ambos.







Atenciosamente,

Emanuelle Arruda Narcizo



Emanuelle Arruda Narcizo
Gerência de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos – Analista Ambiental
Diretoria de Gestão e Apoio ao SEGRH/MG
31 3915 1687 - cobranca.agua@meioambiente.mg.gov.br
Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - Sisema
Instituto Mineiro de Gestão das Águas - Igam
www.meioambiente.mg.gov.br

6 anexos

-  **Questionário IBIO - CBH Caratinga.pdf**
206K
-  **Questionário IBIO - CBH Manhuaçu.pdf**
206K
-  **Questionário IBIO - CBH Piracicaba.pdf**
206K
-  **Questionário IBIO - CBH Piranga.pdf**
206K
-  **Questionário IBIO - CBH Santo Antônio.pdf**
206K
-  **Questionário IBIO - CBH Suaçuí.pdf**
206K